UNIVERSIDADE FEDERAL ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

FRANCISCA SELIDONHA PEREIRA DA SILVA

O PROGRAMA POVO NA TV DA TVE-ES COMO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA

VITÓRIA
2008

FRANCISCA SELIDONHA PEREIRA DA SILVA

O PROGRAMA POVO NA TV DA TVE-ES COMO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santos, na área de concentração Sociedade e Movimentos Políticos.
Orientadora: Professora Doutora Márcia Barros Ferreira Rodrigues.

VITÓRIA
2008

FRANCISCA SELIDONHA PEREIRA DA SILVA

O PROGRAMA POVO NA TV-ES COMO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santos, na área de concentração Sociedade e Movimentos Políticos.

Aprovada em

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Drª. Márcia Barros Ferreira Rodrigues
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Carlos Vinícius Costa de Mendonça
Universidade Federal do Espírito Santo

Profª. Drª. Maria Cristina Dadalto
Centro Universitário Vila Velha

Catalogação na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

S586p Silva, Francisca Selidonha Pereira da.
O programa Povo na TV da TVE-ES como estratégia de comunicação pública / Francisca Selidonha Pereira da Silva. – 2008.
476f. : il.

Orientador: Márcia Barros Ferreira Rodrigues.
Dissertação (mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.
Inclui bibliografias.

1. Televisão pública. I. Rodrigues, Márcia Barros Ferreira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. III. Título.

CDD 384.554

]

"A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, e sim, em ter novos olhos".
(Marcel Proust).

À Gaby e Sophia, razão da minha vida.
A minha família: Vagner, Eridan, Beto e meu pai.
A meus amores ausentes: meu marido, Alexandre, e minha mãe, Francisca, que me deixaram saudade.
A meu amigo de sempre, João Barreto, que confio.
Às amigas Adri, Flávia, Valéria, Vera e Íris.
A meu querido Paolo, que me apóia de longe.

Agradecimentos

Na elaboração desse trabalho, agradeço a confiança e apoio incondicional da minha maravilhosa, surpreendente e inteligente orientadora Drª. Márcia Barros Ferreira Rodrigues. Ela me inspirou a entrar nesse Programa de Mestrado e contagiou-me com sua paixão pelo indiciarismo. Com ela, descobri que é possível unir razão e sensibilidade na pesquisa.

A meu professor e incentivado, Dr. Carlos Vinícius Costa de Mendonça, que me encantou com sua inteligência e aulas interessantes do mestrado.

Ao corpo docente da Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Ufes e, em especial, aos professores que tive o prazer de conhecer e admirar nessa jornada acadêmica: Drª. Maria da Penha Samarzaro Siqueira, Drª. Maria Beatriz Nader, Dr. Valter Pires Pereira, Dr. Gilvan Ventura da Silva, Drª. Adriana Pereira Campos e Dr. Sebastião Pimentel Franco.

À Ivana Lorenzoni, atenciosa e prestativa no atendimento de minhas demandas acadêmicas no mestrado.

A minha equipe de trabalho na UVV, em especial à Simone pela compreensão, a cooperação e atenção de Jaciara e aos funcionários da Biblioteca da UVV, e em especial o carinho de Marciléa.

Ao diretor presidente da UVV, José Luiz Dantas, e suas irmãs Adriana, Luciana a Ângela pelo incentivo a esse projeto desde a sua concepção.

Aos meus colegas jornalistas Cíntia Dias, Maura Miranda, Helena de Almeida e João Barreto pela revisão cuidadosa do trabalho.

RESUMO

Trata do Programa jornalístico da TV Educativa do Espírito Santo “Povo na TV”, que foi inovador pela interatividade e jornalismo comunitário. Primeiro programa capixaba a fazer transmissão externa ao vivo. Mostra que o programa foi usado como estratégia de comunicação pública para aproximação do governador Albuíno Azeredo com a população carente que o elegeu. Primeiro governador negro e de origem humilde, Albuíno Azeredo não cumpriu as promessas de campanha de investimento na educação. Usa metodologia de história oral e o método indiciarista de Carlo Ginzburg para recontar essa história. O referencial teórico tem base em Pierre Bourdieu, Jünger Habermas a partir da visão de Mauro Wilton e Wilson Gomes, Georges Balandier, Michel de Certeau e Antônio Gramsci. As comunidades carentes descobriram no programa forma de transpor a burocracia e chegar às autoridades para pressioná-las por melhorias nos bairros. O programa tornou-se uma praça pública mediática.

Palavras-chaves: Poder – mídia – comunicação pública - espaço público – interatividade e jornalismo comunitário.

ABSTRACT

It is concerned to The Education Television of the Espírito Santo State journalistic Program "People on TV" that was innovative for its interactivity and its community ‘s journalism. It was the first capixaba program able to make outside the studio’s live transmissions. It shows that the program was used as a strategy of public communication for bringing the governor Albuíno Azeredo with the poor who elected him. First black governor and humble origin, Albuíno Azeredo has failed to fulfill campaign pledges of investment in education. It uses oral history methodology and Carlo Ginzburg’s evidence method to recover this story. The theoretical reference is based on Pierre Bourdieu, Jünger Habermas from the vision of Mauro Wilton and Wilson Gomes, Georges Balandier, Michel de Certeau and Antonio Gramsci. The needy communities found in it the way of transposing the bureaucracy in addition to reach and press the authorities for improvements in the neighborhoods. The program has become a public square media.

Keywords: Power - media - public communication - public space - interactivity and community journalism.

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO**..... 12

2 **CAPÍTULO I - PODER SIMBÓLICO, ENCENAÇÃO E O PAPEL DO INTELECTUAL ORGÂNICO NO ESPAÇO PÚBLICO MIDIÁTICO.**..... 22

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO..... 22
2.2 CENÁRIO POLÍTICO E SOCIOECONÔMICO DO PROGRAMA POVO NA TV.....36
2..2.1**Conhecendo o programa Povo na TV**.....36
2.2.2 **A estrutura do Povo na TV**.....46
2.2.3 **Superando a burocracia através da mídia**.....49
2..2.4 **Povo na TV.: uma praça midiática**.....50
2.3 **O intelectual orgânico e o Povo na TV**..... 54

3 **CAPÍTULO II - EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA - O HOMEM COMUM REINVENTANDO O COTIDIANO NA CONTEMPORANEIDADE** 65

3.1 EXCLUSÃO SOCIAL E NÃO-CIDADANIA NA CONTEMPORANEIDADE.....65
3.2 SÃO PAULO COMO MODELO DE URBANIZAÇÃO E EXCLUSÃO.....6 9
3.3 URBANIZAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA.....79
3.4 RISCO DO PODER SUSTENTADO NA VIOLÊNCIA.....82
3.5 O POVO NA TV COMO ESPAÇO DE REINVENÇÃO DO COTIDIANO.....84

4 **CAPÍTULO III – OS ATORES DA PRAÇA PÚBLICA MIDIÁTICA**..... 90

4.1 REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO POVO NA TV..... 90

4.2 AS MÚLTIPLAS VOZES DO PROGRAMA POVO NA TV.....94
4.3 O CONFLITO NA PRAÇA PÚBLICA MIDIÁTICA.....101

5 **CAPÍTULO IV – O POVO NA TV COMO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA DO GOVERNO ALBUÍNO AZEREDO**.....114

5.1 O APOIO DO GOVERNADOR ALBUÍNO AZEREDO AO PROGRAMA POVO NA TV.....115
5.2 MUNDAÇA DE PARADIGMA NA COMUNICAÇÃO PÚBLICA.....125
5.3 IDEALIZAÇÃO E DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DO POVO NA TV....145
5.4 VALORIZAÇÃO DA ESTRUTURA DA TVE.....164
5.5 A ÚNICA CENSURA DIRETA FEITA AO PROGRAMA POVO NA TV...174
5.6 O POVO NA TV COMO PRECURSOR DE UMA TENDÊNCIA DE JORNALISMO INTERATIVO E COMUNITÁRIO.....186
5.7 O FIM DO POVO NA TV..... 194

6 **CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O PROGRAMA POVO NA TV**..... 202

7 **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**..... 210

APÊNDICE..... 217

ANEXOS..... 275

Introdução

Esse estudo tem como objetivo geral recuperar a memória histórica de um período inédito da comunicação pública no Espírito Santo com investimento nos veículos públicos – TV Educativa e Rádio Espírito Santo - pela análise do Programa “Povo na TV” para entender os propósitos e os efeitos da política de comunicação do Governador Albuíno Azeredo.

Esse programa foi estrategicamente criado para aproximação do governo com as classes populares, tornando-se um palco mediático onde as camadas populares buscavam obter melhorias comunitárias. Pelo programa, o governador foi alvo de enfrentamento e crítica por parte das classes populares a sua administração e seus aliados políticos.

As pessoas residentes em bairros carentes da Região Metropolitana solicitavam a participação nesse programa com a esperança de resolverem os seus problemas comunitários básicos, tais como: falta de infra-estrutura básica, abastecimento precário de água, queda de luz, falta de pavimentação das ruas, iluminação pública deficiente, falta de segurança, escolas depredadas e falta de atendimento de saúde ou serviço médico irregular e ineficiente nos postos da rede pública instalados nos bairros.

Pela relevância do Programa “Povo na TV”, a proposta deste trabalho é promover a memória histórica da representação social e política do Programa da TVE do Espírito Santo “Povo na TV”, com depoimentos orais dos atores políticos que contribuíram para a criação do programa, a análise de matérias que foram ao ar, da produção, de documentos e relatórios, de entrevistas com responsáveis pela criação, participantes do programa, produtores, entrevistadores, repórteres, apresentadores e entrevistados, além de políticos e lideranças comunitárias que participaram do processo.

Com a busca de registros orais e materiais de fontes do processo de criação do programa, visamos identificar caminhos que nos levem aos motivos de sua criação. Queremos descobrir pistas e sinais que mostrem se esse programa atingiu os objetivos propostos pelo governante na época e seus interlocutores.

A nossa hipótese é de que o governador Albuíno Azeredo, acreditando na eficácia dos recursos de dramatização e encenação para comunicação e legitimação de sua administração junto às camadas populares, investiu na mídia eletrônica, que é segundo Habermas (GOMES, 1998) o espaço público da modernidade. Vamos verificar com base em estudos de Georges Balandier (1981) e Pierre Bourdieu (2000) se esse programa se configurou como um recurso apropriado para a dramatização, encenação e representação simbólica do poder.

Defendemos que esse processo não atingiu os objetivos por ele preconizados porque houve confronto das camadas populares e a inter-relação de forças, uma luta pela hegemonia nos parâmetros da teoria de Antônio Gramsci, em que as camadas populares pressionavam as autoridades por respostas às suas demandas sociais de melhoria da qualidade de vida, mas sem que houvesse uma reivindicação por transformação da condição política. As lideranças populares descobriram nesse programa uma estratégia de pressão das autoridades para obtenção de obras e atendimento de demandas comunitárias.

Buscamos entender o que motivou a criação do programa e participação dos políticos no espaço mediático, onde invariavelmente havia um confronto com as classes populares e cobrança por melhoria nas comunidades. Pretendemos compreender o que motivou a extinção do programa. Acreditamos que esteja relacionada a esse enfrentamento na praça pública mediática criada pelo Programa Povo na TV.

Inicialmente, a nossa proposta de trabalho era focada no programa Povo na TV, mas ao longo da pesquisa percebemos que o programa fazia parte de uma estratégia de comunicação inédita no Estado de prioridade a investimento nos veículos públicos visando promover uma proximidade maior das classes populares com o governo. Essa política foi implementada pela Superintendente de Comunicação Elizabete

Rodrigues, que tinha *status* de Secretária de Estado, que foi estrategista e profissional de *marketing* responsável pela eleição do governador Albuíno Azeredo.
O Programa da TVE do Espírito Santo “Povo na TV” foi criado em um período efervescente da política capixaba, quando houve valorização da comunicação como recurso de relacionamento do poder público com o cidadão comum. Esse programa funcionou como uma praça pública mediática, onde o cidadão comum teve a chance de se encontrar com os representantes do poder público e apresentar as suas reivindicações. Em alguns casos, o programa facilitou a execução de obras e melhorias nessas comunidades.

Nesse programa, o entrevistado da praça, dos bairros, por um instante rompia as barreiras e as distâncias dos meios de comunicação e tinha acesso naquele momento à voz, tornando-se ator no processo, capaz de modificar de alguma forma a sua realidade social ao levar às autoridades - presentes no estúdio - e ao denunciar à população em geral, aos telespectadores, as suas reivindicações de melhorias para o bairro ou da qualidade de vida de um modo geral.

Essa pesquisa vai buscar os sinais e pistas e recuperar a memória com documentos e relatos de atores desse momento de transformação, interação e reelaboração da mensagem pelo receptor que pôde participar das várias etapas do programa. Inicialmente, apresentando a sua realidade social, os seus problemas e demandas do bairro, que se tornavam a pauta, o mote principal do programa. Depois, mais uma vez, esse receptor se tornava sujeito durante o programa quando fazia exposição - diante das câmeras ao vivo, sem edição ou cortes -, de sua realidade e seus questionamentos; numa busca de respostas diante das autoridades presentes, também ao vivo no estúdio.

Nesse momento, esse espaço midiático se tornava o espaço público contemporâneo, onde o que valia era força do argumento, do diálogo, da retórica. O espaço público preconizado por Habermas (GOMES, 1998) foi transferido para os meios de comunicação. Ali se travava uma disputa de classes onde o excluído tentava através do programa transformar a sua realidade social apresentando pela mídia suas reivindicações às autoridades. Nesse espaço, o excluído social conseguia superar os entraves impostos pela burocracia do Poder Público.

Esse programa foi escolhido por ser representativo do governo Albuíno Azeredo, quando houve grande valorização da comunicação e do *marketing* político. Queremos verificar se o governador da época se utilizou de recursos historicamente explorados por vários governantes de encenação e dramatização, visando a aproximação com as classes populares e a massa. Luis XIV em seus *divertissements*[1] usava a ópera francesa e a comédia como recursos políticos. "O grande ator político comanda o real através do imaginário. Ele pode manter em uma ou outra destas cenas, separá-las, governar e produzir o espetáculo". (BALANDIER, 1891, p. 6).

Através da análise do Programa Povo na TV, consideramos possível demonstrar que o espaço público descrito por Habermas não acabou, mas se reconfigurou, transferindo-se na contemporaneidade das praças públicas e cafés franceses freqüentados por burgueses. Uma classe emergente e discriminada pela aristocracia, do final da idade média, que tinha a oportunidade de exercer a retórica sem restrições - para os meios de comunicação. (GOMES, 1998)

Habermas (1984, p.14) explica conceitualmente que a própria "esfera pública" se apresenta como esfera:

> [...] o âmbito do que é setor público contrapõe-se ao privado. Muitas vezes ele aparece simplesmente como esfera da opinião pública se contrapõe diretamente ao poder público. Conforme o caso inclui-se entre os "órgãos da esfera pública" os órgãos estatais ou então as mídias que, como a imprensa, servem para que o público se comunique.

Para esclarecer como o Povo na TV tornou-se uma esfera pública midiática, nos propomos a buscar vestígios e sinais que possam nos ajudar a compreender e desvendar representações sociais e políticas desse programa, extinto há alguns anos. A análise dos programas veiculados e de entrevistas gravadas e depoimentos dos jornalistas, políticos e lideranças comunitárias entrevistadas na época vai permitir o entendimento da representação popular, a relação de poder e intenções políticas do governador Albuíno Azeredo ao autorizar a criação do programa.

[1] De acordo com o Dicionário Michaelis Francês-Português significa divertimento, diversão, brincadeira.

O Povo na TV é de relevância histórica porque foi o primeiro programa de TV do Estado transmitido ao vivo das comunidades e da Praça Costa Pereira. Até aquele momento só era possível a gravação ao vivo do estúdio. Esse programa trouxe um formato novo com aquisição de equipamento tecnológico moderno para aquela época de transmissão ao vivo por microondas, que possibilitou uma interação maior entre os convidados de estúdio, geralmente políticos, e a comunidade que participava do programa direto do bairro ou da Praça Costa Pereira.

Para compreendermos o que significou o programa Povo na TV, chegaremos a um registro da memória, utilizando a técnica de história oral em entrevista a integrantes da equipe responsável na época pela criação, produção, transmissão e apresentação ao vivo do programa. Na definição de Verena Alberti (2004, p.18):

> [...] a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões do mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como conseqüência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam.

Segundo Alberti (Ibidem), historicamente esse método de aproximação do objeto de estudo começou com Heródoto e Tucídides na Antigüidade clássica com relatos e depoimentos para construção de narrativas históricas de acontecimentos passados. No século XIX com o predomínio da história “positivista” e “[...] a quase sacralização do documento escrito, a prática de colher depoimentos esteve relegada a segundo plano”. É que o depoimento não poderia ter valor de prova, já que tinha subjetividade, uma visão parcial sobre o passado e estava sujeito a falhas de memória.

Entretanto, na segunda metade do século XX a história oral passou a ser aceita no estudo de acontecimentos e conjunturas sociais devido à insatisfação dos pesquisadores com métodos quantitativos que foram, após a segunda guerra mundial, substituídos pelos métodos qualitativos de investigação. “O recurso do

gravador portátil, a partir dos anos 1960, permitia “congelar” os depoimentos, possibilitando sua consulta e avaliação em qualquer tempo e transformando-o em fonte para múltiplas pesquisas”. (ALBERTI, 2004, p.19). Com isso, as entrevistas passaram a ter estatuto de documento, o que alterou a definição do trabalho com a história oral.

Alberti (Ibidem) destaca que apesar disso, a história oral não se ajustou aos ditames da história “positivista”.

> Trata-se de tomar a entrevista produzida como documento, sim, mas deslocando o objeto documentado: não mais o passado “tal como efetivamente ocorreu”, e sim as formas como foi apreendido e interpretado. A entrevista de história oral – seu registro gravado e transcrito – documenta uma versão do passado. [...] Trata-se de ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações.

Para Alberti (Ibidem) deixa de ser fator negativo a história oral poder “distorcer” a realidade, ter “falha” de memória ou “errar” no seu relato. “[...] O que importa agora é incluir tais ocorrências em uma reflexão mais ampla, perguntando-se por que razão o entrevistado concebe o passado de uma forma e não de outra e por que razão e em que medida sua concepção difere [ou não] das de outros depoentes”.

Para Thompson (1998) a história oral não é necessariamente um instrumento de mudança. Para ele, isso depende do espírito com que seja utilizada: “Não obstante, a história oral pode ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história”. Pode ser usada para alterar a própria história e revelar novos campos de investigação.

Thompson (1998) cita que uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão. Para ele, em alguns campos, a história oral pode resultar não apenas numa mudança de enfoque, mas também na abertura de novas áreas importantes de investigação.

Esse recurso da história oral foi utilizado porque encontramos dificuldade de reconstrução do que foi o programa, pois há apenas registros fragmentados de algumas matérias de bairro editadas e não há quase nada gravado dos momentos ao vivo do programa, que eram a verdadeira essência e objetivo do Povo na TV, responsáveis pelo ineditismo e boa aceitação popular do programa.

Thompson (1998) estabelece a transformação que ocorre em todos os campos da história:

> Com a introdução da nova evidência antes não disponível, com a mudança do enfoque da investigação e com a abertura de novas áreas, contestando alguns pressupostos dos historiadores e julgamentos por eles aceitos, reconhecendo grupos importantes de pessoas que haviam estado ignoradas, dá-se início a um processo cumulativo de transformações. Amplia-se e se enriquece o próprio campo de ação da produção histórica; e, ao mesmo tempo a mensagem social se modifica. Para ser claro, a história se torna mais democrática. A crônica dos reis introduziu entre suas preocupações a experiência de vida das pessoas comuns. Há, porém, uma outra dimensão igualmente importante dessa mudança. O processo de escrever história muda juntamente com o conteúdo. A utilização da evidência oral rompe as barreiras entre os cronistas e seu público. [...] (THOMPSON, 1998, p.28)

Thompson (1998) acredita que a mudança do método da história oral decorre da sua natureza criativa e cooperativa. Para ele, a vantagem essencial do método está na sua flexibilidade, à capacidade de dominar a evidência exatamente onde ela é necessária:

> Assim que os historiadores começam a entrevistar, vêem-se inevitavelmente trabalhando com outras pessoas – quando menos com suas informantes. E para ser um entrevistador bem-sucedido é necessário um novo conjunto de habilidades, entre as quais uma certa compreensão das relações humanas. Alguns adquirem quase imediatamente essas habilidades, outros precisam aprendê-las; mas em contraposição ao processo cumulativo de conhecer e reunir informações que tanta vantagem oferece, na análise documental e na interpretação, ao historiador profissional experiente, é possível aprender bem rapidamente a tornar-se um entrevistador eficiente. Assim, os historiadores em trabalho de campo, ainda que mantenham, sob muitos aspectos importantes, as vantagens do conhecimento profissional, vêem-se também longe de sua mesa de trabalho, compartilhando de experiências em nível humano. (THOMPSON, 1998, p. 29)

Para Thompson (1998), um projeto oral será certamente viável, especialmente, se enfocar as raízes históricas de alguma preocupação contemporânea, como nessa pesquisa do Programa “Povo na TV”. Para ele, a possibilidade de utilizar a história para finalidades sociais e pessoais construtivas vem da natureza intrínseca da abordagem oral. Ela trata de vidas individuais – e todas as vidas são interessantes. “Baseia-se na fala, e não na habilidade da escrita, muito mais exigente e restritiva. Além disso, o gravador não só permite que a história seja registrada em palavras faladas, mas também que seja apresentada por meio delas”.

Thompson afirma que o uso da voz humana, viva, pessoal, peculiar, faz o passado surgir no presente de maneira extraordinariamente imediata. “As palavras podem ser emitidas de maneira idiossincrática, mas, por isso mesmo, são mais expressivas. Elas insuflam vida na história, com elas se aprende mais do que simples conteúdo”. (Ibidem, p.41). As gravações demonstram como é rica a capacidade de expressão de pessoas de todas as condições sociais.

Muitos dos recursos utilizados na confecção desse programa foram extintos na mudança de sede da TVE do prédio da Assembléia Legislativa, no Centro de Vitória, para o Teatro Carmélia Maria de Souza, em Santo Antônio, realizada no período de 2001. Os relatórios dos programas praticamente inexistem, bem como muitas fitas de vídeo dos programas foram danificas por uma inundação da nova sede no Teatro Carmélia de Souza. Dessa forma, tentaremos conhecer a memória daquele período nos utilizando de marcas, sinais, vestígios, pistas, depoimentos, fragmentos deixados pelos atores sociais, jornalistas e políticos que participaram desse contexto histórico.

Por esse motivo, a pesquisa se utiliza, entre outras técnicas, o método indiciário desenvolvido pelo teórico italiano Carlo Ginzburg com base nos estudos realizados no final do século XIX por Giovanni Morelli. O objetivo de Morelli era identificar as falsificações de pinturas famosas utilizando-se de pormenores mais negligenciáveis e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia, tais como: os lóbulos de orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés. (GINZBURG, 1998, p.143-144).

Segundo Ginzburg, os livros de Morelli são insólitos em relação aos outros historiadores de arte porque possuem ilustrações de dedos e orelhas e características minuciosas que identificam um determinado artista como um criminoso é identificado pelas suas digitais. “[...] qualquer museu de arte estudado por Morelli adquire imediatamente o aspecto de um museu criminal [...].” (Ibidem).

Castelnuovo apud Ginzburg (Ibidem) aproximou o método indiciário de Morelli ao que era atribuído a Sherlock Holmes pelo seu criador Arthur Conan Doyle. “O conhecedor de arte é comparável ao detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria”.

Para Ginzburg (1989), a psicologia moderna estaria ao lado de Morelli porque os nossos pequenos gestos inconscientes revelam o nosso caráter mais do que qualquer atitude formal. Segundo ele, Freud em seu ensaio “O Moisés de Michelângelo” (1914) se referiu ao método usado por Morelli, que na época se identificava com um especialista em arte russo, Ivan Lermolieff. Freud apud Ginzburg (1989), afirma:

> Creio que o seu método está estreitamente aparentado à técnica da psicanálise médica. Essa também tem por hábito penetrar em coisas concretas e ocultas através de elementos pouco notados ou despercebidos, dos detritos ou “refugos” da nossa observação.

Ginzburg (Ibidem) resume que “pode-se falar de paradigma indiciário ou divinatório, dirigido, segundo as formas de saber, para o passado, o presente ou o futuro [...] e tinha-se a semiótica médica na dupla face, diagnóstica e prognóstica”.

Ele destaca ainda que esse é o método, não só utilizado e aceito pela sociedade e pelos médicos ao identificar a doença através dos sintomas, mas também num dos gestos mais antigos da história intelectual do gênero humano pelo caçador “[...] agachado na lama, que escruta as pistas da presa”. (GINZBURG, 1989, p.154).

Para alcançar os objetivos traçados, nesse estudo, utilizamos diversos recursos, tais como pesquisa de produção, relatórios da época dos repórteres e diretores do programa. Muitos dos registros encontram-se na minha monografia de

especialização Lato Sensu que teve como base o mesmo Programa, mas que tratou da teoria de recepção dentro da concepção dos teóricos latino-americanos. Consideramos, ao utilizarmos esse recurso, a precariedade de informações e registros, uma vez que muitos relatórios do programa foram destruídos durante a mudança de endereço da sede da TVE/ES da Cidade Alta para o Teatro Carmélia Maria de Souza, em Santo Antônio.

Para reforçar o trabalho, contamos com os depoimentos orais e entrevistas do governador Albuíno Azeredo, superintendente de Comunicação da época, Elizabete Rodrigues, diretora da RTV (Rádio e TV Educativa) da época, Jane Mary Abreu, e profissionais que participaram do programa: jornalistas, produtores, apresentadores, entrevistadores de externa e entrevistados [moradores e lideranças dos bairros onde a equipe do programa esteve gravando ao vivo].

2 Capítulo I – Poder simbólico, encenação e o papel do intelectual orgânico no espaço público midiático

2.1 Referencial teórico

Para compreendermos o processo de utilização de recursos de dramatização e encenação para legitimação de ações políticas junto aos atores sociais nos inspiramos na visão de George Balandier. Na inter-relação de forças no confronto das camadas populares com os representantes políticos visando à obtenção de melhorias nas condições de vida comunitária e atendimento de demandas de seus bairros nos utilizamos dos conceitos de campo social (habitus) e troca simbólica de Bourdieu, bem como em Michel de Certeau ao tratar da reinvenção do cotidiano, pois percebemos que as classes populares encontraram “brechas” no programa Povo na TV para superar as adversidades. Entendemos que o Programa Povo na TV se configurou como uma forma de superação das dificuldades impostas pela burocracia às classes subalternas para alcançar melhorias e pressionar as autoridades.

No estabelecimento do Programa Povo na TV como espaço público midiático nos fundamentamos no conceito de espaço público preconizado por Jürgen Harbemas e em uma releitura a partir dos teóricos brasileiros Wilson Gomes e Mauro Wilton. Entretanto, consideramos importante a contribuição de outros importantes teóricos de relevância histórica para compreensão desse processo histórico contextualizado pelo Programa Povo na TV.

Historicamente, o recurso da dramatização vem sendo apropriado pelos monarcas e governantes para fazer o controle social. Balandier (1981, p.6) contextualiza em Maquiavel a relação íntima de parentesco entre a arte do governo e a arte da cena.

> As técnicas dramáticas não são utilizadas exclusivamente no teatro, mas também na direção da cidade. O Príncipe deve se comportar como ator político para conquistar e conservar o poder. Sua imagem, as aparências

> que tem, poderão assim corresponder ao que seus súditos desejam encontrar nele.

Maquiavel apud Balandier (ibidem) ressalta que no governo natural de Florença dominava a vida pública sem participar diretamente através das instituições e éditos e conseguia mobilizar o povo com o apoio das artes e da propaganda.

Balandier (1981, p.7) define que a harmonia podia ser conquistada pelos governantes e monarcas com o recurso da encenação e exprime o mecanismo: “o imaginário clássico projeta sobre a cena, onde se desenrola o drama lírico, as representações de uma ordem, onde tudo é harmonia. Produz esta ilusão, e, fazendo-o, a justifica”.

Balandier (1891, p.8) descreve o poder como resultante de regra majoritária. “Depende da arte, da persuasão, do debate, da capacidade de criar efeitos que favoreçam à identificação do representado ao representante”. Ele exemplifica a eleição como uma partida nova e as surpresas como os golpes podem até ser revertidas em vantagens com a habilidade dramática do governante.

Balandier (ibidem) relata que novas técnicas dão ainda mais vantagens ao que ele classifica de “dramaturgia democrática”. E especifica como novas técnicas os recursos de mídia, de propaganda e de sondagens políticas. “Elas reforçam a formação das aparências, ligam o destino dos homens de poder tanto à qualidade de sua imagem pública quanto às suas obras. Denuncia, então, a transformação do Estado em espetáculo, em teatro de ilusão”.

Balandier (1981, p.9) deduz que o que ele classifica de “teatralidade política” é acentuado pelas circunstâncias e a natureza dos regimes. Ressalta ainda as práticas de muitos estados tropicais, que teatralizam em excesso: “eles montam seus cenários sobre a pobreza da maioria dos súditos, elas mascaram poderes sem controle”. Ele conclui: “todo poder político obtém finalmente a subordinação por meio da teatralização”. (BALANDIER, 1981, p. 10).

Para Pierre Bourdieu (2005, p.14) os sistemas simbólicos devem a sua força ao fato das relações de força que neles se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido. E, conceituou o poder simbólico como:

> Poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que poder simbólico [...] se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz do poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subvertê-la, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.

Bourdieu (Ibidem) considera que os símbolos do poder – traje, ceptro, etc - são apenas capital simbólico objetivado e a sua eficácia está sujeita às mesmas condições. A destruição do poder de imposição simbólico supõe a tomada de consciência do arbitrário, quer dizer, a revelação da verdade objetiva e o aniquilamento da crença. “É na medida em que o discurso heterodoxo destrói as falsas evidências da *ortodoxia*[2], restauração fictícia da *doxa*[3], e lhe neutraliza o poder de desmobilização e de subversão, poder de tornar atual o poder potencial das classes dominadas”.

Bourdieu (Ibidem) define político avisado como “o eu consegue dominar praticamente o sentido objetivo e o efeito social das suas tomadas de posição graças ao domínio que ele possui do espaço de tomadas de posição atual”. E, compara a vida política com a dramatização:

> A vida política só pode ser comparada a um teatro se se pensar verdadeiramente a relação entre o partido e a classe, entre a luta das organizações políticas e a luta das classes, como uma relação propriamente simbólica entre um significante e um significado ou, melhor, entre representantes dando uma representação e agentes, ações e situações representadas. A concordância entre o significante e o significado, entre o representante e o representado, resulta sem dúvida menos da procura consciente do ajustamento à procura da clientela ou do constrangimento

[2] Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986) significa “conforme com princípios doutrinários; da Igreja Católica Apostólica Ortodoxa ou relativo a ela.
[3] Significa segundo Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986) “glória; crença; opinião”.

> mecânico exercido pelas pressões externas do que da homologia entre a estrutura do teatro político e a estrutura do mundo representado, entre a luta das classes e a forma sublimada desta luta que se desenrola no campo político. (BOURDIEU: 2001, p.176).

Bourdieu (Ibidem, p.188) afirma que o homem político tira sua força política da confiança que um grupo põe nele. Retira o seu poder mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com outros grupos. “Mandatário unido aos seus mandantes por uma espécie de contrato nacional”. Ele é unido por uma relação mágica de identificação àqueles que “põem nele todas as esperanças”.

O homem político como homem de honra é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo a tudo o que ameaça a crença, a confiança, fazendo aparecer à luz do dia os atos e os ditos secretos escondidos do presente e do passado. Bourdieu (Ibidem) defende que é a prudência extrema que define o político consumado, o que se mede de modo particular pelo alto grau de eufemização do seu discurso. Explica-se, sem dúvida, pela vulnerabilidade extrema do capital político que faz do ofício de homem político uma profissão de alto risco, sobretudo nos períodos de crise.

> [...] Daí, toda prudência, todos os silêncios, todas as dissimulações, impostos a personagens públicas incessantemente colocadas perante o tribunal de opinião, pela preocupação constante em nada dizer ou fazer que possa ser lembrado pelos adversários, princípio impiedoso da irreversibilidade, de nada revelar que possa contradizer as profissões de fé presentes ou passadas ou desmentir-lhes a constância no decurso do tempo. E a atenção especial que os políticos devem dar a tudo que contribui para produzir a representação da sua sinceridade ou do seu desinteresse explica-se se imaginar que estas atitudes aparecem como garantia última da representação do mundo social, a qual eles se esforçam por impor, dos ideais e das idéias, que eles têm a missão de fazer aceitar. (Ibidem, p.189).

Para Bourdieu (Ibidem) todo esse processo é que faz com que o homem político esteja comprometido com o jornalista, detentor de um poder sobre os instrumentos de grande difusão que lhe dá um poder sobre toda a espécie de capital simbólico (o poder de fazer ou desfazer reputações). Ele cita como exemplo o caso Watergate

em que as investigações de jornalistas levaram ao *impeachment*[4] do presidente dos Estados Unidos Richard Nixon.

> A própria ambigüidade da luta política, o combate por idéias e ideais que é ao mesmo tempo um combate por poderes e quer queria quer não, por privilégios, está na origem da contradição que obsidia todos os empreendimentos políticos ordenados com vista à subversão da ordem estabelecida: todas as necessidades que pesam sobre o mundo social concorrem para fazer com que a função de mobilização, que necessita da lógica mecânica do aparelho, tenda a preceder a função de expressão e de representação, que todas as ideologias profissionais dos homens de aparelho reivindicam (a do intelectual orgânico como a do partido parteiro da classe) e que só pode ser realmente assegurada pela lógica dialética do campo. (BOURDIEU, 2001, p. 202).

Martín-Barbero (1995, p.46-47) desenvolve o seu trabalho com base na teoria das mediações entre o receptor e o sistema/estrutura, representado pelos meios, tendo a cultura e o sentido de vida como mediadores do processo e saída para a recepção, tornando-o sujeito no processo. As mediações são processos de fragmentação social, que interferem na relação do receptor com os meios de comunicação. O indivíduo pode expor-se à satisfação de certas sensibilidades. Para atingir essa sensibilidade das pessoas, que estão fragmentadas, os meios põem em movimento outra dimensão da vida, do imaginário, outra representação do social, do cultural, do prestígio, da beleza, da juventude. Os meios são fortes quando a estrutura familiar é fraca.

A temporalidade para Martín-Barbero são expressões, olhares, gestos, que dizem o sentido, que são distintos. Ele resgata a heterogeneidade de temporalidades, a mediação fundamental no conceito. Utiliza o conceito de hegemonia de Gramsci (Rodrigues, 2005) para analisar o processo de dominação social, não como imposição, mas como processo, onde a classe dominante torna-se hegemônica na medida em que representa também interesses das classes subalternas.

Moraes apud Rodrigues (2005, p.15) esclarece que alcançar a hegemonia é um processo historicamente longo. “Para que uma classe o obtenha e promova a

[4] De acordo com Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986), é uma palavra de origem inglesa que denomina no regime presidencialista o ato pelo qual se destitui, mediante deliberação do Legislativo, o ocupante do cargo governamental que pratica crime de responsabilidade; impedimento.

transformação das estruturas sociais, é preciso que antes ocorra uma verdadeira revolução cultural, que possa progressivamente incorporar várias camadas e grupos sociais ao movimento".

A hegemonia é negociada numa correlação de forças, é construída com apropriação do sentido pelo poder. Os meios são hegemônicos na medida em que se apropriam, de forma simbólica, das necessidades, aspirações e sentidos de vida dos receptores, reconhecem o discurso como seu reelaborando-o. O processo de comunicação é negociado, onde o receptor é sujeito ativo. (MARTIN-BARBERO, 1998).

Bourdieu e Canclini estudaram como se dá o consumo dentro da sociedade, que é espaço de apropriação de sentido, de troca simbólica. É uma necessidade, não uma compulsão como defendiam os teóricos estruturalistas e funcionais[5]. O sentido de apropriação é uma linguagem, uma representação. É resposta social de comunicação.

Bourdieu (1997, p.13) temia que a televisão que poderia se tornar um extraordinário instrumento de democracia direta se convertesse em instrumento de opressão simbólica. Para ele, a tele de televisão se tornou hoje uma espécie de espelho de Narciso[6], um lugar de exibição narcisista. "Não se trata de condenar nem de combater os jornalistas, que freqüentemente sofrem muito das restrições que são obrigados a impor. Trata-se bem, pelo contrário, de associá-los a uma reflexão destinada a buscar meios de superar em comum às ameaças de instrumentalização".

Bourdieu (Ibidem, p.18) ressalta que com a televisão estamos diante de um instrumento que teoricamente atinge todo mundo. Entretanto, o acesso à televisão tem em contrapartida uma "formidável censura", uma perda da autonomia ligada ao

[5] A teoria sociológica do estrutural-funcionalismo salienta a ação social (e não o comportamento) na sua adesão aos modelos de valores interiorizados e institucionalizados. O sistema social na sua globalidade é entendido como um organismo cujas diferentes partes desempenham funções de integração e manutenção do sistema. (WOLF, 1999, p.62).

[6] De acordo com Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986) na mitologia grega **Narciso** é personagem famoso pela admiração à própria beleza. Homem muito vaidoso, enamorado de si mesmo.

fato de que o assunto e as condições são impostos aliados ainda à limitação do tempo que “impõe ao discurso restrições tais que é pouco provável que alguma coisa possa ser dita”.

Bourdieu (Ibidem, p.19) declara que há censura tanto aos convidados como também aos jornalistas. “É verdade que há intervenções políticas, um controle político que se exerce, sobretudo através das nomeações para postos dirigentes”. Contribuem para isso o “exército de reserva e uma enorme precariedade no emprego nas profissões de televisão e da rádio”. Esses fatores determinam uma propensão ao conformismo maior: “As pessoas se conformam por uma forma consciente ou inconsciente de autocensura sem que haja necessidade de chamar sua atenção”.

Segundo Bourdieu (Ibidem), pode-se pensar também na censura econômica: o que se passa na televisão é determinado pelas pessoas que a possuem, pelos anunciantes que pagam a publicidade, pelo Estado que dá subvenções. [...] “ocultam os mecanismos anônimos, invisíveis, através dos quais se exercem as censuras de toda ordem que fazem da televisão um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica”. Para ele, os jornalistas tendem a pensar que o “trabalho de enunciação, de desvelamento dos mecanismos, é um trabalho de denúncia”.

Bourdieu (Ibidem, p.21) acrescenta que quanto melhor se compreende como o mecanismo da televisão funciona, mas se compreende também que aqueles que participam do processo são tão manipulados quanto manipuladores. “Manipulam mesmo tanto melhor, bem freqüentemente, quanto mais manipulados são eles próprios e mais inconscientes de sê-lo”. A violência simbólica é uma violência que se exerce com “cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com freqüência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la”.

Bourdieu acrescenta que uma parte da ação simbólica da televisão, no plano das informações, consiste em atrair a atenção para fatos que são de natureza a interessar todo mundo, os quais se pode dizer que são “*omnibus* [7] – isto é, para todo mundo”. Nesse esquema se encaixam principalmente as notícias de variedades.

[7] Palavra de origem no Latim (BOURDIEU, 1997).

Notícias como as veiculadas pelo Programa Povo na TV não são de interesse generalizado e, por isso, não recebem a ampla cobertura da imprensa, que dá um tipo de atenção fragmentada e esporádica a esse tipo de notícia. Ele critica o espaço dado a notícias de variedades que ocupa tempo que poderia ser empregado para divulgar assuntos úteis, como por exemplo, as dificuldades enfrentadas por uma determinada comunidade, como era de praxe na programação do Povo na TV.

Bourdieu (Ibidem, p.23-24) demonstra preocupação com o fato da televisão ser a única fonte de informação para uma grande parcela da população que não tem acesso a impresso, que "são devotadas de corpo e alma à televisão". A televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população. "Ao insistir em variedades, preenchendo esse tempo raro com o vazio, com nada ou quase nada, afastam-se informações pertinentes que deveria possuir o cidadão para exercer direitos democráticos". Essa é uma prática recorrente nos meios de comunicação, o que torna ainda mais relevante o estudo do Programa Povo na TV como espaço de formação de consciência e mobilização das classes populares.

Bourdieu (Ibidem) destaca a facilidade de manipulação do veículo:

> A televisão pode, paradoxalmente, ocultar mostrando, mostrando uma coisa diferente do que seria possível mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar ou se tornar insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade.

Bourdieu (Ibidem, p. 25) denuncia que os jornalistas "têm óculos especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado". E o princípio de seleção é a busca do sensacional, do espetacular. "A televisão convida à dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico. Em relação aos subúrbios, o que interessará são as rebeliões".

Por isso, percebe-se a importância e relevância do Programa Povo na TV dedicado, especialmente, às questões do subúrbio e à maioria do telespectador excluído dos demais veículos existentes na cidade. “Os jornalistas, grosso modo, interessam-se pelo excepcional, pelo que é excepcional para eles. [...] eles se interessam pelo extraordinário, pelo que rompe com o ordinário, pelo que não é cotidiano”. Tudo isso demonstra como o Programa Povo na TV foge dos padrões tradicionais de programas de televisão.

Outra questão séria na televisão para Bourdieu (Ibidem, p. 27) é a perseguição do furo[8] e a uniformização das coberturas.

> Para ser o primeiro a ver e a fazer ver alguma coisa se está disposto a quase tudo, e como se copia mutuamente visando deixar os outros para trás, a fazer antes dos outros, ou a fazer diferente dos outros, acaba-se por fazerem todos a mesma coisa, e a busca da exclusividade, a singularidade, que, em outros campos produz a originalidade, a singularidade, resulta aqui em uniformização e na banalização.

Para Bourdieu (Ibidem, p.28) os perigos políticos ao uso ordinário da televisão devem-se ao fato de que a imagem tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam de efeito do real, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. “Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização. Ela pode fazer existir idéias ou representações, mas também grupos”. Nesse processo, a televisão que se pretende um instrumento de registro, torna-se um instrumento de criação da realidade. Bourdieu (Ibidem) adverte que “caminha-se cada vez mais rumo a universos em que o mundo social é descrito-prescrito pela televisão. A televisão torna-se árbitro do acesso à existência social e política”. A saída proposta para essa manipulação por Bourdieu (Ibidem, p. 117):

> Desvelar as restrições ocultas impostas aos jornalistas e que eles impõem por sua vez sobre todos os produtores culturais não é – será preciso dizê-lo? – denunciar responsáveis, apontar culpados. É tentar oferecer a uns e outros uma possibilidade de se libertar, pela tomada de consciência, da influência desses mecanismos e propor, talvez, o programa de uma ação combinada entre os artistas, os escritores, os cientistas e os jornalistas, detentores de (quase) monopólio dos instrumentos de difusão. Somente tal colaboração permitiria trabalhar eficazmente na divulgação das contribuições mais universais da pesquisa e também, em parte, na universalização prática das condições de acesso universal.

[8] De acordo com o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986) significa no Brasil notícia dada em primeira mão num jornal.

Para Sérgio Miceli apud Bourdieu (1996), o poder simbólico permite exprimir o sofrimento, a decepção, a alegria, todos sentimentos associados aos tempos fortes do ciclo de vida de um grupo social e, num outro registro, veicular os anseios, as expectativas, as identidades e demais sinalizações pertinentes com que os grupos sociais buscam afirmar sua diferença por meio dos encantamentos instilados em sua definição dos mistérios da vida e do mundo. Para ele, Bourdieu vale-se da noção de rito fazendo as vezes de um processo decantado de enraizamento do simbólico no chão da experiência social (relações de gênero, necessidades econômicas, coerções de linguagem e parentesco, identidades rivais, etc.) trabalhando as representações numa chave na qual se misturam, na medida heterogênea, interesses, sentimentos e reivindicações.

> Ele [Bourdieu] situa as representações no cruzamento ente injunções materiais, políticas e simbólicas, ora frisando o processo de delegação ao cabo no qual um dado porta-voz do grupo passa a falar em seu nome ao empalmar seus anseios e demandas, ora salientando os ligamentos entre condicionantes morfológicos de qualquer procedência e a formatação deles no universo simbólico, ora, enfim, destrinchando significações tácitas, conteúdos ambivalentes, apelos cambiantes, lembranças implícitas, em suma, os mais variados teores de que se nutre o imaginário social. (Ibidem).

Bourdieu (1996, p.23), utiliza o modelo saussuriano que faz da linguagem uma eleição, mas do que instrumento de ação e poder. Ele trata o mundo social como um universo de trocas simbólicas e reduz a ação a um ato de comunicação que está destinado a ser decifrado mediante uma cifra ou um código, uma língua ou uma cultura:

> Para romper com essa filosofia social é preciso mostrar que, embora seja legítimo tratar as relações sociais – e as próprias relações de dominação – como interações simbólicas, isto é, como relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento, não se devem esquecer que as trocas lingüísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico onde se utilizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos. Em suma, é preciso superar a alternativa comum entre o economicismo e o culturalismo, para tentar elaborar uma economia das trocas simbólicas.

Bourdieu (Ibidem) admite que todo ato da fala e toda ação é uma conjuntura, um encontro de séries casuais independentes:

> De um lado, as disposições, socialmente modeladas, do *habitus* lingüístico, que implicam uma certa propensão a falar e a dizer coisas determinadas (interesse expressivo), definida ao mesmo tempo como capacidade lingüística de engendramento infinito de discursos gramaticamente conformes e como capacidade social que permite utilizar adequadamente essa competência numa situação determinada; do outro, as estruturas do mercado lingüístico, que se impõem como um sistema de sansões e de censuras específicas.

Para Bourdieu (Ibidem), enquanto os lingüistas ignorarem o limite do que é construtivo de sua ciência não têm alternativa do que buscar na língua o que está inscrito nas relações sociais onde ela funciona, ou fazer sem o perceber, sociologia, "com perigo de descobrir na própria gramática o que a sociologia espontânea do lingüista importou inconscientemente para ela". Para Bourdieu (Ibidem) a gramática define apenas parcialmente o sentido e é na relação com um mercado que se opera a determinação completa do significado do discurso:

> Uma parte, e não a menor, das determinações que constituem a definição prática do sentido se transfere automaticamente para o discurso. No princípio do sentido objetivo que se engendra na circulação lingüística, há primeiramente o valor distintivo, que resulta do relacionamento operado pelos locutores, consciente ou inconscientemente, entre o produto lingüístico oferecido por um locutor socialmente caracterizado e os produtos simultaneamente propostos num espaço social determinado. Há também o fato de que o produto lingüístico só se realiza completamente como mensagem se for tratado como tal, isto é, decifrado; além do fato de que os esquemas de interpretação que os receptores põem em ação em sua apropriação criativa de produto proposto podem ser mais ou menos distanciados daqueles que orientam a produção. Por meio desses efeitos, inevitáveis, o mercado contribui para formar, não só o valor simbólico, mas também o sentido do discurso.

O discurso só tem sentido quando é decifrado e aceito como tal com seu valor simbólico. Portanto, para Bourdieu (Ibidem) o que circula no mercado lingüístico não é a 'língua", mas discursos estilisticamente caracterizados, e o mesmo tempo do lado da produção, na medida em que cada locutor transforma a língua comum num idioleto, e do lado da recepção, na medida em que cada receptor contribui para produzir a mensagem que ele percebe e aprecia, importando para ela tudo o que constitui sua experiência singular e coletiva. É preciso observar que o efeito consiste em despertar experiências variáveis segundo os indivíduos:

> A conotação remete à singularidade das expectativas individuais é porque ela se constitui numa relação socialmente caracterizada na qual os receptores empregam a diversidade de seus instrumentos de apropriação simbólica. O paradoxo da comunicação é que ela supõe um meio comum, mas que só tem êxito ao suscitar e ressuscitar experiências singulares, isto é, socialmente marcadas, isso é evidente no caso limite em que se trata de transmitir emoções, como muitas vezes se dá na poesia.

Bourdieu (Ibidem) defende que “os diversos sentidos de uma palavra se definem na relação entre o núcleo invariável e a lógica específica dos diferentes mercados, por sua vez objetivamente situados relativamente ao mercado onde se define o sentido mais comum”. Para ele, a religião e a política extraem seus melhores efeitos ideológicos das possibilidades que se encerram na “polissemia diferente inerente à ubiqüidade social da língua legítima”. Bakhtin apud Bourdieu (Ibidem) lembra que nas situações revolucionárias, as palavras comuns assumem sentidos opostos. Não existem palavras neutras. A pesquisa mostra que os adjetivos usados mais corretamente para expressar os gostos recebem sentidos diferentes, por vezes opostos, segundo as classes.

> O recurso da linguagem neutralizada se impõe sempre que se trata de estabelecer um *consensus*[9] prático entre agentes ou grupos de agentes dotados de interesses parcial ou inteiramente diferentes; quer dizer, evidentemente, em primeiro lugar, no campo da luta política legítima, mas também nas transações e interações da vida cotidiana. A comunicação entre as classes (ou nas sociedades coloniais ou semicoloniais, entre etnias) representa sempre uma situação crítica para a língua utilizada, seja ela qual for. De fato, ela tende a provocar uma volta ao sentido mais abertamente carregado de conotações sociais.

Bourdieu (Ibidem) acredita que não existem mais palavras inocentes. Esse efeito objetivo de desvelamento rompe a unidade aparente da linguagem comum:

> Cada palavra, cada locução ameaça assumir dois sentidos antagônicos conforme a maneira que o emissor e o receptor tiverem de interpretá-la. A lógica dos automatismos verbais, uma vez que estes conduzem sorrateiramente ao uso comum, com todos os valores e preconceitos que lhe são solidários, encerra o perigo permanente da ‘gafe’, capaz de fazer volatilizar-se num instante o *consensus* prudentemente mantido à custa das estratégias de deferência recíproca.

[9] Palavra latina que significa consenso.

Bourdieu (Ibidem) defende que para compreender inteiramente a eficácia simbólica das linguagens políticas ou religiosas seria preciso reduzi-la ao efeito dos mal-entendidos que levam indivíduos opostos em tudo a se reconhecerem na mesma mensagem. Para ele, não se pode compreender os efeitos simbólicos da linguagem sem levar em conta o fato, mil vezes atestado, de que a linguagem é o primeiro mecanismo formal cujas capacidades geradoras são ilimitadas. “Não há que se possa dizer, e pode-se dizer o nada. Pode-se enunciar tudo na língua, isto é, nos limites da gramaticalidade”. As palavras podem ter um sentido sem remeter a coisa alguma:

> Todas as teologias religiosas e todas as teodicéias políticas tiraram partido do fato de que as capacidades geradoras da língua podem exercer os limites da intuição ou da verificação empírica, para produzir discursos formalmente corretos, mas semanticamente vazios. Os rituais representam o limite de todas as situações de imposição, nas quais, por meio de exercício de uma competência social, a do locutor legítimo, autorizado a falar e falar com autoridade.

Pelo olhar dos estudos culturais percebemos que o espaço público foi deslocado para os meios de comunicação. Habermas apud Gomes (1998) concluiu que não havia mais espaço público, desde que os meios de comunicação eram empresas privadas. Quando a esfera pública deixou de existir, ficou apenas uma pseudo-esfera pública, encenada e fictícia, cuja característica maior era ser dominada pela comunicação e pela cultura de massa. A submissão configura a degeneração da esfera pública moderna. A verdadeira esfera pública foi exercida pelos burgueses, quando realmente havia democracia, o que valia não era a posição social, mas a força da argumentação. (GOMES, 1998, p.162-163).

De acordo com Habermas, a comunicação é um processo derivado de três momentos: mundo sistêmico, mundo das normas e mundo vivido. Nós somos a síntese dos três. O mundo sistêmico é a sociedade capitalista. O mundo das normas reproduz o mundo sistêmico e o mundo vivido é aquilo que é experimentado, ao longo da história, pelas pessoas. O mundo vivido é colonizado pelo mundo sistêmico. Há ocultação das regras do jogo, dos interesses (ideologia)[10].

[10] De acordo com o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986) o conceito político de ideologia é um sistema de idéias dogmaticamente organizado como instrumento de luta

O grande ausente no processo todo é o mundo vivido. As práticas culturais estão no mundo vivido, onde decodifica, simplifica a série de variáveis que intervém na vida. A cultura é tanto ou mais importante que a ideologia. Nesse novo olhar, percebe-se que as práticas cotidianas são os grandes filtros da vida e que elas são muito mais importantes que as estruturas sociais.

Nessa crise de representatividade provocada pelo estado mínimo[11], que não supre as necessidades básicas do cidadão, no que se refere à saúde, educação, segurança, infra-estrutura, trabalho, abastecimento, deterioraram-se os espaços tradicionais da sociedade. Na crise de identidade, os meios estão substituindo os políticos e as instituições básicas da sociedade: a escola, a igreja e a família. Eles passam a ser o espaço público da discussão, do debate. J.M. Salaün declara que "os meios não são mais lugar de confrontação, de argumentos, mas lugar de simbolização de uma sociedade. Toda coletividade tem necessidade de um lugar para construir sua imagem." (WILTON, 1995, p.34-35).

Lipovetsky (1989), em o "Império do Efêmero," busca inspiração na moda, entre outros sentidos relacionados à cultura, para reformular o conceito de Habermas de esfera pública no que se refere à visualização de seu fim pela dominação dos meios e pela cultura de massa.

A mudança estrutural da esfera pública se dá pela forma moda, que realiza a consumação da democratização dos sentidos e dos espíritos, o que facilitaria a argumentação aberta, condição da esfera pública, mais receptiva à crítica, mais tolerantes, mais abertos à argumentação do outro. Há extinção dos fanatismos ideológicos. Há configuração de um outro tipo de ideologia, a ideologia - moda, orientada pela autonomia, pelo hedonismo, pelo psicologismo, um rodízio leve dos sentidos. (GOMES, 1998, p.172-177).

---

política; conjunto de idéias próprias de um grupo, de uma época e que traduzem uma situação histórica: ideologia burguesa. A concepção marxista de ideologia (CHAUÍ, 1986) é um dos instrumentos da dominação de classe e uma das formas de luta de classe. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados. [....] Dissemos que a ideologia é o resultado da luta de classes e que tem por função esconder a existência dessa luta.

[11] A partir da década de setenta o *welfare state* – o Estado suprindo as necessidades básicas sociais - entra em crise na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, esse sistema não chegou a ser implantado. Mais informações sobre esse sistema em Peter Burke (2002), Renée Rémond (1996) e Maria da Glória Gohn (1997).

2.2 Cenário político e socioeconômico do Programa Povo na TV

Para entender como o processo de uso de encenação, recursos dramáticos e símbolos foram utilizados durante o governo Albuíno Azeredo, precisamos conhecer o Programa Povo na TV, uma vez que acreditamos que esse programa foi usado de acordo com os métodos preconizados por Balandier (1981).

2.2.1 Conhecendo a TVE e o Programa Povo na TV

A idéia de criação de uma televisão se estabeleceu no Brasil na década de 60 com o propósito de utilizar a educação como alicerce básico para o desenvolvimento da nação com uso da mídia televisiva no processo pedagógico com recurso de educação a distância e dos telecursos na alfabetização. De acordo com Martinuzzo (2006), entre 1967 e 1974 surgiram nove emissoras no país, entre elas a TV Educativa do Espírito Santo. A primeira tentativa de criação de um sistema nacional de articulação de uma rede de transmissão de programas educativos partiu dessas emissoras em março de 1978, mas não deu certo, servindo apenas para formação da 'redinha' que fez a transmissão dos jogos da Copa do Mundo daquele ano.

Essas emissoras se mantiveram desarticuladas até 1980 quando foi criado o sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinred), órgão gerido pela Fundação Funtevê, do Rio de Janeiro. Esse sistema se expandiu e chegou a 15 emissoras em 1989. Em 1990, a Funtevê passou a se chamar Fundação Roquette Pinto. Em 1993, houve significativa redução no volume de recursos destinados a televisão pública com queda na qualidade da produção. Em 1997, por iniciativa da TV Cultura foi fundada a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais, a Abepec.

> Diferentemente da primeira concepção de TV educativa pregada décadas antes, a TV pública não se restringe a programações estritamente pedagógicas, mas contempla também as de caráter cultural, informativo, jornalístico e de entretenimento, tendo como fios condutores a cidadania, a promoção do conhecimento e a educação. (Ibidem)

Em julho de 1999, as emissoras integrantes da Abepec criaram a Rede Pública de Televisão – RPTV, com o objetivo de estabelecer uma grade de programação comum e obrigatória para todas as emissoras associadas.

Para Cunha Lima (Martinuzzo, 2006) a TV pública tem um papel importante na educação complementar do homem, que é de prepará-lo para ter uma visão crítica da sociedade e exercer a cidadania:

> Um dos principais meios que a TV pública compreende para tingir o seu objetivo de formação crítica do cidadão é a disseminação da informação através de um jornalismo que compreende a notícia não como um produto ou espetáculo, e sim como instrumento de compreensão crítica dos acontecimentos, privilegiando a contextualização e a análise crítica. Na TV pública a notícia deve versar mais sobre as causas, necessita de mais tempo para ser assimilada, não importa a velocidade.

A Rede Pública de Televisão atinge 98 milhões de telespectadores em todo Brasil, com 19 afiliadas. Entre elas a Rádio e Televisão do Espírito Santo, a RTV-ES. O primeiro passo rumo à criação da TVE foi a criação pelo governo de Christiano Dias Lopes (1967 – 1971) da Fundação Cultural do Espírito Santo. Esse órgão foi responsável pela gestão da TVE até a década de 1980. Entretanto, tudo ficou só no papel até 1974, quando o governador Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975), em função da Copa do Mundo de Futebol ser transmitida em cores, adquiriu e instalou um retransmissor em Vitória. O Canal 2 foi inaugurado em 13 de junho de 1974 e as imagens eram fornecidas pela TV Cultura de São Paulo de forma improvisada, já que o transmissor, importado, foi instalado com menos peças que o necessário.

Após a Copa do Mundo, a transmissão da programação integral da TV continuou a ser precariamente veiculada com o sinal da Embratel, um meio caríssimo na época, o que quase inviabilizou a TV por diversas vezes. Por causa da dívida com a Embratel, em 1976, a TVE passou a fazer um esquema de gravação de videoteipes que eram enviados pela TV Cultura para não sair do ar. Com esquema precário, atrasos e muitas reprises, a TVE continuou funcionando.

O produtor cultural Nenna B, primeiro diretor de produção da TVE, montou a primeira equipe de produção com oito pessoas. Antes disso, só havia retransmissão. Na primeira equipe estavam Glória Cristina Mussiello, Joelson Fernandes, Amylton de Almeida e Jairo de Brito. A primeira imagem veiculada pela produção local da TVE Espírito Santo foi a de um colibri voando, retirada de um filme de Orlando Bonfim, ao som da Bachiana n° 5 de Villa-Lobos, em 10 de setembro de 1976. Nessa época, eram produzidos debates em diversas locações porque não havia instalação de estúdio. O primeiro documentário local apresentado foi “Tutti, Tutti Buona Gente”, de Orlando Bonfim, que retrata o processo de imigração italiana na cidade de Santa Teresa.

Em 1977, a TVE por falta de verba estava em crise com precariedade na produção, índices de audiência baixos e a equipe precisando de treinamento. Vários funcionários foram demitidos e os que ficaram pediram demissão em massa. O canal chegou a sair do ar várias vezes e quase perdeu por mais de uma vez a concessão federal. A Fundação Cultural desde sua criação até a década de 1970 não conseguiu viabilizar seus objetivos, que incluíam o projeto da televisão que educa o cidadão, devido a extensa demanda que incluía, além da TVE, também administrar o Teatro Carlos Gomes e os museus no interior.

De acordo com Canuto apud Martinuzzo (2006), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação informou que na década de 1970 de todas as emissoras educativas do país, apenas cinco não possuíam sequer um estúdio equipado, dentre elas a do Espírito Santo, Amapá, Acre, Roraima e Rondônia. A crise continuou na década de 1980, quando a TV operava endividada, equipamentos defasados em relação ao mercado e em crise administrativa que piorou com o rompimento do convênio com a Secretaria de Educação (Sedu), estabelecido em meados da década anterior. Esse convênio viabilizava a contratação de profissionais. Por isso, em março de 1980, teve fim o projeto “Conquista” elaborado pela Funtevê com objetivo de levar aulas monitoradas com vídeos para comunidades no interior. O projeto chegou a formar 38 centros de atividades no Estado atendendo cerca de 3 mil alunos.

A Secretaria da Educação assumiu a TVE em meados do governo Gérson Camata (1983 – 1987), em função da escassez de recursos do DEC (Departamento Estadual de Cultura), órgão sucessor da Fundação Cultural, extinta pela reformulação do governo Eurico Rezende (1979 – 1982). Antes da transferência, a emissora recebeu novos equipamentos importados que garantiram uma nova capacidade de produção com realização de série de vídeos baseados em contos de autores capixabas, incluindo “Trilhos de sangue”, dirigido por Antônio Carlos Neves (Toninho Neves). Nessa nova realidade, foram produzidos programas mensais, semanais e diários, num total, na década de 1980, de 14 programas, por isso esse período foi conhecido como época de ouro da TVE. Alguns desses programas ganharam notoriedade como o “Fanzine”, dirigido por Roberto Burura que inspirou programa da TV Cultura e “Momentos de uma raça”, que retratava a vinda de escravos pelo Porto de São Mateus, que foi exibido em rede nacional.

Outros programas importantes são: “Espaço Dois”, programa cultural que ficou no ar de 1978 a 1989 e que foi reintegrado atualmente à grade de programação; “Periquito Maracanã”, programa infantil sobre folclore capixaba exibido entre 1982 e 1984; “Comunidade em Debate”, precursor do programa “Povo na TV”, documentário denunciando as condições precárias de infra-estrutura das comunidades da Grande Vitória, exibido entre 1982 e 1983; “ação e Reação”, veiculado entre 1979 e 1981, com debate político com participação ao vivo por telefone dos telespectadores e “A Voz do Campo”, exibido entre 1984 e 1986. Outro programa da grade infantil que teve sucesso com o público capixaba foi o “Rataplan”, de auditório inspirado no Programa da Xuxa.

Nessa época, ainda houve reformulação do jornalismo da emissora. O jornal “Espírito Santo Hoje” passou a ter olhar crítico mais apurado, dando ênfase maior às questões relativas à população e se desvinculando das notícias oficiais até então o carro-chefe. Nessa época, os problemas técnicos foram resolvidos e a emissora atingia lugares que não eram assistidos por outras emissoras locais. Existia nesse período uma preocupação com a interiorização da TV e aproximação com os municípios. Com isso, surge o programa “Quem é quem no ES”, uma série de documentários sobre o interior do Estado com objetivo de integrá-lo à Grande Vitória. Esse foi também o período da reabertura política e repercutiu na forma

como a comunicação era feita no país alterando a proposta inicial de ênfase à educação e cultura para a redemocratização. Esse novo foco atraiu novas linguagens e diversidade de públicos e comunidades na programação.

Na TVE-ES os anos 80 desencadearam série de manifestações dos funcionários. Em 1986, uma greve de onze dias teve o intuito de sensibilizar o governo e a sociedade com o movimento “SOS TVE, Salve essa imagem”. Entre os anos de 1987 e 1990, a TVE ganhou mais independência e autonomia na sua estruturação. Surgiram os departamentos de Produção Externa, produção e Jornalismo. Essa organização permitiu o desenvolvimento de uma identidade maior a cada uma dessas áreas, o que ocasionou um aumento considerável da visibilidade da programação e maior índice de audiência. (MATINUZZO, 2006).

A partir de 1989, a TVE e a Rádio ES até então setores distintos mantidos pelo governo foram organizados num único sistema e passou a se chamar RTV-ES (Rádio e Televisão do Espírito Santo). A primeira presidente da RTV-ES foi Jane Mary de Abreu, em 1991, no início do governo Albuíno Azeredo. No final do governo de Max Mauro, a TVE recebeu investimento de US$ 1 milhão com aquisição de equipamentos para atendimento de sua demanda de produção. Antes desse investimento a emissora usava U-MATIC, quando a maioria das emissoras utilizava Betacam.

Com a chegada de Jane Mary, o do Departamento de Produção foi extinto. A ação de Jane Mary foi bastante polêmica. No início de sua gestão demitiu 10 funcionários da emissora sob a alegação de que não eram jornalistas, segundo Martinuzzo (2006). Esse número é contestado pela própria ex-diretora presidente da RTV-ES, Jane Mary de Abreu em seu depoimento, que afirma ser superior.

Jane Mary apud Martinuzzo (Ibidem) afirma ter feito o necessário para restabelecer eficiência do sistema da TV. “Foi necessário fazer uma faxina geral que só tive êxito porque recebi carta branca do Palácio Anchieta para mudar o que precisava ser mudado. Esta medida não foi bem entendida e gerou alguns protestos da classe artística”. Ela argumentou que os artistas estavam lá para produzir telenovela, mas não havia recurso no orçamento para esse tipo de produção cultural. Ela preferiu

optar por investir no jornalismo: “é mais barato e dá resultado em curtíssimo prazo. Substituí atores por jornalistas, apenas isso”. Para Jane Mary, o tempo provou que ela estava certa.

Durante esse período, a programação na área de produção foi desativada e a emissora se voltou para a cobertura jornalística no acompanhamento das atividades governamentais e no desenvolvimento de programas como o inovador Povo na TV, de grande repercussão local. O Povo na TV foi criado em 1991, na TVE/ES, idealizado pela diretora presidente da RTV, Jane Mary de Abreu. A proposta era de desenvolvimento de um programa ao vivo com participação popular, apresentando as reivindicações das comunidades e estabelecendo um canal direto com as autoridades responsáveis pela resolução de problemas. O Programa Povo na TV da TVE/ES ficou no ar: de 1991 a 1994.

O programa foi criado num período de transição na direção da TVE, quando o Governador Albuíno Azeredo assumiu e nomeou a jornalista Jane Mary de Abreu para Diretora Presidente da RTV/ES (Rádio e TV/ES). Nessa época, houve mudanças na estrutura da emissora, com prioridade para jornalistas em detrimento da presença na emissora de artistas que durante muito tempo ocuparam espaço e exerceram as funções de comunicadores.

Nesse processo de reestruturação vários programas da TVE foram extintos. A maioria dos artistas que eram responsáveis pela realização da programação foi demitida, sendo contratados jornalistas para substituí-los. A TVE passou por reestruturação do espaço físico e aquisição de equipamentos de última geração. Nesse período, a emissora adquiriu o primeiro equipamento microonda para transmissão externa ao vivo do Estado. Foi criado um plano de cargos e salários, tornando a remuneração da TVE/ES compatível com os melhores salários do mercado local, transformando-se numa opção de emprego atrativa para os profissionais da área. Sérgio Conti apud Martinuzzo (Ibidem): “na época a gente tinha uma defasagem salarial muito grande, mais de 140%. Então, ela conseguiu um aumento. Só que como não ficou nada assinado, isso durou um ano, ou dois, depois acabou”. Além de aumento salarial, Jane Mary foi responsável por outros benefícios para os funcionários, tais como: plano de saúde, vales-refeição e auxílio creche. Tais

conquistas foram resultado de acordo verbal entre a presidência da TVE e o governo.

Nesse cenário, estavam criadas as condições para a realização do programa Povo na TV, com proposta de permanecer ao vivo durante duas horas e meia diárias, com equipes permanentes nos bairros, ou da Praça Costa Pereira, no Centro de Vitória e, ao mesmo tempo, dois apresentadores no estúdio localizado no Centro de Vitória, com presença das autoridades para responder aos questionamentos das lideranças comunitárias e dos moradores.

Martinuzzo (2006) descreve o Povo na TV como um diário que abordava as questões e opiniões da comunidade, além de notícias, serviço, entrevistas com autoridades:

> A característica peculiar desse programa era o papel de intermediador entre a população e seus representantes políticos, diante das carências sociais e da dificuldade de acesso aos administradores públicos. O programa funcionou como um espaço público de apresentação das demandas populares e de obtenção de respostas das autoridades, até então inacessíveis aos seus representados. Com o diálogo que se viabilizou entre o público e as autoridades, sem os entraves e processos da burocracia, a TVE acabou se firmando como um dos poucos canais em que existia uma forma direta de se falar com os administradores, já que as demais emissoras tinham, e têm, pouca liberdade para elaborar programas para elaborar programas regionais que exponham as livres manifestações comunitárias.

Segundo Jane Mary apud Martinuzzo (Ibidem), em pouco tempo, Cláudio Figueiredo, o “repórter sem medo”, como ele mesmo se anunciava, mobilizou uma verdadeira multidão que descobriu na TVE um eficiente canal para resolver seus problemas comunitários. “Demos voz e vez à população de baixa renda, passamos a pautar os outros veículos, viramos sensação do jornalismo capixaba, sem nenhum exagero”.

Martinuzzo (Ibidem) afirma que mesmo com uma audiência elevada, alcançou marca inédita na TVE próxima de 10 pontos, o programa acabou sendo tirado do ar por pressões políticas. No começo do governo Albuíno Azeredo a interferência política se acirrou e a Assembléia legislativa começou a opinar nas decisões referentes às

emissoras oficias do governo. Jane Mary (Ibidem) defende: “o canal de conversação aberto pela TVE passou a ser um incômodo para alguns membros da classe política. Daí para frente tem início a ‘Era Gratz’ e sua interferência na máquina estatal, inclusive na área de comunicação”.

Em 1994, o programa Povo na TV foi tirado da grade de programação da TVE. Nesse período, terminou a direção de Jane Mary e, em 1995, assumiu o posto o jornalista Tinoco dos Anjos. Até a entrada da nova diretoria, a TVE que sempre teve o compromisso de cobrir atividades do governo nunca havia recebido pela publicidade oficial veiculada, ao contrário das emissoras particulares. A nova diretoria entendeu que deveria haver tratamento igualitário. Esse novo entendimento foi fundamental para sua auto-sustentação e autonomia financeira. Tinoco dos Anjos apud Martinuzzo (2006) esclarece:

> Em 1995, a TVE não ganhava nada com a mídia de TV que o governo produzia e que pagava para as outras emissoras. Foi necessário convencer o governo de que era preciso remunerar a veiculação das mídias oficiais, assim como fazia com as demais TV’s, para que a TVE obtivesse recursos para as suas produções.

Segundo Martinuzzo (Ibidem), as instalações da TVE-ES eram precárias e não havia mais condições de funcionamento no antigo prédio da Rua Pedro Palácios. A emissora estava instalada nos andares 8°, 9° e 10° do Edifício das Fundações, localizado na Cidade Alta, em Vitória. Depois de 26 anos em sua antiga estrutura, dispondo de péssimas condições de trabalho, sem estacionamento próprio e com elevadores antigos que precisavam de reparos freqüentes e chegavam a inviabilizar a realização de programas ao vivo, a TVE do Espírito Santo se mudou para Centro Cultural Carmélia Maria de Souza, na Grande Santo Antônio, em Vitória.

A nova sede da TVE antes pertencia ao instituto Brasileiro do Café (IBC). O Teatro Carmélia Maria de Souza foi inaugurado, em 1986, para o desenvolvimento de inúmeras atividades culturais e a inclusão social, sendo um centro irradiador de cultura para as comunidades vizinhas e, conseqüentemente, para toda a cidade. (Ibidem).

Tinoco dos Anjos, diretor da TV até 2003 e diretor-geral da TVE desde então, explica que a mudança ocorrida no início de 2000 colocou a emissora num espaço adequado para comportar a ampliação da grade de programação local. Entretanto, essa ampliação foi restringida pela ausência de investimentos na área técnica e a escassez de pessoal, problemas comum na máquina pública. Apesar de possuir o maior estúdio do Estado, o clima é de sub-aproveitamento por falta de recursos orçamentários. Para manter os 14 programas locais dos “anos de ouro” foi preciso contratar pessoal através de parcerias como a firmada por convênio com a Fundação Ceciliano Salles de Almeida da Ufes.

Tinoco apud Martinuzzo (Ibidem) destacou a tentativa de mudança da natureza jurídica da TV, uma vez que uma autarquia é incompatível com o dinamismo e flexibilidade que um veículo deve ter. A sua proposta ao assumir a presidência da RTV-ES, em 1995, durante o governo Vitor Buaiz, foi transformá-la numa organização social capaz de receber investimentos públicos e de contratar e demitir funcionários como uma empresa privada. A idéia foi combatida pelos sindicatos dos jornalistas e radialistas, que entenderam a proposta como tentativa de privatização.

A atual grade da TVE-ES é formada por seis programas que não exigem um custo alto de produção. Não tem possibilidade de cobertura ao vivo, para isso seria necessário desfalcar o equipamento do estúdio. A programação é formada, atualmente, por um diário de entrevistas de meia hora de duração chamado “Estúdio”, que vai ao ar ao meio-dia e às 18 horas. Esse espaço tenta suprir a carência de um telejornal. O programa é apresentado pelo jornalista Namy Chequer. O nome de antes era Opinião.

A programação cultural é formada por três programas. O “Espaço 2” é a mais antiga revista cultural em vídeo do Estado, no ar desde 1982 aborda eventos culturais locais e discute comportamento. Outro semanal é o “Curta Vídeo,” um semanal que apresenta e discute as produções audiovisuais capixabas. “Eu sou o samba” apresenta as vertentes do ritmo brasileiro por meio de entrevistas com grupos musicais e artistas da velha guarda do samba. O programa mostra que o samba de raiz não é apenas uma cultura de periferia e está presente nos locais mais nobres da cidade. Apresentado por Jorge Reis e Francisco Velasco. Os outros programas são

“Oportunidades”, uma mesa-redonda sobre economia com uma hora de duração; o “Nosso Campo”, feito em parceria com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e “Mercado de Trabalho”, um programa diário com três minutos de duração.

Além da nova sede e um novo conceito de televisão, o século XXI trouxe o atendimento pelo governador José Ignácio Ferreira de uma antiga reivindicação dos funcionários e da diretoria da RTV-ES que foi a criação de um plano de cargos e salários dos servidores no mesmo ato Lei Complementar n° 250, de 05 de julho de 2002, que reorganizou a estrutura funcional da Autarquia. Essa mudança ocorreu no final do conturbado governo desgastado frente à opinião pública, que mantinha os salários dos servidores estaduais em atraso e não apontava perspectivas de superação da crise política que atravessava. (Martinuzzo, 2006).

Um grande desafio para TVE-ES é acompanhar as inovações tecnológicas devido a luta constante contra a escassez de recursos e a disputa interna pelo orçamento do governo. No final de 2004, o transmissor, já bastante desgastado por mais de uma década, sofreu um curto-circuito. Como estava muito velho não houve como fazer a recuperação do aparelho.

A compra de um novo equipamento custou R$ 500 mil e a chegada do equipamento demorou quase um ano. Só em novembro de 2005, a TVE-ES teve restabelecida a sua potência original. O sinal passou a chegar pela TV aberta a toda Grande Vitória e a alguns municípios próximos. O advento da transmissão a cabo também expandiu as possibilidades de captação das imagens por meio das empresas Net (Canal 15) e RCA (Canal 5). (Ibidem).

Uma parceria firmada com as TVs Colatina, Litoral (São Mateus) e Sul (Cachoeiro) fez com que dois programas passassem a ser exibidos nas áreas de abrangência desses veículos. Para fazer chegar os programas em localidades onde não é possível enviar o sinal da TV, a solução encontrada foi o transporte da fita por ônibus, repetindo a ação dos anos 1970, protagonizada por Nenna B, que impediu que a TVE saísse do ar.

2.2.2 A estrutura do Povo na TV

No início, a equipe não sabia bem do que se tratava, conforme lembra Maria parecida Barbarioli, diretora do programa. Segundo ela, a equipe criou um esqueleto de um programa que deveria ser ao vivo, com uma unidade móvel, que deveria percorrer os bairros. A proposta era de um programa comunitário. A filosofia principal era chegar até a camada “C”, mais carente da população, que não tinha de certa forma essa voz aberta, esse espaço para as reivindicações. Inicialmente, o programa tinha uma hora e meia no ar, depois passou para uma hora. Era ao vivo no estúdio e ao vivo no bairro.

O programa estreou na correria para evitar que a TV Gazeta entrasse primeiro no ar com um programa parecido, como afirma Maria Aparecida. “A Jane Mary (diretora na época) pegou todo mundo de surpresa, foi uma correria danada. A gente colocou a Cristina Abelha (apresentadora) sentada na Praça Oito num banquinho, o vento no cabelo dela...” recordando o improviso inicial. Ela disse que a Cristina Abelha e o Elias Mugrabi foram os dois apresentadores de estúdio do programa.

De acordo com Magda Carvalho, jornalista entrevistadora e âncora do programa, o projeto do Povo na TV não foi exclusivo da TVE Espírito Santo, mas sim um projeto nacional, mas não deu certo na maioria dos Estados. Ela ficou sabendo quando esteve em visita à sede da TVE do Rio de Janeiro. E, recorda: “A idéia é que o programa fosse criado em todas as afiliadas da rede, mas a maioria dos estados não conseguiu mantê-lo, porque é um programa que exige integração, dedicação integral para ficar no ar”.

Os únicos Estados que mantiveram o programa mais tempo foram Minas Gerais e Espírito Santo, pois quando ela esteve no Rio de Janeiro o programa já tinha acabado lá. Aqui no Estado, o programa ficou de 1991 a 1994. A equipe era formada por duas editoras, duas diretoras, dois apresentadores, dois repórteres ao vivo, seis produtores (produtor interno e externo), roteirista, fora o pessoal da área técnica de estúdio e da unidade externa de microonda.

A parte mais interessante e mais trabalhosa era a produção nos bairros. A equipe de produção externa durante dois ou três dias percorria os bairros da Grande vitória fazendo levantamentos, tais como: quantos moradores tinham o bairro, a história, quais os problemas (luz, água, energia, calçamento de rua, atendimento médico, infra-estrutura). Os dados eram colocados no relatório de produção. Confira em anexo.

Para levantamento dos problemas do bairro, a produção contava com o auxílio das associações de moradores. Esses bairros, então, eram agendados para programas ao longo da semana ou do mês. Os dois produtores percorriam os bairros acompanhados da equipe técnica, que checava se havia sinal, que era o primeiro pré-requisito para a realização do programa. A equipe técnica preparava o relatório, como consta em anexo, especificando os bairros testados ou não e aqueles que tinham ou não sinal. Isso era praticamente o que determinava a presença ou não da equipe no bairro.

Os produtores eram, inicialmente, a Celeste Franceschi, que foi substituída pelo Alonso Ronconi e depois pela Márcia Gáudio e Magda Carvalho. “Íamos para os bairros para ver se o sinal pegava. Infelizmente, em alguns bairros a gente não podia fazer nada, no máximo levar o pessoal para ser entrevistado no bairro vizinho e lá falar também dos problemas daquele bairro que não tinha sinal”, recorda Magda.

Depois da confirmação do sinal e da visita da produção ao bairro, era a vez do repórter comparecer ao bairro munido de informações já levantadas pela produção, conferir em loco essas informações e fazer matéria, destacando os principais problemas e mostrando imagens, além de gravar entrevista com moradores falando desses problemas. Essa matéria gravada depois era editada para ser apresentada no dia em que fosse feito programa ao vivo no bairro. Confira um relatório de repórter em anexo.

Inicialmente, havia uma lista de associações de bairros fornecida pelas prefeituras. A produção ligava e marcava com as pessoas. Magda lembra que, às vezes, não dava, que não era possível nenhum contato. Então, a equipe tinha que ir sem

marcar nada e tentava o contato pessoalmente. “Muitos bairros não tinham nem associação ainda. Só tinham algumas pessoas que falavam em nome das outras. Elas tomavam posturas políticas, mas não havia estrutura de associação,” explica.

Aos poucos o programa foi conquistando credibilidade, especialmente junto às associações de moradores. Durante o programa, os apresentadores convidavam: “Se você quer discutir o seu bairro, nos procure, nos escreva ou nos telefone.” Algumas associações procuravam a TVE toda a semana. Confira em anexo a lista de bairros que foram visitados pela equipe por iniciativa da produção ou solicitação da própria comunidade.

“Era mais que agendar, além de conseguir falar, criava um compromisso. A autoridade vai à televisão, fala que vai fazer alguma coisa, e não faz. Na outra semana, você fala: “fulano não fez. Era uma forma de impor um compromisso maior, porque programa ao vivo é realidade ao vivo“, afirma Magda. Em anexo consta lista de comunidades que pediram o retorno da equipe. Ela lembra que quando começou o programa passou por uma série de experiências que foram sendo adaptadas às necessidades da equipe. Aos poucos foi sendo organizado. No início não havia quadros fixos, não havia estrutura definida. As reuniões eram diárias.

O programa tinha três blocos. Começava, normalmente, com uma matéria mais leve. Tinha sempre uma matéria especial de 4 a 6 minutos. Maria Aparecida cita que houve um momento em que o programa ficou tão elaborado, que havia uma matéria especial por semana, às vezes duas. Havia um tema de debate dentro do programa com a unidade ao vivo com o povo, seja na Praça Costa Pereira, ou então em alguma passeata ou manifestação. “A gente abria o espaço, porque a nossa intenção era ser o espaço público, ser um estúdio aberto. Como as pessoas em Vitória não tinham essa visão, a gente tinha que provocar o debate, através dessas matérias,” explica. Acompanhe em anexo como era o espelho do programa.

O assunto da semana na pauta do dia, que era polêmico, na área de saúde ou de política era transformado em tema para debate. As pessoas envolvidas e interessadas no assunto eram convidadas a participar ou no estúdio ou na praça, que era um estúdio aberto, numa determinada área da cidade.

Maria Aparecida recorda que na época a TVE tinha uma boa infra-estrutura, mas não atendia plenamente à demanda do programa. Os representantes e autoridades, que eram convidados para responder à comunidade, ficavam no estúdio. Ao mesmo tempo, o repórter ficava ao vivo do bairro com a comunidade no ar, que fazia suas reivindicações para os convidados no estúdio.

Era feito todo um acompanhamento através de rádio transmissor e ponto para avisar quando era a vez de cada local entrar ao vivo. “Muita gente tinha preconceito do Povo na TV por ele ser muito parecido com rádio, muito mais do que os programas convencionais de televisão, onde era tudo certinho, direitinho...” declara Magda. Quase todos os bairros tinham os mesmos problemas: luz, água, calçamento de rua, condução, serviços públicos, etc. Veja em anexo.

Muitos bairros apresentavam problemas semelhantes, apesar de estarem em municípios diferentes da Grande Vitória. Por esse motivo, os convidados para falarem sobre as possíveis soluções e respostas eram os mesmos. “Tinham alguns convidados que começaram a ter cadeira cativa, pois estavam presentes em quase todos os programas, como os representantes da Cesan e Escelsa e alguns secretários municipais,” destaca Magda.

2.2.3 Superando a burocracia através da mídia

A principal característica desse programa foi funcionar como espaço público democrático onde o cidadão comum tinha voz e podia apresentar as suas demandas populares e obter resposta por parte das autoridades, em discussão ao vivo. Esse diálogo com as autoridades, em condições normais, seria dificultado pela burocracia dos órgãos públicos. Hanna Arendt (1994, p.33) adverte para os riscos da burocracia, que ela denomina de domínio de ninguém:

> Hoje poderíamos acrescentar à última e mais formidável forma de tal dominação: a burocracia, ou o domínio de um sistema intrincado de departamentos nos quais nenhum homem, nem um único nem os melhores, nem a maioria nem a minoria, pode ser tomado como responsável, e que

> deveria mais propriamente chamar-se domínio de Ninguém. (se, de acordo com o pensamento político tradicional, identificarmos a tirania com o governo que não presta contas a respeito de si mesmo, então o domínio de Ninguém é claramente o mais tirânico de todos, pois aí não há ninguém a quem se possa questionar para que responda pelo que está sendo feito. É este estado das coisas, que torna impossíveis a localização da responsabilidade e a identificação do inimigo, que está entre as mais potentes causas da rebelde inquietude espraiada pelo mundo de hoje, da sua natureza caótica, bem como da sua perigosa tendência para escapar ao controle e agir desesperadamente.)

Arendt (1994, p.59) alerta para o risco da burocratização da vida pública atrair a violência. É que na burocracia desenvolvida não há ninguém a quem se questionar, apresentar queixas ou exercer as pressões do poder. “A burocracia é a forma de governo na qual todas as pessoas estão privadas da liberdade política, do poder de agir; pois o domínio de “Ninguém” não é um não domínio, e onde todos são igualmente impotentes temos uma tirania sem tirano”. E, acrescenta:

> [...] A transformação do governo em administração, ou das repúblicas em burocracias, e o desastroso encolhimento da esfera pública que as acompanhou têm uma longa e complicada história através da época moderna; e este processo tem sido consideravelmente acelerado durante os últimos cem anos, por meio do surgimento das burocracias partidárias. (Ibidem)

2.2.4 Povo na TV: uma praça pública midiática

Em contraponto ao privado, à esfera doméstica, Habermas (1984, p.14) destaca a esfera pública – que era mais evidente para os gregos como um “reino da liberdade e da continuidade”.

> Só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos. Na conversação dos cidadãos entre si é que as coisas se verbalizam e se configuram; na disputa dos pares entre si, os melhores se destacam e conquistam a sal essência: a imortalidade da fama(....) a *pólis*[12] oferece campo livre para a distinção honorífica: ainda que os

[12] De acordo com o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986) significa no idioma grego “cidade”.

> cidadãos transitem como iguais entre iguais (*homoioi*[13]), cada um procura, no entanto, destacar-se (*aristoiein*[14]).

Habermas (1984, p.152) afirma que a esfera pública burguesa surgiu historicamente no contexto da sociedade separada do Estado; “o social podia constituir-se numa esfera própria à medida que a reprodução assumia, por um lado, formas privadas, mas por outro, como setor privado em seu conjunto, passou a ter relevância pública”.

O verdadeiro espaço público para Habermas não foi exercido pelo grego na *ágora* [15]porque só o cidadão grego podia exercer a política na *res-pública*[16], uma vez que a sociedade ateniense era estratificada e os estrangeiros, escravos e mulheres não podiam participar e exercer a retórica e o poder da argumentação, praticar a política. O verdadeiro espaço público foi exercido nos cafés franceses do final da idade média quando a ascendente burguesia podia se igualar à aristocracia pelo poder do diálogo e da retórica. As diferenças sociais desapareciam nesse momento.

Entretanto, Habermas alerta para os interesses burgueses. Na modernidade, Habermas (Ibidem, p.17) aponta uma tendência à decadência da esfera pública. “Enquanto a sua esfera se amplia cada vez mais grandiosamente, a sua função passa a ter cada vez menos força”.

Marx apud Habermas (1984, p.149-150) denuncia a opinião pública como falsa consciência. Segundo ele, ela esconde de si mesma o seu verdadeiro caráter de

---

[13]Citação em Bourdieu (1997).

[14] Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986) é uma palavra grega que significa um tipo de organização social e política em que o governo é monopolizado por um número reduzido de pessoas privilegiadas não raro por herança. Classe de pessoas; fidalguia; nobreza. Grupo de pessoas que se distinguem pelo saber e merecimento real, casta, nata.

[15] ***Ágora*** de acordo com o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986) significa praça das antigas cidades gregas, na qual se fazia o mercado e onde se reuniam, muitas vezes, as assembléias do povo.

[16] ***Res-pública*** é uma palavra de origem latina, segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986), que significa “coisa pública”; organização política de um Estado com vista a servir à coisa pública, ao interesse comum. Sistema de governo em que um ou vários indivíduos eleitos pelo povo exercem o poder supremo por tempo determinado.

máscara do interesse burguês. Em decorrência disso, o sistema capitalista, deixando-se que ele ocorra, por si mesmo, não pode reproduzir-se sem crises, como uma "ordem natural".

> A emancipação da sociedade civil burguesa em relação à regulamentação governamental administrativa não leva a algo como a uma neutralização do poder na interação das pessoas entre si; ao invés disso, nas formas da liberdade contratual burguesa constituem-se novas relações de poder, a começar pelas relações entre proprietários e assalariados. (Ibidem, p. 151)

Para Habermas (1984, p.150-151) a separação entre Estado e sociedade corresponde à cisão do ser humano em homem público e homem privado. Mas "como *bourgeois*[17], o homem privado tampouco é simplesmente *homme*[18], já que ele, para poder realmente assumir interesses cívicos, precisaria "sair de sua realidade burguesa, abstrair-se dela, retirar-se de toda essa organização para sua individualidade". Habermas adverte para evitar confusão quanto ao conceito de espaço público:

> A concepção, segundo a qual as pessoas privadas reunidas num público, depois de argumentos e contra-argumentos, concordem, não pode, portanto, ser confundida com o justo e correto: quebra-se também a terceira identificação, a central identificação de opinião pública com razão. Enquanto, na reprodução da vida social, relações de poder não tiverem sido efetivamente neutralizadas e a própria sociedade civil ainda basear-se em poder, nenhum estado de direito pode ser construído sobre a sua base, substituindo autoridade política por autoridade racional. Assim a dissolução de dominação no seio do público pensante não é a pretensa dissolução de dominação política de modo geral, mas a sua perpetuação em outra forma – e o Estado de direito burguês, inclusive a esfera pública como princípio central de sua organização, é mera ideologia. Exatamente a separação entre o setor privado e o setor público impede, nesse estágio do capitalismo, aquilo que a idéia de esfera pública civil promete. (Ibidem).

Para Habermas (Ibidem), a esfera pública torna-se uma corte, em que o prestígio público é encenado, em vez de nele se desenvolver a crítica. A publicidade teve que

---

[17] ***Bourgeois,*** de acordo com o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986) significa classe social que surgiu na Europa em fins da Idade Média, com desenvolvimento econômico e aparecimento das cidades, e que vai, gradativamente, infiltrando-se na aristocracia, e passa a dominar a vida política, social e econômica a partir da Revolução Francesa, firmando-se no decorrer do séc. XIX. Com o tempo veio a diversificar-se em alta burguesia, detentora dos meios de produção, e média e pequena burguesia (no séc. XX designadas como classe média), que engloba os que exercem profissões liberais e todos aqueles cujos interesses estão ligados, de uma forma ou de outra, às altas esferas econômicas e às classes dirigentes.

[18] No idioma francês significa homem. (Dicionário Michaelis Francês-Português).

ser imposta contra a política do segredo praticada pelos monarcas: aquela "publicidade" procurava submeter a pessoa ou a questão ao julgamento público e tornava as decisões políticas sujeitas à revisão perante à instância da opinião pública. Hoje, ao contrário, a publicidade se impõe com a ajuda de uma secreta política de interesses.

A expressão "trabalhar a esfera pública" já revela que é preciso estabelecer uma esfera pública que antes era dada pela posição dos representantes e que era assegurada pelo simbolismo garantido por tradição. "A esfera pública precisa ser fabricada, ela já não há mais". Altemann apud Habermas (1984, p.235) apelidou esse processo de "comunificação".

> A eficácia publicitária imediata não se esgota no referido efeito propagandístico descomercializado de uma aura of *good will*[19], que produz uma disposição à concordância. Essa publicidade passa agora de uma influência sobre decisões dos consumidores também para a pressão política, pois mobiliza um inarticulado potencial pré-disposição à concordância que, caso necessário, também pode ser traduzida numa aclamação definida de modo publicitário. Nessa medida, a nova esfera pública continua ainda tendo por referência à burguesa, enquanto as formas institucionais de legitimação permanecem em vigor; mesmo a publicidade de tipo demonstrativo desenvolve eficácia política só à medida que torna manifesto um capital de potenciais decisões eleitorais ou quando efetivamente pode resolver problemas.

Habermas (1984, p.258) destaca os riscos da manipulação da esfera pública.

> Um público de cidadãos desintegrado enquanto público é de tal maneira mediatizado por meios publicitários que, por um lado, pode ser chamado a legitimar acordos políticos sem que, por outro lado, ele seja capaz de participar de decisões efetivas ou até mesmo participar.

[19] **As teorias do valor** investigam como os povos positivamente e negativamente utilizam coisas e conceitos do valor e as razões porque fazem suas avaliações. O espaço de aplicações de avaliações se legitima através do mundo social. Além de Jürgen Habermas, utilizam-se em seus estudos sociológicos das teorias do valor (good will) os teóricos ocidentais Weber, Karl Marx e Emile Durkheim. No sistema de valor de Weber (CARDOSO e VAINFAS(Org.), 1997) todos estão impregnados de cultura, ou em outros termos de valores e de significados. As ciências sociais são o encontro de uma dupla de valoração: a dos pesquisadores e a da sociedade (ou grupo) pesquisado. (...) a escolha de um tema de pesquisa é, para Weber, valorativa, pautada pelos valores culturais que o pesquisador partilha com sua sociedade e seu tempo, quanto pelos valores específicos aos quais adere – valores científicos, morais, éticos, etc.

É preciso se avaliar até que ponto uma opinião pública provém da esfera pública interna à organização de um público, constituído por associados, que se comunica com uma esfera pública externa e se constitui no intercâmbio jornalístico-publicitário, através das mídias e entre organizações sociais e instituições estatais. (Ibidem).

2.3 O Intelectual orgânico e o Povo na TV

A ação do intelectual ampliada, diferente, capaz de um caráter formulador e de despertar consciências e transformar a sociedade em que vive. Essa é a perspectiva do teórico italiano Antônio Gramsci. Defendemos que esse intelectual preconizado por Gramsci esteve presente no Programa Povo na TV da TV Educativa do Espírito Santo.

Para Gramsci (RODRIGUES, 2005, p.37) o intelectual orgânico é “o que age, que atua, participa, ensina, organiza e conduz, enfim, se imiscui e ajuda na construção de uma nova cultura, de uma nova visão do mundo, de uma nova hegemonia”. Para ele, esse intelectual se contrapõe àquele que fica preso às teorias, mas não se aproxima da prática.

Gramsci não apenas defendeu o engajamento do intelectual, mas formulou um novo modelo, construindo um método, que tirou os intelectuais “de trás da cortina e os colocou no proscênio da ação política. Gramsci deu ao intelectual uma outra dimensão, constituiu-o em objeto de análise e de pesquisa, fazendo com que desde então não se separe pensamento e ação [...]”. (Ibidem). Portanto, um só funciona com o outro.

O programa Povo na TV funcionou como uma praça pública midiática, onde o cidadão comum tinha a chance de se encontrar com os representantes do poder público e apresentar as suas reivindicações. Em alguns casos, o programa facilitava a execução de obras e melhorias nessas comunidades.

Nesse programa, o entrevistado da praça, dos bairros, por um instante rompia as barreiras e as distâncias dos meios de comunicação e tinha acesso naquele momento à voz, tornando-se ator no processo, capaz de modificar de alguma forma a sua realidade social ao levar às autoridades presentes no estúdio e ao denunciar à população em geral, aos telespectadores, as suas reivindicações de melhorias para o bairro ou para a qualidade de vida de um modo geral.

O repórter funcionou como facilitador desse processo de mobilização e de consciência das classes populares. Criou as condições para esse despertar de consciência que rompeu as barreiras impostas pela burocracia do poder público e confrontou as autoridades ao vivo através da mídia que se tornou um espaço público reconfigurado na contemporaneidade.

O jornalista personificou o intelectual orgânico preconizado por Gramsci. Saímos daquele conceito tradicional do intelectual como homem das letras e partimos para a formulação de Gramsci como quem age. Resende apud Rodrigues (2005, p.37) mostra que Gramsci ampliou a ação do intelectual e o pensou de uma forma inovadora:

> É na ação, efetivamente, que se dá o trabalho intelectual. E é esta ação que transforma o intelectual em orgânico. Ademais, os intelectuais, ao contrário do que dizem os que antecedem Gramsci, não são autônomos e, tampouco, independentes dos grupos dominantes. Eles são, na verdade, “instrumentos para o exercício da hegemonia social e governo político”, daí o trabalho de traduzir o consenso das massas em orientação social.

A proposta do programa era apresentar registros e memórias desse instante de transformação, interação e reelaboração da mensagem pelo receptor que pôde participar das várias etapas do programa através da interferência. Essa oportunidade era disponibilizada pelos jornalistas, que elaboravam o programa, às classes populares, que se tornavam agentes e sujeitos transformadores de sua comunidade. Inicialmente, apresentando a sua realidade social, os seus problemas e demandas do bairro que se tornava a pauta, o mote principal do programa.

Depois, mais uma vez, esse receptor se tornava sujeito durante o programa quando fazia exposição diante das câmeras ao vivo, sem edição ou cortes, de sua realidade

e seus questionamentos, numa busca de respostas diante das autoridades, também ao vivo no estúdio, num confronto e inter-relação de forças. Nesse momento, esse espaço mediático se tornava o próprio espaço público, onde o que valia era a força do argumento, do diálogo, da retórica. O verdadeiro espaço público citado por Habermas (Gomes, 1998) era transferido para os meios de comunicação.

A temporalidade para Martìn-Barbero são expressões, olhares, gestos, que dizem o sentido, que são distintos. Ele resgata a heterogeneidade de temporalidades, a mediação fundamental no conceito. Utiliza o conceito de hegemonia de Gramsci (Rodrigues, 2005) para analisar o processo de dominação social, não como imposição, mas como processo, onde a classe dominante torna-se hegemônica na medida em que representa também interesses das classes subalternas.

Moraes apud Rodrigues (2005, p.15) esclarece que alcançar a hegemonia é um processo historicamente longo. “Para que uma classe a obtenha e promova a transformação das estruturas sociais, é preciso que antes ocorra uma verdadeira revolução cultural, que possa progressivamente incorporar várias camadas e grupos sociais ao movimento”.

A hegemonia é negociada numa correlação de forças, é construída com apropriação do sentido pelo poder. Os meios são hegemônicos na medida em que se apropriam, de forma simbólica, das necessidades, aspirações e sentidos de vida dos receptores, reconhecem o discurso como seu, reelaborando-os. O processo de comunicação é negociado, onde o receptor é sujeito ativo. (MARTÍN-BARBERO, 1998).

Para Geruza Conti, que foi âncora do programa Povo na TV no bairro e incorporou o papel do jornalista opinativo defensor dos oprimidos dentro dos parâmetros de intelectual orgânico preconizados por Gramsci, o intelectual que age e quer transformar a sociedade, interferir. “O Povo na TV foi o programa feito no Espírito Santo que mais tocou a população”. Ela disse que até hoje, após mais de dez anos, ainda é reconhecida pela população na rua, que lembra do programa e pergunta com saudade se ele vai voltar. Segundo ela, a importância do Povo na TV se devia

ao fato de dar “vez e voz” ao povo, que tinha ali um canal aberto para colocar os seus problemas. “Servia como uma terapia, um divã para desabafo”.

Ao contrário dos outros veículos, nesse programa o povo falava o que queria e precisava dizer, sem que houvesse interferência política ou do setor comercial, como é o caso dos veículos privados. Ela disse que muita coisa acabava não sendo veiculada na mídia para não ferir os interesses comerciais. Geruza elogiou a não interferência no programa do governador da época, Albuíno Azeredo. As represálias políticas que ela sofreu no decorrer do programa “não partiram dele, mas dos deputados que pressionavam a direção da TVE”.

Gramsci apud Resende (RODRIGUES, 2005, p.38) afirma que todo homem é um intelectual, mas nem todos desempenham esta função na sociedade. Um exemplo de intelectual orgânico na concepção gramsciana é o jornalista que se contrapõe ao intelectual tradicional que ele chama de vulgarizado e que tem o seu protótipo no literato, no filósofo e no artista. “O jornalista pode, também, exercer um papel orgânico ao contribuir para a mudança da sociedade ou mesmo, para a manutenção da hegemonia vigente”. Ao intelectual que se “encastela, que olha o mundo de cima, Gramsci propõe o intelectual que pensa e age”.

Geruza lembra que o programa conseguiu o que outras emissoras de TV de Vitória não tiveram sucesso, que foi reunir o “povão” em torno de um programa de televisão. “Eles achavam que ali era o canal deles e que eles tinham resposta”. Eles não tiveram todas as respostas, explica, mas conseguiram resolver alguns problemas de bairro como consertar algumas ruas, e encanamentos e conter esgotos, que transbordavam a céu aberto, transmitindo doenças à população carente residente naquele local. Houve caso de patrol em ruas intransitáveis, mas ela não se recorda de nenhum asfalto obtido pelo programa. Eram obras de menor porte, mas de grande significação para população.

Gramsci (RODRIGUES, 2005, p.40) estabelece uma nova tipologia para o intelectual e o papel que ele deve e não pode desempenhar na sociedade “Um dos papéis é ligar os elos da superestrutura mediante a interpretação do senso comum e visando

a transformar a ideologia que perpassa a sociedade civil em ideologia hegemônica, unindo assim a sociedade em torno de um objetivo político".

Para Geruza o maior mérito do Povo na TV foi ter servido de espaço público para essa população mais carente estar reivindicando, colocando seus problemas. Ter dado espaço ao povo, o que ele não tem hoje em nenhum programa local que está no ar. "Sinto que cumpri o meu papel junto à população e foi uma das fases mais gratificantes como repórter". Em sua opinião, o movimento comunitário se fortaleceu através da ajuda do Povo na TV. No caso do intelectual orgânico, o seu papel principal é de organizador o que se segue o de dirigente e o de educador:

> Essas funções, aliás, se realizam juntas, dando ao intelectual um papel político qualificado e tornando-o vanguarda, não no sentido de ir à frente, mas de preparar a sociedade, por meio da criação de uma nova visão do mundo, para as mudanças necessárias no Estado e na política. (Ibidem).

Nessa nova visão o intelectual é o "comissário" do grupo dominante, ficando responsável pela criação de consenso que une a sociedade e pela construção do "aparato" de coerção estatal. Gramsci apud Resende (Ibidem) alerta que há uma divisão do trabalho intelectual, uma hierarquização, com linha de comando e divisão de tarefas. Para Gramsci apud Resende (RODRIGUES, 2005, p. 41) a tarefa final do intelectual seria a criação e organização de uma cultura, contribuindo para o surgimento e a consolidação de uma ideologia que vai "perpassar toda a sociedade, dando-lhe solidez e fazendo que haja, por parte do grupo de comando, hegemonia".

Ele critica os intelectuais tradicionais que agem como literatos e que ajudam com suas formulações a consolidar a ideologia dominante "criando com o seu uso e a agregação do senso comum uma visão do mundo que gera o consenso e solidifica a sociedade". A esse tipo de intelectual, Gramsci contrapõe o orgânico que se envolve, participa, que está ligado à sua classe, a um segmento da sociedade, que "age politicamente e que assim ajuda na mudança, criando uma nova cultura da qual derivará uma nova ideologia, uma nova visão do mundo e, por conseguinte, um novo grupo hegemônico".

Magda Carvalho concorda com Geruza em quase tudo. Ela entrou no programa, quando ele já tinha começado há algum tempo, mas afirma que foi o trabalho que ela fez, em sua carreira jornalística de dezessete anos, que mais a gratificou, apesar de todas as críticas que o programa possa ter recebido, com responsabilidade social como cidadã e jornalista. Ela se refere ao programa como tendo duração de duas horas e meia, uma hora e meia só de gravação no bairro. “O diferencial básico é o fato de ter sido absolutamente democrático, onde o exercício da democracia era a mola propulsora”, explica Magda. Ela disse que a equipe tinha o compromisso também de buscar a reflexão.

Magda lembra que havia um canal aberto com a população que participava de todos os momentos do programa, desde a produção até a finalização. O povo participava ao vivo e pelo telefone enquanto o programa estava no ar. “O programa tinha essa preocupação de atingir a pessoa na necessidade dela. Era um serviço de utilidade pública”. Magda considera que os bairros de Cariacica, Viana e Serra eram os que apresentavam mais problemas, que eram muito parecidos na maioria dos casos. Ela lembra que houve muita denúncia de que havia rua que constava na prefeitura como sendo asfaltada, mas que era de chão.

As pessoas denunciavam as irregularidades através do programa e muitas vezes criavam compromisso com as autoridades presentes no estúdio ao vivo. “O diferencial é que não tinha edição”, avalia Magda. “O grande mérito do programa foi abrir esse espaço para a comunidade carente”, resume. Ela disse que o Povo na TV intermediava a relação da comunidade com as autoridades. “Foi o programa mais gratificante que eu já fiz em minha vida, porque eu realmente vi que da informação correta é possível extrair qualidade de vida.” Ela acrescenta: “Aprendemos a exercer a cidadania no jornalismo, a respeitar as pessoas que participavam do programa”.

A Maria Aparecida Barbarioli faz reflexão sobre dois pontos do programa. O primeiro é referente à importância histórica na comunicação do Espírito Santo, por ser a primeira experiência de trabalho ao vivo direto da comunidade, e o outro é que foi uma experiência que deu certo. “Eu pondero que se tiver que ser feito novamente que se faça do mesmo jeito,” esclarece. Esse espaço oferecido pelo Povo na TV

serviu para desmistificar, na sua avaliação, o pressuposto de que pessoas que estão em situação não privilegiada não falam.

Um dos questionamentos que Maria Aparecida sempre fez foi quanto o programa conseguiu de retorno. “Nós nunca fomos checar. A gente sabia que a comunidade tinha conseguido uma obra, um calçamento, por exemplo, mas em termos da comunidade continuar reivindicando, ter criado uma voz dentro do bairro, e em que o Povo na TV ajudou no processo, isso a gente não sabe”.

Ela disse que sempre quis saber se houve incentivo desse lado, de deixar mais claro para essa comunidade, esse telespectador, a possibilidade, o *feedback*[20], dele ser uma voz, dele ter o direito de procurar os meios de comunicação para fazer a sua voz.

Maria Aparecida lembra que a consciência não se forma em quatro anos, que segundo ela foi o período do programa no ar. Ela acha que se o programa estivesse até hoje no ar, talvez assim fosse possível responder a esses questionamentos. Essa era a grande dúvida que era sempre levantada por outros jornalistas dentro e fora da redação. Eles perguntavam o que acontecia depois que era feito o programa. “O mais importante desse trabalho era disponibilizar às comunidades uma equipe, um veículo de comunicação dentro do bairro, criando exatamente a oportunidade do sujeito ter a sua voz”.

Gramsci apud Resende (RODRIGUES, 2005, p.43) por ser marxista trabalhava sempre com um processo dialético que é dual, que leva a pensar em oposições e em circunstâncias, ou seja, a construção começa em sua destruição. “O intelectual orgânico pode-se dizer se constrói na sua atividade, ensinando, mas aprendendo, agindo, mas observando, enfim, vivenciando uma realidade e ajudando na transformação, com o objetivo de se conseguir uma nova realidade”. Podemos

[20]De acordo com o Dicionário Michaelis Inglês - Português / Português-Inglês (1989) a palavra em inglês “feedback” significa retroalimentar um sistema.

verificar esse tipo de ação transformadora no programa segundo relatos dos jornalistas que atuaram na sua elaboração.

José Luís Bendicho Beired analisa a posição de Gramsci de três formas: como atividade intelectual dever ser vista no conjunto da classe social em que é desenvolvida; o intelectual é um agente socialmente determinado e os intelectuais distinguem-se por desempenharem certas funções quer nos processos de reprodução ou na transformação social. Para ele, o intelectual é conservador ou transformador [orgânico]. Ele “organiza a cultura e os homens, articula o centro do aparelho estatal do poder com o restante do corpo social e ao produzir ideologias fornece consciência e homogeneidade às classes que representa”.

Maria Aparecida recorda que chegou um momento em que o programa começou a incomodar. “A gente começou a criar um espaço muito amplo”, resume. Ela explica que, de certa forma, os repórteres que estavam com a “cara na reta” incomodaram, a partir do momento que davam o microfone para o sujeito fazer a sua reclamação, ou fazer o seu ato público, o seu ato político, das cosias ruins sociais e políticas que o país enfrenta. “A gente tentou abrir esse espaço e por isso a gente foi censurada.” Segundo ela, o Povo na TV era um espaço de denúncia. “Foi o primeiro programa comunitário realizado no Estado, ao vivo, com as autoridades ao vivo, tudo ao vivo, com espaço para denúncia”, sintetiza.

Ao falar da experiência de fazer o Povo na TV, a produtora Márcia Gáudio diz que tinha a sensação de que de alguma maneira estaria ajudando àquela comunidade a resolver questões que talvez ela demorasse anos, até décadas, para solucionar. “Além de a gente ir à comunidade, levava a autoridade da secretaria específica de cada problema para dar sua explicação e criar um canal de comunicação, estabelecendo prazos, agendando reuniões”, revela.

Uma questão importante é o compromisso que o programa criava da autoridade com a população. “Mesmo que ele não atendesse, pelo menos estava ali registrada a queixa, a denúncia, o descaso do poder público com aquela comunidade,” afirma. Por esses motivos, Márcia considera que esse foi um dos trabalhos mais enriquecedores da televisão capixaba.

Ela disse que muitas autoridades prometiam melhorias e não cumpriam durante os programas realizados nos bairros. Entretanto, ela afirma ter visto muito resultado positivo. “Isso porque a autoridade ainda teme muito o poder da imprensa,” opina. Segundo Márcia, quem ganhou com isso foi a comunidade.

A jornalista Terezinha Jovita acredita que a comunidade se unia a partir do programa e com isso tinha maior poder de mobilização. Não foi um espaço apenas para a comunidade pedir obras e melhoria na qualidade dos serviços públicos básicos. Ela destaca a relevância do trabalho educativo desenvolvido pelo programa. “Enquanto a comunidade aguardava sua vez que falar e ouvir resposta das autoridades, ela assistia matérias sobre economia, aprendia dicas de como melhorar as suas condições de higiene, de saúde e de educação,” cita.

Nesses bairros periféricos, Márcia presenciou muitos problemas na área de segurança, violência e drogas. Inclusive, a equipe solicitava o acompanhamento da Polícia Militar nos primeiros contatos nas áreas consideradas de maior risco. Uma das situações que mais a sensibilizou foi a visão do Brasil que existe escondido na periferia, longe dos olhos da maioria da população. “Eu vi crianças, por exemplo, colocando vermes pelo nariz, pela boca. Eu vi muita coisa triste. De fora a gente não imaginava o quanto essas pessoas sofriam. A equipe do Povo na TV viu isso na própria pele. A vida nua e crua,” declara. Ela disse que muita coisa eles evitavam mostrar na TV porque era constrangedor para a dignidade do indivíduo, que vivia aquela situação humilhante.

Ela faz questão de lembrar que nem tudo eram tristeza e problemas. Havia, recorda, também a parte de lazer, de cultura. “Às vezes a gente descobria no bairro que tinha alguém que cantasse, dançasse. E, colocávamos essa atração artística também no programa”. Para Márcia, o Povo na TV era um grande leque, uma grande oportunidade de a população carente colocar suas questões. Na avaliação dela, o retorno do Povo na TV, caso viesse algum dia a se efetivar, seria positivo. “A comunidade tem todo o direito de ter um programa que a ouça, que discuta suas questões do dia-a-dia, de sua rotina,” defende.

Na avaliação de Terezinha Jovita, o Povo na TV foi o único programa que deu oportunidade das comunidades reivindicarem de forma aberta. Ela disse que outras emissoras capixabas tentaram fazer a mesma coisa, mas não conseguiram. “O nosso diferencial foi a externa, a transmissão ao vivo. O povo mesmo falando, porque não adianta só a liderança falar, pois nem sempre ela está representando o bairro onde mora. Isso a gente percebia muito quando ia para os bairros”.

Outra preocupação da equipe era evitar que o programa caminhasse para o assistencialismo, para o paternalismo. O desafio era se manter na linha educativa, porque segundo ela, o limite entre os dois é muito tênue. “Seria muito mais fácil para o secretário, o poder público, o político tentar resolver de forma paliativa oferecendo à população carente algumas cestinhas básicas”, pondera. Ela disse que a equipe era muito crítica, tanto a produção, quanto a direção, de forma a manter essa linha e havia muita discussão.

Márcia concorda com Geruza e também classifica o programa como sendo de utilidade pública. Ela lembra que inclusive hoje a Rede Brasil da TVE do Rio de Janeiro usa esse termo. “O mote dele era educar, sensibilizar, acordar, despertar o indivíduo”, esclarece. Além de chamar a atenção das autoridades para a realidade da periferia, também tinha o compromisso de despertar no morador do bairro visitado pela equipe, que ele é um ser humano com direito à cidadania plena.

Terezinha disse que a equipe não era procurada apenas pelos bairros carentes, mas com o tempo passou também a receber pedidos de matéria de moradores de bairros de classe média e alta, tais como Praia do Canto, Jardim da Penha e Jardim Camburi. Uma situação citada por ela foi a cobertura sobre terrenos de marinha.

Pudemos enxergar na experiência vitoriosa, porém efêmera, do programa Povo na TV uma saída para a comunicação. O receptor atuando como sujeito e capaz de transformar a sua comunidade e a sua qualidade de vida, descobrindo no espaço púbico mediático – o espaço público da modernidade nos parâmetro de Habermas - uma alternativa para confronto, inter-relação de forças com as autoridades públicas, uma forma de driblar os mecanismos dificultados pela burocracia – pelo governo de ninguém conforme conceito de Hanna Arendt.

Nesse espaço de luta e busca de hegemonia das classes populares, o papel do jornalista, como intelectual orgânico preconizado por Gramsci, agente propulsor de consciência e transformador social, foi fundamental. Sem ele, dificilmente o cidadão comum teria sucesso em chegar até as autoridades e pressioná-las por melhoria através da praça pública mediática, que são os meios de comunicação e, nesse caso específico, a Televisão Educativa do Espírito Santo.

3 Capítulo II - Exclusão social e violência – O homem comum reinventando o cotidiano na contemporaneidade

3.1 Exclusão social e não-cidadania na contemporaneidade

O grande beneficiado pelo Programa Povo na TV era o excluído social que não tinha acesso ao poder público por interferência da burocracia para reivindicar melhoria na qualidade de vida. O excluído social descobriu no programa uma forma de pressionar as autoridades por melhorias se utilizando da praça pública mediática preconizada por Habermas. É preciso conhecer um pouco mais esse público produto social da contemporaneidade.

A cidadania, a fragilidade dos vínculos sociais, fragmentação, a precariedade do trabalho, o espaço de não-cidadania no universo da exclusão social na periferia e no espaço urbano em geral são algumas das questões emergentes e conseqüentes do neoliberalismo, da globalização e da modernização.

Essas questões são analisadas por Maria da Penha Smarzaro Siqueira no artigo “Crescimento Urbano, Modernização e Fragmentação” (2003). Ela aponta fatores que vão desembocar, na década de 90, no que ela caracterizou como “a nova pobreza e exclusão social”, que deixam os parâmetros tradicionais e transitam em diferentes classes sociais, fenômeno desencadeado, especialmente, pela precariedade das relações de trabalho e ruptura dos laços sociais.

O processo de modernização econômica das últimas décadas do século XX redefiniu a questão social e a dinâmica metropolitana brasileira. Entretanto, no novo paradigma da modernidade não pode ser esquecida a questão da desigualdade no processo de desenvolvimento, pois há distorções na “modernidade desigual brasileira” nas áreas de educação, saúde e assistência social. No caso do Brasil, o processo de urbanização/metropolização está associado ao crescimento urbano desordenado, à carência de infra-estrura e à pobreza.

Para Siqueira (2003, p.168), “não podemos nos refugiar na lógica modernizadora dos anos 90 para explicar os recentes problemas urbanos que se expressam no Brasil”. Alguns desses problemas são o crescimento urbano apoiado no êxodo rural, a existência de favelas e outras precariedades das condições de vida nas cidades brasileiras, que agravam os problemas socioespaciais urbanos.

Korwarick apud Siqueira (Ibidem) considera como entrave no projeto de modernização do país fatores como a falta de investimento na classe trabalhadora e as precárias condições de integração dos centros metropolitanos com a população que vive na periferia em situação de miséria. Velloso apud Siqueira (Ibidem) afirma que modernidade no Brasil não é apenas crescer, mas colocar a questão social como prioridade na agenda nacional, com combate à pobreza, redistribuição de renda e cidadania.

Siqueira (2003, p.169) destaca que desde o início dos anos 90 intensificou-se o processo de reestruturação produtiva. Uma década depois se confirmam que as novas dimensões globais revelam novas dimensões socioespaciais. E faz um alerta:

> As metamorfoses não são inocentes, e as cidades têm mostrado o lado perverso desse processo, porque nelas se concentram mais do que em qualquer lugar, a riqueza e a degradação social. É um contexto urbano de confronto entre a modernização, a riqueza e a pobreza que as cidades brasileiras caminham em direção à “cidade global”.

Siqueira aborda a questão das mutações ocorridas na dinâmica social no processo de modernização com a reestruturação produtiva, a desestabilização do mundo do trabalho, o que demanda uma reavaliação dos mecanismos de reprodução das formas de integração social e de vida nas cidades. A sua preocupação é com a crescente exclusão social. E adverte: “Trata-se de um processo inacabado, com tendências contraditórias e contínuas, que superam os limites da antiga noção de pobreza no Brasil”. (2003, p.185).

Carlos apud Siqueira (2003, p.170) cita os contrates nos espaços da configuração urbana desigual:

> A cidade se abre frente a um universo contraditório permeada pelo brilho da cidade-espetáculo, redefinida e moderna, pelo obscuro mundo da periferia, pelas manifestações de pobreza em diferentes estilos, pelo frágil traço de reprodução social e aparece também enquanto lugar de fragmentação social e espacial. Nela se produz e reproduz a articulação contraditória entre a riqueza e a pobreza e se manifestam os desequilíbrios, as situações de conflito e as tendências da sociedade urbana, que se apresenta, em parte, real e concreta, e, em parte, desigual e possível.

Para Siqueira, na realidade urbana das cidades brasileiras os aspectos determinantes são as atividades de trabalho e a moradia, porque expressam “formas de desigualdades e de fragmentação socioespacial”. Davidovich apud Siqueira (Ibidem) descreve dois tipos de cidades – a cidade legal com população integrada ao seu contexto socioeconômico, seja a elite tradicional ou grupos ascendentes e a cidade ilegal onde a desordem urbanística prevalece através de favelas e loteamentos periféricos.

Ao analisar os principais centros urbanos brasileiros, Siqueira (2003, p.173) destaca Belo Horizonte e Brasília como exemplos de cidades planejadas. Belo Horizonte com seu “vigor simbólico no seu núcleo central”, mas que abriga também favelas e as contradições. Brasília, capital do país, é considerada o maior exemplo na América Latina de cidade moderna e planejada, que mantém “forte estrutura de segregação socioespacial, com espaços planejados e estruturados para abrigar a classe pobre nas conhecidas cidades satélites”.

Por outro lado, na avaliação de Siqueira (2003, p.173) o crescimento urbano acelerado e desordenado, a partir do início dos anos 60, da periferia da Grande Vitória é resultante da diferenciação espacial e social e da inexistência de uma política habitacional eficiente dirigida ao atendimento da população de baixa renda. Vitória possui “favelas espalhadas na região do centro, ocupando morros e ganhando lugar de destaque na paisagem urbana”. As habitações carentes normalmente barracos de madeira são a expressão da miséria urbana.

Para Siqueira, a deteriorização das condições de vida nas regiões urbanas tem como conseqüência o aumento da pobreza, da violência e dos conflitos sociais. Segundo ela, as periferias estão cada vez mais inchadas, precárias, violentas e

pobres. Ela ressalta a incapacidade do poder público acompanhar o crescimento urbano acelerado:

> A tendência maior é a multiplicação dos problemas socioespaciais, uma vez que o crescimento urbano no Brasil não aparece como forma de distribuir as pessoas e os benefícios em um quadro mais igualitário, com perspectiva de alargamento dos direitos de cidadania. Muito pelo contrário, estabelece e articula a fragmentação da própria vida. (Ibidem).

A política social brasileira perpassa pela questão de moradia popular criada especialmente para abrigar a classe operária. As vilas operárias surgiram como uma forma de realizar ações de higienização seguindo a tendência dos médicos sanitaristas da virada do século XIX e início do século XX, retirando as populações pobres, imigrantes e operários, que eram colocados em situação similar socialmente, dos centros urbanos e transferindo-os para a periferia, realizando uma verdadeira "operação de limpeza" das áreas nobres. Ao longo dos anos os governos entenderam que a questão social se resolveria a partir da solução do problema de moradia, tornando essa questão o eixo principal das políticas públicas brasileiras.

Ao se referir a contradição dos séculos XIX e XX, Boaventura (1997, p.77) defende que o fracasso do projeto de modernidade se dá na medida em que atende algumas promessas em excesso enquanto é incapaz de cumprir outras, o que gera a sensação de vazio e crise atual, ou seja, uma situação de transição: "como todas as transições são simultaneamente semicegas e semi-invisíveis, não lhe é possível nomear a atual situação. Por esta razão tem lhe sido dado o nome inadequado de pós-modernidade".

Ele define o projeto de modernidade como ambicioso e revolucionário "pela complexidade interna, riqueza e diversidade de idéias novas. [...] As possibilidades são infinitas, mas por o serem, contemplam tanto o excesso das promessas como o déficit do seu cumprimento". (Ibidem, p. 77-78).

Boaventura (1997, p. 255) acredita que nos últimos vinte anos houve revalidação social e política do ideário liberal com revalorização da subjetividade em detrimento da cidadania.

> A aspiração de autonomia, criatividade e reflexibilidade é transmutada em privatismo, dissocialização e narcisismo, os quais acoplados à vertigem produtiva servem para integrar, como nunca, os indivíduos na compulsão consumista. Tal integração, longe de significar uma cedência materialista, é vivida como expressão de um novo idealismo, um idealismo objectístico. A natureza do consumo metamorfoseia-se.

3.2 São Paulo como modelo de urbanização e exclusão

Para entender o processo de urbanização e a moradia popular no Brasil a pesquisadora Eva Alterman Blay se utiliza como referência a cidade de São Paulo, a maior metrópole brasileira. Na obra “Eu não tenho onde morar” ela escolheu como objeto de estudo a questão da moradia popular no espaço urbano de São Paulo. Para entender melhor a questão, a autora traçou um panorama do período de 1890 a 1920, em que São Paulo era a sede comercial da hegemonia agro-exportadora cafeeira. No período havia divisão social do trabalho entre as regiões agrárias produtoras e o centro urbano, onde se estabeleceu uma estrutura financeiro-administrativa responsável pela circulação e distribuição do produto. Segundo a autora, foi criado um mercado alternativo de trabalho que concorria com o trabalho natural, redirecionando os fluxos de imigrantes e encaminhando-os diretamente para a cidade. A presença de trabalho atraía trabalhadores e a presença de trabalhadores por sua vez atraía capital, o que provocava a ampliação do mercado.

De 1890 a 1900, passava-se de 64.934 para 239.820 habitantes. E nos 20 anos seguintes a população dobrava, passando a 579.033. Desde a década de 1870, "o novo modo de produção econômico, baseado no trabalho assalariado, estimulava o primeiro relativo surto de urbanização, o aumento de atividades artesanais e o aparecimento de uma indústria fabril". Em 1907, havia 326 empresas e 22 mil operários, enquanto, em 1920, o número de empresas cresceu para mais de 4 mil e o de operários para 84 mil.

Na primeira crise entre 1897 e 1900 (financeira) houve fechamento de fábricas e redução financeira. De 1900 a 1913, foram retomadas as atividades com criação de

empregos. De 1913 a 1904, uma nova crise interrompeu o crescimento industrial, pois a produção manufatureira era superior ao consumo do mercado. O conflito mundial de 1914 a 1918 aumentou a produção e de 1915 a 1917 foram criadas mais 323 indústrias. Dificuldades em 1923 e crise de 1929 reduziram o número de estabelecimentos de 9 para 5 mil e o número de operários de 140 para 119 mil.

Estas condições estruturais do processo de acumulação industrial foram fundamentais para a análise do crescimento da força de trabalho e da formação de uma força de trabalho de reserva. Segundo Cheiwa Spindel apud Blay (1985, p.59), a população cresceu no período a uma taxa de 4,5% e a expansão dos empregos industriais foi de 10%. Houve a formação de um mercado muito superior à força de trabalho requisitada.

Para Spindel apud Blay (Ibidem) duas fontes continuaram a fornecer a força de trabalho para o mercado urbano: a transferência rural-urbana do colono do café e a população urbana ocupada em atividades artesanais que substituíram a produção industrial, "constituindo" um viveiro potencial de mão-de-obra para o capital industrial em ascensão.

As explicações para a contradição entre a alta demanda de trabalhadores e os baixos salários são as próprias condições estruturais da acumulação industrial que, por conter avanços e recuos, permitem ao empregador usar o recurso de fechar a fábrica e despedir os operários em casos de greves por melhores condições de trabalho e salários. Essa estratégia era comum naquela época. Mesmo fechadas, as fábricas tinham que garantir a permanência de uma certa força de trabalho a ser utilizada assim que reabrissem: as vilas operárias, provavelmente, funcionavam como local de armazenamento desta força de trabalho. (BLAY, 1985, p. 60).

> A emergente e volumosa classe trabalhadora inseria-se no espaço urbano limitada por problemas como a elevada imigração habitacional para a qual a cidade não estava preparada, as crises industriais que tornavam o trabalho instável e inconstante, o recebimento de um salário e os salários muito baixos.

Precárias condições criaram problemas de ordem sanitária. Por ter sido atingida a saúde publica, a questão se torna política e movimenta o poder local no sentido de

reordenar a ocupação do espaço. A Câmara era a sede do poder local onde as questões políticas eram discutidas. Havia correlação entre problemas habitacionais e a ocorrência de greves.

O Estado concedeu aforamentos nas áreas urbanas da capital. Raffard apud Blay (1985, p.61) chama a atenção para a total privatização que ocorria no solo urbano. Em 1885, a cidade sofreu surto de varíola atribuído aos cortiços, casas de moradia em comum. O médico da Câmara Municipal Dr. Eulálio da Costa Carvalho destacava a necessidade de impor normas para a construção de cortiços, com determinação do número máximo de ocupadores de cada prédio, ou de cada um dos compartimentos. O médico da Câmara Municipal Dr. Eulálio da Costa Carvalho sintetizou a contradição entre o interesse publico e o privado na apropriação do solo da cidade de São Paulo.

Desde 1871 para construir na cidade tinha que fazer um pedido à Câmara Municipal. Havia um padrão de construção que especificava a altura de telhados, portas e janelas, e a largura delas. Para o médico, os cortiços deveriam ser extintos. A Câmara Municipal regulamentou a permissão para construir esses tipos de moradias e indicou áreas onde elas são proibidas, sendo proibida no perímetro do comércio, de forma a evitar que ocupassem a área central e mais valorizada da capital.

A cidade cresceu à base de uma diferenciação social nítida e o solo inscreveu as diferenças de classe que surgiram nessa primeira etapa da acumulação industrial. Organizaram-se setores de bens de consumo coletivo de saúde. Em 1890, foi criado o laboratório farmacêutico, e, em 1892, o instituto de vacinação. Em 1893, o desinfetório central no Bom Retiro e, em 1984, o Hospital do Isolamento.

O problema sanitário e as epidemias, que colocavam em risco a cidade, levaram a Câmara a nomear uma comissão para tratar do problema. Em 1893 foi publicado o Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no distrito de Santa Efigênia com descrição das condições em que o operariado se inseria no espaço urbano. Entre 1890 e 1897, houve cerca de 12 greves só na capital. As três categorias o cortiço, o operário e o pobre eram entendidas como sinônimas.

O operário, o trabalhador livre, não era pensado como um novo segmento social que emergia e que podia vender sua força de trabalho por um preço que o retirasse da condição da pobreza. Por ser trabalhador, ele era um pobre e por isso morava em um cortiço ou numa outra habitação insalubre. (BLAY, 1985, p.64). A comissão propôs a criação de vilas operarias para solucionar o problema da habitação e ao adotar tal caminho pressupôs que o operário continuaria sendo o pobre. O relatório da comissão dos cortiços indicava duas razoes para a existência das epidemias: topografia do bairro de Santa Efigênia e as condições da população operária. A comissão indicou que o poder legislasse sobre a indústria de construção e de locação de prédios. Foram pesquisados 65 cortiços localizados em Santa Efigênia. Eram 1320 pessoas morando nos cortiços e habitações operárias encontradas na cidade de SP.

Na zona examinada havia 65 cortiços, estalagens, hotéis ou casas de dormida voltadas para a habitação operária. A comissão propôs que na zona examinada não se permitisse construir novos cortiços e que nos já existentes fossem aplicadas medidas higiênicas como pavimentação de áreas, água, esgoto e luz. As determinações não eram cumpridas.

Blay (1985, p.70) observa que o problema continuava grave em 1896. O trabalhador pobre era uma categoria sem poder econômico. O trabalho não significava para a burguesia uma contrapartida econômica avaliada em termos econômicos. Trabalhar não significava ser capaz de prover habitação e bens de consumo necessários à sobrevivência e reprodução dos indivíduos e suas famílias. “Salvaguardar a sobrevivência foi a primeira razão para governo se preocupar com a moradia operária porque colocava em perigo toda a população, incluindo a burguesia cafeeira, os comerciantes e financistas”.

O operariado crescente numa fase de expansão industrial se organizava com a realização de greves. A primeira em 1890, duas em 1991 e quatro em 1893. Controlar a exploração habitacional significava impor critérios para as construções visando o aluguel para camada de operários. Esse controle era feito através da elevação dos impostos.

As vilas operárias foi uma solução capitalista para produção de habitações. Os sanitaristas da Câmara Municipal obrigaram o proprietário a retomar o imóvel após a aprovação de uma planta na Prefeitura até a demolição dos prédios condenados, podendo ser desapropriados para demolição. Para construção das vilas operárias a comissão indicou altura do pé-direito, altura das portas, das janelas, assim como tipo de revestimento. Tais especificações, tidas como “técnicas”, eram na verdade sociais, pois todas elas seguiam padrões inferiores às exigências impostas às casas burguesas.

A comissão propôs dois tipos de “habilitação operárias de caráter urbano”. Propôs ainda a construção de um tipo de vila quando se dispusesse de “larga superfície de terreno fora da cidade”. A comissão indicou onde a cidade deveria colocar os operários. E para atrair investimentos para o setor, o poder municipal apresentou vantagens.

As vilas operárias deveriam reunir a facilidade de comunicação à barateza dos terrenos, que deveriam ser amplos bem como apresentar as vantagens de um abastecimento regular. Elas deveriam estar situadas em torno da cidade de São Paulo no raio de 10 a 15 Km, onde não faltavam lugares com estes requisitos. As vilas operárias, as construções destinadas às classes proletárias, surgiram ao longo das linhas férreas, mas sem ajuda dos cofres públicos.

O governo propôs a localização da classe operária em locais fora do perímetro central e na criação de sistema de transporte para trazer o trabalhador para o local de trabalho. Indicou a construção de casas dotadas de higiene e conforto operário. O problema da época era a concentração populacional nos centros urbanos dotados de serviços de capital e de trabalho e cabia ao governo incentivar a expansão dos limites urbanos. Para a comissão o governo deveria se aliar ao município e gastar na construção de vilas aquilo que gastaria combatendo doenças, evitando epidemias.

Uma questão levantada por Blay (1985, p.75) era se essa localização afastada do centro urbano das vilas se tratava de segregação social. O governo indicava espaços urbanos para investimentos do capital privado com as vantagens de investimentos em bens de consumo coletivo. Sugeria a construção de vilas nos

bairros já servidos por serviços de bondes e perto dos abastecimentos de água da Cantareira.

Para convencer o setor imobiliário a investir na construção das vilas a comissão argumentou que ao desviar a população para fora do centro resolveria o problema do excesso populacional o que provocava problemas sanitários e epidemias. Apresentou considerações econômicas que ao reduzir a demanda populacional seria mais fácil controlar os aluguéis. Sugeriu que fossem instaladas vilas no perímetro das cidades onde havia terrenos desocupados. Saúde, especulação imobiliária e vazios urbanos eram os três problemas que o governo pretendia solucionar ao propor incentivo à construção de vilas operárias.

Para resolver os problemas dos cortiços a comissão propôs vantagens como ampliação da rede de trens dos subúrbios até uma distância de 15 Km da cidade, mesmo por conta do Estado. Facilitar organização de companhias construtoras de vilas e casas operárias por favores que o congresso do Estado conceder. Os cortiços desapropriados seriam reedificados por meios de facilidades. Seriam abertos concursos para a construção das vilas ou habitações operárias.

Os ganhadores teriam facilidades como a concessão duraria o prazo necessário para reversão do capital. O poder público garantia a renda de 10% sobre a quantia orçada e gasta na construção. Propôs a isenção de todos os direitos municipais e estatais sobre prédios. Concessão de privilégios de transportes por ônibus ou diligências se não fosse possível a concessão de linhas de bonde, do centro até a vila operária. Fixação e revisão anual do preço dos aluguéis pelo poder municipal. Os operários poderiam adquirir por compra a prazo os prédios de sua habitação.

A câmera pretendia atrair o capital privado induzindo a investir em habitações operárias. Oferecia isenção e estímulos por alta taxa de lucro para redirecionar o investimento do capital privado dos cortiços lucrativos para construção de habitações dotadas de melhores condições e custo de construção mais alto. A única contrapartida oferecida era que a dívida deveria ser saldada pelo operário, se ele quisesse comprar a casa. Noventa anos mais tarde o BNH (Banco Nacional de Habitação), através do PROEMP (Programa Especial de Apoio Institucional e de

Integração Social do Ministério Público), propôs algo parecido, que é repassar à empresa o financiamento de casas operárias, que poderiam ser adquiridas com pagamento à empresa.

A principal exigência da emergente acumulação industrial era a necessidade de ampliação da força de trabalho e o papel do Estado na formação deste contingente. A preservação e reprodução da mão-de-obra importada. A criação de empregos do inicio da industrialização (10% ao ano) foi superior ao crescimento da população urbana (3,6% ao ano). Para garantir salários baixos e uma conseqüente alta taxa de juros era necessário poder contar com um exercito de reserva.

A proposta de vilas operárias era indicativa de uma politização do espaço urbano que passava a ser encarado como um bem sobre o qual o poder público deveria encaminhar certas normas de uso. O poder público não ousava impor normas, mas procurava oferecer regalias ao capital privado, induzindo-o a agir conforme interesses coletivos. O fato do poder público ser exercido pelo próprio grupo econômico dominante fez com que se limitasse a cobrança excessiva ou que se impusesse limites à propriedade privada.

As condições habitacionais do operariado eram responsabilizadas pelo problema sanitário e a epidemia, segundo dados de 1893, que atingiram toda a sociedade. De 1900 a 1904, a mortalidade continuava elevada, de 17,6%, chegando a 19,48% (Spindel, Levy e Hutter). Nesse período a mortalidade foi maior entre estrangeiros, com repercussão na força de trabalho destinada ao setor industrial.

A Santa Casa atendeu 2070 brasileiros e 2916 estrangeiros e morreram 622 estrangeiros e 296 brasileiros. A vinda dos estrangeiros foi custeada pelo Estado repercutindo na economia como um todo. Na passagem do século houve 9 greves, sendo 6 na capital e, em 1902, houve 10 greves. Em 1907 foram 12 greves e, em 1908, 16 greves. As greves foram motivadas pelos baixos salários e pela excessiva jornada de trabalho.

Os conflitos aumentavam nos momentos de expansão econômica e reduziam nos períodos de crise. Nas duas primeiras décadas do século XX a indústria se expandia

e retraía, dependendo das condições do mercado cafeeiro ou da conjuntura internacional. A oposição de uma parcela da burguesia à construção de casas populares em larga escala era indicativa da disputa que se iniciava, nessa época, no Rio de Janeiro e São Paulo, e se prolongou por duas décadas.

Houve disputa entre os setores da burguesia entre os que investiam em produção manufatureira e eram também proprietários dos terrenos que sofreriam a concorrência do setor de construção. A contradição de interesses era disfarçada com a desculpa de que o município teria que abrir mão de impostos ou na questão do pagamento das desapropriações. Entretanto, todos reconheciam a necessidade de construção de casas operárias, redução dos cortiços e de proporcionar melhores condições de vida aos operários.

Houve uma facção que defendia a expansão do capitalismo com ampla participação dos vários segmentos da burguesia nos favores do Estado. Esse tipo de produção foi historicamente mais desenvolvido. Outros defendiam um capitalismo monopolista com privilégios fiscais e financeiros na produção de habitações de larga escala, o que era dificultado pelo processo manufatureiro da construção civil na época. A captação dos investimentos estatais se deu midiatizada pela casa operária, setor fundamental para a reprodução do próprio sistema.

O modelo da tentativa de organização da urbanização de São Paulo se aplica ao quase todo o resto do país, de forma reduzida, com reprodução da tentativa de colocar a classe operária, pobres, favelados e excluídos longe dos centros do comércio e dos bairros nobres, mas nem todas as cidades são bem sucedidas. Em algumas metrópoles como o Rio de Janeiro e Vitória o contraste é visível entre as classes sociais, pois as tentativas de higienização e de expulsão dos excluídos e operários para a periferia não foram bem sucedidas.

Siqueira (2003, p.180) explica que embora a pobreza seja entendida como carência diversa é associada a insuficiência de renda. Os pobres que se concentram na periferia e favelas que, além de ter renda insuficiente, vivem em condições precárias devido à densidade da ocupação, falta de infra-estrutura urbana e carência de serviços públicos. Nesse universo de pobreza se estabelece também a linha de

miséria ou da indigência, que é formada por aqueles que não têm nem mesmo alimentação, a mais básica das necessidades.

Nesse quadro de degradação humana, Sposati apud Siqueira (Ibidem) reconhece que as situações de pobreza não se expressam apenas na incapacidade de suprir as necessidades mínimas, mas também na falta de expectativa de acesso aos benefícios sociais, ou seja, "o pobre além de não ter condições mínimas de sobrevivência, carrega uma intensa fragilidade diante da contínua degradação da própria vida".

Para Siqueira (2003, p.180), a situação de pobreza está associada à estrutura de poder e à inoperância dos direitos básicos de cidadania e às conseqüências das desigualdades. "A pobreza é reconhecida amplamente como um fenômeno complexo, que vai além da insuficiência de rendas". E, acrescenta: "[...] no Brasil, privilegia-se ainda a dimensão econômica da pobreza".

No processo histórico da sociedade brasileira, o *ethos*[21] da pobreza destaca-se na dimensão econômica em detrimento de outras como a política. A pobreza é interpretada a partir da "linha da pobreza". Por isso, o aspecto qualitativo da condição do ser social pobre é ignorada nas políticas públicas de enfrentamento da pobreza. O salário mínimo não representa socialmente um padrão de inclusão, mas legitima a exclusão. Nos últimos 20 anos, o salário mínimo não passou de 113, 24 dólares.

Para Siqueira (Ibidem, p.182), na história social do Brasil, a cidade sempre reproduziu a difícil inserção das classes menos favorecidas na produção, no consumo e na cidadania. Para ela, a pobreza e exclusão no Brasil fazem parte da conjuntura histórica e estrutural. Cita como problemas históricos: expulsão do campo, "urbanização sociopática", contradições entre desenvolvimento econômico e social e precarização salarial. E afirma ainda que falta vontade política de mudança:

[21] **Ethos significa de acordo com o** Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986) costume, uso, característica; disposição, caráter ou atitude peculiar a determinado povo, cultura, ou grupo, que o (s) distingue de outro (s), cultura (s) ou grupo (s).

> No Brasil o constante processo de instabilidade, na busca de modelos para conseguir novos equilíbrios econômicos, tem provocado novos mecanismos de empobrecimento e novas vulnerabilidades sociais, que se agravam diante da falta de um projeto público concreto e eficiente de enfrentamento dos desequilíbrios sociais.

Com base em Salgueiro, Siqueira (2003, p.183), cita que aos pobres clássicos se juntaram os excluídos que não estão associados à falta de recursos e emprego, mas de representação e são resultantes da crise dos laços sociais, o que dá um novo perfil à problemática da não-cidadania. Exclusão no final do século corresponde a novo paradigma de interpretação da modernidade. (Wanderley apud Siqueira, Ibidem).

De acordo com René Lenoir apud Siqueira (Ibidem), não se trata mais de um fenômeno individual, mas social. “Relaciona-se a uma dimensão objetiva, econômico-ocupacional, no âmbito do indivíduo-trabalhador-cidadão, noção que incorpora a desagregação da sociedade salarial e suas proteções”. Essa é a base teórica do início dos anos 90 nos trabalhos de Robert Castel. Tradicionalmente, os excluídos não têm emprego, renda e são isolados socialmente. No novo debate não há “fronteiras nítidas entre as zonas. Sujeitos integrados tornam-se vulneráveis, particularmente em razão da precariedade das relações de trabalho”. (CASTEL apud SIQUEIRA, ibidem).

A nova pobreza que surgiu nos anos 80 representa marco do desmoronamento do sistema de proteção social nos países ricos e exacerba o processo de exclusão nos anos 90 em conseqüência do neoliberalismo. No Brasil, a exclusão e a pobreza “coexistem com fortes vínculos na desigualdade, que produziram grandes disparidades e desequilíbrios sociais”. (SIQUEIRA, 2003, p.184).

Siqueira considera como um aspecto grave nesse processo de exclusão o enfraquecimento de mediações entre Estado e sociedade, com perda para a cidadania: “configura-se um espaço de não cidadania no universo da exclusão”. Hanna Arendt apud Siqueira (2003, p.185) identifica o indivíduo como ser revestido do direito de ter e ampliar seus direitos.

> Verifica-se a fragilidade dos vínculos que entrelaçam a prática da cidadania em relação a grupos sociais que povoam o mundo das privações materiais. É um processo de desintegração social em que se circunscrevem a precariedade do presente e a ausência de perspectivas futuras. Diferentes grupos sociais integram o quadro geral da nova exclusão, modalidade que despontou evidenciando que a questão social mudou de natureza.

A solução para a questão urbana em sua avaliação perpassa (RIBEIRO & SANTOS apud SIQUEIRA, 2003, p.185) pela busca de modelos políticos que combinem novas exigências da economia urbana. Para ela, a regulação pública da produção da cidade tem que estar vinculada ao princípio da cidadania e da solidariedade. O crescimento econômico ou do PIB como estratégia para diminuir as desigualdades é considerado um princípio conservador na avaliação de Siqueira e não atinge as expectativas sociais.

Para Siqueira, as transformações sociais e econômicas refletem uma ampla mutação da sociedade, que apresenta bases frágeis que reproduzem a pobreza, a desigualdade e a exclusão social. Ela defende a necessidade de discutir o perfil político-ideológico do Estado e seus interesses reais no processo de desenvolvimento nacional.

3.3 Urbanização da Grande Vitória

Maria Beatriz Nader em sua pesquisa - “Mudanças Econômicas e relações conjugais: novos paradigmas na relação mulher e casamento Vitória (ES) 1970 – 2000” (2003), afirma que na primeira metade da década de 1980 o setor industrial no Espírito Santo já participava com 40% da produção global da economia capixaba.

Entre as empresas implantadas e ou ampliadas no período se destacava a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), tendo influenciado na economia do Estado e na vida cotidiana de Vitória e demais municípios capixabas. Após a inauguração do Porto de Tubarão, em 1966, promoveu a implantação de outras empresas como a Aracruz

Celulose, empresa que mais empregou no Estado. Só em 1992 as duas empresas foram responsáveis pela geração de 14 mil empregos.

Outra empresa de grande influência foi a CST (Companhia Siderúrgica Tubarão) especializada na produção de placas de aço utilizadas por outras indústrias siderúrgicas, que começou a operar, em 1983, tornando-se a maior abastecedora do produto no mercado mundial. Gerou divisas de US$ 3,4 bilhões conquistando o título de terceira maior exportadora do Brasil, atrás apenas da CVRD e Usiminas. A CVRD, CST e Aracruz Celulose foram responsáveis pela geração de 24% do total de renda interna estadual, em 1985. Outras empresas de menor porte também se instalaram em Vitória e na Grande Vitória.

Em 1970, Vitória possuía 218 estabelecimentos industriais. Nos dez anos seguintes foram criadas ao redor da cidade inúmeras empresas. Na década de 1980 registrou-se em Vitória o número de 646 indústrias. Vitória passou a comportar indústrias de transformação. No período de 1970 a 1993, as indústrias localizadas em Vitória cresceram em torno de 336%. O crescimento industrial a partir de 1970 contribuiu para que Vitória tivesse seu espaço expandido para seu entorno com a instalação de pequenas empresas. Em 1996, das 150 maiores empresas estabelecidas no Estado, 34,6% passaram a operar no município de Vitória, tornando-se a cidade com maior concentração de trabalhadores.

De acordo com Nader (2003), o período histórico que marcou o desenvolvimento estadual a partir de 1960 “refletiu mudanças expressivas tanto na economia quanto na questão urbana e social”. O Espírito Santo da segunda metade do século XX - voltado para a monocultura das pequenas propriedades tocada pela mão-de-obra familiar - foi se afastando das atividades tradicionais dando espaço à industrialização.

Os projetos industriais implantados de forma “brusca” após 1970 promoveram a decadência das atividades tradicionais e atraíram para Vitória a população rural que ficou desempregada depois da erradicação dos cafezais improdutivos, além de imigrantes de outras regiões do país, o que contribuiu para o “quadro caótico” que se instalou em Vitória e ao seu redor.

A estimativa é de que 250 mil pessoas desempregadas e mão-de-obra desqualificada chegaram à Grande Vitória, no início da década de 1970, resultando na proliferação de favelas e em inúmeros problemas sociais, acelerando o processo urbano “sem infra-estrutura adequada”. Vitória não tinha nenhuma política habitacional e nem política de assentamento urbano para receber esse contingente da zona rural. O governo Municipal permitiu a ocupação dos espaços periféricos, manguezais e morros que se situavam no centro da ilha.

Nader (Ibidem) cita que até 1950, a urbanização de Vitória foi promovida pelo desenvolvimento comercial do seu porto. A cidade mantinha características coloniais, mas era considerada confortável para as famílias possuidoras de fortunas adquiridas com a exportação do café. Conhecida como pacata e cidade presépio, Vitória mudou completamente em 30 anos.

O documento “Município de Vitória. Situação Sócio-Econômica (1978)” mostra que, em 1970, a área de cidade era de apenas 81 quilômetros quadrados e o complexo portuário era a maior expressão de desenvolvimento da cidade. Nesse período, segundo o documento, de uma só vez 50 mil trabalhadores rurais e suas famílias vieram para a capital. A população de 50.922, em 1950, passou para 83.351 após o fluxo migratório. Dez anos depois passaria para 133.019 habitantes. (Ibidem)

Em sua pesquisa Nader (2003) relata que em 1970 a taxa de ocupação urbana era de 1.643,42 habitantes por quilômetro quadrado, em 1980 foi para 2.562,47, aumentando, em 1991, para 2.911,42. A população migrante invadiu o manguezal, local que a Prefeitura Municipal de Vitória despejava o lixo da cidade, resultando na formação de várias favelas, no local onde se formou o bairro São Pedro. As pessoas sobreviviam da cata de lixo. O bairro absorvia a população que buscava oportunidades de emprego nas indústrias incipientes locais. Em 1980, a Ilha de Vitória já se urbanizara totalmente tornando-se um centro populacional com grande expansão de favelas. A estimativa é de que, em 1983, 47% da população de Vitória estavam vivendo em favelas e que, a cada dia, eram construídos 20 novos barracos de madeira e alvenaria.

A construção de grandes indústrias criou muita expectativa quanto à geração de empregos e atraiu fluxos migratórios. A construção da fábrica da Aracruz Celulose absorveu cerca de 14 mil trabalhadores e da CST atraiu para a cidade mais de 40 mil pessoas. Na primeira fase, a demanda era por mão-de-obra não qualificada, o que só veio acontecer com a implantação da operação industrial. A Aracruz Celulose empregou, inicialmente, 2.500 pessoas e a CST 4.674. (Ibidem)

Nader (Ibidem) destacou que a falta de estrutura para a absorção da mão-de-obra disponível não impediu a chegada de mais migrantes, aumentando a população da cidade. Os censos demográficos, após a década de 1970, registravam a presença de pessoas de todas as regiões do país, especialmente da região sudeste. Em 1970, o censo demográfico identificou 59.385 pessoas não naturais do município vivendo na cidade, ou seja, 44,64% da população residente em Vitória. A maioria dos migrantes era procedente de Minas Gerais, o equivalente a 11.075 pessoas. Em 1971, 74% da população estadual concentravam-se na zona urbana, sendo que 13,44% na capital.

Nader esclarece que o contingente populacional que vinha do interior do Espírito Santo superava os de outros estados, vindas de áreas urbanas e rurais, chegando, em 1970, a 29,76% de toda a população da capital. De acordo com Nader (Ibidem), na década de 1980, devido a incentivo do Governo Federal para assentamento, em Roraima, houve uma pequena diminuição na migração para Vitória do interior do Espírito Santo, o que representou uma queda de 17%. Entretanto, de 1990 a 2000, a migração interna teve aumento considerável.

3.4 Risco do poder sustentado na violência

Balandier (1981, p.7) esclarece que ao longo da história os governantes usavam recursos do teatro, da dramatização, da encenação para regular a vida cotidiana dos

homens em coletividade. O poder apenas baseado na violência não controlada estaria sempre ameaçado.

Hanna Arendt (1994) defende que o poder precisa ser legitimado para se manter e não se sustenta por muito tempo com uso da violência. "[...] Poder, longe de ser o meio para um fim, é de fato a própria condição que capacita um grupo de pessoas a pensar e agir em termos das categorias de meios e fins". (ARENDT, 1994, p.41). Para ela, o poder não precisa de justificação, pois é inerente à existência de comunidades políticas. Arendt é taxativa: "O que ele realmente precisa é de legitimidade". E sobre a relação do poder com a violência, acrescenta:

> O poder emerge onde quer que as pessoas se unam e ajam em concerto, mas sua legitimidade deriva mais do estar junto inicial do que qualquer ação que então possa seguir-se. A legitimidade, quando desafiada, ampara-se a si mesma em um apelo ao passado, enquanto a justificação remete a um fim que jaz no futuro. A violência pode ser justificável, mas nunca será legítima. Sua justificação perde em plausibilidade quanto mais o fim almejado distancia-se no futuro. Ninguém questiona o uso da violência em defesa própria porque o perigo é não apenas claro, mas também presente, e o fim que justifica os meios é imediato. (Ibidem).

Arendt (Ibidem, p. 42) ressalta que a violência não depende de números ou opiniões, mas de implementos, o que aumenta o vigor humano. "A violência sempre pode destruir o poder, do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita instância da obediência. O que nunca emergirá daí é o poder". Para ela, o domínio pela pura violência surge de onde o poder está sendo perdido. A impotência gera a violência, o que é verdadeiro psicologicamente. Com a perda do poder, torna-se uma tentação substituí-lo pela violência.

> Em nenhum outro lugar fica mais evidente o fator autodestrutivo da vitória da violência sobre o poder do que o uso do terror para manter a dominação, sobre cujos estranhos sucessos e falhas eventuais sabemos talvez mais do que qualquer geração anterior. O terror não é o mesmo que a violência; ele é, antes, a forma de governo que advém quando a violência, tendo destruído todo o poder, ao invés de abdicar, permanece com controle total. (ARENDT, 1994, p.43).

Arendt (Ibidem, p.44) conclui que politicamente falando poder e violência são diferentes. Onde um domina, o outro está ausente. “A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, ela conduz à desaparição do poder [...] a violência pode destruir o poder; ela é absolutamente incapaz de criá-lo”.

Dentro dessa perspectiva defendida por Arendt (1994, p.44) de que o poder precisa de legitimidade para se manter e que não pode ser sustentado na violência, Balandier (1981, p.7) argumenta que a produção de imagens, a manipulação de símbolos fazem a apresentação da sociedade e legitimam as posições do governo.

3.5 O Povo na TV como espaço de reinvenção do cotidiano

O espaço público mediático disponibilizado pelo Programa Povo na TV ao homem comum seja na condição de participante e ator do processo seja na condição de telespectador tornou-se um espaço em que ele reelaborou e reinventou o seu cotidiano. Michel de Certeau (1994) defende em seu livro “A invenção do cotidiano. Artes de fazer” que o homem ordinário escapa silenciosamente à conformação estabelecida pelos mecanismos de dominação e de organização da vida social – que atribui um lugar, um papel e produtos a consumir.

Ele inventa o cotidiano graças às artes de fazer, astúcias sutis, táticas de resistência pelas quais ele altera os objetos e códigos, se reapropria do espaço e do uso a seu jeito. Voltas e atalhos, maneiras de dar golpes, astúcias de caçadores, mobilidades, histórias e jogos de palavras, mil práticas inventivas provam a quem tem olhos para ver, que a multidão sem qualidades não é obediente e passiva, mas abre o próprio caminho no uso de produtos impostos, numa ampla liberdade em que cada um procura viver do melhor modo possível a ordem social e a violência das coisas.

Certeau (1994, p.38) quer esclarecer as “combinatórias operações” que compõem também os modelos de uma “cultura” que se esconde sob o nome de

“consumidores”, o estado de dominados, mas ressaltando que não quer dizer passivos ou dóceis. “O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”. Diante da necessidade de entender as representações sociais, ou os comportamentos de uma sociedade, pessoas presentes e participantes (emissores) e telespectadores (receptores) do Programa Povo na TV, Certeau (Ibidem) alerta para a necessidade de que seja feita uma análise das imagens difundidas pela televisão (representações) e do tempo passado em frente ao aparelho (comportamento), que deve ser acompanhada pelo estudo daquilo que o consumidor cultural “fabrica” durante essas horas e com essas imagens.

> A “fabricação” que se quer detectar é uma produção, uma poética – mas escondida, porque ela se dissemina nas regiões definidas e ocupadas pelos sistemas de “produção” (televisiva, urbanística, comercial, etc.) e porque a extensão sempre mais totalitária desses sistemas não deixa aos “consumidores” um lugar onde possam marcar o que fazem com os produtos. A uma produção racionalizada, expansionista, além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem economicamente dominante.

Certeau (Ibidem, p.41) ressalta os modos de proceder de a criatividade cotidiana contestar em alguns aspectos a inevitabilidade e submissão do homem comum ao deslocamento da força e poder do Estado para as relações e a microfísica de poder preconizados na obra de Michel Foucault “Vigiar e Punir”. Foucault apud Certeau (Ibidem) substitui a análise dos aparelhos que exercem o poder (das instituições deslocalizadas, expansionistas, repressivas e legais) pela dos “dispositivos” que vampirizam as instituições e reorganizam clandestinamente o funcionamento do poder. São procedimentos técnicos “minúsculos” atuando sobre e com detalhes, redistribuindo o espaço de maneira a transformá-lo no operador de uma vigilância generalizada.

Esta “microfísica do poder” privilegia o aparelho produtor da disciplina ainda que na “educação” ela ponha em evidência o sistema de uma “repressão” e mostre como por trás dos bastidores, tecnologias mudas determinam ou curto-circuitam as encenações institucionais. E adverte:

> Se for verdade que por toda parte se estende e se precisa à rede de "vigilância", mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também "minúsculos" e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que "maneiras de fazer" formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou dominados?) dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política.

Segundo Certeau (Ibidem), essas "maneiras de fazer" constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural. Elas colocam questões análogas e contrárias às abordadas no livro de Foucault. São análogas porque distinguem as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de "táticas" articuladas sobre os "detalhes" do cotidiano, como por exemplo, quando o morador de bairros carentes não consegue pelas vias normais burocráticas chegar ao poder público para pedir melhorias para o bairro e buscam e conseguem o confronto pela mídia, por mecanismos alternativos e práticas do cotidiano.

> São contrárias por não haver mais necessidade de uso da violência da ordem que se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes de "vigilância". (Ibidem)

De acordo com Certeau (Ibidem, p. 48), da televisão ao jornal, da publicidade a todas as "epifanias" mercadológicas, "a nossa sociedade canceriza a vista, mede toda a realidade por sua capacidade de mostrar ou de se mostrar e transforma as comunicações em viagens do olhar. É uma epopéia do olho e da pulsão de ler".

Certeau (Ibidem, p.76) avisa que na relação efetiva das forças na luta imemorial entre "poderosos" e "pobres" existente no Brasil, "o discurso de lucidez trapaceia com palavras falsificadas" e também com proibição de dizer, para mostrar que em toda a parte uma injustiça – não só a dos pobres estabelecidos, mas de modo mais profundo, a da história que reconhecia nesta injustiça uma ordem das coisas, em que nada autorizava a esperar a mudança. Não concedia nenhuma legitimidade a esse estado de fato. Pelo contrário:

> Embora sendo uma realidade sempre repetida, esta relação de forças nem por isso se tornava mais aceitável como uma lei, mesmo sendo sempre um fato. Tomada numa dependência, obrigada a obedecer aos fatos, essa convicção opunha, no entanto uma radical recusa ao estatuto da ordem que se impõe como natural e um protesto ético contra sua fatalidade.

Certeau (Ibidem, p.78) aborda o uso popular da religião que modifica o funcionamento da ordem estabelecida. Uma maneira de falar essa linguagem recebida a transforma em "canto de resistência, sem que essa metamorfose interna comprometa a sinceridade com a qual pode ser acreditada, em a lucidez com a qual, aliás, se vêem as lutas e desigualdades que se ocultam sob a ordem estabelecida". E, acrescenta:

> Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Tem que "fazer com". Nesses estratagemas de combatentes existe uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras do espaço opressor. Destreza tática e alegria de uma tecnicidade. [...] Uma maestria que tem seus peritos e sua estética se exerce no labirinto dos poderes, recria sem cessar opacidade e ambigüidade – cantos de sombras e astúcias – no universo da transparência tecnocrática, aí se perde e aí se encontra sem precisar assumir a gestão de uma totalidade. Até o campo da desventura aí é refeito por essa combinação do manipular e do gozar.

Para Bourdieu apud Certeau (Ibidem, p.126) não é a aquisição ou a aprendizagem (fenômenos visíveis), mas o adquirido, o *habitus*[22], que desempenha papel central, uma vez que ele sustenta a explicação de uma sociedade pelas estruturas. "Mas isso tem um preço. Para supor que o suporte tenha tamanha estabilidade é necessário que seja incontrolável, invisível". Certeau define que o interesse de Bourdieu está na gênese, no "modo de geração das práticas". Ele não se interessa como Foucault pelo que produzem, mas por aquilo que as produz.

> Dos "estudos etnológicos" que as examinariam para a sociologia que teoriza sobre elas há, portanto, um deslocamento, que remove o discurso para o *habitus*, cujos sinônimos (*exis, ethos, modus operandi,* [23] "senso comum", "natureza segunda" etc.) definições e justificações se multiplicam.

[22] A idéia do termo de exis (*habitus)* vem de Marcel Mauss e Panofsky em textos célebres citados por Bourdieu, que tinha sublinhado a importância teórica e prática do *habitus* na sociedade medieval (CERTEAU, 1994).
[23] Sinônimos de *habitus..*(CERTEAU, 1994).

Bourdieu apud Certeau (Ibidem, p.127) esclarece que o *habitus* se torna um lugar dogmático, caso se entenda por dogma a afirmação de um "real" de que o discurso necessita para ser totalizante.

Certeau (1994, p.286) reconhece que o grande silêncio das coisas muda-se no seu contrário através da mídia. Para ele, a fabricação de simulacros fornece o meio de produzir crentes e, portanto, praticantes. Esta instituição do real é a forma mais visível de nossa dogmática contemporânea.

> Código anônimo, a informação inerva e satura o corpo social. Desde a manhã até a noite, sem pausa, histórias povoam ruas e os prédios. Articulam nossas existências ensinando-nos o que elas devem ser. "Cobrem o acontecimento", ou seja, fazem deles as nossas legendas (legenda: aquilo que se deve ler e dizer). Apanhado desde o momento em que acorda pelo rádio [a voz é a lei], o ouvinte anda o dia inteiro pela floresta de narratividades jornalísticas, publicitárias, televisionadas, que, de noite, ainda introduzem as suas últimas mensagens sob as portas do sono. Mais que o Deus narrado antigamente pelos teólogos, essas histórias desempenham uma função de providência e de predestinação: elas organizam de antemão nossos trabalhos, nossas festas e até nossos sonhos.

Segundo Certeau (Ibidem) nossa sociedade tornou-se uma sociedade recitada, isto é, no triplo sentido: é definida ao mesmo tempo por relatos (as fábulas de nossas publicidades e de nossas informações), por suas citações e por sua interminável recitação.

> Esses relatos têm o duplo e estranho poder de mudar o ver num crer, e de fabricar real com aparências. Dupla inversão. De um lado, a modernidade, outrora nascida de uma vontade observadora que lutava contra a credulidade e se fundava num contrato entre a vista e o real, transforma agora essa relação e deixa ver precisamente o que se deve crer. A ficção define o campo, o estatuo e os objetos de visão. Assim funcionam os *mass media* [24], a publicidade ou a representação política. Sem dúvida, também ontem havia ficção, mas em lugares circunscritos, estéticos, teatrais. (...) Hoje, a ficção pretende presentificar o real, falar em nome dos fatos e, portanto, fazer assumir como referencial a semelhança que produz. E os destinatários (e compradores) dessas legendas não estão mais obrigados a crer no que não vêem (posição tradicional), mas a crer no que vêem (posição contemporânea).

[24] Palavra de origem inglesa que significa meios de comunicação de massa (Wolf, 1999, p.13). (...) Os mass media constituem, simultaneamente, um importante setor industrial, um universo simbólico objeto de um consumo maciço, um investimento tecnológico em contínua expansão, uma experiência individual quotidiana, um terreno de confronto político, um sistema de intervenção cultural e de agregação social, uma maneira de passar o tempo, etc. (Wolf, 1999).

Para Certeau (Ibidem) essa reviravolta no terreno onde se desenvolvem as crenças resulta numa mudança nos paradigmas do saber. “A invisibilidade do real, postulado antigo, cedeu lugar à sua visibilidade”. Por isso, a cena sócio-cultural da modernidade remete a um “mito”. Define o referente social por sua visibilidade e sua representatividade científica ou política, articula-se nesse novo postulado “crer que o real é visível” a possibilidade de nossos saberes, de nossas observações, de nossas provas e nossas práticas.

> O “simulacro” contemporâneo é, em suma, a localização derradeira do crer – uma vez que se abandonou a hipótese que esperava que as águas de um oceano visível e fazer delas os efeitos, os sinais decodificados ou os reflexos enganadores de sua presença. Torna-se um simulacro a relação do visível com o real quando desmorona o postulado de uma imensidão invisível do Ser (ou seres), escondido por trás das aparências. (Ibidem, p. 289)

Certeau (Ibidem) admite que em face dos relatos imaginários que agora são apenas “ficções”, produções visíveis e legíveis, o espectador-observador sabe muito bem que se trata de “aparências”, resultados de manipulações. O “real” é aquilo que, em cada lugar a referência a um outro faz acreditar.

4 Capítulo III - Os atores da praça pública midiática

4.1 – Representação social no Povo na TV

Quem eram os atores desse praça pública midiática? De onde vinham? Por que estavam ali? O que esperavam do Programa Povo na TV? Por que esse Programa se tornou tão importante para suas vidas? Vamos conhecer um pouco mais sobre o receptor do programa Povo na TV. Ele usava vários meios disponibilizados pela emissora para emitir sua opinião, esclarecer dúvidas, receber orientações dos participantes do programa e pedir ajuda para a solução de seus problemas cotidianos.

O receptor se comunicava pelo telefone por perguntas encaminhadas aos entrevistados ao vivo, que as respondiam durante o programa. Ele ligava também quando o programa já não estava mais no ar ou enviava correspondências para pedir a presença em seu bairro da equipe de TV visando denunciar o descaso das autoridades políticas e solicitar obras e melhorias em seu bairro. Algumas cartas foram escritas à mão por pessoas simples, que tinham dificuldade de comunicação e pouco conhecimento de gramática.

Analisamos esses relatórios dos participantes do Povo na TV a partir da visão de Bourdieu (1996), que defende a existência de um mercado de sentidos onde os discursos realizam uma troca simbólica, em que o lucro é daquele que tem maior domínio do campo. Para ele, os discursos alcançam seu valor (e seu sentido) apenas por uma relação com um mercado, caracterizado por uma lei especial de formação particular dos preços:

> O valor do discurso depende da relação de forças que se estabelece concretamente entre as competências lingüísticas dos locutores, entendidas ao mesmo tempo como capacidade de produção, de apropriação e apreciação ou, em outros termos, como capacidade de que dispõem os diferentes agentes envolvidos na troca para impor critérios de apreciação mais favoráveis a seus produtos. Tal capacidade não é determinada apenas do ponto de vista lingüístico. As competências lingüísticas constituem capacidades de produção socialmente classificadas que caracterizam

> unidades lingüísticas de produção socialmente classificadas, e ao mesmo tempo, configuram capacidades de apropriação e apreciação que, por sua vez, definem mercados eles mesmos socialmente classificados. (Ibidem)

Para Bourdieu (Ibidem), não há dúvida de que a relação entre tais competências lingüísticas contribui para determinar a lei de formação de preços que acaba prevalecendo numa troca particular.

> Não obstante, a relação de força lingüística não é completamente determinada apenas pelas forças lingüísticas em confronto. Por outro lado, é toda a estrutura social que se faz presente em cada interação (e por esta via, também presente no discurso), através das línguas faladas, dos locutores que as falam, ou melhor, dos grupos definidos pela posse da competência correspondente.

Em alguns casos, a comunidade utilizava o programa para intermediar a negociação de obras para o bairro com as autoridades. Um exemplo é a carta do Movimento Comunitário de Alecrim - enviado no dia 25 de novembro de 1992 - solicitando ajuda para mostrar ao prefeito de Vila Velha Jorge Anders e ao comandante do Quarto Batalhão os problemas existentes naquela comunidade. Na correspondência, assinada pelo presidente da comunidade Oswaldo Maturano e pelo vice-presidente Santo Venturino de Souza - com vários erros de português - constam como principais reivindicações da comunidade: segurança, saneamento básico, posto médico e telefones públicos. Eles afirmam que acompanharam o programa na comunidade de Santa Rita e gostariam de ter a mesma oportunidade de seus vizinhos. Eles diziam ainda que estavam ansiosos pela visita da equipe do programa e queriam mostrar o bairro que estava isolado e esquecido pelos governantes. Confira em anexo.

O representante voluntário da comunidade de Porto Canoa, em Cariacica, Raul Gomes Fonseca Júnior, enviou carta escrita à mão, no dia 27 de maio de 1993, à redação do Povo na TV com pauta de reivindicação. Entre os problemas apontados por ele, destacam-se: construções clandestinas, falta de limpeza pública; falta de iluminação nos finais de rua; falta de poda das árvores, o que prejudica ainda mais a iluminação já precária; falta de área de lazer; animais na rua; falta de segurança e

de um posto policial; falta de creche pública e solicitação de linha de ônibus. Veja no anexo**.**

No dia 24 de setembro de 1993, a diretoria do Assentamento de Grotão do Oriente, em Cariacica, encaminhou correspondência solicitando matéria para divulgar os problemas da comunidade formada por 200 famílias, entre eles, falta de urbanização, saneamento básico, rede de água encanada e energia elétrica. Os moradores têm “gatos” (energia clandestina), que provocam constantes incêndios. Observe no anexo.

O morador do bairro Flórida, Carlos Teixeira da Rocha, encaminhou carta escrita à mão no dia 5 de maio de 1993. Ele denunciava os problemas do bairro e pedia a ajuda do programa para cobrar providências do prefeito de Cariacica. Entre os problemas, ele citava: valas a céu aberto, a presença de entulhos, esgoto e lixo hospitalar, mau cheiro, mosquito, saneamento básico e segurança. Ele pedia a ajuda do programa para cobrar providências do prefeito de Cariacica. (Anexo).

A moradora de Cobi de Cima, em Vila Velha, Lucília P. Santana, encaminhou carta escrita à mão, com vários erros de português, quase ilegível, à redação da TVE, no dia 22 de março de 1993. Ela pedia socorro, principalmente, em relação à falta de segurança e, por esse motivo, não queria ser identificada. Segundo ela, sua casa foi arrombada pelos bandidos duas vezes no ano anterior e que seu marido lutou com dois marginais no ponto de ônibus. Ela sugeria que uma área da Cesan fosse cedida para construção de um posto policial. Ela disse que tinha morador que tinha sido assaltado quatro vezes. Outros problemas citados por ela eram: falta de rede de esgoto e de iluminação pública. Ela pedia que a TVE encaminhasse as solicitações ao governador. Veja no anexo.

A Obra Social dos Amigos do Bairro Ipanema encaminhou uma carta – também escrita à mão – no dia 11 de março de 1993, solicitando ajuda do programa através de reportagem de denúncia para solução dos problemas do bairro. Entre as reivindicações estavam: à falta de segurança e a necessidade de um posto policial, falta de água encanada, saneamento e saúde. No encerramento da

correspondência, eles pediam desculpas por não ter datilografado a carta por falta de recursos. Confira no anexo.

Numa carta do dia 25 de março de 1993, dirigida à produtora do Povo na TV, Terezinha Jovita, a comunidade de Vila Prudêncio, em Cariacica, pedia a intermediação do programa para cobrar pendência junto à Escelsa e à Secretaria de Estado de Justiça e Ação Social (Sejuc). Ela dizia que, em entrevista realizada no dia anterior no programa, a Escelsa ficou de providenciar instalação de iluminárias públicas que tinham sido pagas e autorizadas pela administração do prefeito Vasco Alves. A empresa também ficou de providenciar a implantação de padrão baixa renda para os moradores que não tinham como pagar e, que por esse motivo, usavam “gatos”. Além disso, a comunidade quer ajuda do programam para cobrar do secretário Ranato Soares, da Sejuc, cinco lotes que constam em processo em tramitação naquele órgão para construção de praça de lazer no bairro. Todos os ofícios encaminhados para esses órgãos foram entregues à produção do programa na esperança de conseguir resposta das autoridades. (Anexo).

Em outra correspondência encaminhada à produção do programa, a Procuradoria da Prefeitura de Vila Velha negava a existência de processo referente à área no bairro Araçás, mostrada em programa. A Procuradoria afirmava ainda que a documentação apresentada por algumas pessoas era ilegal e que a área em questão estava sendo inventariada pela justiça. (Anexo).

Em um outro ofício - datado do dia 30 de novembro de 1992, a diretora da Escola de 1º e 2º graus Pe. Humberto Piacente, Geruza Ney Alvarenga, reforçava pedido da comunidade - encaminhado também por ofício do dia 30 de novembro de 1992 – solicitando a presença do programa no bairro Alecrim, em Vila Velha. (Anexo).

A Associação de Moradores do Bairro de Santa Luzia, em Cariacica, enviou correspondência, no dia 9 de março de 1993, pedindo o retorno do programa Povo na TV ao bairro porque havia mudado o prefeito e a comunidade quer apresentar a ele as reivindicações do bairro. Na correspondência consta que a primeira visita do programa foi no dia 27 de outubro de 1992. (Anexo).

Para Bourdieu (1996), a estratégia da condescendência consiste em tirar proveito da relação de forças objetiva entre línguas que se encontram praticamente confrontadas [mesmo ou sobretudo se o francês estiver ausente] no próprio ato de negar simbolicamente tal relação, isto é, a hierarquia entre estas línguas e seus respectivos falantes.

> Estratégia semelhante acaba sendo possível em todos os casos em que o desvio objetivo entre as pessoas presentes [ou seja, entre as propriedades sociais] é suficientemente conhecido e reconhecido por todos [e, em particular, por aqueles que estão envolvidos na interação, quer como agentes, quer como expectadores] para que a negação simbólica da hierarquia [aquela que consiste em se mostrar “simples”, por exemplo], permite acumular os lucros ligados à hierarquia imaculável aos propiciados pela negação inteiramente simbólica dessa hierarquia, a começar pelo esforço dessa mesma hierarquia provocado pelo reconhecimento concedido à maneira de lançar mão da relação hierárquica. (Ibidem)

As autoridades também encaminhavam correspondências para a emissora agradecendo a presença da equipe em seus municípios. Como é o caso da Câmara Municipal de Alegre que encaminhou ofício, no dia 01 de março de 1994, de agradecimento à matéria veiculada no programa Povo na TV sobre os potenciais e a cultura daquele município.

4.2 As múltiplas vozes do Programa Povo na TV

Para entender quem era o receptor do programa Povo na TV, buscamos nos arquivos e relatórios - bem como utilizamos das fontes e informações constantes da monografia de especialização **“**As múltiplas vozes de um emissor. Programa da TVE “Povo na TV”. Receptor sujeito e espaço público de discussão dos problemas comunitários” (SILVA, 2001) - nomes de lideranças que participaram do programa e seus respectivos telefones para tentar localizá-los. Encontramos dificuldade porque muitos telefones e endereços não pertenciam mais àquelas pessoas que participaram do programa.

No nosso entendimento essas lideranças comunitárias eram receptores porque formavam o público alvo do Povo na TV e o assistiam diariamente. Em algum momento, essas pessoas tiveram oportunidade de participar diretamente do programa quando ele foi produzido em sua comunidade. Esse receptor interagia com a mensagem e com o emissor quando tomava a iniciativa de convidar a equipe ao seu bairro. Ligava durante o programa fazendo alguma pergunta ou emitindo uma opinião sobre o assunto em debate. Também quando mandava uma correspondência para a redação solicitando providências, fazendo denúncias, quando tinha oportunidade de falar ao microfone no bairro ou na praça ao vivo, emitindo sua opinião sobre os problemas da sua comunidade, denunciando o descaso das autoridades com a sua realidade.

Nesse momento de participação do receptor/ator no programa Povo na TV é que consideramos que ele apresentava as características descritas por Martín-Barbero e Canclini nos estudos culturais latino-americanos, que são de receptor sujeito, com voz, com ação, longe da inércia descrita pelos teóricos frankfurtianos. Nosso receptor assistia ao programa e participava integralmente dele. Ele tinha a chance de interagir, de opinar e de alcançar as autoridades pela praça pública midiática preconizada por Habermas. Sua história, sua cultura, sua religião, sua vivência eram considerados no processo e interferiam na recepção. Conforme Michel de Certeau, esse excluído social encontrou no programa uma forma de burlar a burocracia, de alcançar as autoridades e de pressioná-las por mudança, alterando assim o seu cotidiano, melhorando a sua qualidade de vida.

Selecionamos alguns participantes dessa praça pública mediática, que dividiram conosco a sua experiência no Povo na TV. Essas pessoas eram telespectadores assíduos do programa e participaram do programa como representantes do bairro ou de sua comunidade. Localizamos o Senhor Orlando da Moradia, ex-vereador e ex-presidente da Associação de Moradores do bairro Paul, em Vila Velha e a dona Ziláuria Santos de Aquino, ex-presidente da Associação de Moradores de Jardim América, em Cariacica. Também encontramos o professor e ex-presidente fundador do Conselho Comunitário de Vila Velha e da Famopes (Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo), Aloísio Khroling.

O líder comunitário Orlando da Moradia era telespectador assíduo do programa Povo na TV e participou de um programa na Praça de Paul que foi ao ar no dia 24 de novembro de 1992. Sua opinião: “Esse programa deu muita oportunidade para que as comunidades se levantassem e pudessem falar de seus problemas e cobrar das autoridades competentes. Por isso, eu acho que ele deveria continuar até hoje porque era um canal para as lideranças comunitárias”.

Segundo o Seu Orlando havia uma participação efetiva da comunidade no Povo na TV. “Era um fórum onde se podia falar, era um programa super popular. Tanto que quando eu vejo o Ratinho e outros programas iguais, eu me lembro daquele programa tão bom que nós tínhamos aqui que era o Povo na TV,” lamenta. Praticamente, em todas as suas falas, Orlando da Moradia insistia no apelo pelo retorno do programa, com toda a sua simplicidade de liderança humilde e de pouca instrução.

Ele afirma categórico: “Nossa comunidade e tenho certeza que outras também deram um grande avanço, porque a gente mostrava ao público e às autoridades competentes a dificuldade que a gente tinha no bairro. Quando as reivindicações eram feitas daquela forma que a gente fazia, eles davam mais atenção.” Orlando da Moradia ressalta a vantagem que o programa oferecia do líder falar direto com as autoridades e secretários de cada área específica, de forma a resolver os problemas do bairro bem mais rápido.

E dessa vez em seu apelo, ele pede ajuda divina: “todo líder comunitário, eu tenho certeza, sente falta desse programa. Deus queira que ele venha de novo!” O programa, de acordo com Seu Orlando, esteve duas vezes em Paul. Ele disse que o mais importante é que, quando a equipe vinha, ficava enquanto tinha problema e não havia pressa no programa: “Não era uma coisinha feita assim nas correrias. Era uma coisa que ia a fundo no problema.” Ele explica que naquela época, através do programa, era muito mais fácil resolver os problemas. Novamente, ele apela para a ajuda de Deus para que o programa volte. “Deus queira que apareça um programa como aquele”.

Ele acrescentou que hoje é muito difícil conseguir ajuda ou levar reivindicações da comunidade até as autoridades. Ele denuncia que os líderes conseguem quando têm ligação política. “Quando a gente tem um prefeito que fala a mesma linguagem da gente, as coisas ficam fáceis. Mas fica muito difícil para aqueles que não falam a mesma linguagem do prefeito.” Ele lembra que no programa não tinha nada disso. Não havia preferência política. “No programa não tinha esse problema se eu estava bem ou mal com o prefeito. O programa vinha a gente apresentava os problemas e eles eram resolvidos,” lembra.

Segundo ele, não importava se que a pessoa fosse adversária do prefeito porque o programa dava liberdade para todo mundo falar a mesma linguagem. “O programa não era de preferências ou de partido e havia igualdade para todo mundo,” exalta. Ele ressalta que tanto ele procurava a TVE como também era procurado por ela. Ele ressaltou que sempre foi atrás de buscar ajuda para o bairro. “Eu sou muito cobrador. Sou muito de pedir. Se os governantes derem uma “brechinha” eu estou sempre pedindo melhorias para a minha comunidade”.

Seu Orlando declara que hoje não tem facilidade para conseguir espaço na imprensa. Ele recorda que como vereador procurou a imprensa, mas não teve retorno. “Eles achavam que era um trabalho que ia me engrandecer. Naquele programa da TVE não havia discriminação. Ele beneficiava a comunidade e não o líder comunitário, de forma a trazer sempre o melhor para as comunidades,” explica. Ao ser interrogado se conseguiu se promover e se eleger com ajuda do programa, ele diz que não teve qualquer contribuição nesse sentido. Ele reconhece apenas que trabalhou muito para isso.

Dona Ziláuria de Jardim América era também telespectadora assídua do programa, que esteve em visita ao seu bairro, em 7 de outubro de 1993. Nessa ocasião, ela teve oportunidade de participar de entrevista ao vivo do seu bairro. Dona Ziláruia, que já foi presidente da Associação de Moradores daquele bairro, recorda-se que as comunidades tinham muita dificuldade naquela época e que quando tinha oportunidade de ter uma televisão ao vivo no bairro, levando a voz dos moradores, das lideranças, o sacrifício das pessoas, representava uma vitória muito grande.

Ela avalia que naquele período o movimento popular tinha mais credibilidade, era mais respeitado. “Havia realmente um pessoal que trabalhava pela comunidade e tinha o apoio dos meios de comunicação, principalmente a TVE, que sempre esteve se prontificando a vir até aqui. Quando tinha o programa era na Praça Hugo Viola, os moradores tinham interesse em participar,” recorda. Ela explica que a presença da TVE no bairro dava força ao movimento e dava respaldo para conseguir o atendimento às reivindicações pela comunicação da televisão.

D. Zilária comenta: “Eu não me recordo especificamente que tipo de atendimento, mas sempre que havia participação do programa, o atendimento era rápido, a resposta era boa”. Ela se lembra como se dava a participação nos programas: “Havia uma pessoa no estúdio e o repórter na comunidade que colocava a gente em confronto e esse confronto era muito bom e muito válido”. A TVE facilitava o acesso às autoridades e esclarece seu ponto de vista: “A pressão da mídia é uma coisa importante e quem está ali representando o poder público não quer queimar a sua imagem”.

Da mesma forma que o Seu Orlando da Moradia, Dona Ziláuria também lamenta que esse trabalho não tenha continuado. “Hoje a gente vê que até existem alguns programas que dão uma certa assistência aos bairros como a TV Record que tem o Espaço Local, que tem funcionado mais ou menos nesse sentido. Mas precisava ser mais,” reclama. E acrescenta: ”A TVE era uma maravilha, era desvinculado, a gente tinha liberdade de falar, de se expressar”. Ela disse que quando dá entrevista à estação de TV o material é editado e só vai ao ar o que interessa a eles. Mas que esse processo era diferente na TVE: “No Povo na TV era a voz do povo mesmo falando rasgado, reivindicando, dizendo a verdade do tamanho que ela era”.

Ela disse que a partir da gestão da líder comunitária Judite para cá o movimento comunitário em Jardim América tem enfraquecido porque passou a ter uma conotação muito política e critica: “quando a pessoa se insere no movimento popular, ela está visando lá na frente estar ocupando uma cadeira na Câmara de Vereadores e barganhando muito também.” Ela cita como uma de suas conquistas a frente do movimento comunitário o não fechamento de agência da Caixa Econômica do bairro com uma grande mobilização que contou com apoio da mídia. E, conclui:

“falta credibilidade às pessoas que estão se propondo a esse trabalho comunitário e há muita disputa, muita ‘picu[25]inha’, uma coisa muito ruim. Onde isso acontece, o movimento não se fortalece”.

O líder comunitário Aloísio Khroling teve várias oportunidades de participar do programa e também costumava assisti-lo com freqüência. Ele disse que foi procurado várias vezes pelos repórteres e jornalistas em geral do Povo na TV. Ele afirma que esse programa era muito assistido pelas comunidades, inclusive, porque tentava uma ligação direta com as lideranças. “Ia às comunidades e convidava os moradores para o programa ao vivo na praça. Era um programa que abria as portas para a população,” recorda.

Segundo ele, era uma iniciativa interessante na época que coincidiu com o apogeu dos movimentos comunitários. Na sua avaliação, o programa Povo na TV era uma maneira de levar ao grande público o que as comunidades necessitavam em termos de reivindicações de saúde, saneamento e educação. “Ao realizar esse programa a TVE, que é pública, cumpria sua tarefa de se aproximar da população e abrir esse espaço público para o povo. Nada mais justo e democrático que isso,” opina. Ele defendeu o retorno da iniciativa.

Para Aloísio Khroling, a televisão é um espaço distante da população porque, em geral, são sempre as mesmas pessoas que são entrevistadas, os mesmos políticos. A preferência é pelo pessoal de Vitória. Os outros municípios são lembrados apenas na hora das enchentes, da miséria, da calamidade pública. “As autoridades falam mais que o povo,” resume. Essa é considerada por ele a maior falha dos meios de comunicação de massa ao colocar no vídeo muito mais a presença das autoridades que do povo. “O povo não se vê mais, porque são sempre os mesmos políticos, em geral os presidentes de partidos, governador, o prefeito de Vitória, vereadores de Vitória, líder do governo”, reclama.

De acordo com Aloísio, falta proximidade com o povo que mora nos bairros e quando há essa aproximação direta com o povo é a democratização dos meios. “O Povo na TV cumpria esse papel naquela época, ao levar a televisão, que é um

[25] Expressão popular que significa confusão, fofoca. (N.A.)

instrumento elitista, aos bairros. Nesse veículo a linguagem é curta, a pessoa tem que falar pouco, não pode falar demais. O povo gosta de falar, de ser prolixo, de se estender e o Povo na TV dava esse espaço à população," defende. Ele acha que o tecnicismo deveria ser superado e que o tipo de iniciativa do Povo na TV com liberdade de expressão deveria retornar para se ouvir de fato a sabedoria popular.

Ele disse que uma outra emissora tentou repetir a fórmula usada pela TVE, que teve sucesso durante uma época, mas foi superada pela técnica. "Hoje em dia, dentro da visão neoliberal, se gasta muito tempo, se calcula tudo. Um minuto da televisão é precioso porque é calculado em termos de propaganda, de marketing, e não quanto a democracia," reflete.

Em sua opinião nenhum programa aqui no Estado oferece esse espaço. "Mesmo o programa do Ratinho, que parece ser populista, é mais miséria, eu o chamo de popularesco," declara Aloísio Khroling. Para ele, da miséria é feito um espetáculo. É o contrário do que deveria ser um canal de televisão aberta, que deveria ouvir e dialogar com o povo. "Isso não era observado no programa da TVE. A preocupação era no sentido de ouvir a população, de conhecer os problemas do bairro e levá-los para o governo," analisa.

Ele disse que a TVE era um canal, uma linha direta com as autoridades e elas passaram a atender aos bairros por causa do programa. No caso específico de Vila Velha, onde ele atuava, ele lembra de ter contado com o apoio da TV nas manifestações e passeatas contra o mosquito e o governo acabou atendendo à população por causa da televisão. "Até um quilo de mosquito num saco, nós mostramos no ar," recorda. Ele disse que tudo isso repercutia em nível do governo na medida em que era mostrado os moradores dos bairros falando dos problemas, da lama, da chuva, dos mosquitos.

"Tudo isso tinha repercussão e o governo de fato se preocupava com a sua imagem e atendia, e o movimento popular tinha força," resume. Ele acha que o movimento popular hoje está desmobilizado porque a sua época heróica passou. Ele acredita que hoje as pessoas estão cada vez mais buscando a sobrevivência por causa do desemprego. "Tudo leva a que gente viva numa sociedade de indivíduos e não a

comunidade. Naquela época a gente curtia a comunidade e o movimento fazia essa ponte.” afirma. As lideranças caíram no individualismo, querem ser político, vereador, têm interesses mesquinhos, sem autenticidade.

Ele critica o fato dos meios de comunicação não contribuírem para a educação da população. Ele acha que esse papel de educador político é das instituições, dos partidos e em especial da televisão, que é uma escola. “Haja vista os domingos. Quem está com as famílias no domingo? É Sílvio Santos, Gugu Liberato e Faustão. Eles são os três sacerdotes do domingo,” ironiza. Em sua opinião a televisão não prioriza educação, mas apenas o entretenimento, o show, o espetáculo. E, sintetiza: “A televisão brasileira está falhando em sua responsabilidade social e está decaindo no popularesco, no caso do Ratinho, ou no espetáculo, buscando imitar a televisão americana”.

4.3 O conflito na praça pública midiática

Para entender como se dava essa comunicação entre os moradores e lideranças dos bairros de periferia e as autoridades durante o programa ao vivo, procuramos no arquivo da TVE registro gravado em fita, mas só encontramos um programa gravado na íntegra. Esse único registro foi feito na Praça Costa Pereira sobre o tema Aids. Esse programa, apesar de toda a sua importância educativa e preventiva sobre essa doença, não tratava da questão central desse trabalho que era a oportunidade de comunicação do povo residente em bairros carentes com autoridades. O programa funcionando como praça pública e espaço público moderno.

Por isso, buscamos suprir essa carência por registro em relatórios sobre os programas que foram ao ar, chamado pela produção de trabalho de escuta. Nesses relatórios constavam as principais situações e confrontos vivenciados pelos convidados do programa do bairro e do estúdio, onde ficavam as autoridades na maioria das vezes. Por esses relatórios, a produção do programa queria fazia um

acompanhamento para retornar ao bairro e checar as providências tomadas pelas autoridades quanto às reivindicações da comunidade. Em alguns casos, conferimos que esse procedimento chegou a acontecer. Entretanto, na maioria das vezes esse retorno não foi possível por falta de recursos.

No início de 1992, o programa fez acompanhamento das promessas e providências das autoridades participando de reuniões, informando através de notas lidas pelo apresentador ou por matérias gravadas no bairro, ou mesmo retornando aos bairros em questão. Em alguns casos, por pressão do programa, a comunidade conseguiu o atendimento de suas reivindicações. Houve situações de lideranças, que por terem apresentado denúncias no programa, foram vítimas de ameaça de morte. O programa, sem ter a intenção de fazer sensacionalismo - como é comum em programas da TV aberta atualmente - ofereceu espaço ao vivo para a liderança vítima das ameaças se manifestar.

Para Bourdieu (1996), relações de forças cujo lugar de ocorrência é o mercado lingüístico - cujas variações determinam variações de preço que o mesmo discurso pode receber em diferentes mercados - se manifestam e se realizam no fato de que certos agentes não estão em condições de aplicar aos produtos lingüísticos oferecidos, por eles mesmos ou pelos outros, critérios de apreciação mais favoráveis a seus produtos.

> Este efeito de imposição de legitimidade é tanto maior – e as leis do mercado tanto mais favoráveis aos produtos propostos pelos detentores da maior competência lingüística – quanto maior é o peso do uso da língua legítima, ou seja, quanto mais oficial é a situação e, portanto, mais favorável àqueles que detêm mais ou menos oficialmente o mandato para falar, ou então, quanto mais amplo é o reconhecimento que os consumidores concedem à língua legítima e á competência legítima (relativamente independente de seu reconhecimento desta língua).

Bourdieu (Ibidem) cita que em outros termos, quanto mais oficial o mercado, isto e, praticamente ajustado às normas da língua legítima, tanto mais dominado pelos dominantes, quer dizer, pelos detentores da competência legítima, autorizados a falar com autoridade.

> A avaliação prática da relação de forças simbólica determinante dos critérios de avaliação vigentes no mercado em questão somente leva em conta as propriedades propriamente lingüísticas do discurso na medida em que elas anunciam a autoridade e a competência sociais daqueles que as pronunciam. [..] A competência lingüística dominante tem tanto maiores chances de funcionar num mercado particular enquanto capital lingüístico, capaz de impor a lei da formação de preços mais favorável aos seus produtos e de propiciar o lucro simbólico correspondente, quanto mais oficial é a situação, portanto, mais capaz de impor por si mesma o reconhecimento da legitimidade do modo de expressão dominante, convertendo as variantes facultativas [ao mesmo ao nível da pronúncia] que o caracterizam em regras imperativas, "rigorosas" [como na expressão 'a rigor' a propósito dos trajes exigidos em jantares oficiais], e quando os destinatários de suas produções lingüísticas estão mais dispostos a conhecer e a reconhecer, independentemente do constrangimento da situação oficial, a legitimidade deste modo de expressão. (Ibidem)

Em outras palavras, Bourdieu (Ibidem) afirma que quanto mais essas condições se encontram reunidas e num grau mais elevado num mercado, tanto mais os valores praticamente conferidos aos produtos lingüísticos que aí se encontram realmente confrontados estão próximos do valor teórico que lhes seria atribuído, na hipótese de um mercado unificado, em função de sua posição no sistema completo dos estilos lingüísticos.

> Inversamente, à medida que decrescem o grau de oficialidade da situação de troca e o grau em que a troca é dominada por locutores repletos de autoridade, a lei de formação dos preços tende a se tornar menos desfavorável aos produtos dos *habitus* lingüísticos dominados. Também é verdade que a definição da relação de forças simbólica construtiva do mercado pode tornar-se objeto de uma negociação dando margem a que o mercado possa ser manipulado, em certos limites, por um metadiscurso girando em torno das condições de utilização do discurso. (Ibidem)

Para Bourdieu (Ibidem), a capacidade de manipulação é tanto maior, como revelam as estratégias de condescendência, quanto mais importante for o capital possuído. É verdade ainda que a unificação do mercado nunca chega a ser tão total que os dominados não possam encontrar no espaço da vida privada, entre familiares, mercados no interior dos quais fiquem suspensas as leis de formação de preços aplicáveis aos mercados mais oficiais.

No dia 30 de março de 1992, uma segunda-feira, o programa esteve ao vivo no bairro da Penha, em Vitória. O problema mais grave apontado pela comunidade foi à falta de segurança. Eles reclamaram ainda da iluminação pública, esgoto a céu

aberto, falta de calçamento, escadarias, muro de arrimo, área de lazer e lixo. Todos esses problemas foram apresentados em matéria gravada. A líder comunitária Jorminda solicitou através do programa um módulo ou trailer da polícia no local. Ela disse que havia uma delegacia no bairro que foi desativada depois que o delegado incendiou um rapaz vivo. Outra moradora pediu policiamento perto de sua casa e denunciou a presença de “maconheiros” nos becos mal iluminados. Outra moradora reforçou a reclamação de falta de segurança e denunciou a grande incidência de marginalidade no bairro. Ela disse que foi assaltada duas vezes, e que em uma delas levou várias facadas.

A essas denúncias o representante da polícia, o delegado Manuel Buick, disse que no local havia apenas uma sub-delegacia, que foi extinta porque houve mudanças na polícia. O bairro passou a ser atendido pela delegacia do bairro vizinho, de Jucutuquara. Ele prometeu nos próximos meses uma delegacia distrital. Sobre o incêndio do rapaz, ele respondeu que o delegado era um “apadrinhado”. Ele prometeu reativar o policiamento e colocar naquele mesmo dia uma viatura rondando no local, a de nº 281. Mas ele deixou claro que a competência pelo policiamento ostensivo é da polícia militar e ele é da civil. Quanto ao pedido de segurança, Buick indicou o telefone de emergência da polícia, o 147.

A líder comunitária Jorminda disse que o 147 não funciona. Ele declarou que a ameaça era dos marginais de fora, e não os do bairro, que estavam atuando no local. Ela alertou para o fato de que os moradores para se defenderem estavam se armando. A repórter perguntou ao delegado Buick se o 147 podia ser melhorado. Ele disse que o número funcionava e que as ocorrências eram todas anotadas. Ele prometeu fazer tudo que fosse de sua competência. Entretanto, afirmou que módulo ou trailer dependia da PM. Ele condenou o armamento dos moradores para se defenderem dos bandidos. Segundo ele, a arma pode ser usada pelos bandidos contra os moradores ou pode ser roubada por eles para ser usada em assalto. Pelo telefone, uma telespectadora informou ao delegado que foi assaltada em Jacaraípe, na Serra, e que ao procurar a delegacia local o policial disse que não tinha homens e nem viatura para atendê-la. O delgado sugeriu que ela procurasse a polícia judiciária, porque naquele mês ele estaria administrando a jurisdição de Jacaraípe.

Um outro telespectador pelo telefone fez a defesa do armamento da população para se defender dos bandidos. Confira o relatório em anexo.

No dia seguinte, dia 31 de março de 1992, terça-feira, a líder comunitária do bairro da Penha, Jorminda, procurou o programa para denunciar que passou noite de terror. Foi gravada entrevista com ela que foi ao ar naquele mesmo dia durante o programa sobre a comunidade de Vila Garrido, em vila Velha. Jorminda contou que os bandidos deram tiros em sua casa e exigiram que ela saísse do bairro. Ela declarou que eles não a queriam no local porque ela atrapalhava a boca de fumo que eles administravam no local. Para gravar a entrevista com a líder comunitária, consta no relatório, que a equipe da TVE sofreu também ameaças por parte dos bandidos do local. Na entrevista Jorminda pede proteção policial. Veja em anexo.

No programa realizado no bairro da Penha, o problema da falta de segurança não foi o único apresentado pela comunidade, que reclamou ainda da iluminação pública, esgoto a céu aberto, falta de calçamento, escadarias, muro de arrimo, lixo e área de lazer. Para responder sobre esses problemas compareceram ao estúdio, além do chefe da polícia judiciária, Manoel Buick, o assessor da Secretaria Municipal de Obras de Vitória, José Leal e o representante da Escelsa, José Carlos Coelho.

Diante das várias reclamações em relação à falta de iluminação, a Escelsa divulgou nota no programa prometendo que em dois meses instalaria nove postes e dez lâmpadas. Em relação ao esgoto a céu aberto e a construção do muro de arrimo, o representante da prefeitura José Leal prometeu que a Prefeitura retomaria a obra após o mês de abril, quando entrariam em caixa recursos do IPTU. Quanto à construção de área de lazer, ele admitiu a possibilidade de realização de obra pequena que não dependesse de verba do orçamento. Sobre a questão do lixo e limpeza de terreno baldio, ele ficou de encaminhar o problema para o Secretário de Serviços Urbanos daquela época, Waldir Klug.

No programa do dia 31 de março de 1992, realizado em Vila Garrido, Vila Velha, a falta de segurança foi apontada como o principal problema do bairro. Outras reclamações dos moradores foram quanto ao não cumprimento do orçamento participativo da população, falta de calçamento nas ruas, esgoto a céu aberto, lixo,

escolas sem carteiras e a cobrança de realização de obras no bairro. A maior parte dos problemas é semelhante ao bairro da Penha, em Vitória. Alguns problemas apontados pelas comunidades eram os mesmos em todos os bairros. A situação do bairro foi apresentada através de matéria gravada no local. Os moradores denunciaram que os ladrões entravam na sala de aula e roubavam o material escolar dos alunos e que havia uma escola desativada servindo de depósito para carteiras velhas, enquanto que na escola nova as crianças sentavam no chão. A escola desativada, segundo denúncia, servia para esconder os marginais.

Segundo os moradores, a delegacia do bairro funcionava apenas como depósito de presos. Eles pediram policiamento ostensivo no local porque os policiais não podiam deixar a delegacia para atender aos moradores, pois temiam a fuga de presos. A líder comunitária Eni ofereceu à PM espaço no centro comunitário para funcionar um DPM. Foi também cogitada a possibilidade da PM se instalar na delegacia. Uma moradora denunciou o estupro de uma criança surda e muda de 9 anos que ficou sem punição do culpado. O comandante do Quarto Batalhão da PM major Abreu disse que a corporação estava preocupada com o bairro e que haveria, em pouco tempo, mais condições de policiamento para a região já que a PM estava passando por reestruturação a partir de maio daquele ano. Ele prometeu que 200 viaturas seriam entregues pelo Governo do Estado. Ele falou da necessidade da população, sem se identificar, informar à polícia pelo telefone 190. O major revelou que não daria certo o DPM funcionar dentro da delegacia. Ele afirmou que estaria realizando policiamento na entrada e saída da escola. A segurança da escola desativada, segundo ele, era de responsabilidade do poder público.

A líder comunitária Eni questionou a Prefeitura o motivo da não execução das obras priorizadas no orçamento pela comunidade. Ela citou a rua Sebastião Gaiba que não tinha sido entregue ainda. Ela chamou a propaganda da Prefeitura de mentirosa porque divulgou que havia convênio com o Estado para a execução dessa obra, sendo que a Secretaria do Interior negou a existência de convênio nesse sentido. A Prefeitura havia colocado placa no bairro sobre a obra. O assessor do prefeito Jorge Anders, Eudier da Silva, insistiu na existência de convênio com Estado para realização de obra em 28 ruas de Vila Garrido. Ele informou que o senador José Ignácio conseguiu verba federal com esse objetivo, publicada no Diário Oficial da

União. Eni não gostou das respostas de Eudier e respondeu que a rua Sebastião Gaiba deveria ser entregue em dezembro passado. A obra interrompida, segundo ela, era de má qualidade e quando chovia havia inundação. Outras ruas do bairro apresentavam o mesmo problema. Uma moradora denunciou que já foram encaminhados por eles oito abaixo-assinados pedindo calçamento de ruas. Houve discussão porque o assessor do prefeito tentou transferir para os moradores a responsabilidade pelas inundações nas ruas devido a lixo acumulado. A líder comunitária deu explicações técnicas sobre o problema. O assessor do prefeito concordou e prometeu mandar o pessoal da manutenção realizar a limpeza das caixas. Ele prometeu levar para o prefeito resolver os demais problemas.

Esse foi um programa muito polêmico porque, além de ter apresentado a ameaça de morte sofrida pela líder comunitária Jorminda do bairro da Penha, houve discussão em estúdio referente à denúncia de superfaturamento em uniformes da rede municipal de Vitória. A denúncia foi apresentada pelo vereador Márcio Calmon que informou que na escola Alvimar Silva, de Vitória, os uniformes estavam sendo vendidos a cr$ 24 mil cruzeiros, enquanto que na malharia o mesmo uniforme custava apenas cr$ 19 mil. A defesa da Prefeitura ficou a cargo do chefe de gabinete do prefeito Perly Cipriano. Ele esclareceu que o uniforme não era obrigatório e ficava por conta do conselho de escola sem interferência da prefeitura, que não os comprava e nem os vendia. A discussão ficou polêmica e os dois políticos trocaram ofensas. A apresentadora interferiu e transferiu a decisão sobre a questão para o órgão de defesa do consumidor, o Procon.

Bourdieu (1996) alerta que a relação de forças lingüísticas nunca é definida apenas na relação exclusiva entre as competências lingüísticas oponentes. E o peso dos diferentes agentes depende de seu capital simbólico, isto é, do reconhecimento, institucionalizado ou não, que recebem de um grupo:

> A imposição simbólica, esta espécie de eficácia mágica que a ordem ou a palavra de ordem, mas também o discurso ritual ou a simples injunção, até mesmo a ameaça ou o insulto, pretendem exercer, só pode funcionar enquanto tal quando estiverem reunidas condições sociais inteiramente externas à lógica propriamente lingüística do discurso. Para que a linguagem de importância do filósofo seja recebida tal como ele reivindica que o seja, é preciso que sejam dadas as condições sociais, que fazem com

> que ele possa obter, que se lhe conceda a importância que ele atribui a si mesmo.

Para Bourdieu (Ibidem), é no conjunto do universo social e das relações de dominação que lhe conferem sua estrutura, que reside o princípio do lucro de distinção propiciado por todo e qualquer uso da língua legítima, tal ocorrendo mesmo quando um dos componentes [e dos mais relevantes] desse lucro parece como que fundado apenas nas qualidades da pessoa. “Uma ordem ou mesmo uma palavra só pode operar quando tem a favor a ordem das coisas, pois sua realização depende de todas as relações de ordem que definem a ordem social”.

Durante um programa em determinado bairro questões sobre outros bairros eram apresentadas. Como o que ocorreu nesse programa do dia 31 de março, quando foram apresentadas denúncias sobre Vitória. Nesse mesmo programa, através de uma ligação telefônica, o líder comunitário Cidão do bairro Bubu, em Cariacica, denunciou o não comparecimento à reunião com a comunidade - agendada no programa realizado naquele bairro na semana anterior, na sexta-feira, dia 27 de março de 1992 – do Secretário Interino dos Serviços Urbanos, Antônio Carlos Donato.

O líder comunitário disse que o secretário não apresentou nenhuma justificativa para a sua ausência. Os telespectadores souberam do ocorrido porque a informação foi lida ao vivo. O secretário havia marcado a reunião atendendo ao convite de Cidão visando discutir a viabilização da limpeza do rio Bubu, que quando chovia inundava o bairro por falta de drenagem. Foram mostradas no programa daquele bairro imagens da poluição do rio Bubu por lixo, esgoto e animais mortos. Esse rio já foi muito utilizado pela comunidade de onde era tirado o sustento de várias famílias pela pesca. Veja relatório do programa em anexo.

Outra polêmica registrada em relatório desse programa foi entre o presidente da Câmara de Cariacica Rogério Santoro e os secretários de Cariacica Antônio Carlos Donato e Jaime Ciríaco. Rogério Santoro estava nervoso e acusou os secretários de mentirem, enganando o povo. Negou que houvesse qualquer projeto da Prefeitura

envolvendo o acesso ao Monte Mochuara. O secretário interino de Serviços Urbanos Antônio Donato prometeu o encaminhamento das obras, apesar do afastamento do prefeito Vasco Alves.

O vereador acusou ao vivo o secretário Zezinho de medroso, por ter mandado ao programa no seu lugar um substituto. O presidente da Câmara foi questionado pelo apresentador por ter votado contra a criação da Secretaria de Cultura. Ele se justificou afirmando que o motivo era que seria mais um cabide de emprego e garantiu que vota contra outra vez, caso o projeto fosse reapresentado. Ele argumentou, dizendo que o povo precisava de posto médico, saneamento e ruas calçadas.

Outra situação de confronto entre a comunidade e o representante da Prefeitura aconteceu no programa do dia 01 de abril de 1992, quarta-feira, no bairro de Cruzeiro do Sul, Cariacica. O Secretário Municipal de Obras, Roberto Carlos de Almeida, participou do programa ao vivo do bairro junto com os moradores. Ele foi o único representante da Prefeitura porque o Secretário de Serviços Urbanos não compareceu. Os moradores ficaram revoltados porque ele respondia com evasivas às reclamações quanto a obras inacabadas, abandono do bairro, lixo, falta de rede de esgoto e denúncias de ruas que constavam no mapa da Prefeitura como calçadas, mas eram de chão e questionamento sobre obras que constavam no orçamento, mas que não foram feitas.

Uma moradora fez um depoimento revoltado denunciando que os políticos eram ladrões e que deveriam ter vergonha e se entregarem à polícia, que mereciam prisão perpétua porque roubavam o povo. Ela disse que não tinha que votar em rua para ser calçada, uma vez que ela cumpria a sua obrigação pagando impostos e que a prefeitura deveria também cumprir sua parte calçando as ruas e realizando as obras que a comunidade necessitava.

O secretário se defendeu, explicando que estava naquela pasta há apenas um ano e dois meses e que a Prefeitura vinha realizando obras em todo o município. Ele prometeu tentar resolver os problemas daquele bairro em curto prazo e que todas as obras de sua gestão foram concluídas. Sobre a questão de corrupção no poder

público, em relação a ruas que constavam como calçadas e que não foram feitas, ele esclarece que, ao investigar esse tipo de denúncia, o prefeito Vasco Alves foi cassado. De acordo com ele, desde 1991, que os projetos para calçamento eram votados pela comunidade. Confira essa polêmica no documento em anexo.

Durante o programa Povo na TV, realizado no dia 26 de março de 1992, quinta-feira, na comunidade de Cobilândia, em Vila Velha, o apresentador leu notas de interesse da comunidade que mostravam a preocupação da equipe da TVE em acompanhar as negociações com as autoridades em promessas feitas durante o programa. Foi informado que naquele dia, às sete da noite, seria realizada reunião dos moradores de Jardim Camburi com a Polícia Militar e a Polícia civil para discutir medidas para reforçar a segurança daquele bairro. No mesmo programa foi informado sobre promessas cumpridas pela Prefeitura de Vila Velha.

No bairro de Novo México, foi feito o asfaltamento de toda a extensão da rua Leila Diniz que faz a ligação entre os bairros às margens da Rodovia Darly Santos e a Rodovia do Sol. Avisa ainda que em Araçás, a praça continua em obras e que a rua Rosa de Prata estava sendo drenada e pavimentada. Em Boa Vista Dois, a construção de uma rede de esgoto e de galerias pluviais tinham começado. Em Itaparica, a praça continuava sem iluminação, mas por causa da Escelsa, uma vez que a Prefeitura já tinha dado ordem de serviço.

As informações sobre o andamento das obras tinham sido passadas pelo assessor do prefeito Eudier da Silva em cumprimento a promessas feitas durante programas realizados naqueles bairros. Nesse mesmo dia foi informado ainda que a Prefeitura de Vitória havia iniciado a pintura da sinalização de obras recapeadas pela operação tapa- buracos começando pelas avenidas Vitória e Jerônimo Monteiro, no centro da capital. O projeto incluía ainda faixas de pedestres, estacionamento e outras marcações.

Entre os problemas apontados pela comunidade de Cobilândia, destacam-se: obras de ruas conveniadas, esgoto a céu aberto, valas, mosquito, animais nas ruas, falta de segurança, área de lazer, falta d’água, vazamentos nos canos da Cesan, terrenos baldios e construção de ponte. Uma característica dessa comunidade foi a

organização e cobrança de ação das autoridades. Compareceram ao estúdio para responder à comunidade: o assessor do prefeito de Vila Velha, Eudier da Silva; relações públicas da PM, Cel. Carlos Magno da Paz Nogueira; representante da Cesan, Luiz Carlos Dazzi, e o coordenador do Procim (Programa de Combate ao Mosquito), Franklin Santana.

O assessor do prefeito informou que para executar programa de obras naquele bairro eram necessários recursos da ordem de cr$ 600 milhões de cruzeiros. A obra precisava de convênio com o Estado e dependia de liberação de recursos do Governo Federal. Segundo ele, o prefeito foi a Brasília tentar conseguir os recursos com auxílio da bancada federal. Não houve nenhuma promessa ou justificativa em relação à obra de rede de esgoto. Eudier ficou de encaminhar ao prefeito o pedido de construção de ponte a curto prazo. Para solicitar coleta de lixo, ele forneceu o telefone da Prefeitura. Ele disse que os proprietários de terrenos baldios têm sido notificados pela prefeitura e que esses terrenos podem ser transformados em área de lazer para o bairro. Após muita pressão dos moradores, o assessor marcou reunião para a segunda-feira dia 30, às sete da manhã, na Prefeitura.

O representante da Cesan declarou que órgão desconhecia os problemas de falta de água daquele bairro, com exceção da parte alta que era abastecida, segundo ele, por carros-pipas. Ele deu o número 195 para solicitar carro-pipa e prometeu no ar solução até o dia 30, segunda-feira. O problema de vazamento seria resolvido em até cinco horas após a comunicação. O Cel. Magno explica que, até maio, o Estado teria mais 80 viaturas para policiamento. Ele admitiu falha na segurança de Cobilândia e prometeu levar o problema logo após o programa ao comandante da PM, que podia tomar providências ainda naquele dia. (relatório em anexo**).**

Outra forma de monitorar as promessas e providências das autoridades era um relatório geral feito pela produção. Enfim, desses relatórios consta que no programa realizado na Praça Oito, no dia 4 de março, quarta-feira, de cinzas, o técnico da Ceturb prometeu que os próximos reajustes de passagens intermunicipais de ônibus seriam menores com eliminação dos passes-livres. O projeto sobre essa questão estava na Assembléia Legislativa.

No dia 5 de março de 1992, quinta-feira, no bairro de Itacibá, Cariacica, foi marcada reunião entre a comunidade e o secretário Pedro Ciríaco para o dia 16 daquele mês. O secretário disse que no orçamento estavam previstas para aquele bairro as obras de pavimentação e drenagem da Rua Itabapoana, calçamento de rede de esgoto para o beco São Jorge e beco Moisés, asfaltamento da rua Guarapari, complementação da rua Imaculata Conceição e construção de quadra de esportes. Durante aquele programa foi feita denúncia de criação clandestina de porcos, que seria verificada ainda naquele mesmo dia pelo secretário de Serviços Urbanos, José Nilzo de Souza, às quatro da tarde.

No programa realizado em Coqueiral de itaparica, Vila Velha, no dia 6 de março de 1992, sexta-feira, o vereador Max Filho prometeu que as obras da praça daquele bairro seriam iniciadas no dia 20 daquele mês pela Secretaria de Estado do Interior.

No programa realizado em Bairro de Fátima, em Vitória, nos dias 09 e 10 de março de 1992, segunda e terça-feira, os representantes da Prefeitura da Serra (os secretários José Eudier, Frider e Edson Lírio) prometeram que as ruas do bairro estariam em boas condições de tráfego até o fim do mês, que a creche da comunidade seria entregue em uma semana e que uma área de lazer seria construída ainda naquele ano.

No programa realizado no bairro Araçás, Vila Velha, no dia 11 de março de 1992, quarta-feira, ficou agenda reunião entre as autoridades e a comunidade logo após o término do programa. Além disso, foram feitas promessas ao vivo pelo assessor da prefeitura Eudier da Silva de início de obras na rua Rosa de Prata no dia 30 e que, em dois ou três meses, as obras da praça do bairro seriam concluídas.

No programa do dia 12 de março de 1992, quinta-feira, no bairro Aparecida, Cariacica, o secretário municipal de planejamento, Pedro Ciríaco, afirmou que estava aguardando a comunidade para marcar data de reunião para discutir os problemas daquele bairro.

No programa realizado no bairro Boa Vista Dois, Vila Velha, no dia 13 de março de 1992, sexta-feira, foi marcada reunião da comunidade com representantes da

Cohab, Escelsa e Prefeitura de Vila Velha para o dia 16, às duas da tarde, no bairro. O assessor Eudier da Silva anunciou no programa que a existência de projeto de drenagem das ruas do conjunto. Confira no anexo.

Por esses relatórios mostramos a importância desse programa para as comunidades da Grande Vitória que conseguiram se comunicar com mais facilidade com as autoridades, agendando reuniões e obtendo promessas gravadas de realização de obras. Esses foram apenas alguns dos resultados conquistados ao longo do programa.

5 Capítulo IV – O Povo na TV como estratégia de comunicação pública do Governo Albuíno Azeredo.

O Programa Povo na TV que foi ao ar na TV Educativa no período de 1991 a 1994 foi inovador na comunicação pública em vários aspectos – técnico, profissional e político. O aspecto mais relevante é que pela primeira vez ousou-se fazer uma comunicação voltada essencialmente para valorização dos veículos de comunicação públicos com investimento dos recursos disponíveis para essa área. Essa política foi implantada pela superintendente de Comunicação da época, Elizabete Rodrigues, jornalista e profissional de *marketing* responsável também pela campanha eleitoral vencedora do governador Albuíno Azeredo. O Povo na TV foi a principal vitrine desse processo que visou a aproximação do governo Albuíno Azeredo do povo excluído, em grande parte responsável pela sua vitória nas urnas.

Essa mudança de paradigma trouxe conseqüências, uma vez que alterou uma tradição de investimento de verba pública em publicidade nos grandes veículos de Comunicação do Estado e na realização de eventos e festas no interior junto às bases políticas eleitorais. Esse processo provocou uma pressão junto aos políticos por parte das oligarquias locais, tornando a governabilidade inviável com o desencadeamento da ameaça de *impeachment* do governador Albino Azeredo.

O Programa Povo na TV se insere nesse cenário como mais um elemento propulsor da crise política, uma vez que as comunidades carentes utilizavam o espaço para pressionar o governo e as autoridades públicas em busca de melhores condições de vida. Esse espaço também foi descoberto pela oposição e foi preciso uma estratégia por parte dos dirigentes do programa para evitar o uso político para pressão do governo.

Essa e outras revelações foram suscitadas pelo método de história oral e o uso da sensibilidade intrínseca ao método indiciarista na busca de pistas, sinais e vestígios a partir da análise de entrevistas das testemunhas oculares desse processo e principais protagonistas.

Para Bourdieu (I996, p.63), não há poder simbólico sem uma simbologia do poder. A competência lingüística [...] é também uma das manifestações da competência no sentido de direito à palavra e ao poder pela palavra. Todo um aspecto da linguagem autorizada, de sua retórica, de sua sintaxe, de seu léxico, até mesmo de sua pronúncia, tem como única razão de ser relembrar a autoridade de seu autor e a confiança que ele exige:

> O estilo é um elemento do aparelho, no sentido de Pascal, através do qual a linguagem visa produzir e impor a representação de sua própria importância, contribuindo assim para assegurar sua própria credibilidade. A eficácia simbólica do discurso de autoridade depende sempre em certa medida da competência lingüística daquele que o emprega, e tanto mais, é claro, quando a autoridade do locutor encontra-se menos claramente institucionalizada. Em conseqüência, o exercício de um poder simbólico se faz acompanhar por um trabalho sobre a forma [...] destinado a atestar o domínio do orador e a conquistar para ele o reconhecimento do grupo [tal lógica também se faz presente na retórica popular do insulto, o qual procura através do exagero expressionista e da deformação regrada das fórmulas rituais a realização expressiva em condições de permitir “ganhar a simpatia dos que riem”].

Para Bourdieu (Ibidem), assim como as condições de aceitabilidade e, portanto, a própria forma do discurso se definem através da relação com o mercado, é também através da relação com as possibilidades oferecidas por um certo mercado que acabam sendo determinadas as condições de felicidade no caso dos enunciados performativos. E, portanto, “deve-se afirmar, contra quaisquer formas de autonomização de uma ordem propriamente lingüística, que toda fala é produzida para e pelo mercado ao qual ela deve sua existência e suas propriedades mais específicas”.

5.1 O apoio do Governador Albuíno Azeredo ao Programa “Povo na TV”

O governador Albuíno Azevedo percebeu no Programa “Povo na TV” uma forma de aproximação com as classes populares. Segundo ele, “o povo precisa ter contato com o governante, pois ele sente o governo muito distante dele”. Ele acredita que esse programa aproximou muito o governo das comunidades carentes. Para

Albuíno, o programa era uma forma do governo ser alertado por outras fontes, além daqueles que estão ao seu redor com informações que nem sempre se traduzem na veracidade dos fatos, e de ouvir e ver as pessoas colocarem tudo aquilo que estão sentindo acerca do que está faltando, daquilo que está sendo malfeito. Defende que é a melhor forma de se governar sem ser enganado. É um programa que marcou. “Era bom que todo governante sentisse, que estabelecesse canal direito. É a única forma de errar menos. Tem os seus acertos às vezes. Estará errando menos quanto mais ele dialogar com a sociedade”.

Bourdieu (1996, p.117) afirma que a ação propriamente política é possível porque os agentes, por fazerem parte do mundo social, têm conhecimento [mais ou menos adequado] desse mundo, podendo-se então agir sobre o mundo social, agindo-se sobre o conhecimento que os agentes têm dele.

> Esta ação tem como objetivo produzir e impor representações [mentais, verbais, gráficas ou teatrais] do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito. Ou melhor, tal ação visa fazer ou desfazer os grupos – e ao mesmo tempo, as ações coletivas que esses grupos podem encetar para transformar o mundo social conforme seus interesses – produzindo, reproduzindo ou destruindo as representações que tornam visíveis esses grupos perante eles mesmos e perante os demais.

Para Bourdieu (Ibidem, p. 118), a política começa com a denúncia deste contrato tácito de adesão à ordem estabelecida que define a *doxa* originária. Em outros termos, a subversão política pressupõe uma subversão cognitiva, uma conversão da visão do mundo.

Bourdieu (Ibidem) declara que toda teoria constitui um programa de percepção, sendo isso mais verdadeiro no caso das teorias do mundo social. E, sem dúvida existem poucos casos nos quais o poder estruturante das palavras – sua capacidade de prescrever sob a aparência de descrever, ou então, de denunciar sob a aparência de enunciar - seja tão indiscutível. Inúmeros ‘debates de idéias’ tornam-se menos irrealistas do que parecem quando se sabe o grau com que se pode modificar a realidade social ao modificar a representação dos agentes a esse respeito.

> Na verdade, como toda linguagem veiculada por um grupo é uma linguagem autorizada, investida da autoridade desse grupo, ela autoriza o que designa e ao mesmo tempo o exprime, extraindo sua legitimidade do mesmo grupo sobre o qual exerce tal autoridade e para cuja produção enquanto grupo contribui oferecendo-lhe uma expressão unitária das experiências. (Ibidem, p.119)

Segundo Bourdieu (Ibidem), é através da constituição dos grupos que se pode observar melhor a eficácia das representações, particularmente das palavras, das palavras de ordem, e das teorias que contribuem para fazer a ordem social impondo os princípios de di-visão e, de modo mais amplo, o poder simbólico de todo o teatro político que realiza e oficializa as visões do mundo e as divisões políticas.

> O trabalho político de representação [nas palavras ou nas teorias, mas, igualmente, nas manifestações, nas cerimônias ou em qualquer outra forma de simbolização das divisões ou das oposições] incute na objetividade de um discurso público ou na prática exemplar uma maneira de ver e de viver o mundo social até então relegada ao estado de disposição prática ou de experiência tática e freqüentemente confusa [mal-estar, revolta etc.]. (Ibidem)

Bourdieu (Ibidem, p.120) define que a luta se localiza, portanto, no próprio princípio de construção de classe [social, étnica, sexual, etc.]: todo e qualquer grupo é palco de uma luta pela imposição do princípio legítimo de construção dos grupos, sendo que qualquer distribuição de propriedades sociais, sexo ou idade, instrução ou riqueza, pode alicerçar divisões e lutas propriamente políticas.

Para Bourdieu (Ibidem), qualquer tentativa de instituir uma nova divisão deve contar com a resistência daqueles ocupantes de posições dominantes nesse espaço que são também os maiores interessados na perpetuação de uma relação dóxica com o mundo social, tendente a aceitar como naturais as divisões estabelecidas ou a negá-las simbolicamente pela afirmação de uma unidade [nacional, familiar etc.] mais alta. “Em outros termos, os dominantes tomam o partido do consenso, acordo fundamental sobre o sentido do mundo social [assim convertido em mundo natural, dóxico] cujo fundamento se encontra no acordo em torno dos princípios de di-visão”.

Sobre a idealização do programa e a decisão de criá-lo, Albuíno recorda que as informações que chegavam ao seu conhecimento e quando ele tinha oportunidade de ir pessoalmente aos locais, percebia algo diferente entre as informações que a assessoria trazia e a realidade, “se pintava um quadro bonito, mas muitas vezes o quadro não era real”. E ele mesmo teve oportunidade de perceber essa diferença a partir do Programa Povo na TV.

> Quando nos sugeriram uma forma de conexão direta com a população através desse programa, embora não tivéssemos ainda vivenciado, mas o fato de ser um programa que ia estabelecer esse canal, realmente nos motivou, nos empolgou e o resultado foi algo que até nos surpreendeu tamanha era a vontade da população de estar ali para desabafar, para cobrar e até para elogiar quando fosse positivo o desempenho do governo naquela área especifica.

Em seu depoimento, Albuíno revela que avaliou de forma muito positiva para a imagem do seu governo a criação do programa. Para ele, muitos não gostam desse tipo de programa porque não aceitam receber críticas. “Nossos governantes têm que estar ali para ser cobrados, para receber críticas, para consertar quando as coisas não estiverem caminhando bem”. Ele viu esse programa como um instrumento de fortalecimento da gerência de governo. E, não como um programa de críticas que estaria prejudicando a imagem do governo. “Muitos pensam dessa forma. Eu penso diferente. Eu acho que o governante não deveria abrir mão de ter esse canal verdadeiro com a população”.

Sobre o apoio à criação do Programa “Povo na TV”, Albuíno Azeredo resume: “apoiei e apoiaria, acho que só é contra gente que quer se iludir, enganar-se, governando com seus assessores, que gostam muitas vezes de bajular o governo”. Os assessores trazem para o governo um quadro irreal, às vezes, até para se promoverem. “Eu estava convencido (do programa) ser um instrumento altamente positivo. Estou. Pena que nem todos pensam como eu”.

Ele negou que usou de alguma forma de pressão para interferir no programa para pedir que não fosse tão crítico ou que não fizessem tantas críticas aos seus aliados. Sobre essa questão defende categórico:

> Não, em absoluto. Eu sempre gostei dessa liberdade da comunicação, da liberdade de imprensa, liberdade para o povo. Eu tenho minhas convicções democráticas. Eu sou democrata por convicção. Eu jamais intervi em qualquer tipo de ação que muitas vezes não soavam bem por alguns de nossos aliados, mas que para mim não poderíamos interferir nesse programa.

O Programa “Povo na TV” era um dos programas mais livres daquele período na televisão local onde o povo tinha mais presença, mais liberdade de se manifestar, de encaminhar suas reivindicações. Sobre essas características terem de alguma forma motivado o fim do programa, Albuíno Azeredo confessa:

> O governante regra geral não gosta de ouvir críticas, só gosta de ouvir elogios. Eu tenho certeza que a pressão desses que não são democratas influiu muito para que não houvesse continuidade desse e de outros programas que traziam a verdade de todos os fatos vistas da ótica do povo, da sociedade. Nós estamos assistindo essa negativa até hoje daqueles que não querem – cego não é aquele que não enxerga, mas o que não quer ver e não quer ouvir, que quer passar para alguns de seus colaboradores uma imagem fictícia da realidade.

O fato de ter sido um espaço de contestação foi um dos aspectos preponderantes para o fim do Programa “Povo na TV” na avaliação do Governador Albuíno Azeredo:

> Eu não tenho dúvida. Não tenho dúvida porque me recordo a começar pelos veículos de comunicação governantes, no caso específico a TVE e a rádio, houve pouco interesse na classe política de fortalecer esses veículos. Eu me lembro que a gente teve a felicidade de investir na rádio aumentando a sua potência, investir na televisão com equipamentos, com planos de carreiras, para fortalecer a equipe técnica e de repente esse trabalho não teve continuidade porque não havia muito interesse no fortalecimento desse aparato e no uso desse meio de comunicação para ouvir a sociedade.

O governador Albuíno Azeredo resolveu implantar essa política de incremento da comunicação pública com a criação de todas as condições para o desenvolvimento da TVE e da rádio visando racionalizar o uso desses veículos para aproximação do povo. E esclarece esse processo:

> O governo que tem uma ferramenta como essa não poderia deixá-la como ela vinha sendo utilizada, pois estava apodrecendo, envelhecendo, se deteriorando. Vimos que havia até um instrumento fora de uso, um canal de comunicação com a sociedade, excelentes profissionais que estavam até então desmotivados porque não tinham as mínimas condições. A partir do momento que essas mínimas condições foram estabelecidas voltou a

> funcionar de forma eficiente. Não tivemos qualquer tipo de tutela política, ideológica e partidária. Cada um agia livremente de acordo com seu pensamento, porque estaríamos interferindo na liberdade de pensar, de fazer as colocações. Portanto, a nosso convicção democrática tornou esse processo salutar. Tenho certeza que marcou época nos veículos de comunicação do Governo, além de evidentemente o nosso respeito aos outros veículos não governamentais onde tivemos oportunidade de ouvir críticos com total liberdade sem pactuamento ideológico, partidário, sem qualquer tipo de interferência.

Habermas (GOMES, 1998) defendia que o espaço público na modernidade seria transferido para as mídias, que em função de terem interesses, de pertencerem a empresas e organizações, possuírem vínculos ideológicos, essas mídias não seriam livres. O governador Albuíno Azeredo concorda que esse programa propiciou um espaço público nos moldes preconizados por Habermas apud Gomes

> Não tenho dúvida porque tendo em vista a inexistência de qualquer interesse comercial, tendo em vista que se tratavam de instituições de interesses, exclusivamente, públicos cumpriu o seu papel. Evidentemente, está se tornando difícil nos dias de hoje nos veículos que têm a sua sobrevivência econômica e financeira na dependência do atendimento à sua clientela ter espaço com total liberdade do povo e se posicionar, se pronunciar. Não só com relação ao público, mas também com o setor privado. A partir do momento em que o Procon se estabeleceu e se fortaleceu no país inteiro, ele passou a ser realmente uma instituição que pode permitir à população exercer as suas críticas, as suas reclamações, suas cobranças. Automaticamente, atinge a indústria, ao comércio.

O Programa “Povo na TV” foi um espaço aberto para viabilizar a discussão pública, para encaminhamento das reivindicações populares. Era um meio que o povo encontrou para superar a burocracia que todo o poder público se constitui. O governador Albuíno Azeredo nega que tenha considerado o Programa Povo na TV um instrumento de pressão do governo.

> Não há dúvida que o governo com essa ferramenta sabendo utilizar não como forma de chantagem, não como forma de perseguição, não como forma até de se fortalecer politicamente, mas um instrumento que é público. O governo não pode perfeitamente ter uso racional na cobrança de benefícios da sociedade, ter uma outra forma de cobrança compatível com uma instituição que a sua identidade é pública.

Bourdieu (1996, p.121) analisa que os dominados têm menos capacidade de operar revolução simbólica, que constitui a condição de reapropriação da identidade social

da qual são expropriados (mesmo subjetivamente) pela aceitação das taxinomias dominantes, quanto mais reduzidas a força da subversão e a competência crítica por eles acumuladas durante as lutas anteriores e quanto mais fraca, por conseguinte, a consciência das propriedades positivas, ou mais provavelmente, negativas que os definem.

> Destituídos das condições econômicas e culturais necessárias à tomada de consciência de sua privação e encerrados nos limites do conhecimento propiciado por seus instrumentos de conhecimento, os subproletários e os camponeses proletarizados envolvem freqüentemente nos discursos e nas ações destinadas a subverter a ordem de que são vítimas os mesmos princípios de divisão lógica que estão na raiz desta ordem. (Ibidem)

O governador Albuíno Azeredo costumava assistir o programa com freqüência. “Assistia, sim, o programa. Tinha um prazer muito grande, gostava. Eu me sentia bem, eu não me via ali como alguém que ao ser criticado estava disposto a desligar o aparelho ou simplesmente reagir”. Ele diz que fazia sempre de forma contrária. Algumas perguntas, às vezes, feitas de forma muito inadequada tiveram uma resposta mais complacente da parte dele. E se lamenta: “Embora, evidentemente, nem todos estivessem preparados para melhor fazer esse diálogo, mas a vida é essa mesma e a gente tem que entender. Essa é a verdade”.

Ele comentou o teor das perguntas dirigidas a ele durante o Programa Povo na TV por parte de populares e de jornalistas. Ele não fazia distinção, mas algumas perguntas eram provocativas. E revela: “em nenhum momento eu cedi à tentação de reagir a essas perguntas. Cabe ao governante ter o equilíbrio que o cargo obriga que tenha para poder responder melhor a essas indagações”.

Albuíno Azeredo aceitava bem as provocações nas perguntas endereçadas a ele durante o Programa “Povo na TV” e se lembra que “no momento que eu perdia o meu equilíbrio, minha esportiva, por mais agressivo que fosse o questionamento, eu respondia com muita naturalidade”.

Ao ser questionado se não sentia vontade de interferir já que tinha esse poder, Albuíno Azeredo nega qualquer tentativa nesse sentido. “Tive momento, é claro, que

o ser humano no primeiro impacto vem àquela tentativa de reagir, mas sou muito prudente, muito equilibrado, muito ponderado. Então, falava mais forte essa dosagem de equilíbrio que eu tenho".

Bourdieu (1996, p.121) destaca que os dominantes vendo-se impossibilitados de restaurar o silêncio da *doxa,* esforçam-se por produzir um discurso puramente reativo como substituo de tudo aquilo que ameaça a própria existência do discurso herético.

> Não encontrando nada de novo para redizer ao mundo social tal como ele é, os dominantes se esforçam por impor universalmente, mediante um discurso inteiramente marcado pela simplicidade e pela transparência do bom senso, o sentimento de evidência e necessidade que este mundo lhe impõe; tendo interesse no *laisser-faire*, eles trabalham para anular a política num discurso político despolitizado, produto de um trabalho de neutralização [ou melhor, de negação] que visa restaurar o estado de inocência originária da *doxa* e que, estando orientado para a neutralização da ordem social, sempre acaba tomando de empréstimo a linguagem da natureza. (Ibidem)

Albuíno Azeredo não se arrepende de ter criado o programa. "Eu acho uma pena que a sociedade não possa mais revê-lo da forma que ela via. Não me arrependo, pelo contrário". E acrescenta que se voltasse ao poder viabilizaria um projeto parecido, e lamenta que o sistema só foi fortalecido no final do governo, por falta de condições anteriores:

> Não há a menor dúvida. Pena que eu tenha fortalecido esse aparato já no final do governo. Eu demorei um pouco porque o sistema estava deteriorado. Não havia, evidentemente, por parte dos governos anteriores uma decisão nesse sentido. A gente só conseguiu cumprir nosso trabalho já na metade do governo. É uma pena que isso ficou para o final.

Albuíno contesta que o investimento era alto uma vez que o Povo na TV foi o primeiro programa totalmente ao vivo com equipamento de microondas e o aparato técnico, inclusive, foi precursor antes mesmo da TV Gazeta, que é afiliada da Rede Gazeta.

> O custo eu considero insignificante tendo em vista que o investimento principal não havia sido feito, porque já existia uma rádio, existia televisão, existia um corpo de profissionais. Apenas o complemento de recursos

> materiais e humanos tornou viável esse programa. Eu considero que nesse investimento a relação benefício – custo foi muito boa, muito mais benefício que custo.

Ao analisar o programa como estratégia de *marketing* Albuíno Azeredo considera que a mensagem do governo algumas vezes é mal interpretada. Segundo o ex-governador, a presença do governo nos programas em alguns momentos pode significar que o governo está ali levando sua mensagem não verdadeira. Nem toda sociedade acredita no que o governo está dizendo, o que está falando. Quando a resposta está no próprio governo, o *marketing* não tem mostrado um bom resultado.

> Agora quando as repostas ou quando essas colocações são feitas pela própria sociedade ou ela fazendo elogios aos programas de governo ou a sociedade se mostra satisfeita com algumas missões ou tarefas do governo, nesses casos a mídia vai ao encontro desse interesse político de matérias que o governante se torna o canal da comunicação, mas nem sempre é eficaz com os resultados políticos.

Albuíno Azeredo explica que apoiou a criação do programa porque viu nele o instrumento para o governo ouvir a realidade e se posicionar mesmo que a sociedade pudesse não dar a credibilidade total quando ele, governo, estava se comunicando. “Era um dever do governo, era uma prestação de contas. O governante tem que prestar contas à sociedade. Só o tempo é que vai deixar solidificado todo esse arsenal de realizações que o governo tenha feito”.

O ex-governador nega que tenha pensado no programa como estratégia para trazer benefícios políticos ou para sua imagem.

> Em nenhum momento, eu quando decidi exercer um cargo público sabia da minha missão. Eu encarei o governo muito mais como uma missão e não como uma passagem para um trampolim profissional e político. Haja visto que não me seduzi por ter mandato de qualquer forma. Eu queria realmente era cumprir essa missão. E o programa foi uma das âncoras que ajudou na concepção desse objetivo.

Albuíno Azeredo costumava ir ao programa. “Sempre que podia a gente estava ali porque nos sentíamos bem, essa é a realidade, comunicar com a sociedade no governo. Eu particularmente gosto dessa comunicação”. Ele apreciava ouvir a população expressar seus sentimentos, seus pensamentos.

Albuíno Azeredo tenta minimizar as pressões contra o programa, que eram de alguns aliados que não gostavam das críticas recebidas. “A gente estava ali com uma missão de governar. A gente recebeu-as com muita naturalidade. Então, eu só guardo boas recordações desses momentos”.

Quando o ex-governador esteve no Programa Povo na TV estabeleceu um diálogo aberto à população.

> Foi sempre um diálogo. Primeiramente, eu me sentia feliz por estar ali conversando com alguém, estar ali ouvindo alguém levando ali alguma mensagem, fazendo uma prestação de contas, sendo questionado e mostrando que o que eu podia fazer estava fazendo. Evidentemente, a sociedade quer mais do governo. Isso é natural. A demanda da sociedade é muito maior que a capacidade de realizar. Já conhecedor disso não tinha dúvida que nós saímos devendo à sociedade.

Albuíno Azeredo se recorda de vários momentos do programa, em especial da fase difícil de falta de infra-estrutura em algumas comunidades, das cobranças, das críticas. Ele cita como exemplos a inauguração de água no bairro São João Batista, em Vila Velha; o chamado canal serrano ou Marajá. “Eu me recordo as críticas que eram feitas. De repente a água chegou lá. Foram momentos bons. Muito marcante”. Tinham as críticas, mas também o reconhecimento. “A população agradece, ela pede pouco e ela é grata, muito mais grata do que se possa imaginar”.

Bourdieu (1996, p.121) conceitua que a linguagem política destituída de uma pontuação política caracteriza-se por uma retórica da imparcialidade, sinalizada pelos efeitos da simetria, equilíbrio e justa medida, sustentada por um *ethos* da compostura e da decência, conforme atesta o fato de evitar formas mais violentas da polêmica, bem como pela discrição, pelo respeito alardeado ao adversário, em suma, por tudo o que manifesta a denegação da luta política enquanto tal. Essa estratégia de neutralidade (ética) encontra sua realização natural na retórica da cientificidade.

Para Bourdieu (Ibidem), esta nostalgia da protodoxa se exprime com máxima ingenuidade no culto de todos os conservadorismos do ‘povo bom’ [na maioria das vezes encarnado pelo camponês] cujos eufemismos no discurso ortodoxo [‘as

pessoas simples', as classes modestas' etc] designam bem a propriedade essencial, qual seja a submissão à ordem estabelecida. [...] A luta travada em torno do conhecimento do mundo social ficaria sem objeto se cada agente encontrasse em si mesmo o princípio de um conhecimento infalível da verdade de sua condição e de sua posição no espaço social e se os mesmos agentes não pudessem se reconhecer em discursos e classificações diferentes (conforme a classe, a etnia, a religião, o sexo etc] ou em avaliações opostas dos produtos resultantes de princípios classificatórios idênticos.

> Realidade e vontade, a classe [ou a luta de classes] torna-se realidade na medida em que é vontade, e vice-versa, vontade na medida em que é realidade: as práticas e as representações políticas [em particular, sobre a divisão em classes], observadas e medidas num dado momento do tempo numa sociedade exposta duradouramente à teoria da luta de classes, constituem em parte o produto do efeito de teoria. [...] "E através das lutas que fazem a história do mundo social que se constroem as categorias de percepção do mundo social e, ao mesmo tempo, os grupos construídos segundo tais categorias". (Ibidem, p.123)

5.2 Mudança de paradigma na comunicação pública

O governo Albuíno foi a continuidade de um processo que já estava implementado na origem nos dois últimos anos do governo Max Mauro. Essa é a avaliação da jornalista e profissional de *marketing* Elizabete Rodrigues. A proposta do ex-Governador Max Mauro era popular. Ele tinha uma relação direta com a população. Max Mauro tem essa característica. Entretanto, Elizabete revela que, gerencialmente, Max Mauro tem vulnerabilidades. "É acusado de ser centralizador, de ser muito lento, meio achando que tudo que ele não toca é desonesto." Segundo ela, essa é a imagem que se tem de Max Mauro. Ele foi precursor do tipo de comunicação pública proposta pelo Programa Povo na TV.

> Uma coisa que não se pode negar a ele(Max) foi ter aberto um canal simples de comunicação direta com a população, o que naquela época – nós estamos falando de 1988 e 1989, era uma ruptura porque tínhamos um governo centralizado em que a população era paciente do processo político e que não tinha nenhum canal para intervenção direta no processo. Então, Max, eu me lembro muito bem, que ele abriu o Salão do Povo. Ele dava

> audiências públicas a grupos, pessoas e tal, quer dizer, assistencialismo ou não, a verdade é que simbolicamente como período histórico a gente vê que começava ali um novo período, uma nova relação com a sociedade, que era a comunicação direta sem a intervenção do Poder Legislativo, quer dizer, o Poder Legislativo tinha seus vícios. Naquele momento mais do que hoje ainda. Então, o que Max fez: abriu um canal direto com a sociedade. Acho que dentro dessa linha, ele fortaleceu os meios de comunicação pública, no caso a rádio e TVE, nesses encontros semanais que ele tinha com a população.

Eizabete Rodrigues explica que nesse contexto histórico foi criada a campanha do Albuíno Azeredo. “A campanha do Albuíno “pegou”, conseguiu com uma estratégia de *marketing* potencializar exatamente esse lado”. Ela entende que como havia sido quebrado o paradigma das relações entre o poder público e a população, foi criado o canal direto. Esse contexto se alinhava como o contexto ideal para se nascer uma liderança popular. Foi nesse contexto que Albuíno ganhou de José Ignácio. Nas pesquisas qualitativas, as pessoas chegavam a dizer: “Eu sei que Zé Ignácio é melhor e mais preparado, mas eu gosto do neguinho. Essa frase era recorrente nos nossos “povo-fala”(Sic). Então, era o nascimento de uma liderança popular, um *self-made ma*n”. Elizabete Rodrigues faz uma análise da representação no imaginário político do candidato Albuíno Azeredo:

> Um homem negro que se fez sozinho, filho de uma professora que chegou ao poder pelos próprios méritos por ter sido o primeiro aluno. Então, por ter sido o primeiro aluno, ele conseguiu entrar numa faculdade de engenharia. Por ter sido o primeiro aluno de engenharia, ele conseguiu estágio na Vale e por ter sido um grande funcionário na Vale, ele chegou a diretor da Vale. E, por ter sido um grande diretor da Vale, ele montou a sua própria empresa de consultoria e por ter sido um grande consultor e um homem muito competente, a empresa de consultoria dele se espalhou pelo mundo. E, no momento em que ele chagava ao governo do Estado, ele tinha quatro ou seis subsidiárias na França, no Peru, na Venezuela, na África, e não me lembro mais onde... E, era dono da maior empresa de consultoria da América Latina. Tudo isso, alinhavando o fato dele ter sido competente. Esse homem voltava agora às suas origens e resolveu resgatar o povo com quem ele tinha uma identidade notória: negro e pobre. É interessante a gente notar.

Para Elizabete Rodrigues, o principal diferencial do Albuíno Azeredo era a imagem do excluído que abriu caminho sozinho. Entretanto, o que era vantagem na campanha se voltou contra ele quando não cumpriu sua promessa junto ao povo:

> Excluído que abriu seu caminho sozinho. É, aí, que reside a rejeição de Albuíno. E, a maior rejeição de Albuíno que é muito difícil de ser trabalhada.

> Ele sempre ignorou isso. E, eu espero que ele não tenha que pagar um preço por ela. Por que qual é a causa do fracasso do Governo Albuíno e do rombo da imagem dele próprio? É que esse homem, esse *self-made man*[26], que se fez pela educação, ao chegar ao Governo ignorou a educação e deixou os professores dois anos em greve. Então, ele traiu não foi a classe dos professores, ele traiu o povo que ele representava, porque ao chegar ao poder, ele ignorou que era na educação que ele tinha que fazer o maior investimento porque foi pela educação que ele conseguiu vencer. ”Eu só venceria e meu filho também se ele (Albuíno) tivesse me facilitado o processo educativo.”

Bourdieu (1996, p.81) afirma que conferindo à linguagem, e de modo mais geral, às representações, uma eficácia propriamente simbólica de construção da realidade, a teoria neokantiana é perfeitamente procedente quando se aplica ao mundo social: ao estruturar a percepção que os agentes sociais têm do mundo social:

> Ao estruturar a percepção que os agentes sociais têm do mundo social, a nomeação contribui para construir a estrutura desse mundo, de uma maneira tanto mais profunda quanto mais amplamente reconhecida [isto é, autorizada]. Todo agente social aspira, na medida de seus meios, a este poder de nomear e de construir o mundo nomeando-o: mexericos, calúnias, maledicências, insultos, elogios, acusações, críticas, polêmicas, louvações, são apenas a moeda cotidiana dos atos solenes e coletivos de nomeação, celebrações ou condenações de que se incubem as autoridades universalmente reconhecidas. Ao contrário de nomes comuns que contam em seu favor com o sentido comum, o consenso, a *homologein*[27] de todo um grupo, de tudo que envolve o ato oficial de nomeação pelo qual um mandatário reconhecido concede um título oficial [como um diploma escolar], os ‘nomes qualificativos’ [‘idiota’, ‘safado’] de que se vale o insulto têm uma eficácia simbólica muito reduzida, em sua qualidade *idios logos*[28], envolvendo a rigor apenas seu autor. (Ibidem).

De acordo com Elizabete Rodrigues, o povo refletiu desejo de mudança ao optar por Albuíno Azeredo nas eleições. Porém, Albuíno não foi fiel a esse povo e preferiu as oligarquias. O povo acreditou que um homem do povo que se fez pela educação, certamente, teria sensibilidade de investir na educação, que é o caminho, no imaginário popular, à redenção e à possibilidade de pular de classe.

> Albuíno traiu esse povo porque não investiu na educação. Investiu no desenvolvimento econômico, tem um grande trabalho na atração de

[26] Expressão de origem no inglês que significa que se fez sozinho. (N.A)
[27] Palavra de origem grega e trata do elemento do discurso e significa homologar, concordar e convir. (N.A.)
[28] Expressão de origem grega que significa insulto, estigma. (N.A.)

> investimento, mas ignorou que era pela via da educação que o povo esperava que ele resgatasse os excluídos, que ele aproximasse mais os segmentos e os extratos sociais que estavam colocados na cidade, quer dizer, ele era um negro que jamais, jamais, trabalhou com o movimento negro, nem pela população negra. Ele foi um excluído que não apresentou nenhum projeto social. Ele foi um homem que se fez pela educação e que deixou os professores e as professoras, e as escolas dois anos fechadas em contínuas greves e crises. Então, ele traiu a essência da origem dele. Ele traiu a origem dele, e mais que isso... "ele traiu a minha esperança, ele traiu a minha expectativa de que ele era a pessoa que ia me resgatar". Isso é muito forte. E, socialmente, todas as pessoas que fizeram isso, claro que não estou o comparando a Hittler e nem a nenhum deles, mas se você pegar (os motivos) porque Hittler passou do mais amado ao mais odiado era porque ele estava vendendo uma falácia. Ele vendeu a supremacia da raça e a raça não conseguiu.

Albuíno não cumpriu a promessa, ele não legitimou o pacto que foi feito na transferência do poder. "A palavra é essa mesma: ele quebrou o pacto. Ele rompeu o pacto com o segmento excluído da sociedade. E, depois, ignorou, exatamente, as políticas públicas dirigidas a esse segmento".

Bourdieu (1996, p.82) ressalta que a ciência social deve englobar na teoria do mundo social uma teoria do efeito de teoria que, ao contribuir para impor uma maneira mais ou menos autorizada de ver o mundo social, contribui para fazer a realidade desse mundo: a palavra, ou a *fortiori,*[29] o ditado, o provérbio e todas as formas estereotipadas ou rituais de expressão, são programas de percepção.

> As diferentes estratégias mais ou menos ritualizadas, da luta simbólica de todos os dias, assim como os grandes rituais coletivos de nomeação ou, melhor ainda, os enfrentamentos de visões e de previsões da luta propriamente política, encerram uma certa pretensão à autoridade simbólica enquanto poder socialmente reconhecido de impor uma certa visão do mundo social, ou seja, das divisões do mundo social. (Ibidem).

Bourdieu (Ibidem) afirma que o mistério da magia performática resolve-se assim no mistério do ministério [conforme o jogo de palavras tão ao gosto dos canonistas], Isto é, na alquimia da representação [nos diferentes sentidos do termo] através do qual o representante oficial constitui o grupo que o constitui:

[29] Palavra de origem latina que significa "por causa de uma razão mais forte". (N.A.)

> O porta-voz dotado do poder de falar e de agir em nome do grupo, falando sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que existe somente por esta procuração. Grupo feito homem, ele personifica uma pessoa fictícia, que ele arranca do mero agregado de indivíduos separados, permitindo-lhe agir e falar através dele, 'como único homem'. Em contrapartida, ele recebe o direito de falar e de agir em nome do grupo, de 'se tornar pelo' grupo que ele encarna, de se identificar com a função à qual ele 'se entrega de corpo e alma', dando assim um corpo biológico a um corpo constituído. *Status est magistratus*[30], 'o Estado sou eu'. Ou então, o que se dá no mesmo, o mundo é minha representação. (Ibidem).

Hanna Arendt (2000) defende que o poder não se mantém pela violência, ele só se mantém pela legitimação. Seguindo esse pensamento filosófico, Albuíno Azeredo não legitimou essa promessa inicial que foi feita em campanha. Elizabete Rodrigues acrescenta: "na verdade ele não legitimou, ele não agiu e, consequentemente, perdeu a legitimidade. Por isso, ele saiu (do governo), enfim, "vaiado". E, jamais se reelegeu depois disso, nem a deputado federal".

Elizabete Rodrigues foi quem idealizou e elaborou, desde o início, a campanha vencedora de Albuíno Azeredo. Ela foi responsável pela criação e sustentação da imagem do Albuíno Azeredo que o conduziu ao poder com a campanha eleitoral. Foi também responsável pela estratégia de comunicação quando ele assumiu o governo. Ela, no entanto, faz questão de esclarecer qual a relevância do *marketing* nesse processo, que não é tão determinante assim, mas que depende de uma conjunção de fatores socioeconômicos e políticos para ser bem sucedido estrategicamente:

> No caso do Albuíno, as pessoas super dimensionaram muito o papel do *marketing*. O *marketing* teve o seu papel, mas o *marketing* sozinho não se seguraria. Na verdade, o contexto, o momento vivido pela sociedade naquele período era fácil, era muito fértil para que uma liderança popular se estabelecesse, quer dizer, se houver um talento ou qualquer coisa parecida, não foi nas feituras das peças de *marketing*, não foi na elaboração, na criatividade, nada disso. Na verdade foi reconhecer que o que tinha que nascer naquele momento, o terreno estava aberto para o nascimento de uma liderança popular.

[30] Expressão de origem no latim. (N.A.)

Tudo era favorável ao surgimento de uma liderança nos moldes de Albuíno Azeredo pela conjuntura, o cenário em função da transposição de uma situação de ditadura por um desejo de democratização. Elizabete Rodrigues analisa:

> O país estava acordando para a força que ele enquanto população tinha. Então, esse despertar do país tanto é verdade que o slogan do Albuíno era "a força do povo" e o segundo era "Feito para vencer", que era o segundo slogan dele. "A força do povo" e "Feito para vencer", quer dizer, era a súmula, o resumo. A sociedade estava nesse momento acreditando na convicção mais profunda da sociedade: juntos somos fortes, juntos somos mais, juntos somos capazes de reconstruir esse país que foi violentado, vilipendiado, destruído, desde a colonização. Foi o despertar social para um novo tempo, um tempo que hoje está se configurando mais nitidamente. Naquele momento era tão tênue isso, mas foi o nascimento das grandes lideranças populares, foi naquele momento.

Uma experiência precursora na comunicação pública aconteceu no governo anterior, mas com propósitos distintos. Uma característica do Programa Povo na TV é que se tornou um espaço para transposição da burocracia. As lideranças comunitárias buscavam o programa com esse propósito uma vez que não conseguiam acesso às autoridades pelas vias normais. Por essa razão buscavam a mídia, o espaço público midiático. Enquanto estava no governo, Max Mauro criou um espaço, um canal, uma praça pública, aproximando e facilitando o acesso da população com o Salão do Povo. Mas esse processo, segundo Elizabete Rodrigues, não visava reduzir burocracia da qual Max Mauro era defensor.

> Max Mauro alimentava todos os trâmites burocráticos possíveis como uma maneira de blindar contra a corrupção reinante, quanto à pressão do Poder Legislativo na época, que mais do que hoje, era composto de figuras altamente questionáveis do ponto de vista moral, ético e essas coisas. Então, Max se blindou do recrudescimento da burocracia.

Nessa praça pública, nesse Salão do Povo, o povo tinha oportunidade de ser ouvido diretamente pelo governador sem interlocutores, que seriam aqueles canais tradicionais. Ali naquele Salão do Povo ele poderia demandar diretamente. Esse processo direto de comunicação do governador com o povo, sem intermediários, é precursor, na avaliação de Elizabete Rodrigues da transparência nas ações públicas, que é uma exigência contemporânea da sociedade.

> Max não tinha medo de povo. Max tinha pavor de ser vítima de um processo de corrupção de seus assessores. Na mesma medida em que não tinha medo nenhum do povo. Então, ele achava que essa interlocução direta, de certa forma, na verdade, esse é o começo da transparência, quer dizer, ele não soube naquele momento dar uma forma muito eficiente, porque ele recebia 50 pessoas, 100 pessoas, o que significava isso? Quase nada. Na elaboração de um projeto de abrir o Salão do Povo, de abrir as contas, de conversar muito com a sociedade, diretamente, com argumentos, Max estava procurando legitimar o que ele considera até hoje. Tenho muita admiração por ele, que é fundamental no processo político, que é a transparência, a seriedade e a abertura, a eliminação dessas antigas caixas-pretas por onde circulava todo tipo de relação incestuosa do poder com o capital.

Esse tipo de ação sintoniza com a redemocratização característica do período pós-regime militar e pós-constituinte. De acordo com Elizabete Rodrigues, Max Mauro rompeu com os paradigmas do passado. Ele fez essa interlocução direta que foi consolidada e reproduzida no governo Albuíno. O Max tinha um programa de rádio que era uma das coisas mais ousadas que Elizabete Rodrigues já presenciou, uma experiência de comunicação pública inovadora. Era um programa de rádio ao vivo, em que Max Mauro questionava os secretários na sexta-feira, às 10h da manhã, na Rádio Espírito Santo. Ela recorda que os secretários tinham de ficar de plantão durante o programa:

> Alguém falava assim: "Dr. Max, na minha rua a Cesan não chegou ainda com o projeto X ou Y". Ele falava: "liga com o diretor da Cesan. Fulano, o bairro X não está inserido no projeto tal, tal e tal". O "cara" falava assim: "esse bairro, nós estamos esperando licitação". E, Max, ao vivo, falava assim: "olha, meu amigo, eu estou aqui na linha com "fulano de tal" e a população não pode ficar esperando essa licitação". Ele administrava pelo rádio. Não era uma coisa populista. Parecia uma coisa pedagógica. As pessoas descobriam como se chegava (ao poder).

De acordo com Elizabete Rodrigues, esse programa de rádio era um canal direto e sem burocracia. Era também um espaço onde o governador Max Mauro explicava o funcionamento dos órgãos públicos. Para ela, o governador administrava pela mídia radiofônica naquele momento. Era um processo educativo para o povo:

> Então, é assim que se administra? Existe uma Cesan e a Cesan é responsável por fazer o planejamento. Se não estiver no planejamento, nossa comunidade não vai entrar? Então, esse programa tinha essa função pedagógica das pessoas descobrirem como era o processo de tomada de decisão e de colocação dos recursos. Ele tinha um programa ao vivo em

> que ele conversava com todos os secretários, e ai daquele que não estivesse no ar, porque ele chamava pelo rádio os secretários.

Elizabete Rodrigues recorda que esse programa de rádio funcionava como uma praça pública midiática.

> Eu não me lembro do nome do programa, mas eu tenho certeza absoluta que nós da assessoria ficávamos enlouquecidos porque tínhamos que colocar os secretários no ar e, além do mais, preparar um pouquinho o secretário. “Espera aí que vou ver o que está acontecendo...” Era uma hora de programa. Então, esse foi um programa ousado do ponto de vista midiático, novo, precursor e que até hoje não teve semelhante. Eu, pessoalmente, acho que seria um grande programa, por exemplo, eleitoral, se pudesse ser feito ao vivo, porque, ao invés de você ter os programas bonitinhos gravados, você tivesse a possibilidade de fazer programas eleitorais de rádio e TV ao vivo com canal aberto com a população, pelo menos em alguns momentos, você veria a “pegada” do administrador. Que administrador é esse que você está votando? Ele titubeou frente a minha pergunta, ele ficou vermelho, ele enrubesceu, ele foi sincero? Eu achava que era um grande avanço se a gente pudesse, ao invés de gravar e editar os programas eleitorais, se a gente tivesse a possibilidade pelo menos de tê-los ao vivo.

Para Elizabete Rodrigues, ao respaldar um programa como esse um governante precisa ter coragem.

> Essa é uma palavra que hoje modernizada se chama atitude, mas ela é uma palavra-chave hoje. Acho que hoje tudo que estamos procurando no homem público é que ele tenha atitude. Uma coisa que nós estamos falando de 20 anos atrás, que já aparecia nos nossos administradores. Atitude é uma palavra para Max e para Albuíno também.

Elizabete Rodrigues considera que o Programa Povo na TV foi a sofisticação desse programa de rádio. No entanto, antes de funcionar foram criadas pelo governo as condições para implementar o Povo na TV.

> Eu estava me lembrando que a primeira sonora, o primeiro ao vivo com o equipamento de microondas (no Estado) foi da TVE, o que era um requinte. Nós tínhamos o equipamento, colocávamos o povo fazendo perguntas e o governador do cenário (estúdio) respondendo. Ele abriu o primeiro programa. Ele ia mensalmente ao programa e abria completamente, “peito aberto” para responder todas as perguntas e criou as condições para isso. Então, pela primeira vez sem edição, sem critério, sem pré-edição o povo fazia pergunta a seu próprio governador. E, o que eu estava colocando, o que foi também pelo ponto de vista da história da comunicação um

> momento muito importante, que a televisão até aquele momento, os órgãos públicos oficias – Diário Oficial, Rádio ES, TVE e outros mecanismos – eram porta-voz da instituição e o Povo na TV mostrou que o patrão é o povo e não o deputado, o governador. O patrão é o povo e esse rompimento de paradigma para mim, que no caso era gestora, me custou muito caro, porque os deputados estavam acostumados a ter uma televisão que eles faziam assim: "vamos reproduzir a festa da banana". Chegava lá reproduzia a festa da banana, entrevistava todas as lideranças que cada deputado queria que entrevistasse e tal. Àquela coisa meio de manipulação absurda.

Elizabete Rodrigues explica que era feito o tipo de cobertura jornalística de festa do interesse do deputado, mas com a criação do Povo na TV foi ampliada a cobertura para dar espaço também para as demandas populares: "não que não fosse feito isso. É claro que a TV fez muito isso, mas não só isso. Ela (TVE-ES) tinha o espaço também do outro segmento que estava do outro lado, que era a população".

O excluído impedido de chegar antes da criação desse espaço até às autoridades passou a fazer parte da grade a partir da criação do Programa Povo na TV. Elizabete Rodrigues explica que a criação do programa teve um custo político para ela uma vez que não era aceito pelos deputados, que exerciam pressão sobre ela. A repercussão dessa insatisfação política se repercutiu no orçamento da comunicação do governo.

> Pressionavam, mas era muita pressão. Pressão de todo tipo, de todo o tipo que possa imaginar. Eles de certa forma quase inviabilizaram meu trabalho, porque eu me lembro bem que o José Carlos Gratz. Não sei se foi o José Carlos Gratz, mas tenho quase certeza, ou o Valci (Ferreira). Bom, eu não me lembro qual foi o deputado que deu zero de orçamento para a comunicação. Nós ficamos um ano sem um real.

Bourdieu (1996, p.87) defende que o uso da linguagem, ou melhor, tanto a maneira como a matéria do discurso, depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que se lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima.

> O acesso aos instrumentos legítimos de expressão e, portanto, a participação no quinhão de autoridade institucional, está na raiz de toda diferença – irredutível ao próprio discurso – entre a mera impostura dos 'mascaradores' (*masqueraders*) que disfarçam a afirmação performativa em afirmação descritiva ou constatativa e a impostura daqueles que fazem a

> mesma coisa com autorização e a autoridade de uma instituição. O porta-voz é um impostor provido de cetro (*skeptron*).

Bourdieu (Ibidem) esclarece que o porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador.

> Um enunciado performativo está condenado ao fracasso quando pronunciado por alguém que não disponha do 'poder' de pronunciá-lo ou, de maneira mais geral, todas as vezes que 'pessoas ou circunstâncias particulares' não sejam 'as mais indicadas para que se possa invocar o procedimento em questão', em suma, sempre que o locutor não tem autoridade para emitir as palavras que enuncia. Contudo, cumpre ressaltar que o êxito destas operações de magia social que são os atos de autoridade [ou então, o que dá no mesmo, os atos autorizados] está subordinado à confluência de um conjunto sistemático de condições interdependentes que compõem os rituais sociais. (Ibidem)

Bourdieu (Ibidem) afirma que todos os esforços para encontrar na lógica propriamente lingüística das diferentes formas de argumentação, de retórica e de estilística, o princípio da eficácia simbólica, estão condenados ao fracasso quando não logram estabelecer a relação entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia e as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo.

Elizabete Rodrigues avalia que os deputados boicotaram a verba da comunicação pública porque foram surpreendidos por uma nova linha editorial que era contrária, visceralmente, aos seus interesses, que eram contrários aos interesses do povo.

Elizabete Rodrigues revela que o alvo principal dos deputados era o Povo na TV porque era a representação mais óbvia e mais aberta da linha editorial da TVE, da Rádio ES e dos órgãos de comunicação que visavam nessa administração uma comunicação mais transparente, mais aberta com uma linha direta com a população.

> Eles [deputados] estavam acostumados a um processo em que a triangulação que passava pela linha de poder de cada ou partido ou

> deputado ou finalmente área geográfica. Na verdade, se você pegasse o mapa do Espírito Santo, naquela época, tinha assim: os donos do sul do Estado [Marataízes, Itapemirim e não sei o quê] os donos de Cachoeiro, de Barra de São Francisco, Dores do Rio Preto, Nova Venécia. Cada deputado tinha um feudo. Na hora que fazia comunicação de massa, os feudos ficavam menores diante de um processo. Acima de cada feudo existe um Espírito Santo que precisa crescer em direção a aproximar os segmentos, a ser mais igual.

Os deputados se revoltaram, na visão de Elizabete Rodrigues, porque não conseguiram controlar a comunicação em função de haver esse tipo de canal aberto com o povo. O resultado disso não foi apenas o corte de verba, mas a sua exoneração por perseguição desses deputados que se sentiram prejudicados.

> Fugiu do controle deles o processo de comunicação. Hoje isso parece até assim: - “Grandes coisas!!!” Mas naquele momento nós pagamos um preço muito alto por isso. Eu saí no segundo ano do governo. Saí mal. Saí depois de....Fui demitida no segundo ano de governo. Eu pedi demissão, mas é porque tinham sido criadas as condições para eu ir embora. Já não tinha mais condições de trabalho. Eu saí junto com Max. Depois que o Max rompeu com o Albuíno, dois meses depois eu saí também do governo. Eu pedi demissão, mas na verdade foram criadas as condições para eu sair. O governo me saiu, mas do que eu queria sair. Mas, enfim, não me arrependo. Demos uma contribuição ao processo naquele momento por menor que tenha sido o passo, eu tenho certeza que foi um passo adiante.

Uma das questões dessa pesquisa é deduzir pelos indícios e depoimentos até que ponto ao respaldar a criação do Programa Povo na TV Albuíno Azeredo seria motivado por uma atitude populista, ainda que não admitida por ele em seu depoimento. O pensador francês George Balandier defendia que os monarcas como Luiz XV e outros usavam recursos de encenação, de dramatização para se aproximar do povo, ou seja, da corte que havia naquela época.

Queremos descobrir se Albuíno teve esse tipo de atitude de se fazer passar como um governante próximo das massas, preocupado com os excluídos ou se ele tinha realmente um ideal de querer criar esse espaço público midiático livre de censura onde o povo pudesse se expressar e encaminhar suas demandas. Elizabete Rodrigues afirmou que em Max Mauro esse desejo era claro.

Entretanto, ela considera que Albuíno não encenou ao criar o programa, que foi sincero em seu apoio, apesar de não ter honrado nas promessas de campanha com a classe excluída que o elegeu que tinha todas àquelas demandas e todos aqueles desejos de seguir o seu exemplo de romper e de se tornar um vencedor pela educação, quer dizer, ele ignorou a sua origem.

Para Elizabete Rodrigues, Balandier foca em seu trabalho o ritual do poder. Esse sobrevive e sobreviverá. Existe uma *performance* [31]pública que é quase uma forma e que nenhuma liderança pode enfrentar muito. Em sua avaliação, Gabeira talvez tenha tentado fazer uma coisa meio alternativa, mas de uma forma geral, o poder tem uma linguagem, tem uma carga dramática mínima necessária, tem um nível de exigência do seu comandado.

> O homem público não pode ser tão *personal*[32] assim quanto a gente desejaria. O poder tem uma linguagem e um código muito forte. Albuíno tinha que se submeter a esse processo, embora ele não fosse tipicamente um homem branco, mas ele tinha que se submeter a esse processo meio que ainda "ranço[33]" do colonialismo. O poder tem uma linguagem. Não acho que ele tenha enfrentado isso, não.

Elizabete Rodrigues confirma o quanto Albuíno Azeredo gostava do povo e buscava se aproximar dele quando se sentia enfraquecido politicamente, num processo de renovação de suas energias e da vontade de governar. Ela percebia nesse gesto sinceridade e não populismo.

> Eu sei o quanto ele gostava do povo. Eu me lembro demais quando ele estava muito nervoso, irritado, decepcionado. Qualquer uma dessas palavras, a coisa que mais o revigorava era ir a algum lugar. "Vai ao mercado, dá uma voltinha!. Aí ele abraçava as pessoas, voltava cheio de energia. Ele recarregava as energias junto das pessoas dele. Ele era absolutamente honesto nisso, quer dizer, ele gostava de conversar com o povo. Ele não abriu mão naquela agenda dele sofisticada do horário para conversar com o Povo na TV. Então, era honesto da parte dele aquilo, era o lado bom de dentro dele que naquele momento estava colocado ali e exposto. Era o lado perdedor porque não foi esse lado que gerenciou o Espírito Santo, mas era um lado latente bom que não teve força para enfrentar a pressão.

[31] Segundo o Dicionário Michaelis Inglês - Português (1989) significa execução, desempenho.
[32] Segundo o Dicionário Michaelis Inglês - Português (1989) significa personalidade, individualidade.
[33] Expressão popular que significa herança, vício. (N. A.)

Albuíno Azeredo, na opinião de Elizabete Rodrigues, não teve coragem para enfrentar as oligarquias do Estado, apesar de toda a competência que ele tinha como técnico. Para ela, ele se submeteu à cor e não teve a força que a competência dele deu a ele para ser vencedor no mercado, no mundo empresarial, não foi o suficiente para ele enfrentar as elites e oligarquias. Ele acabou se submetendo à lógica delas. Nesse caso, foi por racismo. Ele num processo de racismo não conseguiu enfrentar as elites.

> Vamos colocar assim: ele não conseguiu superar a pressão contra os negros e pobres desse país. Ele não conseguiu no campo da política, no campo da administração gerencialmente pública e num Estado altamente conservador, com uma cultura colonialista muito forte, ele não conseguiu força suficiente para enfrentar as elites. Então, ele se submeteu a elas e abriu mão das suas convicções, mas eu quero deixar claro o seguinte: eu tenho absoluta certeza que ele tinha essas convicções. Essa pureza de querer mudar é latente. Essa força só não conseguiu ser maior por causa da pressão externa.

O Albuíno não teve força para manter seus ideais, mas ele deu sustentação ao programa que ficou no ar de 1991 a 1994, durante todo o seu governo. Para Bete Rodrigues, Albuíno foi um visionário e antecipou questões e investimentos econômicos que o Espírito Santo só desenvolveu mais de uma década depois.

> Vamos fazer um corte histórico. O governo Albuíno foi um governo progressista. Eu me lembro muito bem. Se alguém se der ao trabalho de estudar vai ver que a primeira pessoa que pensou e que fez essa coisa sobre o petróleo foi o Albuíno. Ele foi lá na Petrobras e trocou o estudo X por uma dívida, eu não me lembro bem qual. Foi a negociação, mas Albuíno olhava o mapa e falava assim: “O Espírito Santo tem petróleo”. Isso há vinte anos atrás. Um visionário. A gente achava graça do Espírito Santo ter petróleo, mas, inclusive, ele deu o primeiro passo nessa direção e alguém um dia ainda vai fazer justiça a isso.

Albuíno Azeredo governou atraindo investimentos para o Espírito Santo. Ele tinha uma visão focada nos grandes projetos do Estado e o desenvolvimento. Ele projetou uma imagem de terra de oportunidades.

> Eu não sei o que aconteceu, não. Eu não me lembro muito bem, o que está na gênesis, na origem desse processo, mas a verdade é que foi um governo que pensou o Espírito Santo para o futuro. Foi um governo que atraiu investimento. Foi um governo que jogou o Espírito Santo na mídia nacional.

> Ele percorreu esse país vendendo o Espírito Santo como um lugar, uma terra de oportunidades. A terra de oportunidades que hoje está configurada, ela veio lá de trás, de Albuíno. Foi uma pessoa que investiu em infra-estrutura com o Banco Mundial. Fez muitas estradas naquela época. Então, se você estudar, não é minha "praia", [34]eu tenho certeza que as condições para essa terra de oportunidades foram criadas pelo Albuíno e que ele não teve força suficiente para dividir esse espaço visionário do futuro com as políticas públicas voltadas para o social.

Elizabete Rodrigues defende que o Povo na TV tem que ser visto num contexto de contradição que o governador Albuíno Azeredo representava dividido entre ser fiel a sua origem humilde e defensor dos oprimidos, dando voz a ele com o programa e ao mesmo tempo tendo que ceder aos caprichos e desejos das oligarquias, que o pressionavam politicamente:

> Um governo que tinha a alma humana, uma alma negra no sentido da mãe preta, de ser a voz do excluído e tinha *performance* branca, ou seja, branca no sentido do colonizador, do que trabalhava para as elites, do que cedia para o capital. Então, ele viveu essa dubiedade, essa contradição interna e que o Povo na TV representava muito bem. O Povo na TV é o lado que eu gosto do Albuíno, o lado da campanha do Albuíno. É o lado de Albuíno que era o homem do povo, mas na hora que ele chegava no palácio, o povo ficava na TVE e, no Palácio, as elites o pressionavam e, ao mesmo tempo, acabavam dando um novo e outro direcionamento à estrutura de poder. É assim que eu vejo. Por isso que eu acho que o Povo na TV é muito importante porque é o lado visível do homem bom, humano e excluído que deu certo, que ele foi.

A importância do Povo na TV na percepção da jornalista e profissional de *marketing* Elizabete Rodrigues é porque reflete o lado visível de um Albuíno que não conseguiu superar as suas limitações e nem a pressão social de um Estado oligárquico marcado por oligarquias historicamente cristalizadas, que tiveram muita força no seu governo e que até hoje, ainda, continuam a mandar no Estado como uma grande capitania hereditária.

> A verdade é que o Espírito Santo ainda é uma capitania hereditária. Pode ser até que tenham se multiplicado os donos, mas não são tantos assim e nem sei se o país está muito diferente desse processo. A história do Espírito Santo é uma história – O joão Gualberto[35] é melhor para lhe falar sobre

[34] Expressão popular que significa minha área. (N.A.)
[35] Cientista político, professor da Universidade Federal do Espírito Santo e sócio proprietário do Instituto de Pesquisa Futura. (N.A.)

> isso. Uma coisa é certa: O Povo na TV representou uma ruptura desse paradigma. A comunicação oficial passou de mãos. Saiu das mãos do poder público para a mão do seu dono, que é o povo. O grande patrão da TVE e da Rádio ES. Foi um momento em que a Rádio ES explodiu em serviços e era uma grande prestadora de serviço da cidade. Eu não sei hoje como está, mas muito menos. De todas as formas, desde a coisa assistencialista de preciso de um caixão até o questionamento do porquê do Banco Mundial não estar asfaltando tal e tal estrada, quer dizer, a Rádio ES e a TVE saíram das mãos das oligarquias e foram para as mãos do seu patrão, que era o povo. O Povo na TV foi o momento alto desse processo.

Para manter o tipo de serviço prestado pelo programa junto aos excluídos, o governo precisou criar condições que demandaram alto investimento, como contratar pessoal e até investir maciçamente em comunicação, adquirir equipamentos sofisticados e modernos como de transmissão ao vivo em microondas.

Os equipamentos da TVE-ES, nesse período, eram os mais modernos e os mais caros do Estado, bem como os funcionários mais bem remunerados do mercado pelo contato firmado com a Fundação Ceciliano Abel de Almeida, uma vez que a Constituição Federal de 1988 proibiu a contração sem a realização de concurso público.

A criação do programa Povo na TV fazia parte de uma política de comunicação inovadora e audaciosa implementada pela Superintendente de Comunicação da época Elizabete Rodrigues, que ousou deslocar os investimentos dos veículos tradicionais e agências de propaganda para os veículos públicos. Sobre esse período de implantação dessa política de comunicação, Elizabete Rodrigues recorda:

> Foi puro desgaste. Para mim foi um enorme desgaste. Eu consegui com essa política de priorização dos órgãos (públicos) rádio e TV que a mídia ficasse contra mim, que as agências de publicidade todas ficassem esvaziadas dos recursos públicos, porque “dinheiro pouco, meu pirão primeiro”[36]. Eu tinha pouco recurso, então eu canalizei para quê? TVE, Rádio ES, para qualificação das pessoas, criação de cargos e salários, cenário, equipamento, treinamento e pronto, acabava o dinheiro. Então, no mercado eu era inimiga pública número um de todas as agências, das emissoras, porque não sobrava dinheiro para esse tipo de investimento em publicidade e propaganda. Inimiga número um dos deputados, que costumavam drenar através da Secretaria de Comunicação recursos para

[36] Expressão popular que significa cada um defende seu lado. (N.A.)

> suas bases eleitorais nos jornais locais. As produções de festas, shows, palco, essas coisas todas. Tudo isso acabou durante dois anos. E, nós priorizamos a comunicação oficial: a TVE e o rádio.

Elizabete Rodrigues revela que a pressão foi insuportável e considera que poderia ter agido de outra forma para evitar o desfecho final de sua gestão, uma vez que ela atuou no governo por competência profissional e não tinha sustentação de nenhum grupo político para garantir sua permanência. “Eu hoje analiso, que como gestora, falhei também, porque essas rupturas não podem ser tão radicais e dramáticas”. Ela atribui a sua saída do governo por falta de sustentação política: “Eu não tinha força política nenhuma. Não tenho filiação partidária. Não tenho nenhum grupo político. Não represento nenhum grupo político”.

Elizabete Rodrigues acredita que não tinha força política para empreender o que pretendia. Ela avalia hoje que esse trabalho, realmente, teve um papel importante para sua consciência pessoal e profissional, mas que faltou habilidade e flexibilidade para evitar o confronto.

> Minha ‘capinha de Batman[37]’ estava mal colocada. Não é na Secretaria de Comunicação. A gente deveria ter feito um plano um pouco mais flexível na direção das forças da sociedade porque afinal de contas o legislativo tem uma prática, o mercado também precisa disso. Então, eu avalio que fui ousada e idealista. É, beirando a incompetência gerencial porque ousadia e idealismo, historicamente, até podem ser avaliados, mas dentro do momento foi mais para a incompetência.

De acordo com Elizabete Rodrigues, naquele período do governo não havia denúncia,porque não era uma época que houvesse concorrência. Ficou meio parada a Secretaria de Comunicação. Ela não se lembra de nenhum processo daquela época. ”Nem era por nada, é porque não aconteciam as concorrências. O dinheiro não sobrava para essas coisas”. Ela explica que tinha um orçamento pequeno que era drenado basicamente para Rádio, TVE do Espírito Santo e para a Agência de Notícias, que ela criou também, uma inovação na comunicação, que se tornou referência nacional e teve boa aceitação na imprensa local como fonte de pauta para as redações.

[37] Expressão popular alusiva ao personagem dos quadrinhos que significa proteção. (N. A.)

> Nós criamos na Secom (Secretaria de Comunicação) uma agência de Notícias que hoje é até um mecanismo reproduzido por várias instituições públicas, mas nós que fomos pioneiros no país. Nós tínhamos uma agência que centralizava a informação e distribuía para mídia espontânea pelo Estado inteiro, inclusive com monitoramento. A gente só trabalhava com mídia espontânea. Não tinha nenhum recurso para os jornais do interior. Como a gente mandava (o material) pré-editado, o jornal do interior reproduzia literalmente todas as ações do governo e tal. Sempre com a mídia espontânea. Então, não deu margem a processo e essas coisas.

Outra novidade implantada por Elizabete Rodrigues foi o departamento de eventos da Secretaria de Comunicação passar a trabalhar só com parcerias.

> Quando o Papa veio ao Espírito Santo, eu fui uma das coordenadoras da vinda do Papa. Nós criamos uma comissão presidida por José Eugênio para captar recursos. Os recursos públicos investidos na vinda do Papa representavam menos de 12%. Por mais importante que fosse a vinda do Papa para o Espírito Santo naquele momento eram as empresas quem iam bancá-la. Eu não ia mexer no meu esquema editorial para fazer isso. Então, foi assim com Nelson Mandela. Os eventos que nós fizemos todos foram bancados. Não acontecia um evento se não tivesse um parceiro na iniciativa privada.

Apesar de toda criatividade e inovação na comunicação pública com implantação de novas estratégias que aproximaram o governo das classes populares e excluídos e da economia de verba pública com uso de técnicas de comunicação e da destinação dos parcos recursos da pasta para veículos públicos, Elizabete Rodrigues não conseguiu permanecer no governo até a conclusão do mandato. “Acabamos caindo. Inviabilizou grandemente o nosso trabalho. Depois de mim veio o Xerxes,[38] que fez uma inversão total disso. Começou a investir em festas, shows, palcos”.

Quanto a pressão do povo às autoridades pelo programa Povo na TV, Elizabete Rodrigues considera que tudo é um processo pedagógico. Depois que o povo descobriu como chegar até o governo para conseguir respostas, esse processo tornou-se irreversível. “Sobre mim não havia nenhuma pressão, com certeza. Agora sobre o governo, eu não posso responder”. Ela explica:

> Depois que o povo aprendeu o seu tamanho, que ele tem direito à TVE, que ele tem direito a Rádio ES, que ele tem direito de enfrentar o governador e falar com ele, que ele tem o direito de cercar o governador na descida

[38] Gusmão Netto, publicitário e profissional de Marketing.

> porque sabe que o governador está ao vivo. Então, “eu vou falar com ele agora porque ele está na porta da TVE”. Depois que o povo descobriu o seu espaço. Isso é igual a tirar a “pasta fora do tubo”, não entra mais. Então, de certa forma, nós tiramos a pasta fora do tubo. E, nós crescemos e o povo cresceu junto e aprendeu o seu espaço. E, historicamente, acho que a gente vai poder analisar isso. Sociologicamente, ver que, como diz Cristina (Abelha): “Nada foi o mesmo depois disso”. Agora, pressão, acho que sempre houve e haverá, mas não dá para constranger, não.

Elizabete Rodrigues destaca a importância do Programa para superação das dificuldades impostas pela burocracia do serviço público ao cidadão comum que passou a ter acesso às autoridades e obter respostas a suas demandas e anseios.

> Nesse processo burocrático estavam a justiça, os legisladores, a polícia, o capital. Então, o poder e esses estratos mais significativos da população tinham uma intermediação, um colchão aí nesse meio. O Povo na TV rompeu essa lógica. A partir daí foram criados outros mecanismos, mais eficientes, mais sofisticados, mas o começo foi esse aí.

Historicamente, o povo é excluído das decisões, do acesso pela própria burocracia. Tem dificuldades. Michel de Certeau (1994) afirma que a pessoa comum, àquele excluído, ele encontra formas, meios de burlar, de reinventar o seu cotidiano. São brechas que ele vai descobrindo. O Povo na TV seria uma dessas brechas para reinventar a sua história, o seu cotidiano que o povo descobriu graças à criação desse espaço midiático. Elizabete Rodrigues discorda. Considera que há um super dimensionamento do Povo na TV.

> Eu tenho a impressão que quando você se refere a isso, você está falando que a liderança de Jesus Cristo foi construída em cima desse processo. Na hora que a palavra-chave naquele momento era servir e aí Jesus Cristo quebra a lógica e como liderança parece que ele fala libertar. “Não, eu não quero o seu serviço, eu quero o seu amor. Pode vir comigo, não precisa trabalhar para mim, não. Eu quero que você me ame e respeite o próximo como a ti mesmo”. Por isso que a palavra era Jesus libertava as multidões e cada vez mais as pessoas vão seguindo, quer dizer, ele quebrou essa lógica: - “Não é serviço que quero, para você ficar comigo, você não precisa trabalhar de graça para mim, você só precisa gostar de mim”. Essa é uma lógica comercial que construiu a liderança de Jesus Cristo, que mais tarde construiu Mahatma Ghandi, que construiu Mandela. As grandes lideranças foram construídas em cima disso. Então, eu acho que a gente está super dimensionando o papel do povo na TV.

Pontualmente, naquele espaço, naquele pequeno intervalo histórico que foi o período que o programa funcionou e que tinha todas as condições daquele morador insatisfeito chegar, não para transformar a sua realidade politicamente, mas para conseguir uma obra que de qualquer forma melhorava a sua qualidade de vida. Seria assim um início. Elizabete Rodrigues explica que não participou do dia-a-dia do programa, mas que participou dando sustentação ao programa.

> Eu não me lembro, porque para mim o pedaço que me coube foi muito pouco na elaboração desse processo. Foi uma coisa mais da Jane (Mary de Abreu) e da Cristina (Abelha) e da TVE. A parte que foi muito dura para mim e que eu me sinto responsável e que participei foi agüentar a pressão porque se eu socializasse a pressão que a gente vinha sentindo, a criatividade estava toda embutida.

Elizabete Rodrigues revelou que fazia um filtro e não deixava que a pressão chagasse até a equipe do programa. Ela atuou de forma estratégica.

> Segurava a pressão para as pessoas não se sentirem violentadas, porque se você estivesse ali sabendo o tanto de pressão que estava sentindo, você acabava se auto-bloqueando. Então, a minha participação grande nisso foi estratégica, foi segurar a pressão e a determinação dos recursos e continuar alimentando ele(sic). Eu não tive muito mais do que isso de participação nesse processo, não.

Para Bourdieu (1996, p. 91), a especificidade do discurso de autoridade (curso, sermão etc) reside no fato de que não basta que ele seja compreendido (em alguns casos, ele pode inclusive não ser compreendido sem perder seu poder), é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio.

> A linguagem de autoridade governa sob a condição de contar com a colaboração daqueles a quem governa, graças à assistência dos mecanismos sociais capazes de produzir tal cumplicidade, fundada por sua vez no desconhecimento, que constitui o princípio de toda e qualquer autoridade.

Para Bourdieu (Ibidem), a autoridade da língua legítima reside nas condições sociais de produção e reprodução da distribuição entre as classes, do conhecimento e do

reconhecimento da língua legítima e não no conjunto das variações prosódicas e articulatórias definidoras da pronúncia refinada como sugere o racismo classista, e muito menos na complexidade da sintaxe ou na riqueza do vocabulário, quer dizer, nas propriedades intrínsecas do próprio discurso.

> A eficácia simbólica das palavras se exerce na medida em que a pessoa-alvo reconhece como podendo exercê-la de direito, ou então, o que dá no mesmo, quando se esquece de si mesma ou se ignora, sujeitando-se a tal eficácia, como se estivesse contribuindo para fundá-la por conta do reconhecimento que lhe concede. (Ibidem).

Segundo Elizabete Rodrigues, o governador Albuíno Azeredo dava plena sustentação ao programa nessa questão de funcionar como filtro dessa pressão toda que vinha por parte dos aliados que eram criticados ou pressionados pelo programa. Ele dava todo o respaldo para ela segurar e filtrar esse tipo de pressão e não transferi-la para equipe do Povo na TV. Ela faz questão de esclarecer o seu papel real no programa.

> Eu tive respaldo, sim, e enquanto tive, fiquei lá. Mas o meu papel foi muito limitado nesse processo, quer dizer, eu não sou tão influente quanto você está colocando aí, não, e quero que você me ponha do meu tamanho. Eu tive uma participação nisso aí, claro, porque na verdade eu era quem assinava (como secretária de comunicação) e tal. O meu papel era mais dar corda[39] para a equipe fazer o processo e eu segurava as pressões políticas e ajudava economicamente.

Gramsci apud Rodrigues (2006) afirma que o intelectual orgânico é aquele que dá as condições para transformar, de alguma forma mudar a realidade ou transformá-la. Na avaliação de Elizabete Rodrigues, o jornalista do Povo na TV não só se aproximou desse intelectual orgânico preconizado por Gramsci.

> Ele é o próprio intelectual orgânico. Ele teve exatamente essa função, que não foi só jornalista do povo na TV. Está também na gênesis, na essência do jornalismo estar à frente desses grandes movimentos sociais. Mas com certeza vendo, historicamente, ele foi fundamental nesse processo. Ele foi o articulador desse processo, dessa ruptura, com certeza.

[39] Expressão popular que significa incentivar. (N.A.)

Para Elizabete Rodrigues, o jornalista do Programa Povo na TV teve as condições e a sustentação para atuar como intelectual orgânico: “essa foi a pequena contribuição que eu dei, quer dizer, na medida do meu espaço de poder que era muito pequeno, mas essa contribuição, realmente, eu me arvoro da autoria dela”.

5.3 Idealização e desafios na implantação do Povo na TV

A jornalista e profissional de *marketing*, Jane Mary de Abreu foi a diretora presidente da TVE-ES e foi a idealizadora do Programa Povo na TV. Ela junto com Elizabete Rodrigues foram responsáveis pela campanha vencedora dos governadores Max Mauro e do seu sucessor, Albuíno Azeredo. Ela revela como criou o programa:

> Representou o maior desafio pessoal porque eu passei dez anos na TV Gazeta e sempre tive um sonho de fazer um programa ao vivo. Essa questão de televisão, eu era muito motivada por isso, gostava muito da televisão, mas sentia falta de fazer ao vivo. Na Gazeta, por ser televisão comercial, a grade não permitia que a gente fizesse uma montagem dessas. Então, eu passei dez anos sonhando com isso. Quando eu saí de lá recebi a proposta do governador Max Mauro para dar um jeito na TVE. A primeira coisa que eu pensei foi isso: “a gente vai poder viabilizar um programa ao vivo”. Assumi com ele esse compromisso de dar jeito na emissora, dar eficiência e ele me daria autonomia tanto na compra de equipamentos como na gerência de pessoal. Um dos maiores problemas da emissora era a gerência de pessoal. Quem tinha menos padrinho, tinha cinco. Então, mexer em um funcionário significava comprar briga com a Assembléia Legislativa. Esse era o maior problema. Ele me deu duas garantias de que eu faria o programa ao vivo e que ele me daria autonomia com o pessoal.

Jane Mary recorda que a TVE foi precursora em transmissão ao vivo, superando inclusive a afiliada da Rede Globo, a TV Gazeta.

> E foi muito lindo porque nós acabamos emprestando (equipamento de microondas) para A Gazeta. A primeira transmissão ao vivo da Gazeta foi feita com equipamento da TVE. O Ubirajara Pinto, meu grande amigo, me pediu isso, se podia estrear o nosso equipamento naquele programa “Você Decide” da Rede Globo. A Gazeta tinha sido escolhida para ser sede do programa, mas ela não tinha o equipamento. Nós conseguimos emprestar o equipamento com o nosso operacional porque a equipe técnica era nossa e nós fizemos o maior sucesso ali, segundo avaliação dos técnicos da Globo, que elogiavam muito o trabalho de Seu Paulo. Ele foi uma pessoa importantíssima naquele programa porque tudo era contra a gente.

Jane Mary recorda que houve muita dificuldade na transmissão. Foi preciso muito empenho por parte da equipe para colocar o programa no ar.

> A gente tinha o equipamento de edição, mas depois faltava transmissão. É difícil para o político entender isso. Quando ele achou que tinha comprado tudo para as ilhas ainda faltava a transmissão, que é outra coisa completamente diferente. Mesmo sem a gente ter feito investimento muito alto, Seu Paulo com a equipe dele fez o que parecia impossível. Ele botou os equipamentos com *links*[40], fez uns links na rua e deu tudo certo. Ele foi uma pessoa muito importante naquele momento. A gente tinha a idéia e passou para a redação, que gostou da idéia e formatou o programa. Era uma equipe grande. Vieram com o programa formatado para mim. Só faltava viabilizar a parte técnica. O Seu Paulo com o Munhão e o resto do pessoal deram esse suporte. O programa nunca ficou fora do ar, tudo funcionando. Então, para mim foi uma grande vitória pessoal e no Espírito Santo marcou época porque foi a primeira transmissão ao vivo feita em televisão.

Um programa todo ao vivo e pela TV oficial do governo. De acordo com Jane Mary, a implantação do programa só foi viabilizada por condições criadas anteriormente durante o Governo Max Mauro. Entretanto, ela faz questão de ressaltar que a estréia do Povo na TV só foi possível porque Albuíno Azeredo era um técnico estreante na política. Ele respeitou o programa e nunca praticou qualquer tipo de censura. Ela recorda àquele período:

> Durante o Governo Max Mauro, a gente equipou a emissora. Aliás, ela já tinha equipamento comprado, mas que estava encaixotado. Então, nós realizamos a instalação e compramos o que estava faltando, que era o caminhão de externa. Então, quando estava tudo preparadinho, houve a mudança de governo. Aí o Albuíno teve que estrear. Agora ter permitido o Povo na TV, acredito que só seria possível com ele também, porque ele era um técnico fazendo estréia na política. Então, ele não se armou. Ele não tinha as precauções que os políticos, geralmente, tem com o público, quer filtrar, pergunta... ele era muito aberto para tudo. Então, o Albuíno em nenhum momento... A gente comentou com ele que seria ao vivo, seria uma coisa de coragem, realmente, que teria que dar respostas ali prontamente à população. E lógico que a população vai para rua e quer reclamar daquilo que está errado e do que está certo. Então, a gente já sabia que ia ouvir mais queixas do que elogios. Isso não o assustou. Ele é de uma coragem fora do comum. A gente não vê isso em político. Em nenhum momento ele fez censura, em nenhum momento ele pediu para tirar ou botar pessoas. As pressões existiram sempre. A Assembléia ficava ali pressionando, queria gente entrevistada, queria isso, queria aquilo. Em nenhum momento, a gente sofreu pressão de nada. Ele foi muito lindo. Um trabalho diferente.

[40] Segundo Dicionário Michaelis (1989) significa do inglês conexão, ligação, encadear e unir.

Essa proposta do programa em que o povo podia se expressar e cobrar providências do poder público, tanto em nível estadual como em nível municipal, estava alinhada com a política de comunicação do governador Albuíno Azeredo, na avaliação de Jane Mary Abreu. Albuíno deu autonomia para ela e Elizabete Rodrigues estruturarem o programa e realizarem a gestão da comunicação pública. Havia uma relação de confiança, de amizade e afeto entre eles:

> Ele era muito livre. O Albuíno nunca me falou nada que ele queria “assim ou assado”. Eu e Bete tínhamos inteira liberdade. Ela fez o que ela quis na Secom e eu fiz o que quis na RTV. Eram poderes independentes. Ela nunca me cerceou em nada, apesar de que a RTV é uma autarquia, que não está subordinada à Superintendência de Comunicação, mas mesmo assim ela poderia ter usado de alguma autoridade, mas nunca foi feito isso. Já tinha muita independência dele ou dela. A gente nunca sofreu interferência dele ou dela, nada. A gente vivia muito harmoniosamente. Acredito que por causa disso foi possível, porque senão, se começasse um a olhar para o outro e achar que tem que dominar, que tem que mandar. Os três éramos muito amigos. O Albuíno freqüentava as nossas casas como colega da gente. Isso aí, acho que esse afeto nesse convívio entre a gente, foi muito importante, porque ninguém concorria com ninguém, não estava disputando nada com ninguém. Isso aí foi fundamental porque havia um afeto muito grande.

Jane Mary de Abreu explica sua preferência pelos candidatos que não são campeões de votos porque gosta de desafios:

> Eu tenho comigo uma coisa que me parece engraçado o que me parece impossível é o que me fascina. Até hoje, numa eleição, os últimos candidatos são os que gosto de lidar com eles. Esses campeões de votos assim, eles não me chamam muita atenção, não. É difícil trabalhar com quem já venceu, como o jogo já determinado.

Entretanto, Jane Mary de Abreu teve dúvidas quando foi convidada por Max para assumir a TVE, porque o problema mais grave era o tráfico de drogas. Ela teve medo, por causa da segurança de sua família. Jane Mary revela que contou com todo apoio de Max Mauro e suporte da polícia federal.

> Quando Max me chamou existia um problema, só que na hora você pensa duas vezes, porque eu já tinha filhos, porque o maior problema da TVE era o tráfico de drogas instalado ali dentro. Ele tinha detectado isso na operação Marselha, que ele tinha realizado, lembra-se? Àquela confusão no Estado todinho, drogas. Ali detectou que a TVE tinha um problema sério, que era a

> comercialização de drogas durante a noite mesmo. Isso aí no primeiro momento me levou um pouquinho a pensar. Eu dei a resposta a ele no outro dia. “Se você me der autonomia para retirar quem tiver que tirar, não tem problema para mim também não. E ele me deu. Pessoas até ligadas a assessores diretos dele envolvidas com tráfico de drogas. Eu fiz a lista de todos eles. As demissões na TVE obedeceram, primeiramente, a esse critério de limpar, tirar o tráfico e, segundo critério, que atingiu os artistas, quer dizer, os artistas não tiveram nada a ver com essa droga.

Outro problema que ela enfrentou foi a demissão de artistas uma vez que seu projeto era desenvolver programas jornalísticos, ao contrários da administração anterior de Orlando Bonfim, que priorizou a produção de programas artísticos de teledramaturgia. Ela recorda:

> Os artistas foram contratados pela administração anterior para fazer novela. Orlando Bonfim tinha um plano, um planejamento para fazer telenovela. Quando eu entrei, o orçamento do Estado não permitia nem pensar em novela. A única coisa que eu podia fazer para viabilizar a emissora era jornalismo, que era mais barato. Então, os artistas foram demitidos por causa disso. Eles foram contratados para novela e não teria novela. Daí, eu tive que os substituir por jornalistas. Na verdade, eu não fechei o mercado, eu só troquei de categoria. Ao invés de artistas, coloquei jornalistas. Eu demiti 17, parece, e contratei 22 jornalistas. Então, eu até ampliei o mercado. Houve até uma crítica de que eu estava fechando o mercado, mas não é verdade.

O episódio gerou pressão sobre o governador Max Mauro por parte de entidades ligadas aos artistas de todo o país e também pela imprensa. Entretanto, ele se manteve firme no apoio ao projeto. Jane Mary recorda que teve um protesto em que havia o seu enterro simbólico.

> Foram três meses de pressão grande no governador. Depois de três meses, ele me chamou lá, ele tinha colecionado uma pasta de telegramas do país inteiro, dos sindicatos todos, porque eles são muito corporativos. Eles juntaram todos. Fizeram o meu enterro. Um dia eu cheguei(na TVE) e tinha o meu enterro lá passando. Eu só assisti, olhei, porque eu tinha convicção de que eu estava fazendo um trabalho correto. Eu tinha uma meta, eu tinha um objetivo. Em nenhum momento, eu coloquei alguém ali porque era meu afilhado, eu não estava protegendo ninguém. Ali eu fui muito profissional. Toda vez que eu exigia de alguém, pode ter certeza de que a exigência comigo era o dobro. Eu me senti muito à vontade porque meus critérios foram profissionais ali. Era esperar passar. Durou três meses aquilo.

De acordo com Jane Mary, depois desse prazo de três meses, a emissora começou a apresentar resultado. As pessoas foram percebendo, porque eles foram sendo

valorizados. Foram vários os avanços e ela transformou a TVE em modelo na administração pública, de forma que os demais órgãos queriam se equiparar à TVE:

> Só A Gazeta anteriormente tinha colocado uma locutora negra no ar, daí nós colocamos a Janete no esporte. Nós buscamos pessoas lá dentro que tinham talento. Ela tinha sido uma telefonista. Mandei muita gente para fora para fazer curso e treinamento. Eles foram vendo que a política era para favorecer o servidor. Eu sempre pensei comigo, se a pessoa não estiver feliz, ela não produz bem. Gente infeliz é muito triste na empresa. Tanto que desde que eu cheguei lá, eu estabeleci uma política de valorização do funcionário, que me custou até o meu cargo. No final das contas, eu incomodei tanto o governo pedindo. A gente tinha uma administração modelo, o que aconteceu com o resto das repartições é que queriam copiar a TVE. O Estado não conseguiu bancar isso. Então, eu me tornei inconveniente para o governo, que era auxílio maternidade, auxílio.... era muito auxílio, plano de carreira. Já que não podia dar salário, eu fui agregando vantagens ao salário para ver se as pessoas tinham mais ânimo para trabalhar. Eu acho que consegui isso e, no final, o sindicato já admitia em *Off*[41] que fiz uma boa administração. Então, eu acho que o objetivo foi alcançado.

Jane Mary acredita que foi exonerada por questões políticas e enfraquecimento do governador Albuíno Azeredo, que precisou se submeter aos deputados para evitar o *impeachment: "*Havia uma expectativa de *impeachment* do governador, a Assembléia se fortaleceu e, nesse fortalecimento da Assembléia, eles pediram o meu cargo. O Marcos Madureira pediu o meu cargo para colocar o Nilo Martins".

Jane Mary revela como o Programa Povo na TV foi um projeto pessoal, que não teve inspiração de fora, apesar do que defendem alguns funcionários da TVE que participaram do programa. "Não, aquilo foi meu, projeto meu, sempre foi meu. Enquanto eu não fizesse alguma coisa ao vivo eu não ia sossegar, eu acho. Eu passei dez anos, na Gazeta, sonhando com isso".

Jane Mary esclarece porque decidiu incluir o povo no seu projeto de programa ao vivo, que sempre sonhou em implantar:

> Porque eu achei que era para ser numa TV pública. E por que não na Gazeta? Porque eu não tinha como dar esse canal para a população. Na TV pública, achei, que era obrigação dela se tornar um canal aberto à população. Eles não tinham como reclamar na Gazeta, não tinham espaço para fazer isso. Achei que era obrigação do Estado fazer isso, abrir esse canal para população. Um desejo meu, que eu passei para a redação, que

[41] *Off record* na rotina do jornalista significa: fora do registro, quando se fala, mas não se publica. (N. A.)

> eles formataram muito bem, com uma equipe grande. Quando eles voltaram com ele (programa) para mim, eu gostei inteiramente dele.

O programa tinha vários quadros. Jane Mary revela que fez poucas alterações na estrutura do programa que ela aprovou, mas que indicou um dos apresentadores:

> Eu fiz poucas interferências na estrutura do programa. O Cauby (Cláudio Figueredo) foi dedo meu. Eu escolhi o Cauby pela irreverência dele. Eu achei que a gente queria fazer um jornalismo também de críticas, mas de bem com a vida. Ele é uma pessoa irreverente e bem humorada. Eu gostei dele logo no início. Eu o achei engraçado.

Jane Mary cita que Cláudio Figueiredo (Cuby) junto com a outra apresentadora de externa, Geruza Conti, que tinha outro perfil, mais tensa, mais dura, e com o bom humor, o Cauby fazia um contraponto. A irreverência e as críticas dos dois apresentadores geravam muitas críticas e pressões dos aliados do governador. Para ela, o apoio do governador foi fundamental para a permanência, por tanto tempo do programa:

> Ela ficava com parte mais árida e ele brincava com as pessoas, brincava com o governador. Agora dava trabalho. Acabava o programa, eu sabia que eu ia receber milhões de telefonemas de políticos reclamando, secretários reclamavam....A TVE como vitrine. Acredito também que eu só fiquei tanto tempo ali por causa da decisão do governador, que me apoiou. Senão, com uma semana de programa, ele já teria cortado todo mundo. Enquanto ele pode, ele segurou, depois quando veio a tentativa de *impeachment,* ele ficou refém daquelas forças (oligarquias). Na verdade, não foi o Nilo (Martins), foi o grupo de Xerxes (Gusmão) que assumiu. Daí, o Xerxes escolheu o Nilo Martins. Daí, eu não sei o que aconteceu, não sei o que foi feito, nunca mais voltei na emissora, nunca mais procurei saber, porque eu tenho isso comigo, quando eu fecho uma porta, eu fecho. Tem gente que fica sofrendo, vendo. Eu pedi para os meus amigos não me falarem mais, não quero mais saber da TVE.

Jane Mary assumiu uma emissora sucateada, fez uma transformação radical nas instalações físicas, criou toda uma estrutura com plano de carreira, com reconhecimento profissional, ousou criar um programa que foi inovador. Para ser bem sucedida em televisão uma questão relevante é a audiência. A ex-diretora da TVE revela que, antes de deixar a emissora, fez uma pesquisa de opinião para medir a audiência do Programa Povo na TV e obteve resultados positivos.

> Na época, A Gazeta já era detentora de audiência, 90%, a Globo, todo mundo ligado na Gazeta, mas a gente (TVE) era traço em qualquer pesquisa de audiência. A gente nunca apareceu em pesquisa. Depois disso, uma das minhas últimas medidas lá foi essa pesquisa de opinião pública com o Ibope. Entrei de carona numa pesquisa que o Governo fez e medi a audiência. Nós chegamos a oito pontos de audiência. Oito pontos eram muita coisa para alguém que era traço. E aparecia só esse programa.

O Programa Povo na TV, no horário de transmissão, era a única programação local e concorria com programação infantil. O programa preenchia essa lacuna das pessoas que queriam alguma coisa nesse estilo. Jane Mary cita que depois do Povo na TV veio uma porção de programas como “Cidade Aberta” da Tribuna, “Gazeta Comunidade”, os jornais com espaços voltados a demandas comunitárias como “Qual a Bronca?” e “Linha Direta”. Jane considera que o programa foi vitorioso em audiência e foi precursor de um jeito novo de fazer jornalismo. Ela defende que abriu um caminho voltado para esse segmento: “as pessoas começaram a ver que aquilo dava resultado, dava audiência. Esses oito pontos para mim, eram minha vida... tanto que eu falo que saí e não olhei para trás, mas sem mágoa nenhuma. Sabe quando você dá tudo da sua vida numa coisa, dei a minha alma ali”.

Para Jane Mary, o programa foi uma realização pessoal e não foi motivada por compensação financeira. Pelo contrário, Jane afirma que sua remuneração como diretora era baixa. Os funcionários contratados pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida ganhavam melhor.

> Não tinha compensação financeira nenhuma porque uma parte do quadro de pessoal dela (TVE) era contratada da Fundação Ceciliano (Abel de Almeida). Só para você ter idéia, a minha secretária ganhava mais do que eu. O meu salário era menor do que o da minha secretária. Toda a diretoria ganhava muito mais do que eu. Então, não era dinheiro ali que era importante para mim, porque eu ganhava muito mal. Foi o pior salário que eu já recebi na vida, foi esse no Estado como cargo comissionado, mas em compensação eu tive desafios maravilhosos.

Para Jane Mary, o Programa Povo na TV foi uma grande realização pessoal. Uma situação que marcou foi a demissão dos funcionários acusados de tráfico. Ela ficou sob tensão tão forte que precisou andar com segurança. “Esses demitidos, muitos

não me entenderam. Durante algum tempo, eu andei com policial federal para cima e para baixo. Ninguém percebia isso, mas ele me esperava".

A situação ficou tão dramática que ela recebeu ameaça de morte.

> Houve ameaça de morte. Ele(policial) me acompanhava quando eu chegava e quando eu saía até o carro. Isso durou dois, três meses. Até que àquela coisa assentasse e a emissora começasse a dar os primeiros resultados. Depois, não, depois foi o reconhecimento. Estava muito claro o trabalho, a nossa intenção. Aí foi mais fácil. Tudo isso valeu a pena. Eu faria tudo de novo.

A operação para retirar esses traficantes e o comércio de drogas na TVE passou despercebida do grande público e até mesmo do corpo funcional da TVE. Ela conta como procedeu e a tensão a que foi submetida no processo:

> Foi uma coisa que eu fiz. A gente tinha contato com o governador e com as pessoas de confiança dele, na Polícia Federal. Tinha um delegado que dava informação de como atacar esse problema. Eu era nova, inteiramente, nisso. Eu nunca tinha lidado com isso, como fazer o negócio. E, quando eu tirei o cabeça da organização, ele reagiu muito. Ele foi na minha sala e abriu a porta com o pé. Ele disse: "eu não estou demitido, eu asseguro que não". Ele gritou e saiu batendo porta também. Você fica meio tensa com isso. Eu tenho uma coisa comigo, uma fé muito grande. Eu acredito que quando você está bem intencionada, quando você está com propósito, visando o coletivo, você tem a proteção do universo. Isso eu sempre tive comigo. Minha fé é um negócio. A maior riqueza que eu tenho é a minha fé. Eu nunca tive medo deles, não. Sabe, eu enfrentei todos eles, porque não foi nenhuma brincadeira. Eu não estava brincando. Eu estava pensando no coletivo. Não tem jeito para sofrer com alguma coisa. E, dessa feita eu fui levando e rezando muito. Eles atacavam e eu rezava. E foi assim, até que aquilo tudo acabou. Nunca mais vi àquelas pessoas. Alguns foram remanejados. Não podiam ser demitidos. A emissora começou a se envolver com o projeto. Uma coisa boa que foi dando certo. Ninguém soube, porque eu achei que não deveria envolver as outras pessoas, porque eu sempre tive a noção de que a pessoa, quando ela se droga, quando ela muda de caminho, é quando mais necessita de ajuda, mas o Estado não tem programa para ajudá-los. Então, você não pode deixar que ele contamine o resto. Era o que estava acontecendo. Aí você tem que tirar. Agora se fosse me dada permissão para recuperá-los, acho que eu teria feito com o maior prazer. Só que não tem nada no Estado que permita pagar. O convênio médico nosso, na época, não permitia pagar nada, nenhum tratamento para viciado em droga e nem nada.

Na avaliação de Jane Mary de Abreu, o mais grave em relação ao episódio da TVE é que não se tratava só de vício, era comércio de drogas. "Era uma coisa muito triste

aquilo ali e eu não podia resolver na minha alçada. Então, eu pedi ajuda da Polícia Federal para me auxiliar nisso aí, porque eu não sabia nem por onde começar".

Ela ressaltou que por medida de segurança conduziu todo o processo mantendo o sigilo, para não contaminar o clima de trabalho na TVE e para não permitir que afetasse a produção e criação do seu projeto de comunicação, mais voltado para as demandas públicas. Ela se manteve determinada a cumprir o seu projeto:

> Eu traço uma meta e só olho para frente. Eu não olho o que está acontecendo em volta. Se você se deparar com as miudezas, você não consegue realizar o seu projeto. Então, eu sempre tive isso comigo. Eu traço um projeto. Eu vou chegar ali e acabou. Eu não presto atenção no que está em volta. Então, os jornais estavam falando mal de mim, eu quase não lia jornal. Eu parei de ler jornal. Todo dia tinha 'materinha' contra. Então, eu parei de ler. "Quando parar, me avisa, então eu volto a ler", porque para que eu vou me contaminar com àquela informação. É apenas a opinião de alguém. Era uma opinião só e acabou. Eu acho que cada um – na minha época de jornalista – é livre para pensar o que quiser. Acho que cada um pensa o que quiser. Se eu me achar ofendida, eu vou me defender na Justiça. Até então, não, era só opinião deles, porque achavam que eu queria acabar com os artistas, não gostava de artista.

Em relação à crise gerada com a demissão dos artistas e às acusações de que ela não gostava de artistas, Jane Mary ironiza:

> Vê se pode? Acho que o mundo sem os artistas seria horrível. São os artistas que dão felicidade ao mundo, que dão alegria ao mundo. Alguém poderia imaginar que alguém não goste de artistas? Isso era só o que eles fizeram para se defender. É lógico que eles estavam lá todos aconchegados, sem fazer nada. São pessoas competentes encostadas numa emissora. Acho que eu fiz um favor a elas porque todas elas estão muito bem colocadas. Elas estavam paradas, sendo tratadas como lixo, depósito de lixo. Todo mundo encostado na TVE. Eu não acho justo isso com o ser humano. É uma coisa linda demais.

Outro problema que Jane Mary enfrentou na TVE foram os funcionários fantasmas. Ela identificou vários funcionários fantasmas e conta que tinha funcionário atuando nos veículos privados recebendo do Estado sem trabalhar.

> Tinha, tinha vários, vários. Tinha gente dentro das emissoras, de jornal, das redações de jornal, que era empregado da emissora e muito bem pago sem ir lá. Foi um outro problema. Quando você faz uma lista, você tem que ter muito senso de Justiça para você ficar bem com você mesma, para você dormir.

Jane Mary citou um caso de uma jornalista que criticava os funcionários fantasmas[42] e era um deles. Ela descreve como enfrentou a situação para moralizar a emissora:

> Esse caso me revoltava, particularmente, porque essa jornalista é uma jornalista famosa, em Vitória. E, eu lia os artigos dela, é uma pessoa competente e ela condenava os fantasmas. E ela era uma fantasma. Isso sempre me chamou muito a atenção. É muito contraditória. Eu chamei-a lá. Conversei com ela. "Isso é hipocrisia, pior ainda, porque você condena algo que você faz. Então, eu vou ter que demitir você ou você pede demissão. Como eu não podia demiti-la porque ela fazia parte do quadro efetivo da emissora, eu falei: "Se você não pedir demissão, eu torno isso público". A minha única arma era essa, era tornar público, já que ela não tinha o bom senso, cabia a mim tomar a decisão. Mesmo assim, ela tentou um remanejamento para o Detran. Ela tentou usar de influência política para fazer um remanejamento para o Detran. Eu insisti com o governador que não seria possível, porque eu teria que mentir também, porque o fantasma mais escondido que tinha ali, era ela. Então, ela acabou cedendo e pedindo demissão. Daí, foi moralizada essa parte também.

O governador da época era o Max Mauro, que aceitou as mudanças que ela fez, no sentido de corrigir distorções e de fazer uma limpeza e profissionalização da TVE. Jane Mary destaca que esse acordo foi feito, desde o início, quando o governador Max Mauro formalizou o convite para que assumisse a emissora.

> Foi a primeira coisa que fiz com ele. Quando ele me chamou para trabalhar, eu disse: "Olha, eu aceito, gosto do desafio. É muito difícil, o que senhor está me propondo, é algo quase impossível e, por isso mesmo, me atrai muito. Agora eu preciso fazer um pacto com você, um acordo com você. Eu te dou a eficiência e você me dá a autonomia plena, porque sei que dentro vai ter muito interesse político, vai contrariar muito interesse político. Eu vou te comunicar o que eu vou fazer, agora não vou aceitar nenhum ingerência política ali, porque comunicação e ingerência política viram um 'angu de caroço'".[43]

Jane Mary admite que teve a sua autoridade respeitada pelos dois governadores:

> Ali o meu critério é técnico. Eu nunca vou colocar ninguém por questões políticas, porque eu gostei, porque achei mais interessante, não. Os dois me respeitam muito profissionalmente. Eu não tive nenhum apadrinhamento político e nem sou filiada a partido político algum. Eu entrei no governo sozinha com o meu trabalho e a minha competência, o que me segurou lá foi só isso e mais nada. Eu não tenho nenhum partido que me defendeu lá. Nenhum partido pediu a minha entrada, nada. Não tenho, graças a Deus.

[42] A expressão se refere na linguagem popular a funcionário público que recebe a remuneração sem trabalhar. (N. A.)
[43] Expressão popular que significa sem solução. (N. A.)

> Não tenho ligação partidária alguma. Eu tenho eficiência porque eu precisava dessa imagem, que construí ao longo de dez anos na Gazeta. Max Mauro foi impecável nisso aí. Eu sei que ele sofreu milhões de pressões.

O governador Max Mauro se manteve firme em seu apoio, até mesmo quando tinha relação direta com sua família.

> Teve uma vez um episódio muito interessante. O irmão do governador saiu com o motorista da rádio e ele ficou ausente do trabalho um tempo para atender o irmão do governador e, quando eu me dei conta, eram nove dias que ele estava sem trabalhar. Quando me colocaram o problema, que tinha que demitir o rapaz, que ele tinha saído. Então, tem que demitir o irmão do governador também, que realmente interferiu e causou o problema, porque a pessoa é humilde e não questiona se o irmão do governador pede para fazer alguma coisa. Claro que ele sumiu e o irmão do governador também. Nessa época, ele trabalhava no DER. Ele sumiu o irmão dele. Max dava o exemplo. Hoje a gente não tem uma relação boa, não, mas trabalhar para ele foi muito prazeroso, porque a palavra dele, era a palavra dele. E aquilo ele ia até o final. A gente ia privatizar a Rádio Espírito Santo, só que na virada do governo não deu mais tempo para fazer, mas a rádio precisava ser privatizada. A gente tinhs planejamento para dar mais eficiência a ela. Não deu.

Jane Mary explica que o projeto de privatização da Rádio Espírito Santo não teve sustentação no governo Albuíno e por essa razão não prosseguiu.

> Não teve. Ele (Albuíno) acabou não fazendo isso, mas ele fez uma coisa boa para a rádio também. Ele (Max) tinha um compromisso com a palavra. Uma coisa muito boa é você trabalhar com quem combina uma coisa e vai até o final. Então, deu muito certo por causa desse compromisso dele. A confiança dele em mim era realmente irrestrita. Eu achei isso muito válido. E com o Albuíno também. Eu achei necessário no telejornalismo técnico. E por isso deu certo. A comunicação não pode sofrer essa interferência política. De lá para cá, eu não sei o que aconteceu.

Jane Mary assegura que os objetivos do Programa Povo na TV eram atender os anseios populares “porque é um canal de TV pública. Então, você tem que abrir para as comunidades participarem”. Para ela, foi a primeira vez no Estado que o povo realmente teve acesso ao microfone e acesso às autoridades: “era literalmente. Teve vez e voz o povo ali. Teve uma mobilização muito grande das comunidades”. Entretanto, os partidos de oposição descobriram o programa e tentavam usá-lo em causa própria. Para enfrentar essa situação, Jane Mary criou uma estratégia:

> Quando os partidos começaram a usar aquilo ali para fazer política, o PT na época. Eles começaram a formar um grupinho para ir ali fazer perguntas direcionadas pelas lideranças políticas. Quando a gente percebeu isso, a gente começou a ir de surpresa aos bairros. Então, isso também foi diluído. A gente acabou logo com esse problema, porque a gente percebeu logo que o PT estava infiltrado ali para tentar atrapalhar o programa.

O Povo na TV era um programa que estava sujeito a qualquer tipo de situação imprevista, por mais que se fizesse um planejamento prévio, porque era uma praça pública midiática. Ali ficava um microfone aberto e a pessoa tinha oportunidade de falar o que quisesse. Às vezes havia verdadeiros confrontos dos líderes dos bairros com as autoridades, com prefeitos e secretários. Jane Mary relembra esse processo e o seu enfrentamento às tentativas de uso partidário do programa:

> Então, naquela época, a militância do PT era muito entusiasmada. Ela ia para rua, ela lotava a praça. Planejadamente, ela fazia isso, ela colocava cem pessoas na praça. Então, ficava a coisa entre eles mesmos e as pessoas ficavam de fora. Então, ficava um processo político. Isso aí a gente acabou. Tinha que ser a comunidade, todo mundo, não só a liderança do PT. Então, a gente passou a ir de surpresa para evitar que a coisa ficasse um palanque do PT. Não era essa a nossa intenção. Era realmente dar acesso a quem não tinha canal de comunicação. Era uma voz mesmo daqueles que não tinha voz, nem vez. Esse foi o motivo do programa.

Jane Mary confirma que as comunidades que queriam obter melhorias na qualidade de vida no bairro como uma rua, ter água encanada que às vezes não chegava com muita freqüência, uma luz elétrica, obtiveram resultado. Enquanto as comunidades se preocupam com pequenas melhorias, o homem público planejava grandes projetos. Ela percebeu uma dificuldade em conciliar os interesses do povo e do homem público.

> Esses homens de governo, quando assumem, a tendência de todo ser humano é pensar no macro. Todo mundo quer fazer um grande projeto. Só que a população quer pequenas soluções para pequenos problemas. Então, uma ruazinha que tem um buraco, isso é muito grande para àquela comunidade. O técnico pensa no gasoduto, na ponte e não sei mais o que. Ele está no macro. Só que a vida da gente é feita no micro. Então, tem essa diferença aí, até as pessoas entenderem que discutir o problema de buraco de rua é tão importante quanto discutir essa coisa macro, porque as pessoas precisam de soluções para os problemas delas.

Para Jane Mary, o programa preencheu essa lacuna que a burocracia impedia: “Ele (Albuíno) só estava pensando nas coisas macros, não nas coisas pequenas”. Ela cita a relevância do programa para àquelas pessoas que tinham dificuldade de acesso às autoridades e queriam respostas.

> Essas lideranças, quando chegavam à TVE, já tinham percorrido, tentado chegar aos secretários, tentado chegar ao governador e aí nunca conseguiam. Às vezes, chegavam com cartas, com vários comprovantes que não conseguiam acesso para uma reunião, para serem ouvidos. Esse programa acabou facilitando esse encontro. É, nós abrimos as portas de todos os gabinetes na companhia do governador, que ele também queria, com o respaldo dele.

Jane Mary explica que tudo foi feito com o respaldo do governador Albuíno Azeredo, que enxergava no programa uma ferramenta de administração:

> O programa monitorava o espaço dele, monitorava o secretariado dele. Então, ele viu naquilo ali um grande auxiliar para ele. Teve sabedoria para ver nas críticas um trabalho auxiliar ao dele, porque ele não pode estar em todos os lugares. O programa fazia isso para ele. Colocava o verdadeiro retrato da cidade, como é que estava a população.

Jane Mary discorda de que o Programa Povo na TV tenha trazido desgaste político para o governador Albuíno Azeredo por causa das críticas. Pelo contrário, ela defende que o programa trouxe popularidade e aprovação popular pela transparência:

> Eu acho que a popularidade do Albuíno, enquanto ele estava mantendo essa política de comunicação, estava sempre muito alta, justamente por isso, pela transparência, pela coragem dele. Tudo que foi colocado ali, teve resposta. As pessoas querem respostas para os problemas. O que desgasta o político é o tal do “empurrar com a barriga[44]” ou esconder. E ele não se escondeu. O jornalismo dá credibilidade. O jornalismo é uma coisa muito interessante. Se é feito com responsabilidade, se são atendidas as reivindicações, como ele atendia, isso rendeu muita popularidade a ele. Foi muito bom para o Albuíno.

Esse programa trabalhava com a proposta de campanha, porque o Albuíno era um candidato diferente de tudo que o Espírito Santo tinha vivido até então. Ele estava

[44] Expressão popular que significa deixar para depois, enrolar. (N. A.)

vindo num processo de retorno democrático, depois de um longo período de ditadura. Era um candidato negro que veio de uma origem muito humilde, que conseguiu pela educação se tornar um homem de negócio, um técnico, um homem bem sucedido.

A proposta desse programa, voltado para atender as classes mais excluídas, desprivilegiadas, que encontraram ali um espaço de diálogo, de romper a burocracia dentro da proposta de Michel de Certeau (1994) na obra “Invenção do cotidiano”, que preconiza que o homem comum encontra brechas e estabelece estratégias de sobrevivência.

Para Jane Mary, a proposta do Programa Povo na TV se alinhava com a proposta de campanha e com a imagem que foi construída na campanha eleitoral, mas que não era só uma representação, mas que refletia o próprio Albuíno Azeredo, de irreverência e de ousadia. Ela considera que faltou sincronia entre as expectativas do povo, por pequenas obras, e o pensamento macro do governador Albuíno Azeredo.

> O Albuíno tinha os ‘pés’ no presente e os ‘olhinhos’ no futuro. Eu sempre achei isso. É uma pessoa que pensa muito grande, por isso que ele cresceu tanto. O menino pobre, que quebrava pedra. O pensamento dele era sempre macro. Na campanha foi mostrado um Albuíno humano, preocupado com os pequenos problemas da sociedade. No início, quando ele chegou, que ele só pensava no macro, houve um contra-senso aí. Era para ser uma coisa altamente popular, mas ele, porque tem uma inteligência privilegiada, é um cara que pensa muito grande. Albuíno pensava já, naquela época, que esse aeroporto era defasado. Essa questão do petróleo, que todo mundo fala hoje que foi coisa do Paulo Hartung, é resultado de muito estudo.

Para Jane Mary, ao contrário do que todo mundo acredita hoje, quem descobriu petróleo nas águas capixabas foi Albuíno Azeredo, com a realização de vários estudos que indicavam essa tendência.

> Ele (Albuíno) que fez todos os estudos com a Petrobras, quem pensou o Estado que está acontecendo hoje, foi feito lá atrás. As pessoas achavam que ele era louco. Petróleo, gasoduto no serrado, o corredor de exportação, as pessoas o achavam um visionário. Ele falava no petróleo que ia acontecer daqui a alguns anos. Isso tudo que está acontecendo agora, ele já falava sobre isso com intimidade fora do comum. Eu sou encantada com

> a cabeça dele. Ele tem uma mente incrível. Só que o Estado, às vezes, precisa de coisas pequenas.

Jane Mary se recorda de um outro episódio em que Albuíno enfrentou o movimento negro e foi contra a criação de uma pasta específica para esse segmento por considerar uma tendência sectária:

> Ele teve, logo no início do governo, um embate com os negros. Por que? Os negros queriam ocupar uma secretaria especial, lá do movimento. Ele sempre foi contra isso. Ele sempre achou que tinha que promover pelo talento. Ele nunca se sentiu discriminado por ser negro. Ele hoje seria contra as cotas, por exemplo, com certeza. Eu nem sei qual é a opinião dele, mas com certeza seria contra.

Jane Mary considera que ele foi mal interpretado pelo movimento negro que o acusou de racista.

> O movimento negro achou que ele era racista e fizeram um movimento contra ele. Eu também acho 'balela' [45]esse papo de que a mulher é discriminada, negro é discriminado. Quem é competente não é discriminado nunca. Gente que se esforça não é discriminada nunca. Agora tem gente que resmunga o tempo todo. Aí vê a discriminação. Agora se você não enxerga ela (sic) e quem é competente não tem tempo para ver. Você pode ver àqueles negros que reclamavam do Albuíno casados com louras. Um negócio complicado, uma contradição. Várias vezes eles vinham reclamar com as louras do lado. Olha que coisa engraçada! Por que isso? Por que o negro mesmo não dá oportunidade para sua raça própria, que é tão linda que é tão maravilhosa? Ficou rico a primeira providência é arranjar uma loura. Isso é uma coisa muito triste. Você pode se apaixonar porque quem puder, mas você vê que isso é uma seqüência, é meio hábito deles. O Albuíno tirou um pouco essa máscara. Não vai criar uma secretaria que vai privilegiar os negros. Eles não estão doentes. O atendimento é igual em todo mundo. O cego é igual em todo o mundo. A pessoa que está se vendo diferente, o problema é dela. O problema é de preconceito dela. Ela, sim, que tem que resolver e não achar que o mundo todo está sendo discriminado. Eu sempre o apoiei nisso aí. Eu acho que dar uma secretaria seria bobagem. O governo dele tinha pessoas negras, tinha mulheres. Não precisava criar uma secretaria da mulher.

Segundo Jane Mary, Albuíno Azeredo não agiu diferente por ser negro: "com ninguém, com nenhum grupo. Não privilegiou grupo. Gente é gente. Inteligência é inteligência. O critério dele sempre foi a inteligência. Eu acho isso muito inteligente".

[45] Expressão popular que significa engano. (N.A.)

Para Jane Mary, o Programa Povo na TV se alinhava com a visão de campanha, com o projeto pessoal do Albuíno. Ela conta como todo o projeto de campanha foi concebido por ela com base nas características pessoais do candidato Albuíno Azeredo. Jane Mary usou a emoção para alcançar a popularidade do candidato e foi bem-sucedida na empreitada com a vitória dele:

> Ele sempre foi muito popular. Quando eu entrei na campanha, Albuíno estava de terno e gravata. Estava igual a um bancário. Tinham quatro agências de Brasília para fazer o programa. O Max Mauro pediu que eu entrasse na campanha justamente para dar uma coisa de popularidade à campanha, porque estava muito elitista, tratando-o como empresário. Eu entrei na campanha com esse propósito porque eu sou popular. Eu gosto do povo, eu gosto de tudo que mexe com o povão, me atrai muito. A minha linguagem na televisão é sempre o mais simples possível, a mais popular possível. Eu acho que televisão é emoção em estado bruto. As pessoas querem primeiro se emocionar, depois elas até compram, até gostam e fazem qualquer coisa, mas primeiro é a emoção. E eu gosto de trabalhar essa emoção ao mais simples das pessoas porque acho que o coração da gente é muito simples, a alma humana é uma só. Agora depois fica criando a lógica, a pose, a classe A, B e C, mas tudo é gente. Tudo pensa igualzinho. A dor sobe em todo mundo do mesmo jeito. Então eu entrei na campanha para tirar àquela pose que as agências tinham colocado no Albuíno. Convidei a Bete (Elizabete Rodrigues) para fazer a parte de articulação política, que eu nunca gostei de fazer isso. Eu gosto de trabalhar ali com imagem mesmo, com gente na rua. Gosto disso. Gosto de pesquisa, mas gosto de comprovar a pesquisa. Eu vou para rua com meu cinegrafista. Eu gosto de comprovar o que a pesquisa está falando. Então, eu encontrei na história do Albuíno um ser belíssimo. Até, então, eles não tinham contado a história do Albuíno. Eu entrei ainda tinha uma semana de programa. Eles ainda não tinham contado a história dele. Quando eu fui saber da história dele, eu achei belíssima a história. Parei tudo e comecei na história. Parei o programa todo, tirei o terno e gravata dele. Botei-o com ele é mesmo na rua e pronto. E ali nós mudamos o programa todinho. Eu e Bete mudamos o programa inteiramente.

Para Jane Mary, não era uma questão apenas de construção de imagem uma vez que Albuíno Azeredo se alinhava com o povo realmente: “onde ele chegava as pessoas chegavam nele. Até hoje, se ele andasse na praia logo formava uma multidão, quando ele subia o morro. O sorriso dele é muito lindo, o abraço do Albuíno é muito especial”.

Jane Mary concorda que a imagem do governador Albuíno Azeredo acabou se desgastando muito no final do governo, pois ficou ligada às oligarquias, à manutenção de todo um esquema que o Max Mauro sempre combateu. Era como se as oligarquias do Espírito Santo estivessem governando através dele. Ele passou

uma imagem, ao final do governo de corrupção, de muito desvio de dinheiro público e ineficiência, que não era a imagem inicial.

Jane Mary não fazia mais parte do governo nesse período. Albuíno Azeredo já entrou no governo bem sucedido, tinha todo o reconhecimento, pois era um homem rico e bem sucedido profissionalmente, possuía consultorias espalhadas pelo mundo, era a maior da América Latina. Ele entrou no governo por uma questão de reconhecimento político, em busca do poder simbólico nos moldes preconizado por Pierre Bourdieu (2005) e saiu do governo com uma imagem desgastada e não conseguiu mais se reeleger para nenhum cargo público. Jane Mary faz uma análise dessa contradição e desse fenômeno da política:

> A política tem um caminho muito próprio. Ele era um neófito na política. Ele não tinha experiência nenhuma. Era um técnico e quando ele chega da iniciativa privada ele acha que o Estado vai corresponder ao sonho dele. Não anda na velocidade do sonho. A máquina do Estado é pesada demais. Ele chegou com muito sonho, porque na Enefer ele era um empresário brilhante. Era pensar e realizar. No Estado é pensar, lutar, lutar e lutar e quem sabe realizar. E contra a inveja das pessoas, que é uma máquina invejosa. As pessoas ficam ali, elas não andam nem para frente e nem para trás. E ai de quem andar. Recebe a crítica de todo mundo que não foi. É muito difícil. Ele entrou logo no Estado, quando era secretário de planejamento, já sentiu isso. Ele causou já um mal estar, ele veio do Rio. Ele logo botou umas idéias não bem aceitadas. Ele já sofreu muito. Depois que ele virou o candidato do governador, evidentemente, isso aplaca um pouquinho.

Jane Mary acredita que faltou malícia, esperteza política ao governador Albuíno Azeredo:

> Eu achei que foi a inexperiência política dele, que não basta ser inteligente, nem sempre é o melhor que vence, é o mais esperto. Então, eu acho que ele não teve esperteza política. Então, no final acaba refém de algumas forças. Acho que ele teve alguns problemas pessoais que também atrapalharam um pouquinho a trajetória dele e não tinha a esperteza do político, a manha do político, era um técnico tentando dar certo na política, como todo técnico acaba se dando mal. Ele não tem chance nenhuma de ganhar, mas vai acreditar na fantasia. Por aí, 'o que acontece?' As torcidas começam a falar. Quando você está em crise, você só quer ouvir elogios. Daí os 'puxa-sacos[46]' começam: 'você vai, você vai'....A pessoa vai e perde a noção.

[46] Na expressão popular se refere aos bajuladores dos poderosos e de quem está no poder. (N. A.)

Jane Mary defende que o projeto político de Albuíno Azeredo teria dado certo se ele tivesse se mantido aliado de Max Mauro, que tinha a esperteza política, que podia fazer o mesmo tipo de jogo e enfrentar as oligarquias de igual para igual, com a mesma força. Albuíno não teria que se submeter ao jogo deles que trouxe prejuízo a sua imagem:

> Max tinha uma experiência muito grande. Se os dois ficassem juntos teria sido um salto de qualidade nesse Estado, fantástico, porque um tinha a experiência política e o outro tinha a habilidade, era o visionário. O que o Max não tinha, ele tinha. Max tinha autoridade, austeridade. O governo dele foi de crise. Ele governou em crise, mas se saiu muito bem. Sem receber recursos externos, nada. Ele entregou o Estado saneado. Ele fez um grande governo. Divulgou mal, mas fez um grande governo. Max nunca investiu em publicidade. Se tivesse investido, ele teria saído com quase 100% de aprovação, quer dizer, um governo que fez realmente a diferença. Albuíno junto com ele teria dado um salto grande na política. Existem pessoas que acham aquilo diversão e trabalham para dividir as pessoas. Eu acho que é arte do entendimento. É difícil essa coisa do entendimento quando não existe afeto. O afeto faz as pessoas serem mais leais.

Para Jane Mary a inveja coletiva é o pior mal que pode existir. O empresário queria ter a visibilidade do político. Ele tem o dinheiro, mas não tem a visibilidade. O político quer o dinheiro que o empresário tem. Tudo é uma questão de um tem inveja do outro:

> Eles caminham um com inveja do outro, quando a pessoa vai para frente. O Lair Ribeiro fala muito bem. Estão todos enfileirados. Ai daquele que for para frente porque a inveja é coletiva. Ela tem um poder violento. Então, você reinar no meio daquilo ali é muito difícil. O político com muita experiência consegue. Agora o técnico não consegue.

Jane Mary defende que faltou vivência política, uma vez que Albuíno agiu como técnico ao administrar o Estado.

> Ele (Albuíno) fez os acordos errados, fez tecnicamente. Albuíno não formou o grupo dele. Hoje tem o grupo do Max, tem o grupo do Paulo Hartung e não tem o grupo do Albuíno. Ele não foi capaz de formar o grupo dele. Ele só pensou como técnico. Ele achou que não precisaria de um grupo e necessita. O que fez o Paulo Hartung se manter? É o grupo dele. Se não ninguém faz nada, não. Até hoje existe o grupo do Max. Ainda tem. São duas forças poderosas, mas o grupo de Max está lá ainda, que dá sustentação a ele. O grupo do Albuíno não existe. Ele contratou os melhores técnicos. Ele fez o que é tecnicamente correto.

O valor técnico e a decisão de forma técnica, na avaliação de Jane Mary, não são reconhecidos na política. Essa diferença provocou o seu isolamento político. Para Jane Mary o que faz a diferença na política é o afeto, que une, aproxima e evita que os inimigos provoquem a discórdia.

> Não é reconhecido, não tem valor algum. Na política é o feudo, o interesse. É difícil dar certo na política. O Albuíno era sem rancor, convivia com as diferenças muito bem. Ele não tinha aquela coisa de que falou mal dele, depois tem que retaliar, não. É a opinião deles. Acabou. Só que isso no sistema político nosso vira feudo. É contra ele lá dentro mesmo. Isso vai minando. Ele ficou isolado. Problemas pessoais, eu acho, interferiram muito no governo dele, mas ele tinha tudo para ser grande se não tivessem o separado de Max. Eu acredito que era a torcida, todos os desejos, todas as pessoas juntinhas harmonizadas, que os infelizes começam a se movimentar. Eles querem ver o atrito, as pessoas amam ver o conflito. Se as pessoas estiverem muito firme no afeto, essas relações não se seguram. Só o afeto é que segura uma relação. Quando não tem isso, não tem nem tempo de construir isso na política. Tudo muito rápido, rápidos nas alianças.

Jane Mary revelou que o candidato ao governo de Max, inicialmente, não era Albuíno:

> Pouca gente sabe. Já começou errado. Era José Ignácio. Ai José Ignácio não quis. Quando Albuíno viu que estava um vácuo ali, ele buscou a força, ele buscou o apoio dos prefeitos e os prefeitos impuseram o nome dele. Então, ele já foi de 'goela abaixo' [47]do Max. Eles já começaram mal. Os prefeitos pressionaram Max para botar o Albuíno. Como o Max não tinha saída, ele o colocou, mas não era o candidato dele, que acabou sendo um candidato de imposição. O José Ignácio avaliou mal e não queria ser o candidato oficial porque, o governo Max era um governo que não tinha propaganda. As pessoas não sabiam o que estava acontecendo naquele governo. Depois eles ficaram sabendo que era um governo sério. O José Ignácio saiu só e o Albuíno entrou nesse vácuo aí, entrou com força. Já havia um atrito entre eles, mas já tinha um mal-estar entre eles. Ai começam os 'puxa-sacos'[48], aí não agüentam quando sabem que existe um 'fiozinho' [49]de discórdia. É mais difícil querer conciliar. Mulher é mais fácil, volta atrás mais fácil. Os homens sofrem mais com rancor. Então, fica cada um resmungando.

Outra questão importante foi a falta de experiência política de Albuíno Azeredo para lidar com a Assembléia e por esse motivo acabou ficando submetido à Assembléia para evitar o *impeachment.* Jane Mary analisa o processo político na visão da

[47] Expressão popular que significa empurrado, forçado. (N. A.)
[48] Expressão popular que significa bajuladores. (N. A.)
[49] Expressão popular que significa pouquinho. (N. A.)

psicanálise: “O engraçado é que na política o passado não serve de lição. É o ego. O maior inimigo da política e de todo o ser humano é o ego, que quer comparar, quer ter razão, quer ser maior que todo mundo. O único inimigo é o ego”. Para Jane Mary, a história de Max e Albuíno se repete com o rompimento entre Sérgio Vidigal e Audifax, na Serra, visando à sucessão política municipal.

5.4 Valorização da estrutura da TVE

A jornalista e ex-apresentadora do Programa Povo na TV Cristina Abelha atuou no programa como apresentadora do início ao fim, tendo também ocupado durante o governo Albuíno Azeredo o cargo de diretora de jornalismo da TVE. Ela se tornou a imagem do Povo na TV pela sua trajetória no programa. Cristina Abelha conta como entrou no programa:

> Eu fui convidada quando eu estava acabando de me formar para ancorar o programa que estava sendo gestado. Fui contratada pela TVE e fui preparada para isso porque eu nunca tinha feito televisão. Eu estava saindo da faculdade. Nós tínhamos uma grande estrutura voltada para esse programa, que era tido como a “menina dos olhos[50]” daquela gestão. Era um programa, que me lembro, começou com duas horas, era ao vivo, era uma coisa muito audaciosa.

Cristina Abelha confessa que não tinha dimensão do significado político do Programa Povo na TV, porque estava iniciando sua carreira no jornalismo. Ela tomou conhecimento, pelo programa, do significado do jornalismo de prestação de serviço:

> Eu, naquela época, não tinha a dimensão política do significado daquilo, daquela ação, daquele programa. O que eu posso te dizer é que foi uma coisa fantástica. A minha formação jornalística se fez em dois momentos. Eu comecei na TVE e no jornal A Gazeta ao mesmo tempo. Eu aprendi na TVE o sentido e a importância da prestação de serviço. O Jornalismo como prestador de serviço. Isso foi uma coisa que ficou muito arraigada em mim. Uma prestação de serviço com resultado.

Cristina Abelha defende que o Povo na TV tinha uma audiência fiel, apesar da TVE ter fama de ter baixa audiência.

[50] Na expressão popular significa o favorito (a). (N.A.)

> Nós tínhamos resultados. Quando você perguntou à Bete qual era a nossa audiência, nós éramos pouco mais que um traço, mas nós tínhamos um público. Nós criamos um público porque nós íamos lá. O nome era perfeito. Nós colocávamos o povo dentro da televisão. Ele era o grande ator. Então, para minha formação isso foi coisa fantástica. Eu tive um mês de preparação. Nós fomos ao ar numa clara demonstração de prestígio. O primeiro entrevistado foi o governador (Albuíno Azeredo), já mostrando a *performance* [51]de ir ao vivo. Era extremamente audacioso, porque como te disse, éramos traço - chamada TV Deus. Todo mundo sabe que existe, mas ninguém nunca viu. E, nós abrimos para pergunta, para a interatividade.

Uma das grandes coisas que Cristina Abelha gostava no programa é que era audacioso. “Havia uma coisa meio.. não é pretensiosa porque é pejorativa, mas havia quase uma ingenuidade daquela equipe toda, no início, de que nós teríamos o retorno. Havia uma certa ingenuidade, uma euforia ingênua ali”.

Cristina Abelha exalta a política de comunicação que servia de âncora ao programa, que garantia uma remuneração melhor à equipe do programa e tinha melhores condições de trabalho que nos governos anteriores. A comunicação pública pela primeira vez foi realmente valorizada:

> O que aconteceu por trás daquilo, o que você ouviu da Bete (Rodrigues) que existia toda uma política de comunicação que fez aquilo ali dá certo, um desejo de fazer. Quando você perguntou se ela (Bete) tinha respaldo, qual a minha percepção? Tinha um respaldo muito forte porque àquelas pessoas todas ali eram contratadas pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida, o que significou dizer, nós tínhamos salários melhores. Nós estávamos colocados ali para realmente fazer. Eles queriam uma equipe capaz, completamente. Utilizaram pessoas levadas para aquilo em especial. A equipe foi montada com esse objetivo. Não havia praticamente ninguém dos salários, digamos assim baixos, que eram da TVE (funcionários efetivos). A TV foi praticamente refeita. Nós éramos 253 funcionários que foram contratos da FCAA lá dentro. É claro que desses 253 havia pessoas que foram levadas para Secom, mas eu nunca me esqueci do dia em que nós fomos todos demitidos, eram 253 pessoas da FCAA, dentre toda a equipe do Povo na TV. E a equipe era enorme. Tinha diretor de imagem, diretor do programa. Tinha uma equipe de produção enorme. Tínhamos os repórteres e outra coisa: o perfil das pessoas que foram levadas para lá.

Cristina Abelha confirmou que não havia nenhuma pressão sobre a equipe do programa. Todo tipo de pressão ficava nos níveis superiores e não era repassada para não afetar o desenvolvimento do programa:

[51] Atuação, desempenho, de acordo com o Dicionário Michaelis (2003).

> Como a Bete [Rodrigues] falou, nós não sentíamos pressão mesmo, não. Se havia pressão era em cima dela porque lá nada chegava. Ela foi realmente verdadeiro 'colchão'[52], porque lá não tinha. Eu participava da produção, da geração daquelas pautas e tudo mais. Nós decidíamos. Era tudo muito livre. Não é uma visão 'Alice, [53]ah não tinha censura e tinha. Não, não tínhamos. Você vê pessoas com o perfil de Cauby, Geruza Conti. Imagina? Você diria "porras loucas[54]". Eram pessoas livres. Se aquele perfil foi escolhido é porque se desejava a maior criatividade e autonomia possíveis. Então, essa é a grande prova. E, outra coisa nós tínhamos tanto prestígio que havia uma determinação da Secom que a qualquer chamado da TV Educativa os secretários todos tinham que ir e eles iam. E não era pelos nossos 'belos olhos"[55], era politicagem.

Cristina Abelha ressalta a importância do apoio irrestrito do governador Albuíno Azeredo que conferia poder simbólico (BOURDIEU, 2000) ao Povo na TV, o que garantia prestígio e a presença das autoridades públicas no programa quando convidadas a participarem.

> Por determinação da Secom e do próprio governador. Eles não faltavam. Secretários de Estado iam lá 'apanhar'[56]. Eles "apanhavam", você sabe disso. Então, o que acontecia? Claro, a maioria das 'surras'[57] era dos secretários municipais, sim, porque havia uma produção quinze dias antes. A produção ia ao local, levantava os problemas. Eu me lembro. Nós escolhíamos os 3 maiores problemas porque na nossa bancada cabiam 5 pessoas. Então, eram 3 secretários e 2 apresentadores. E não havia 'refresco[58]'. Agora você vai dizer, então, não era com os secretários de Estado? Mas, espera, aí...você está esquecendo a 'teia'[59] política que o governador tem que formar com a base, a interdependência. Eu, como apresentadora e uma pessoa que 'forçava a barra' com todos eles, dava 'porrada' [60]no sentido elegante, mas 'queimávamos' [61]ali, "mas secretários?". Quando vinha para mim, o Cauby abria o microfone e o povo falava mal mesmo e aí vinha para mim. O que podia acontecer? O estúdio é um cenário mais frio. Ele poderia resvalar. "Secretário, não foi isso que o Seu João perguntou, de lá? Eu vou voltar. E, aí Cauby?

Cristina Abelha confessou que não facilitava para as autoridades e cobrava providências. A sua pressão era, especialmente, para estabelecer um compromisso pelas autoridades de realizar as obras solicitadas no programa. Ela conta como procedia:

---

[52] Expressão que significa servir como amortecedor das pressões. (N. A.)
[53] Refere-se a personagem do livro "Alice no país das maravilhas" de Lewis Carroll.
[54] Expressão popular que significa irreverentes. (N. A.)
[55] Expressão popular que se refere aos motivos que seriam outros e não àquele aparente. (N. A)
[56] Expressão popular que significa receber críticas. (N. A.)
[57] Expressão popular que significa receber críticas. (N. A.)
[58] Expressão popular que significa dar trégua. (N. A.)
[59] Expressão popular que se refere aos contatos políticos, aliados. (N. A.)
[60] Expressão popular que significa receber críticas. (N. A.)
[61] Expressão popular que significa fazer pressão. (N. A.)

> Então, “vamos lá secretário? O senhor prometeu, mas para quando? Nós queremos data”. Eu me lembro que nossa perseguição lá era por data: quando? Vai fazer? Ou não pode fazer? Por que não? E aí eu procurava fechar muito lá. Era a coisa mais rica. Eram 40/50 minutos de bairro e 1 hora 10 minutos de estúdio, entrevistas e aquelas coisas. Então, a gente não tinha censura. Nunca houve alguém que chegasse e falasse “lá de cima mandaram dizer. Alivia a barra”. Nada. Nunca houve.

Cristina Abelha disse que a liberdade no programa era tão grande que havia também discordância interna e cita um exemplo de uma situação que vivenciou envolvendo a jornalista Celeste Franceschi:

> E, outra coisa, o que mostra mais isso é que nós tínhamos brigas internas. Por exemplo, eu nunca me esqueço, que eu não sei quem era... uma prefeita ou uma secretária lá de Viana, uma pessoa ‘briguenta’ [62]de lá, que ia faltar o programa porque ela tinha viajado. Ela mandou uma explicação para mim. E, na época acho que era a Celeste Franceschi. Então, a Celeste preparou um editorial para eu dar uma “pancada” na tal secretária. Era uma secretária ‘cabelinho nas ventas’[63], eu me lembro. A Celeste determinou que aquela mulher ia levar uma ‘porrada’. Eu disse “não vai porque eu tenho uma carta dela aqui e eu vou ler isso”. Nós tivemos uma briga. E, aí o que ela fez? Ela deu para o Elias ler aquilo porque ele aceitava. Ele leu quando veio para mim eu disse: “pois é, mas eu tenho aqui uma carta da secretária na qual ela disse... isso, isso, isso e isso”, mas foi àquela guerra. Então, nós tínhamos nossas brigas internas e tudo muito transparente.

Cristina Abelha garante que nunca sofreu qualquer interferência no período todo do programa:

> E não houve, pois eu fiquei três anos, de 1991 a 1994, eu abri o programa, o tempo todo que ele existiu, por três anos, nunca me foi pedida coisa alguma. Entrevista ‘fulaninho’[64]. Então, o programa que teve muito prestígio, porque ele tinha um lastro político, e isso vinha de cima. Não há nada que se sustente, se não tem um lastro político forte. Esse foi o momento de muita força para a TV Educativa. Nós tínhamos lá, se não me engano, 14 horas de programação local e o carro- chefe era o Povo na TV.

Cristina Abelha concorda que o Programa Povo na TV funcionou como uma praça pública midiática onde o diálogo era aberto. Habermas apud Wilson Gomes (1998) preconiza que espaço público ideal não teria ocorrido na Grécia, mas nos cafés franceses na transição da Idade Média para Moderna, quando surge a burguesia que queria alcançar o poder. Ali ela alcançava o mesmo nível da aristocracia pelo

[62] Expressão popular que se refere a quem arranja confusão. (N. A.)
[63] Expressão popular que se refere a quem arranja confusão, cria dificuldade. (N.A.)
[64] Expressão popular que significa alguém. (N. A.)

diálogo, uma classe social ainda excluída que se igualava pelo argumento, pela retórica. De acordo com Cristina Abelha, ali no Povo da TV o excluído conseguia alcançar as autoridades, transpor a burocracia e estabelecer um diálogo aberto, exercendo a retórica. Ela esclarece, em detalhes, como se dava esse processo de comunicação pelo programa:

> Ele não só alcançava àquela autoridade, veja bem, ele se igualava, porque ali ele falava do bairro. Houve até o momento em que nós discutíamos "por que a autoridade no ar refrigerado no estúdio e a população fica lá no bairro?". O programa só terminava ao meio-dia. E até nós levamos um período o programa nos próprios bairros. Eu me lembro que colocava uma mesinha de bar. Uma vez me levaram para Vila Rubim, um fedor de peixe, o sol rachando, o *pancake* [65] escorrendo, Zé Maria enlouquecido e o cheiro de peixe. Ali foi ao contrário, muito além, o povo estava igual, chegou no mesmo nível. Muito interessante que, no momento que nós fomos aos bairros e a distância era muito pequena de onde ficava o microonda, a unidade móvel, e onde ficavam as cadeirinhas, que a sedução da câmera era tanta que a população não olhava para a gente, não. Ela olhava pela câmera mesmo, pelo telão que a gente colocava uma televisão, olhando mesmo e eles não transpunham aquele espaço, mas eles tinham tanta noção que àquele espaço era deles que eles ali eram tão iguais àquela autoridade, que estava ali, que ninguém segurava a fala ao vivo. Então, acho que a gente ia muito além, porque houve até essa ousadia de ir aos bairros com mosquitos, fedor de peixe, cocô de galinha. Eu me lembro, eu fui a Marcílio de Noronha, eu fui a todos os bairros dessa cidade. Era o povo no poder. É verdade. Então, o que acontecia ali. Nós tínhamos mais uma arma.

Outro fator importante do programa que Cristina Abelha exaltou, era o acompanhamento para verificar se as promessas foram cumpridas pelas autoridades. Esse tipo de ação garantia credibilidade junto aos participantes.

> Além de nós fazermos aquele programa, nós ficávamos um espaço de 1 mês/ 40 dias, que era o tempo que nós marcávamos e fazíamos a visita ao local. Tinha prometido reformar a escola, tinha prometido consertar uma rua, tinha prometido que o posto de saúde ia reabrir, estávamos nós lá cobrando. E, o que é mais interessante, estavam lá os secretários. Eles iam e se não estivesse pronto, ele estava lá, às vezes, gaguejando, às vezes, dizendo por que não estava pronto. Então, nós tínhamos um sistema de cobrança. Era muito eficiente. E, não vou te dizer que nós conseguíamos tudo, não tem 'Alice' [66] aqui, mas nós tivemos muitas conquistas.

[65] Nome de maquiagem (base mais forte) incorporado do inglês. (N. A.)
[66] Essa expressão se refere à sonhadora personagem de Lewis Carroll. (N. A.)

Para Cristina Abelha o aspecto mais preponderante do programa foi formar cidadania no modelo de intelectual orgânico criado por Gramsci apud Rodrigues (2005):

> Mas, a maior delas não foi nenhuma obra concreta. A maior delas foi fazer com que a população ocupasse aquele espaço. Então, a maior delas foi formar cidadania. Foi feito ali. Eu aprendi essa paixão que eu tenho por ocupação dos espaços da mídia com serviço, ela vem disso. Eu nasci um pouco, foi a minha formação. Foi a minha grande formação.

Para Cristina Abelha, o jornalista que atuou no programa, naquele momento, exerceu o papel de intelectual orgânico preconizado por Gramsci apud Rodrigues (Idem), ele dava voz, ele transformava. Essa característica é intrínseca à função do jornalista, à gêneses da profissão.

> Eu acho que está na gêneses do jornalista. Isso a Bete (Rodrigues) disse bem. O jornalista é esse. O papel dele é transformador. Não há como. Até porque, mesmo quando ele não quer exercer o papel transformador, o próprio veículo que ele trabalha transforma. Não há como você ter acesso a uma informação sem que isso processe algum tipo de transformação, sem que isso te faça refletir. É como você ir à escola e achar que aquilo ali não é transformador. A mídia, o jornalismo, qualquer mídia, o papel dela, ela exerce esse papel. Não há como não ser. Não há como não fazer. Eu tive um professor que dizia que o melhor do jornalismo vai para a lixeira das redações, que é censurado, mas veja como nós jornalistas, nós enquanto estamos nas redações, como nós somos chamados, que ferramenta que nós somos. Qualquer coisa... você vê o que o povo grita “vou chamar a imprensa”. Eu vou chamar A Gazeta. O que significa isso, não é? Nós somos uma ferramenta, sim, ferramenta de transformação, por mais que você diga que a miséria, os grandes desastres são banalizados na imprensa. Mas nós somos um grande canal. E, que a transformação desembarca, em algum lugar, o veículo que traz, certamente, é a mídia. Você perguntou se eu acho que o Povo na TV era uma praça pública midiática? Era arena. Ele foi uma grande arena, porque ali se travava um grande embate, ali não havia rede de proteção. A autoridade era questionada o tempo todo. Era interessante. Aí é que eu volto a dizer da força política do programa. Havia uma decisão política, que aquilo se daria daquela forma, de uma forma livre, talvez a mente enlouquecida de uma Bete Rodrigues, que é uma apaixonada pelo jornalismo.

Muitas vezes o Programa Povo na TV era realizado na Praça Costa Pereira no Centro de Vitória. Cristina Abelha se recorda dos embates que ocorriam, no que ela denomina de arena, e como as pessoas expressavam seus sentimentos nesses encontros midiáticos:

> Era uma grande cena porque havia um grande embate. Não era praça. Não, era arena porque ali as pessoas exprimiam suas dores. Imagina, quando a gente estava em Marcílio de Noronha. Imagina aquilo ali era um lamaçal enlouquecido, esgoto desaguava lá, a Dona Maria que falava, mas falava com a alma, falava com as dores dela. Aonde você tinha isso?

Esse encontro era um momento histórico para àquelas pessoas. Segundo Cristina Abelha, eles eram donos daquele espaço.

> Eles eram a própria televisão. Uma coisa que eles viam só da Regina Duarte[67], namoradinha do Brasil, se sentiram eles (sic) grandes atores. Eu acho que era uma grande arena mesmo. Interessante que quem ali era 'jogado aos leões' [68] não era o povo, não, era o poder. O poder estava jogado aos leões ali. Houve uma inversão de papéis. Era o povo no poder mesmo. Se você tiver acesso, se é que existe algum arquivo, você vai ver que aos leões estavam os secretários, que fosse o prefeito e que fosse o governador. Eu nunca ouvi falar que Albuíno questionasse aquilo lá. Pelo contrário, nos bastidores a gente sabia que ele ria que se divertia que achava ótimo. Era isso que a gente ouvia falar, lá. Por isso a gente tinha tanta liberdade. Nós tínhamos liberdade, a palavra liberdade foi exercitada ali de forma ampla, do primeiro ao último dia que fiquei.

Para Cristina Abelha, o programa não acabou por causa das críticas aos aliados do governo, por censura, mas devido ao encerramento do convênio com a Fundação Ceciliano Abel de Almeida.

> Acabou o programa porque fomos todos demitidos. O convênio era questionado na mídia todos os dias. O governo 'apanhava' porque mantinha àquele convênio que já tinha expirado, que expirou em 2 anos porque havia promessa de ficar dois anos e fazer concurso. No final, ele durou 3 anos. Por um ano, a Secom apanhava, claro que o próprio Albuíno.

O programa trouxe prestígio para os apresentadores e jornalistas participantes que eram reconhecidos pelos telespectadores. O Programa conferiu um poder simbólico ao jornalista (BOURDIEU, 2005). Ela recorda alguns momentos:

> Então, eu acho que foi um grande momento. Era reconhecida na rua quando saia pelas pessoas mais humildes. Um dia eu fui à prefeitura de

[67] Atriz popular da TV Globo. (N. A.)
[68] Expressão popular que significa sendo pressionado como nas arenas. (N. A.)

> Vitória para ver um alvará de alguma coisa, que nem sei o que era, mas fui fazer alguma coisa. Aí eu tinha acabado de sair do programa. Nesse dia não estava com roupa de boutique, não. Estava com um blazer meu e fui direto. Eu me lembro que entrei na Prefeitura, aí uma mulher ficou parada me olhando assim. Aí ela foi se aproximando, mas nem tão próximo assim, não. Ela foi chegando e disse: "Você é a Cristina Abelha"? Falei: "Sou". Ela disse: "Eu te vi agora com essa roupa". Ela fez assim: "Você existe". Juro. Ela botou um dedo. Entendeu? As pessoas pediam autógrafos. Pergunte à Ruth Reis [69]que presenciou uma história dessas. Eu fui a alguma coisa lá Ufes. Aí tinham aqueles alunos de jornalismo. Eu me lembro que ela ficou uma fúria. Ela olhou assim...a namoradinha do filho dela estudava jornalismo. "Você me dá um autógrafo?" Eu falei: "minha filha, jornalista não dá autógrafo. Não faça isto comigo!" A Ruth começou a debochar. Eu acabei dando autógrafo para menina. Então, eu acho que era mágico, mas ao mesmo tempo era real. Então, eu acho que foi assim uma fantasia, uma coisa mágica, verdadeira, real.

Cristina Abelha revela que se emocionou diversas vezes no programa com as situações vividas pelos participantes dos bairros carentes com seus dramas familiares e suas lutas.

> Olha ali eram muitos momentos. Não dá para você falar em um momento. Eu realmente chorei uma vez, mas era um momento meu, uma coisa pessoal. Colocaram uma música que me lembrava muito o meu pai. E, aí eu fiquei muito emocionada, mas aí era uma emoção pessoal. A minha emoção profissional, ela era quase diária, porque aquilo que eu te falei, era quase uma magia, uma coisa que estava acontecendo de fato, mas do que emoção que me deixava, às vezes, muito arrepiada, era de ver mulheres e homens da periferia. Eram mais as mulheres, quando elas se inflamavam e pegavam as crianças e falavam: "olha aqui meu filho está doente porque tem um esgoto na frente da minha casa, é lá que meu filho brinca. O Senhor já viu essa escola daqui? O Senhor colocaria o seu filho aqui nessa escola?" E voltava para mim. Ele começava a responder outra coisa. Eu dizia: "Secretário, gostaríamos que o Senhor respondesse. Essa é a pergunta da Dona Fulana". As pessoas tinham problemas muito reais, verdadeiros e que eram problemas de fato. Isso eu vivia os 40 a 50 minutos do bairro. Era quase um transe para mim. Era uma coisa maravilhosa.

Naquele momento, Cristina Abelha considera que foi o auge da trajetória da TVE pela valorização do profissional e das condições técnicas.

> Assim porque éramos todos contratados não com os salários da própria TV Educativa, que nem tinha direito a funcionários. Ali é que se deu início a um grande sistema de comunicação. Então, você podia contratar bons profissionais.

[69] Jornalista e professora do curso de Comunicação da Ufes. (N. A.)

Cristina Abelha desconhece a autoria do programa, mas supõe que tenha sido a ex-diretora da TVE-ES, Jane Mary de Abreu, quem a convidou para compor a equipe do Povo na TV.

> Eu fui chamada pela Jane Mary. Ela me perguntou se eu 'toparia[70]' ancorar o programa que estava sendo gestado chamado de Povo na TV. Eu me lembro que quando eu fui para lá fiquei um mês em treinamento. O que ouvi é que era (idéia) de Jane Mary. Eu soube que existiu esse programa pilotado pela Celeste Franceschi também chamado Povo na TV, que ela apresentava no auditório de algum lugar. Disse que ela levava até vaca e bezerro. Mas era tudo no estúdio. Nessa época não existia recurso para interação porque não tinha microondas.

Cristina Abelha destaca a importância da interação com os telespectadores que faziam perguntas que eram respondidas ao vivo pelas autoridades presentes no programa: "Agora o legal foi a coragem. Por que apesar das pessoas dizerem que a gente era "TV Deus", de abrir para as pessoas, eu dava um número de telefone para as pessoas fazerem perguntas e 'chovia[71]' perguntas. Era muito interessante".

Ela revela que quando não havia sinal no bairro o programa era transmitido da praça mesmo. Em todos os momentos do programa ela nunca foi censurada:

> Quando a gente tinha problema técnico, a gente fazia programa nas praças. Fazia muito programa. Até a gente ter estrutura mesmo para poder ir nos bairros, a gente fazia (o programa) direto da Costa Pereira. E as pessoas passavam, paravam. Eu teria sido orientada a não fazer determinadas perguntas, eu nunca fui orientada a isso.

Cristina Abelha esclarece que ficava livre para questionar e estabelecer o diálogo aberto entre as autoridades e os moradores do bairro. Ela garante que não praticava autocensura.

> O cara [Sic] não respondia e eu falava: "secretário, o senhor não respondeu". Tinha um cara da Cesan, que sempre ia lá, porque faltava água em tudo quanto é canto. Ele 'apanhava' tanto. Aramiz Bussolar, presidente da Cesan. Ele 'apanhava' direto da gente lá. Olha, esse é meu testemunho. Jamais me pediram para dizer isso ou dizer aquilo. Ceturb também, Helvécio Uliana ia sempre. Esse povo 'apanhava' da gente. Não havia

[70] Expressão de uso popular que significa aceitar. (N. A.)
[71] Expressão popular que significa grande quantidade. (N. A.)

> censura e nem autocensura da minha parte, que acho que é a pior das censuras quando você já se boicota.

Cristina esclarece que não houve censura em nenhum nível porque se houvesse ela teria tomado conhecimento. “Aí fica uma questão complicada porque a pessoa que ia para o ar era eu. Então, a primeira pessoa a ser disciplinada teria que ter sido eu”. A única vez em que tomou conhecimento de censura no programa foi em um episódio envolvendo o apresentador Cláudio Figueiredo, conhecido como Cauby. Entretanto, a censura partiu da Assembléia Legislativa. Nunca houve censura proveniente do governador Albuíno Azeredo.

> Acho que o povo ali se fez presente. Acho que foi um momento maravilhoso. E povo, o povo também foi domado, censurado? Absolutamente, o Cauby com aquela irreverência. A própria irreverência do repórter que ia para rua. Se bem que Cauby foi censurado, sim, uma vez. E, me parece que o tiraram do ar porque ele fez uma crítica a alguém. Então, Cauby, sim, teve uma censura. Ele ‘desceu o cacete[72]’ em alguém. Agora não estou me lembrando.

Para Cristina Abelha, o Programa Povo na TV inspirou outros programas de jornalismo comunitário com prestação de serviço à população, foi precursor de uma tendência irreversível do jornalismo capixaba.

> Logo no final do Povo na TV, a TV Gazeta colocou no ar A “Gazeta Comunidades”. Claro que no formato possível, aos sábados, tudo gravado. Era uma coisa fria, claro. Ao vivo é que é coisa quente, mas tem como você ter algo gravado, editado e dizer que é uma coisa quente. Mas ele (Povo na TV) inventou um modelo que todos tentaram ou fizeram alguma coisa relativa a ouvir as camadas sociais mais baixas, de alguma forma tiraram algum pedacinho desse modelo.

A experiência de atuar no programa serviu de escola para Cristina Abelha desenvolver habilidades em várias funções do jornalismo.

> Eu acho que foi isso, com relação à importância disso na minha vida. No Povo na TV, eu aprendi absolutamente tudo que eu sei de televisão. Então, eu participava da produção de pauta, eu fui apresentadora, eu escrevia as minhas aberturas, eu escrevia quando a nossa maravilhosa Magda

[72] Expressão popular que significa criticar alguém ou alguma coisa. (N. A.)

> Sperandio[73], que raramente faltava, mas quando faltava, nós éramos 'pau para toda obra'[74]. Então, eu fiz vários papéis em vários momentos. Foi uma escola, mas isso é a TVE. Isso não é o Povo na TV, é a TVE. Todos nós dizemos que a grande escola da gente é a TVE. O que eu sei de televisão começou tudo ali. Um momento único, um momento maravilhoso, de identificação maior. Eles me chamavam de 'patricinha[75]' porque eu vestia muita seda e muito linho, mas eu me sentia muitas vezes a porta-voz. Então, era de uma importância que a pergunta da Dona Maria fosse respondida. Eu levava tudo tão a sério e aquilo tinha que ser respondido mesmo. Então, foi uma coisa de representar mesmo o desejo da população.

5.5 A única censura direta feita ao Programa Povo na TV

O jornalista e ex-apresentador do Programa Povo na TV, Cláudio Figueiredo, conhecido como Cauby, sofreu junto com seu colega de apresentação, jornalista Guilherme Klaws, a única experiência de censura praticada contra o programa. Dessa época, ele se recorda da grande estrutura montada para o programa, que garantia que tudo desse certo ao vivo:

> O Programa utilizava uma equipe muito grande. Tinham as meninas da produção, da pauta. Primeiro se definia quem fazia pauta, produção, quem cuidava da montagem do programa, da edição e do espelho. Então, tinha tudo aquilo e já sabia de manhã cedo como seria o programa do dia. Já tinha o espelho, como falávamos, do que ia acontecer. Tinha um planejamento muito bom o programa. Tudo era pensado com certa antecedência.

Segundo Cláudio Figueiredo, o objetivo do programa era justamente levar voz do povo até às autoridades, de fazer essa ponte entre o povo e a autoridade, de forma online, ao vivo.

> "Enquanto você estava assistindo, a coisa realmente estava acontecendo, o que era uma novidade na época 1991-1992. A TV Educativa foi a primeira emissora (do Estado) a ter uma unidade (ao vivo) de externa. Isso dava uma mobilidade muito grande ao programa. Eu me lembro que essa

[73] Jornalista que atuou como redatora e pauteira do Programa Povo na TV. (N. A.)
[74] Expressão popular que significa que fazia o que era preciso e exercia qualquer função que fosse necessária ao programa. (N. A.)
[75] Expressão popular para designar mulheres que são comportadas e se vestem de forma elegante, de acordo com a tendência da moda. (N. A.)

> experiência de sair do estúdio já era, por si só, uma coisa sedutora para quem estava trabalhando, que estava fazendo. A gente, no caso, que estava apresentando tinha toda uma equipe atrás que ia ao bairro um dia antes, procurava um sinal para fazer (transmissão) ao vivo, subia em pé de manga, em árvore, o 'diabo a quatro'[76]. Eles faziam de tudo, mas sempre conseguiam achar um sinal e transmitir ao vivo daquele bairro, um ponto daquele bairro que seria mostrado em foco no programa. E a gente, a nossa equipe de produção, realmente trabalhava direitinho. Eu me lembro que as pessoas iam à comunidade para fazer a produção in loco. A Celeste Franceschi, toda espevitada, sempre ia ao bairro para fazer a produção no ar. Isso melhorava muito a qualidade porque a gente ia fazer matéria sobre o bairro, não perdia tempo, já ia mostrando exatamente aquilo que a comunidade queria que fosse mostrado e enfocado, os itens.

Antes do programa ser realizado, havia todo um trabalho de divulgação que garantia a participação popular e o sucesso do programa:

> Um dia antes, tinha até peruinha que avisava que o programa ia estar lá, em alguns casos de Associações de Moradores que tinham esse serviço. Isso era divulgado até por peruinha... "Olha, amanhã o Povo na TV estará no bairro". Igual a circo. A Associação convidava, colocava uma peruinha avisando, mobilizando o povo. A Associação de Moradores era bem organizada. Envolvia Associação, movimento popular. Era com muito critério sobre o que ia ser falado e a gente dizia quem seriam as autoridades que estariam no estúdio para responder as perguntas.

Cláudio Figueiredo volta no tempo e recorda como acontecia o programa. Ele ficava fascinado com a atração exercida no povo pela câmera.

> Eu lembro que a gente ficava numa praça, num ponto de acesso público e as pessoas - toda mundo muito curioso. A televisão tem um poder mágico. A pessoa vê uma câmera e aquilo já se torna um fato. Então, as pessoas se reuniam em torno da nossa unidade lá e aí a produção local, porque tinha produção local, que acompanhava o repórter que ia já separando: você quer falar de que? De segurança? Pegava o nome da pessoa, qual a pergunta, porque dependendo da pergunta, a gente também não é tão livre, porque se fosse uma pergunta ridícula ou de baixo calão, alguma coisa que possa criar um.. (constrangimento), porque o programa era ao vivo. Pode deixar que vou perguntar sobre saúde e chegava lá (na frente da câmera) falava..."Seu Prefeito, seu f....". Como você podia impedir o cara se o programa era ao vivo? Aconteceram algumas vezes (...) para minimizar isso, a gente já selecionava quem tinha o tempo. A previsão era de uma hora, uma hora e meia de programa. Começou tendo uma hora e depois ampliou para uma hora e meia, porque a coisa foi dando certo, o programa foi evoluindo, chegou a ter uma hora e meia de duração o programa, uma fase lá, na última fase do programa. Aí a gente fazia reportagens, a gente fazia produção, a gente apresentava.

[76] Expressão popular que significa fazer o que era necessário. (N. A.)

Para Cláudio Figueiredo, o Programa Povo na TV serviu de um grande aprendizado na sua carreira, uma vez que desenvolveu habilidades que hoje são exigidas no exercício profissional do jornalista.

> Então, para você que está trabalhando com jornalismo era um aprendizado muito grande. Assim como hoje, as empresas modernas trabalham assim. O repórter, ele mesmo cuida de editar a matéria que faz, o que é o certo, porque quando você faz um texto, você já faz pensando em determinada imagem. Enfim, aí eu acho que a gente conquistou naquela época o interesse da população, que era o único canal de televisão que fazia esses ao vivo longos de uma hora e meia e que mexiam com a comunidade.

Cláudio Figueiredo exalta o diferencial das reportagens veiculadas no programa que fugiam dos modelos tradicionais e tinham um apelo emocional, que mexiam com a sensibilidade dos telespectadores, antecipando uma tendência do jornalismo opinativo. Cada apresentador tinha um estilo próprio, uma identidade peculiar dentro do programa.

> E, às vezes tinha um lado engraçado, porque a gente também fazia matérias bem diferentes desse formato tradicional de *Off/*passagem e entrevista. Eram matérias.... Eu me lembro que a Magda Carvalho fazia matérias que a gente chorava, com poesia, com imagens de *slow*[77] falando do sofrimento do povo, pegando no emocional mesmo. “Àquela pessoa calejada”... Sabe àquelas matérias especiais do Fantástico? “Calejada, a pessoa ainda sobe o morro carregando latinha de água”. A pessoa chorava. Geruza Conti com umas matérias mais ácidas. Ela chamava: ”os responsáveis, ou melhor, os irresponsáveis”. A Geruza era bem ‘dedo na ferida’[78]. E eu fazia o personagem Cláudio Figueiredo, o repórter sem medo. Eu me lembro que ia a cada ‘sovaco de cobra’[79]. Uma vez nós fomos num bairro chamado Bairro da Penha, ali dentro do quartel de Maruípe. Na noite anterior, a casa do presidente da Associação de lá foi metralhada com cinqüenta tiros na parede. Ai a gente com muito medo. Eu sempre usava esse slogan “Cláudio Figueiredo, o repórter sem medo”, eu falava “sem casa própria, sem dinheiro no banco, sem parente importante e vindo do interior, mas estamos aqui felizes apresentando o Povo na TV”. Era um negócio engraçado, era diferente desse padrão de jornalismo sisudo, muito sério, a gente era despojado e falava a língua do povo. Acreditava. Opinativo, de forma a induzir quem estava assistindo a refletir e chegar a mesma conclusão que você, sem dúvida. Acho que era uma forma de induzir o povo a se organizar para reivindicar as suas coisas, não as suas grandes coisas.

[77] Expressão do inglês que se refere a imagens mais lentas, que despertam a atenção do telespectador pelo efeito. (N. A.)
[78] Expressão popular que se refere a mexer no ponto fraco, incomodar. (N. A.)
[79] Expressão para lugares ermos, afastados e sem estrutura. (N. A.)

Cláudio Figueiredo recorda que o programa conquistou algumas melhorias para os moradores. Eles sempre procuravam comprometer as autoridades para o atendimento das reivindicações dos moradores dos bairros carentes visitados pelo programa:

> Eu me lembro que fomos num bairro, na Serra, que botamos a Cesan, a Escelsa, e conseguimos amarrar, ao vivo, o acordo para beneficiar a comunidade. A Escelsa marcou tal dia "nós vamos botar energia nesse bairro tal e nas ruas tais e tais e tais". E a prefeitura disse "nós vamos calçar as ruas tais e tais e tais". E cumpriam. A gente ia lá mostrar, conferir o tal ato, dava seqüência. Quando fazia, a gente mostrava que fazia, elogiava e o cara ficava bem. Então, isso estimulava o cara a fazer.

Quando as autoridades não cumpriam as promessas feitas no programa, Cláudio Figueiredo conta que o programa voltava no bairro e fazia críticas.

> E, quando não fazia, a gente voltava lá e botava o povo para 'descer a lenha'[80]. E mostrava que ele prometeu e soltava o vídeo do dia tal. E mostrava que era falta de compromisso com o povo..."por que isso é vergonhoso!" e aí o 'pau comia'[81]. Daí por conta de coisas assim, tratava-se de uma TV Estatal e o Estado era muito criticado dentro do programa. O povo criticava muito. Era uma coisa, que eu diria, que era o que havia de mais livre na imprensa capixaba era o que passava ali, porque esse filtro não existia. Era tudo do jeito que era dentro do sentimento do povo, era mostrado cru, com transparência. Não tinha que atrapalhar nada. O meu medo era só evitar, obviamente, as coisas de baixo calão, de xingamento, essa coisa de impacto pessoal, a gente tentava evitar, porque também não é o caminho. Quando era gravado, a gente sempre depois que o cara desabafava, a gente falava "faz uma fala mais política, menos emocional, emotiva". E o cara sempre fazia. Não era por aí também, que era uma forma de fazer as coisas.

Cláudio se recorda do período em que o governador era criticado no programa, no período em que ele rompeu com ex-governador Max Mauro e se alinhou com grupo de deputados que dominavam a Assembléia Legislativa, acusados de corrupção. Todo esse processo foi mostrado no programa.

> Eu me lembro o seguinte, que o governo era muito criticado no programa. O governador, a figura do governador foi atacada várias vezes no meio daquelas crises e movimentos de greve de tudo quanto é lado. Albuíno

[80] Expressão popular que significa muita crítica. (N. A.)
[81] Expressão popular que significa muita crítica. (N. A.)

> mudou de aliado. Max rompeu com Albuíno e Albuíno se bandeou para o lado de Valci Ferreira. Ele se aliou a todos aqueles figurões, que tinham imagem pública muito ruim, Marcos Madureira, aquele grupo daquela época. O governo dele começou a afundar. Ele mapeou muito o governo dele, porque ele fez acordo com muita gente. Não sei bem o que aconteceu, mas o governo Albuíno degringolou e TV Educativa, mesmo sendo do governo não poderia não mostrar. Então, o reflexo do que aconteceu no governo era exibido na televisão, era mostrado.

Em todas essas situações, Cláudio Figueiredo nega que tenha havia censura do governador Albuíno Azeredo. A única censura que ele sofreu não partiu do governador, mas dos deputados. Ele relata como se deu a censura:

> Eu me lembro que pediram a minha cabeça uma única vez e nem foi o Albuíno. Foi o presidente da Assembléia, Valci Ferreira. A assembléia, não muito diferente de hoje, era bastante vergonhosa. A gente tinha vergonha da nossa Assembléia como até hoje. Diminuiu um pouco, mas a gente tinha muita vergonha do que se fazia no Legislativo. Todas aquelas roubarias, àqueles escândalos de corrupção, fraude e o 'diabo a quatro', paternalismo, fisiologismo. As matérias que eles aprovavam a gente criticava muito. Sempre pegava para o governo, porque estava aliado, segundo Max Mauro uma 'corja de bandidos[82]'. A gente começou a mostrar alguns podres, algumas coisas ruins do governo e a única censura que foi feita, não foi por parte do governo, mas foi do presidente da Assembléia, que era o Valci que ligou, que acionou o governo e disse "a TV Educativa do governo tem um programa assim e assim e que estão fazendo isso, isso e isso, eu não aceito e eu não quero, mesmo chantageando o governador.

Cláudio Figueiredo se lembra que teve que fazer uma retração pública junto com o outro apresentador Guilherme Klaws que naquele dia substituiu a Geruza. Ele sentiu vergonha daquele gesto que foi necessário para a manutenção do seu emprego.

> Então, houve uma retratação pública da minha parte e do Guilherme, para a gente não ser demitido. Eu fiz isso com muita vergonha porque precisava trabalhar. Para a gente conseguir manter o emprego, a gente precisou falar que, nesse episódio, a gente reconhece que 'pegou pesado'[83], quem tem que fazer o julgamento é o povo, não é a gente e admitindo que a gente foi parcial, mas a gente conduziu, de forma a mostrar que era revoltante, que mesmo pedindo desculpas, a gente não deixou "barato," não. Eu e o Guilherme Klaws, que é muito irônico e ele que tinha sido acionado junto comigo, porque nesse dia a Geruza estava de férias. Teve um programa desses que a gente mostrou umas coisas que aí foi tenso. Aquilo foi o auge. O povo que acompanhava o programa teve a alma lavada depois do que foi falado na televisão. Hoje em dia não se vê isso mais.

[82] Expressão popular que se refere a grupo de bandidos, desonestos. (N. A.)
[83] Expressão popular que se refere a cometer excessos, passar dos limites. (N. A.)

Para Bourdieu (1996, p.65), em matéria de produção simbólica, o condicionamento exercido pelo mercado por intermédio da antecipação das possibilidades de lucro assume, naturalmente, a forma de uma censura antecipada, e uma autocensura, determinando não apenas a maneira de dizer, isto é, as escolhas de linguagem – a mudança de código (*code switching*) das situações de bilingüismo – ou do 'nível' de linguagem, mas também daquilo que poderá e que não poderá ser dito.

Tudo se passa como se, em cada situação particular, a norma lingüística [a lei de formação de preços] fosse imposta pelo detentor da competência mais próxima da competência legítima, isto é, pelo locutor dominante na interação, tal ocorrendo de maneira tanto mais rigorosa quanto maior grau de oficialidade da troca [em público, num lugar oficial etc]; como se o efeito de censura exercido sobre o locutor dominado e a sua necessidade de adotar o modo legítimo de expressão quanto maior a defasagem entre os capitais, desaparecendo tal condicionamento entre os detentores de um capital simbólico equivalente. (Ibidem)

> As variações de forma do discurso e, mais precisamente, o grau em que ela é controlada, vigiada, depurada, em forma (formal), dependem dos seguintes fatores: da tensão objetiva do mercado, isto é, do grau de oficialismo da situação e, no caso de uma iteração, da amplitude da distância social [na estrutura da distribuição do capital lingüístico e das demais espécies de capital] entre o emissor e o receptor, ou seus grupos de pertinência, da 'sensibilidade' do locutor em relação a esta tensão, em relação à censura por ela acarretada; e da aptidão, estreitamente ligada a tal censura, para responder a um grau elevado de tensão por uma expressão altamente controlada e, portanto, fortemente eufemizada. (BOURDIEU, 1996, p.67).

Para Bourdieu (Ibidem), em outras palavras, a forma e o conteúdo do discurso dependem da relação entre um *habitus* [ele mesmo produto das sanções de um mercado dotado de um nível de tensão determinado] e um mercado definido por um nível de tensão mais ou menos elevado e, portanto, pelo grau de rigor das sanções que ele inflige àqueles que não cumprem a 'correção' e o 'enquadramento' requeridos pelo uso oficial [formal].

Bourdieu (Ibidem, p.70) defende que a competência adquirida no contexto pela prática, comporta, de modo inarredável, o domínio prático de um uso da língua e o domínio prático das sanções nas quais esse uso da língua é socialmente aceitável.

> O sentido do valor de seus próprios produtos lingüísticos constitui uma dimensão fundamental do sentido do lugar ocupado no espaço social: a relação originária com os diferentes mercados e a experiência das sanções atribuídas às suas próprias produções constituem, sem dúvida, junto com a experiência do preço conferido ao próprio corpo, uma das mediações através das quais se constitui esta espécie de sentido do seu próprio valor social que comanda a relação prática com os diferentes mercados [timidez, desenvoltura etc] e, mais, geralmente, toda maneira de se situar no mundo social.

Para Bourdieu (ibidem), o que se exprime através do *habitus* lingüístico é todo *habitus* de classe do qual ele constitui uma dimensão, ou seja, de fato, a posição ocupada, sincrônica e diacronicamente, na estrutura social.

> À medida que se chega às posições mais elevadas na hierarquia social, também tende a se ampliar o grau de censura [e correlativamente, de reformulação e de eufemização], tanto em ocasiões públicas ou oficiais, nos casos das classes populares e, sobretudo, da pequena burguesia que estabelecem uma posição marcada entre o cotidiano e o extracotidiano, como nas rotinas da existência cotidiana.

Bourdieu (Ibidem, p.77) chama atenção para os traços articulatórios [como, por exemplo, a abertura, a sonoridade, o ritmo] capazes de exprimir melhor sua lógica as disposições profundas do *habitus* e, mais precisamente, da *hexis*[84] corporal:

> A sociolingüística espontânea mostra o quanto uma fonologia diferencial não deveria jamais omitir a reflexão a respeito dos traços articulatórios característicos de uma classe ou de um setor de uma classe, quer em sua seleção como em sua interpretação, tanto em relação com outros sistemas com base nos quais assumem seu valor distintivo, e, portanto seu valor social, como em relação com a unidade, originalmente, sintética da *hexis* corporal que constitui seu princípio e que faz com que eles representem a expressão ética da necessidade inscrita numa condição social.

De acordo com Cláudio Figueiredo, o Programa Povo na TV foi precursor nessa questão de jornalismo comunitário ao vivo que pressionava o governo. O diferencial era o tamanho da equipe envolvida na produção que superava as outras emissoras.

> Mobilizava as pessoas. Tinham umas vinte pessoas, pelo menos, o programa. Hoje em dia, você vê, para fazer um programa na TV Vitória, por exemplo, o Espaço Local, só uma pessoa, que era eu. Eu apresentava e na

[84] Palavra grega que significa disposição. (N. A.)

> TV Educativa tinham vinte pessoas envolvidas, desde a idealização do projeto e não tinha como dar errado.

Cláudio Figueiredo exalta algumas características peculiares do programa como a interatividade promovida pela transmissão ao vivo

> Tinha audiência. Eu acho que foi o momento principal da TV Educativa nessa história toda. Já teve outros programas artísticos muito legais, mas na área de jornalismo, já que foi uma experiência nova, inovadora, mesmo porque na época o ao vivo era uma coisa muito interessante pela interatividade, era a coisa atual, porque ao contrário do jornal falado e escrito tinha hora para dar sua contrapartida e havia debate no estúdio.

Cláudio Figueiredo se recorda de alguns convidados que participavam com freqüência do programa, verdadeiras cadeiras cativas. Esses convidados assíduos não se intimidavam, apesar das críticas freqüentes.

> Eu me lembro que tinha o Eudier, secretário de Vila Velha que suava. Toda semana o Eudier estava no programa. A gente fazia assim, cada dia num município. Fazia um rodízio. Tudo bem que eram bairros diferentes, nós visitamos 630 bairros, eu acho, em dois anos e pouco, três anos, não sei. Muitos bairros. Todo dia um bairro. Então, olha quantas horas ao vivo, 630 bairros da Grande Vitória, somando, acho que nós fomos, praticamente, em todos, durante todo o tempo do programa. No mesmo município, os secretários eram os mesmos. Os bairros eram diferentes, mas os secretários eram os mesmos. Tinha o pobrezinho do Eudier Antônio da Silva, secretário de obras de Vila Velha, do governo de Jorge Anders, ele sofria. Ele gostava porque ele tinha aptidões orais, de oratória, falava, gesticulava. Então, ele queria defender a prefeitura. A gente pegava pesado. A gente aprendeu a gostar dele porque ele nunca se recusava a ir ao programa, ao contrário de outros, que sabia que ia tomar uma 'porrada', então nem ia. Ele mandava o diretor de alguma coisa, mas o secretário mesmo não ia.

Cláudio Figueiredo se lembra, que quando aparecia um prefeito, a equipe não pressionava tanto para não espantá-lo, para que ele voltasse outras vezes. Ele conta como procedia:

> Volta e meia também vinha um dos prefeitos. Ai a gente criava uma certa tolerância para não espantar o prefeito, senão ele nunca mais voltaria. Então, a gente se esforçava para ter um debate com o nível bom com os prefeitos porque isso reforçava a possibilidade deles participarem novamente, em outra oportunidade. Tinha tudo certinho. Não tinha nenhum comando, do tipo "olha, pega leve com o prefeito". A gente sabia como

> fazer, porque a gente sabe que é mais difícil a gente conseguir espaço na agenda do prefeito.

Outra questão importante era a linguagem coloquial e próxima do povo usada no programa. Cláudio Figueiredo esclarece:

> Mas a gente fez coisas grandiosas no sentido de comunicação. A gente falava exatamente o que o povo entendia, porque falava a mesma língua. Na comunicação, o importante não é nem o que a gente fala, mas o que o outro entende. Ele sempre entendia, porque era a linguagem popular, não tinha muito aquela coisa rebuscada. Falávamos gírias, falávamos o coloquial e a gente usava a imagem.

Cláudio Figueiredo explica que sempre usava uma grande dose de humor nos programas, sempre de forma muito natural. Até mesmo quando levou uma queda no ar, não perdeu o humor.

> Um dia estava fazendo uma passagem num bairro falando das ruas com buracos, que eram crateras, e eu caminhando, olhando para a câmera, e caí num buraco, ao vivo. *Puff*... estava lá um homem estendido no chão! Eu brincava, era um quadro de humor, mas com conteúdo sério. Geruza também era outra 'figuraça'.[85] Então, de vez em quando tinha alguma personalidade, brincava de como ele estava vestido, como era um cara estiloso. Tinha sempre alguma coisa que a gente mostrava.

Cláudio Figueiredo relata alguns episódios de sua rotina de apresentador que tinha que conciliar com sua vida artística de cantor de blues. Havia muita camaradagem na equipe:

> Eu virava a noite, porque a minha banda de blues estava no auge, e o que eu mais odiava no programa era acordar cedo, porque tinha que estar lá de manhã. Eu virava a noite. Então, eu tinha que acordar cedo. Então, eu deitava naquele furgão e roncava. O pessoal tem imagem disso. Eu não agüentava, tinha que entrar no ar. Às vezes, eu 'bebaço,'[86] ainda bebia uma aguinha. Márcia Gáudio batia na minha cara, cuidava de mim, me dava um café. No ao vivo a gente tinha um companheirismo por trás muito grande.

[85] Expressão popular que significa diferente, engraçada, peculiar. (N. A.)
[86] Expressão popular para designar pessoa bêbada. (N. A.)

Cláudio Figueiredo se lembra desse período com carinho e considera que foi a maior experiência de jornalismo interativo e comunitário de comunicação pública do Estado:

> Eu tenho muito carinho de me lembrar dessas situações, mas a sua tese é verdade porque aquilo ali foi a maior experiência no jornalismo capixaba, de jornalismo interativo, de comunicação pública, de debate ideológico, às vezes, também tinham outros assuntos, o programa era tematizado e tinha vários assuntos, de comportamento, levávamos psicólogos, discutíamos coisas interessantes também de história, de religião. A gente fazia o ao vivo na praça e a gente levava um tema como encarnação. Uns eram contra e outros a favor. Não era só política. Tinha a questão social também. A gente ia nas feiras e mostrava os preços, onde era possível encontrar os produtos mais baratos, os supermercados. Tinha um serviço grande. Os médicos davam dicas de saúde. Cada dia da semana tinha um foco: economia, dicas de saúde, comunidade. A gente estava sempre ao vivo de algum lugar e as notícias do dia, certamente, estavam em pauta. Se estavam na capa dos jornais a gente sempre procurava colocar no programa.

Cláudio Figueiredo saiu antes do término do programa e não sabe o que aconteceu no final. Ele relata como deixou o programa:

> Não, eu saí antes. Eu sempre tive dois empregos. Esse trabalho, essa vida da gente. A TVE sempre pagou muito pouquinho. Então, surgiram convites melhores, eu pulei fora. Eu tentei uma licença sem vencimentos, mas o Thelmo Scarpini e a Luína Palácios pediram minha 'cabeça' [87] ao Tinoco, porque me chamaram de fantasma. O Estado não me dava oportunidade de ter licença sem vencimentos porque eu não era estatutário. Eu era celetista. Eu era contratado pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida. Rompeu também o contrato da Fundação. Eu tive que sair. Teve aquele processo (judicial para contratação pela TVE) e eu virei funcionário. Eu era celetista. Eu era efetivo, mas não era estatutário[88]. Apesar de ser celetivo,[89] que eu conquistei no processo, mas eu não tinha ainda o tempo. Tinha que ter três anos como efetivo para ter direito a sair de licença sem vencimentos. Não consegui. O meu compromisso com ele (Tinoco) era não ir lá, mas em troca do meu salário todo mês uma revista editada com toda a programação da TV. 'Bolamos[90]' esse produto para circular, porque eles queriam captar recursos para melhorar a estrutura da televisão, já tinha lei permitindo.

Cláudio Figueiredo concorda que o jornalista do Programa Povo na TV exerceu o papel de intelectual como preconizou Antônio Gramsci apud Rodrigues (2005), que modifica, desperta a consciência, leva à transformação.

> Pode na medida em que ele faz a pessoa refletir sobre os direitos que ela tem como cidadão. A questão de você conscientizar para a cidadania, que

[87] Expressão popular que significa pedir demissão. (N. A.)
[88] Funcionário público regido por estatuto do próprio governo. (N. A.)
[89] Funcionário público regido pelas CLT. (N. A.)
[90] Expressão popular que significa criar alguma coisa. (N. A.)

> não é você eleger um político e ficar esperando que ele faça tudo por você, mas você ir à luta e cobrar, criticar mesmo, participar. Cidadania é participação. Houve participação. A gente instigava isso, onde ia sempre estimulava a participação. As pessoas tímidas, a gente fazia um trabalho e, em questão de um minuto, e a gente conseguia convencer a pessoa a falar em frente à câmera. Tinha muito isso também. Eu dizia: "conversa comigo". Eu não dava nem tempo dela pensar e já estava ao vivo. O cara acabava deixando 'rolar'[91]. Então, o *time*[92], o 'pique'[93] era muito dinâmico, mas a gente sempre induzia a pessoa a despertar a consciência cidadã.

De acordo com Cláudio Figueiredo as pessoas tentar mudar a sua realidade pelo programa exercendo a sua cidadania. O programa oportunizou a essas pessoas romper a burocracia e chegar ao poder público. Ele revela que fazia uma auto-censura para evitar ataques pessoas, os excessos:

> Claro, com certeza, porque de todas as áreas. A gente colocava o povo falando, se comunicando ao vivo do seu bairro conversando com qualquer autoridade, até o Governador. A gente fez uma censura mais forte para evitar ataques pessoais, mas houve. O governador ao vivo prestando contas. E havia uma censura no sentido de filtrar, auto-censura. Na hora de por as pessoas para fazerem perguntas desprovidas de tudo, desprovida de cabo eleitoral, daquela coisa sanguínea. Fazia pergunta como jornalista fazia para melhorar o nível do debate para evitar que saísse aquele 'barraco' [94]que o povo sempre gosta. Tem gente que gosta mais de tumultuar do que chegar num acordo só para ver o circo pegar fogo, que tem espírito de porco.

Para Cláudio Figueiredo, o povo tinha no programa um espaço para se expressar livremente. "O que eu acho um direito do povo, porque o povo é o patrão do serviço público. Acho que governador nenhum poderia ter esse direito porque o programa é do povo, não é do governo. Tinha que se consolidar dessa forma". Para ele, hoje falta um espaço como o Povo na TV:

> Com certeza, hoje não, sempre vai faltar, porque dificilmente você vê as emissoras comerciais agirem assim, irem contra seus principais líderes. Acho que se você fizer isso, no segundo mês, você morre de fome. Um dos maiores anunciantes é o governo. O governo tira a verba e ele está 'ferrado[95]'. Então, existe um novo convívio aí, mas acho difícil a emissora

[91] Expressão popular que indica acontecer. (N. A.)
[92] Dicionário Michaelis (1989) significa no inglês tempo.
[93] Expressão popular que designa disposição. (N. A.)
[94] Expressão popular que significa confusão. (N. A.)
[95] Expressão popular que significa em dificuldade. (N. A.)

> comercial ter essa liberdade que a gente teve lá, naquela época. Acho que foi a época de maior liberdade no governo.

Cláudio Figueiredo explicou que quem criou o Programa Povo na TV foi Jane Mary de Abreu. “Acho que foi a Jane Mary quem criou o espaço. Vamos dar o crédito. Ela que criou o programa como presidente da TVE-ES”. Segundo ele, a proposta foi endossada pelo governador Albuíno Azeredo: “Ele era muito receptivo às idéias, antes de se contaminar. Certamente, tinha poder para liberar isso”.

Cláudio Figueiredo esclarece que o programa sempre foi um espaço para crítica ao governo. “O Povo na TV mostrava as agonias, as angústias, as necessidades do povo, já desde a concepção, era para isso. Ele era pulsante, a crítica era o elemento chave do programa. A crítica e a resposta à crítica. Era por isso que funcionava”.

O povo descobriu esse espaço na percepção de Cláudio Figueiredo. Ele acredita que foi o período de maior audiência da TVE.

> Eu acho que sim, porque foi a época de maior audiência da TV porque ela sempre teve àquela fama de ser a TV Deus, que todo mundo sabe que existe, mas ninguém vê. Ela sempre teve essa fama, mas acredito que àquela época foi quando teve maior audiência, principalmente, pelo público local da Grande Vitória. Não sei, no Brasil, se a TV Cultura, em São Paulo, se tem uma boa audiência, mas aqui era a TV Roquete Pinto, era Rio de Janeiro, era outra programação. Não seduzia tanto quanto a TV Cultura, que a programação era bem melhor. Tanto que mudou depois e melhorou a audiência, mas foi o programa de maior audiência da história da TV local.

Cláudio Figueiredo desconhece que o programa tenha sido medido em audiência de alguma forma. Ele percebia a preferência no reconhecimento dos telespectadores:

> Acredito que não, mas para quem estava na rua, eu andava e em muitos lugares eu era celebridade. Eles gritavam: “Cláudio Figueiredo, repórter sem medo”. As pessoas gritavam: “a situação está ‘medonha[96]’!”. Eu criava um jeito de levar aquela miséria toda. E quando a coisa estava muito feia mesmo, a câmera mostrava a cena e eu entrava de lado e falava: “aqui a situação está medonha!”. Eu não tinha medo do ridículo. Exposição total. Até porque eu fui contratado várias vezes pelo mercado para fazer propaganda já por conta do recall mesmo.

[96] Expressão popular para designar algo crítico. (N. A.)

5.6 O Povo na TV como precursor de uma tendência de jornalismo interativo e comunitário:

A jornalista e ex-produtora do Programa Povo na TV, Celeste Franceschi, foi convidada pela diretora presidente da TVE-ES, Jane Mary de Abreu, para a coordenação de produção do Povo na TV. Ela teve uma experiência anterior na TV tribuna onde fazia um programa chamado “Cidade Aberta à Comunidade”. Era um espaço com limitações técnicas e tudo acontecia dentro do estúdio. E a proposta do Povo na TV era diferenciada, uma vez que visava levar a televisão até a comunidade. Ela conta como ficou fascinada pela proposta do Povo na TV:

> Então, isso era uma experiência diferente. Porque, até então, a gente levava a população para dentro da televisão, nós fizemos o inverso. E era uma espécie de desmistificação do que era a televisão, e a gente ia fazer justamente o contrário. Tirar a televisão de dentro das quatro paredes e levar para o meio da rua e essa proposta me fascinou muito. Então, foi por isso que tentei ir pra lá, que comecei a trabalhar nesse projeto, porque era muito legal, porque antes de a gente ir para o bairro, nós íamos até a comunidade, conversávamos com a liderança, a população, levantávamos os problemas da comunidade, fazíamos uma produção prévia do programa. Então, quando você chegava para levar o programa, a população já sabia quem ia lá e a gente já levava as autoridades para conversar com a população, a gente fazia aquele intercâmbio. Muitas vezes a pessoa queria uma coisa simples, tipo cortar uma árvore, mas ela não conseguia chegar até o secretário na Prefeitura, mas no programa ele tinha contato direto com o secretário e conseguia a garantia da execução desse problema. E assim era para tudo dentro da comunidade. Isso era muito interessante, muito legal, foi muito gratificante trabalhar nesse programa.

Celeste Franceschi defende que o programa tornou-se uma praça pública midiática onde o povo chegava até as autoridades, reduzindo a distância entre eles:

> Exatamente, diminuiu essa distância da população com o poder público constituído, porque a partir do momento em que as pessoas ficavam frente a frente, eram pessoas iguais, sem aquele status[97] de secretário, prefeito. Então, as pessoas ficavam bem mais próximas e isso era muito legal.

Sobre a decisão do governo, na época, de criar um espaço tão democrático onde a população chegasse até as autoridades e de certa forma as pressionasse, Celeste Franceschi defende que a intenção do governador da época, Albuíno Azevedo, era

[97] Palavra latina significa posição. (N. A.)

mostrar que era uma pessoa popular, democrática, receptiva à população, que ouvia todo mundo e até pela própria condição dele. Essa opinião de Celeste Franceschi está alinhada com o pensamento de George Balandier (1981) na obra “O Poder em Cena”.

> O Albuíno era um cara de família humilde que conseguiu um destaque na sociedade, na época ainda muito discriminado pelo fato de ser negro. Então, acho que toda essa classificação dele, do intelectual negro, que busca sempre valorizar as bases, as origens, acho que tudo isso fez com que ele próprio tentasse apresentar essa proposta de programa. E a primeira dama, a Valdicéia Azeredo, também era uma pessoa de origem muito humilde. E toda vez que via a gente dizia: "vocês têm que ouvir o povo, vocês têm que ouvir o povo". Então, a gente sentia mesmo a necessidade deles de estar bem com a base, com o povo, de ter um espaço de diálogo com o povo. Não que eu achasse que ele fosse 100% democrata, porque não era bem assim, a ‘banda tocava[98]’ de acordo com os interesses dele, mas de certa forma, ele possibilitou um espaço maior na televisão para a população, que era uma coisa que ninguém tinha acesso antes.

Para Celeste Franceschi, o governador Albuíno Azeredo atingiu os objetivos políticos preconizados por ele e por sua equipe ao criar esse programa, uma vez que ele ficou uma pessoa bem próxima do povo.

> Até hoje, quando ele passa, as pessoas na rua ficam "olha o Albuíno!", acho que aquela imagem dele de democrata, de homem do povo, do subúrbio, permanece. Para isso, o programa foi positivo. Por que levou ele (sic) exatamente a atingir esse objetivo que ele tanto preconizava.

Celeste Franceschi defende que o programa tornou-se um espaço onde o governador e os seus aliados recebiam muitas criticas:

> A partir do momento em que se propõe a abrir a sua guarda, você está propenso a receber tanto criticas quanto elogios e, obviamente, quando a população viu que eles tinham espaço para falar o que quisessem, que eles tivessem liberdade, então eles começaram a falar a verdade, o que eles sentiam. Para muitos parecia critica, mas para outros era estar externando os próprios sentimentos deles. Isso foi positivo, e quem saiu ganhando nessa história foi o próprio Albuíno.

[98] Expressão popular que significa como as coisas aconteciam de acordo com os interesses dele, adequação, adaptação. (N.A.)

Celeste Franceschi considera que todos ganharam com o programa. O governador que se aproximou do povo, das classes populares, das suas raízes, e o povo porque obteve resposta das autoridades às suas reivindicações de melhorias no bairro:

> Muitas das reivindicações feitas, via programa, foram atendidas, eram muito mais imediatas e muito mais resolvíveis. Então, ele conseguia obter um ganho de tempo porque a gente sabe que no serviço público tudo é muito devagar. Então, até a coisa ser viabilizada demora muito tempo e, com o programa, eles diminuíam esse espaço. O retorno era mais imediato.

Celeste Franceschi explica que os moradores dos bairros carentes conseguiram pelo programa obter melhorias para suas comunidades:

> Às vezes paliativas e às vezes definitivas. Entendeu? Algumas coisas tinham soluções imediatas. Não definitivas, mas na maioria das vezes as conquistas eram definitivas, do tipo abertura de uma rua, que era um sonho. Eles iam lá (no serviço público) e não abria e não abria. Então ia lá (no programa) e abria. Faltava ainda o calçamento, mas a abertura, que era um pedido, esse era atendido de imediato e isso era positivo.

Celeste Franceschi acredita que o período do Programa Povo na TV foi um dos mais criativos, mais produtivos da TV Educativa:

> A época em que a TV Educativa funcionou com os contratados da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, nós tínhamos quase que 100% da programação local, quer dizer, você tinha profissionais voltados na área de jornalismo, na área de produção, na área artística, na área cultural. Tínhamos programa de música, programa de entretenimento, programa divulgando o Espírito Santo. Tinham profissionais lá dentro que 'vestiam a camisa'[99] de corpo e alma, de vender e mostrar o Estado como ele era. E depois disso acabou. Hoje são poucos os programas que continuam no ar voltados para o mercado local. É uma pena que esse espaço tenha se perdido.

Celeste Franceschi ressalta que durante o governo Albuíno houve uma intenção maior, uma política de comunicação de valorização dos veículos públicos, da qual o

[99] Expressão popular que significa realmente defender alguém ou alguma coisa. (N. A.)

Programa Povo na TV fazia parte: “Se houve um governo aqui no Estado que valorizou exatamente a comunicação pública foi o governo Albuíno”.

Celeste Franceschi confirma que o governo Albuíno concedeu as condições para o funcionamento do Programa Povo na TV, que foi pioneiro, o primeiro totalmente ao vivo. “Tanto que é um marco na história da televisão capixaba. A TV Educativa foi a primeira emissora de televisão do Estado a ter unidade de transmissão móvel ao vivo através do Povo na TV”.

Para Celeste Franceschi, os jornalistas tiveram um papel fundamental nesse programa, porque a maioria da equipe que integrava a TV Educativa na época, antes da chegada dos jornalistas contratados pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida, era formada por produtores culturais, que não eram jornalistas por formação. Alguns eram radialistas e outros artistas e atores teatrais. Quando os jornalistas chegaram, foi dado um direcionamento jornalístico aos programas e, principalmente, ao recém-criado Povo na TV. O jornalista foi o mediador entre o povo e a autoridade. “Esse realmente é o papel dos jornalistas de intermediar, de ser o porta-voz da sociedade. E foi muito legal porque lá deu para se viver esse papel de porta-voz da sociedade, de defensor de fracos e oprimidos”.

Celeste Franceschi acredita que o jornalista do Povo na TV atuou como intelectual orgânico conforme preconizou o italiano Antônio Gramsci, sendo àquele que transforma, interfere, muda a realidade e contribui para despertar a consciência. Ela cita como exemplo:

> Às vezes você chegava em uma comunidade e despertava, às vezes, até coisas que a própria comunidade desconhecia. Você chegava lá, por exemplo, para valorizar um trabalho de um artista local, um projeto social local da comunidade que, às vezes, a própria comunidade não valorizava tanto. E a partir do momento que o jornalista levantou e destacou àquilo como importante, a própria comunidade passou a encarar àquilo como importante. Eu acho que esse papel, realmente, foi cumprido.

Celeste Franceschi recorda que antes de sua experiência pessoal como produtora do Programa Povo na TV, ela já tinha atuado em outros programas com perfil popular:

> Eu sempre gostei muito dessa coisa de estar com gente, de estar com o povo. E quando eu fui convidada para trabalhar em Vitória, minha primeira experiência com profissional de Vitória foi para trabalhar na Rádio Tribuna AM onde eu era repórter em um veículo, um carrinho, uma xereta, a gente chamava de xereta. Era uma marajozinha branca que fazia transmissão ao vivo dos locais. Na época, quem fazia isso no Rio era a Rádio Globo com carrinho de transmissão ao vivo igual aos da CBN de hoje. Era chamado o amarelinho da Globo que ia em tudo quanto é canto, em tudo quanto é lugar. A gente inaugurou, em Vitória, com a Rádio Tribuna AM quando ela inaugurou. A gente estava sempre próxima do povo e dando voz ao povo. Quando eu fui para a TV Tribuna, de uma certa forma o povo ia até a gente. Não foi tão interessante. Quando eu fui para o Povo na TV a coisa se inverteu novamente. Eu tinha oportunidade de estar na comunidade, de estar com o povo, de estar conversando com as pessoas, lidando com gente. Eu acho que isso é muito legal, sempre gostei muito. Eu acho que foi muito gratificante trabalhar no Povo na TV. Ele me acrescentou muito enquanto profissional. Eu aprendi muito lá dentro. Até porque era uma experiência nova de edição de VT, de imagem, essas coisas todas. Eu fazia roteiro de programa, que embora eu tivesse trabalhado quase três anos no "Cidade Aberta", que era um programa que não tinha roteiro, não tinha texto, não tinha nada, era tudo no improviso mesmo. Era na base do que der, deu.

Nessa experiência na TV Tribuna, Celeste Franceschi recorda que era usada uma linguagem de rádio na televisão, uma característica diferente do programa Povo na TV onde havia toda uma preocupação da equipe com a linguagem de televisão e a elaboração de roteiros dos programas de forma profissional e técnica:

> No Povo na TV era diferente porque era linguagem de televisão mesmo, era roteiro. A gente fazia roteiro e tudo. Eu me lembro que a gente tinha uma apresentadora, que era muito enjoada, muito chata, que era a Cristina Abelha, que era a maior 'cri-cri'. [100] Ela criticava tudo, reclamava de tudo. Toda vez que a Magda Sperandio, que era a redatora do programa faltava, eu fazia o roteiro. Ela dizia: "Nossa, esse roteiro hoje está ótimo!" E aí o pessoal falava: "Foi a Celeste que fez" e ela dizia: "Ah, é?". Então, é porque eu tinha àquela linguagem de rádio, que me facilitava muito fazer o texto de TV. Conseguia que o texto ficasse bem solto, na linguagem bem descontraída. Isso sempre foi muito legal. Eu sempre gostei de fazer isso. E para mim foi muito bom como profissional, porque eu aprendi a técnica de fazer roteiro de televisão dentro da TVE.

Celeste Franceschi recorda de um programa que marcou de forma curiosa e que virou motivo de brincadeira na equipe:

[100] Expressão popular que significa criar caso, confusão. (N. A.)

> Eu me lembro de uma vez em que eu e o José Maria Batista, que era o coordenador do programa junto comigo. Nós resolvemos fazer um programa ao vivo em Jardim Camburi. Era um bairro que tinha muitas reivindicações. Na época não tinha a infra-estrutura que tem hoje e o único lugar em que o pessoal da técnica conseguiu espaço para colocar o programa ao vivo era em uma ruazinha do lado da feira livre, do lado do Centro Comercial de Jardim Camburi, onde tem a Igreja Católica. Tinha a feira livre ali e exatamente o ponto onde tinha transmissão era do lado das bancas de peixe. Gente, foi muito engraçado! Porque a Cristina Abelha, entre uma passagem[101] e outra, era de nariz tapado com lencinho. Aquilo ali foi motivo de gozação por muito tempo na TVE, porque ela não conseguia ficar ali por causa do fedor do peixe, do cheiro do peixe. Realmente, estava incomodando, mas era o único local no bairro que tinha sinal para a unidade de transmissão ao vivo. Não tinha como colocar em outro local do bairro. Foi muito engraçado!

De acordo com Celeste Franceschi, esse programa foi todo feito no bairro, não teve uma parte de estúdio como era de praxe. "Tudo ao vivo. O Elias Mugrabi e Cristina Abelha sentadinhos numa bancadinha no meio da praça, do lado da banca de peixe. Todo mundo. O povo presente, autoridades presentes, os apresentadores presentes. Foi 100% ao vivo, da feira livre". Para Celeste essa foi uma das situações mais engraçadas e inesquecíveis.

Celeste Franceschi levou a sua experiência para a criação de um espaço hoje em um dos veículos mais importantes do Estado, que é o Jornal A Tribuna. Um espaço comunitário para reivindicações comunitárias a coluna "Qual a bronca?" Ela conta como é sua experiência e atuação profissional no momento nesse espaço:

> Quando o "Povo na TV" acabou, eu voltei para o jornal A Tribuna. No caso, ao invés da TV Tribuna, eu voltei para o Jornal. E lá eu fiquei um tempão e passei por várias editorias até que eu fui chamada pelo João Luiz Caser e pelo Luciano Rangel, que são o diretor de jornalismo e editor executivo da Rede. Disseram que A Tribuna estava com uma proposta de interagir um pouco mais com a comunidade e que eles tinham dois espaço que eles queriam aproximar mais o jornal da comunidade. Um era o Programa "Tribuna nos Bairros", que era um "Povo na TV" no jornal. Faria a visita à comunidade para levantar os problemas da comunidade e o "Qual a bronca?" que seria um espaço onde a comunidade procuraria pelos serviços e a gente daria as respostas. E me perguntaram: "qual dos dois que você quer ficar?", bom eu perguntei: "qual dos dois eu vou ter que trabalhar menos?". Responderam: "o que você vai ter que trabalhar mais é o "Qual a bronca?". O outro você vai chegar lá (na comunidade) e estará tudo pronto e só vai voltar e escrever. O que você prefere?". Eu prefiro ficar com o que vai me dar mais trabalho. Com certeza é o que será mais gratificante. É assim. Vai fazer nove anos agora em julho que eu aceitei o desafio de

[101] No jornalismo se refere ao momento em que o apresentador aparece no vídeo lendo alguma notícia ou transmitindo informação. (N. A.)

> deixar a editoria de economia, onde eu já estava há nove anos, para aceitar o desafio de fazer a coluna “Qual a bronca?”, que é uma das colunas mais lidas do jornal. Tem exatamente esse papel de interagir com a comunidade, de ser o porta-voz da comunidade, de ouvir as comunidades, de ouvir a população de modo geral. Quem pensa que é só pobre que liga para a coluna está muito enganado, é médico, é engenheiro, é advogado, executivo, político, até político procura a gente para reclamar de alguma coisa. É um espaço bem democrático mesmo e muito legal de se fazer.

De acordo com Celeste Franceschi, as pessoas conseguem obter resultados, resolver seus problemas, através da coluna, não só eles, mas também os políticos se balizam pela coluna. Ela cita exemplo:

> Inclusive, a gente tem informações de secretários que são chamados atenção por parte do chefe do executivo de prefeituras quando não atendem a uma determinação, a uma reivindicação do “Qual a bronca?”. Eu soube uma vez pelo secretário de Vila Velha que o Max Mauro quando abria a reunião de secretariado a primeira coisa que dizia era “olha, eu estou com um levantamento do “Qual a bronca?” e vocês não estão trabalhando direito. Até para o próprio prefeito, a própria autoridade, serve para balizar se a secretaria está atendendo ou não aos interesses da comunidade.

Celeste Franceschi comemora que a coluna tornou-se uma referência. Foi através desse trabalho de jornalismo comunitário, que ela recebeu um prêmio de reconhecimento da Assembléia Legislativa.

> Para mim foi muito gratificante porque foi através da coluna que eu ganhei um prêmio, que é dos mais importantes para minha vida, que foi o Prêmio Dom João Batista Motta Albuquerque concedido pela Assembléia Legislativa, que é para pessoas que se dedicam à defesa dos direitos humanos. Eu achei isso muito legal.

Na avaliação de Celeste Franceschi, o Povo na TV serviu de inspiração de espaços como o “Qual a bronca?”, “Tribuna nos Bairros” ou mesmo o “Linha Direta” de A Gazeta e “Gazeta Comunidades”:

> Eu acho que o “Povo na TV”, assim como o “Cidade Aberta” também e o “Jornal do Povo” que tinha na TV Manchete foram os três programas que abriram os espaços, que foram experiências de vanguarda, que abriram espaços para que hoje os veículos de comunicação continuem garantindo espaço para a comunidade e isso é muito legal.

Para Celeste Franceschi, o diferencial no caso do Povo na TV foi a questão da interatividade e maior participação popular: “Até então as pessoas não sabiam onde buscar ajuda. A partir do Povo na TV, eles descobriram como era fácil interagir com as autoridades e começaram a usar esses espaços”.

Celeste Franceschi acredita que para algumas pessoas é mais fácil obter resposta na mídia que nas autoridades:

> Eu acho que as pessoas estão mais conscientes de que elas precisam buscar seus direitos. E muitas delas só recorrem à mídia depois que elas esgotam a capacidade que elas têm de buscar solução do problema junto ao órgão, ao setor, à empresa em que ela tem problema. A gente sente isso na demanda da coluna que quando a pessoa chega a ligar para gente é porque ela já ligou para a prefeitura, já ligou para Escelsa, para Cesan diversas vezes. As pessoas dizem assim: “eu já tenho telefonia, tenho esse protocolo, protocolo e protocolo. Já tenho esse, esse e esse”. Trezentos protocolos e ninguém resolve nada. Fica um jogo de empurra-empurra. Na hora que liga para a gente a resposta vem imediata.

Para Celeste Franceschi, a experiência de atuar como produtora do Programa Povo na TV foi muito gratificante e enriquecedora para sua carreira de jornalista, como diversas outras que teve em sua carreira:

> Eu acho que o que a gente pode dizer que tudo na vida da gente, toda experiência sempre é válida e sempre acrescenta alguma coisa. Então, como a gente nunca nasce sabendo, vai aprendendo à medida em que vai vivendo. Todas essas experiências, pelas quais eu passei, enquanto jornalista lá na Rádio Capixaba, depois na Rádio Tribuna, depois na TV Tribuna, na TV Educativa, no Jornal A Tribuna, na Rádio Tribuna AM, que eu voltei, posteriormente, e até mesmo aqui, na Câmara (dos Vereadores de Vitória) como assessora do vereador. Todas essas experiências vão se somando, vão fazendo com que a gente aprenda cada vez mais um pouquinho. Eu vou te dizer eu não me arrependo de nada do que fiz até hoje e se tivesse que começar de novo, eu faria tudo de novo.

A sua participação no Programa Povo na TV teve uma importância fundamental na sua atuação profissional:

> Eu aprendi muito, cresci muito, eu acho que amadureci muito fazendo o programa “Povo na TV,” porque tive contato muito próximo com quem

> estava no poder e um contato muito próximo com a base. Então, deu para eu fazer um comparativo muito legal e eu acho que se eu tivesse que optar hoje eu ficaria lá na base, que é muito mais confortável.

5.7 - O Fim do Povo na TV

Um dos motivos apontados pela equipe para o término do programa foi o desgaste ao longo do tempo. Houve muita pressão por parte dos políticos que passaram a se sentir pressionados pelo programa. A jornalista Magda Carvalho explica que, após algum tempo, eles tiveram que mudar o formato do programa e reduzir o número de bairros visitados por semana, por causa de alguns políticos que começaram a se sentir incomodados. Segundo ela, muita gente tentou tirar o programa do ar.

Essa resistência se refletia em atitudes pequenas. Magda Carvalho lembra-se de uma vez em que o elevador do prédio, onde funcionava a TVE e Assembléia Legislativa, quebrou. O presidente da Assembléia, deputado Valci Ferreira, não o consertou para castigar a Geruza. O motivo é que ela costumava criticá-lo abertamente no programa. Magda disse que a situação virou uma verdadeira piada, porque naquela mesma época a Geruza estava de férias e quem estava subindo os nove andares a pé era o restante da equipe e não ela.

Com o tempo, explica Magda, houve certo desgaste. O prefeito delegava para o secretário a responsabilidade por responder e participar do programa e este transferia para o assessor que comparecia e não resolvia o problema da comunidade. Diante disso, foram sendo criados outros quadros educativos e de prestação de serviço em substituição aos bairros, que passaram a ser visitados apenas duas vezes por semana.

O programa começava com um informativo jornalístico, depois tinha um segundo bloco de prestação de serviços ao vivo, com participação do público. Cada dia era um diferente. Tinha o Advogado na TV, Médico na TV, que levava profissionais para responder dúvidas do público sobre um determinado tema. Outros quadros foram

surgindo: o Boca no Trombone, que era um espaço para desabafo sobre qualquer tema; o Balcão do Consumidor, que eram visitas às feiras livres dando dicas de economia e nutrição.

O trabalho de levantamento semanal de cestas básicas para identificar onde estava mais barato para comprar. Era apresentado no relatório o supermercado com preço mais econômico para o consumidor. Era uma prestação de serviço ao consumidor. Outros quadros menores foram surgindo: Saúde é o que Interessa, Frase do Dia, Rir é o Melhor Remédio, Povo Fala, Em foco, que era o assunto mais importante da semana, Agenda da Semana, Momento Astral, com horóscopo e sorteio de cestas básicas. Nessa fase do programa, por volta de 1993, foi feito um novo projeto do programa, que incluía esses novos quadros.

Toda a programação da semana era definida numa reunião que passou a ser semanal, sempre às segundas-feiras. Nessa reunião, era definida a produção dos bairros da semana e da seguinte, de forma que sempre havia certa folga na produção para o caso de dar alguma coisa errada. No relatório em anexo é possível acompanhar os tipos de problemas que o programa enfrentava.

Era feita uma pauta para a reunião de rotina da segunda-feira. Nela estavam escritos os resultados de reivindicações junto à direção da TVE. Foram solicitados sala para convidados, instalação de linha telefônica, ramais novos para facilitar a comunicação, solicitação de mais pessoal, apoio cultural, além de anúncio de mudanças no programa com estréia de quadros novos (Balcão do Consumidor, Ronda na TV (policial), Povo Fala e Agenda/divirta-se).

Em relatório é citada a expansão do programa para o interior, reflete a preocupação de inclusão de outros municípios fora da Grande Vitória em questões de cidade e serviços. Cita ainda a necessidade de anunciar, durante o programa, o endereço para correspondência e telefones para que os telespectadores se comuniquem também do interior. Abre o espaço para recados do interior. Outra questão é a criação de vinheta (chamada eletrônica) do quadro sobre o interior do Estado.

Essas mudanças foram sendo feitas para fugir da rotina do programa nos bairros, que segundo Terezinha Jovita, foi se tornando, com o passar dos anos muito repetitivo porque eram sempre os mesmos problemas e as mesmas pessoas respondendo no estúdio e não apresentando soluções. Isso aliado ao sucateamento da TV. “A gente já não tinha sinal em todos os bairros porque o equipamento estava ruim. A gente começou a ir para a Praça Costa Pereira, Praça Oito.... foi diminuindo cada vez mais o número de lugares que a gente tinha acesso a sinal,” recorda.

Essa mudança desestimulava a comunidade que ficava fora de seu ambiente. “Uma coisa é você fazer um programa ao vivo no morro da Aparecida tendo, o bairro de pano de fundo e outra é você fazer um programa frio na Praça Costa Pereira com o pessoal falando sobre o bairro algumas vezes só no estúdio, porque o sinal caia no meio do programa”, lamenta. Passou a ser um improviso só, na avaliação de Terezinha: “muitas vezes o sinal caia em pleno programa, a gente enfiava todo mundo na kombi e trazia todo mundo para TVE. Uns ficavam no estúdio e os convidados do bairro ficavam numa sala,” afirma.

Essa justificativa da Terezinha Jovita para o término do programa é partilhada por suas colegas de equipe. Magda Carvalho acrescenta que a dispensa de pessoal também foi um fator importante, aliada à pressão política, porque o programa estava incomodando os políticos aliados do governo, mas isenta o governador Albuíno Azeredo de interferência. “Foi realmente uma decisão política. Oficialmente o programa teria saído do ar para uma pausa, porque o equipamento microondas quebrou,” lembra.

Segundo Maria Aparecida, além do sucateamento da TV, foram surgindo outros programas que dividiam o equipamento. Outro fator que contribuiu para o fim do Povo na TV na avaliação dela foi a mudança de diretoria, aliada a dispensa de funcionários. “O interesse dessa nova diretoria era outro. Isso acontece muito no serviço público e a TVE é pública. O novo diretor não conseguiu ver muito sentido no programa,” explica.

Ela disse que o Povo na TV foi substituído por um outro programa chamado Revista, que tinha quase as mesmas características de ir pelo menos uma vez por semana

aos bairros ao vivo com participações na praça. Mas esse programa também não pôde ser mantido por causa da condição técnica precária. “A gente não tinha condição de ir aos lugares e ficava praticamente restrita aos bairros que ia sempre”, recorda. E, conclui: “O Povo na TV acabou por problemas políticos, de governo, de fim de mandato, de mudança de direção e por condições técnicas precárias e por falta de pessoal porque muita gente foi demitida”.

De acordo com Celeste Franceschi, o fim do Programa Povo na TV foi decorrente das cobranças que começaram a ser muito diretas ao final do governo Albuíno Azeredo, quando o programa não era do interesse do governador Vitor Buaiz, quando assumiu. “A equipe que assumiu a TVE pode ter avaliado que o espaço era um risco muito grande de começar um governo já com críticas. Eu acho que foi isso que fez com que eles encerrassem o contrato com a Fundação”. O programa acabou no governo Vitor Buaiz, porque até no final do governo Albuíno o programa continuava no ar. “O Albuíno não, quem interferiu para o fim do programa foi Vitor Buaiz”.

Celeste Franceschi contou que a situação do programa começou a ficar muito crítica. Passou a não ser tão interessante ter um espaço tão aberto. E, também houve um outro problema, que foi o fim do contrato da TVE com a Fundação Ceciliano Abel de Almeida, que era responsável pela contratação de 90% da equipe do programa, que era parte integrante desse contrato. Com o encerramento do contrato, quase toda equipe do programa foi demitida. Celeste Franceschi tem a impressão que “a própria TV não teve ‘pernas[102]’ para tocar o programa e acabou tirando do ar um espaço, que era bem legal, bem bacana.”

Na avaliação de Celeste Franceschi a não renovação desse contrato pode ter sido por motivação política em função do contexto, do programa e das próprias críticas aos políticos pelo programa:

> Essa renovação aconteceu, inclusive, no início do governo do PT, que foi quando Vitor Buaiz assumiu o governo. Albuíno saiu, Vitor assumiu. E foi exatamente por questões éticas, partidárias. Eles achavam que era um absurdo ter um contrato para manter funcionários em um órgão público e

[102] Expressão popular que significa alcançar. (N.A.)

> que tinha que ter concurso. Por questões “éticas” acabou-se encerrando o contrato. Assim mais de 150 pessoas foram demitidas de uma vez só em função do encerramento desse contrato. E aí, sim, era um governo que vinha com proposta de popularizar os meios de comunicação do Estado e foi o governo que exatamente deu o primeiro passo para fechar esse espaço até então aberto.

Na avaliação de Cláudio Figueiredo o programa acabou por motivação política, uma vez que representava críticas ao governo e seus aliados pela transparência e alcance popular.

> Eu acho que foi justamente porque os governantes que vieram depois passaram a ver nesse programa o perigo que ele representava para ele próprio governo. Talvez tenha acabado por isso ou que tenha se transformado em outra coisa completamente diferente. Também não sei. Esse programa com essa penetração popular, com essa transparência e essa objetividade. Enfim, acho que pode ter sido isso. O medo de ser criticado em seu próprio veículo. Talvez tenha havido alguma influência política nisso.

Cristina Abelha discorda que com o tempo o programa sofreu pressões, não do governador, mas de outros níveis, mais municipal, do legislativo com objetivo de provocar o seu encerramento. No final do governo Albuíno Azeredo e pouco antes do término do programa Povo na TV, houve sucateamento da estrutura da TVE, com equipamentos danificados que não eram consertados, falta de condições para o pleno funcionamento. Para Cristina Abelha, essas dificuldades não tinham relação direta com o programa e não eram uma tentativa de encerramento por falta de condições.

> Olha, eu acho que o que aconteceu com a TV Educativa, nesse período, não era voltado para o programa. Eu falo isso porque depois eu voltei dirigindo a TV. Essa realidade não era para eliminar o programa, de forma alguma. Essa era uma realidade de todas as TV´s Educativas do país. Eu falo isso porque eu vivi os dois tempos. Eu era uma simples funcionária e depois eu fui diretora da TV. Eu viajei. Eu tive vários encontros com os dirigentes das TV´s Educativas. Eu chamava assim: o ‘sucatão’[103] está aqui porque eram todos assim. Era uma política de comunicação, como Bete (Rodrigues) falou. Ela entrou no alto da arquitetura cerebral dela (sic) de jornalista. Ela se voltou para fazer um jornalismo e esqueceu a publicidade que é uma coisa que não pode ser esquecida. Então, o que aconteceu? Ela sofreu todo tipo de pressão, dos veículos, aquilo tudo que se faz necessário, aquela troca que existe. Você anuncia aqui, nós aliviamos ali. É uma coisa pactuada. É um pacto silencioso. Ela se esqueceu disso ou ela não tinha

[103] Expressão que significa em condições precárias. (N. A.)

> verba para isso ou ela pouco se 'lixava' [104] para isso. E, priorizou o jornalismo, mas isso foi uma atitude no país isolada, porque eu conhecia a realidade das outras TV´s. E vou te dizer por que. Eu acho que dizer que o Povo na TV, as câmeras, a TV ficou sucateada por causa do Povo na TV é quase uma "síndrome de perseguição". Não existiu pelo Povo na TV. Isso pode ter existido porque quem entrou, entrou com uma política para a publicidade. E aí não havia recurso para a TV Educativa.

Para ilustrar a situação de precariedade da grande maioria das TVE's de todo o país, Cristina relata um episódio envolvendo o projeto de educação a distância do presidente Fernando Henrique Cardoso em que ela se surpreendeu ao descobrir que a TVE-ES era a melhor equipada.

> E eu vou te contar o porquê. Quando eu dirigia a TV Educativa, houve um momento em que eu fui chamada à Brasília junto com todos os diretores do país. Aí nós tivemos uma reunião com o Roberto, que tinha status de ministro, que dirigiu 8 anos a TV Cultura e depois fazia a revista da Radiobras, Roberto Muriaerte. Ele me chamou e ele expôs para a gente que o Fernando Henrique queria priorizar a educação a distância. Isso foi em 1996, quando eu fui diretora da TVE. Era uma pessoa graduada. Ele falou assim: "Olha, o presidente quer um programa e var ter que ir ao ar no dia 2 de fevereiro e nós estamos mais ou menos assim: nós estamos num vôo e o plano de vôo sumiu, o piloto morreu e nós temos que pilotar esse avião". E aí, cada TV foi falando do que teria, como poderia ser e não sei o que. Aí chegou a minha vez. Eu olhei e falei assim: "olha, sou Cristina Abelha, diretora da TVE Espírito Santo, e eu quero dizer que pelo que ouvi aqui, eu sou uma das estruturas mais aptas a entrar no circuito e a dar início, a dar o 'ponta pé inicial'[105] nisso. Estou com a impressão, inclusive, que a TV Educativa ser uma das primeiras a levar esse programa ao ar, senão a primeira. Agora, eu queria dizer a vocês que estou muito impressionado. Eu estou me sentindo, como se eu tivesse na Universidade Federal do Espírito Santo, no curso de Comunicação Social, discutindo com meus colegas um trabalho universitário. Eu não imaginava ouvir o presidente Fernando Henrique, que foi ao ar no jornal Nacional, dizendo que o programa de educação a distância era prioridade zero no governo dele e estou vendo como ele está sendo gestado aqui. Eu estou impressionada. Vocês vão colocar algum recurso na TV para que isso se dê?" Fez-se um silêncio sepulcral. "Então, nós temos aqui para sustentar o programa prioridade zero do presidente Fernando Henrique Cardoso, em educação (O salto para o futuro) com grande satisfação". Aí de 'carne e osso' [106]o Roberto Muriaerte voltou. "Então, estamos aqui decididos. É isso, vamos ao ar no dia 2. Temos cronograma. Nós, a partir do que foi apresentado vamos decidir no cronograma as TV´s que vão dar largada". E fomos nós. A TVE-ES foi a que deu largada. Foi a primeira a sustentar a discussão naquele estúdio do Povo na TV, em função da estrutura, talvez montada na gestão da Bete, eu não me lembro.

[104] Expressão que significa não dar importância. (N. A.)
[105] Expressão que significa o início de algo. (N. A.)
[106] Expressão que significa em pessoa. (N. A.)

Cristina Abelha contesta qualquer relação entre o sucateamento da TV como estratégia para provocar o encerramento do programa. Para ela, se tratou de mudança de foco nas prioridades. Os veículos públicos deixaram de ser importantes para o novo superintendente de Comunicação quando a Elizabete Rodrigues deixou o governo.

> Alguém dizer que quebrar equipamento foi uma estratégia para acabar com o Povo na TV, eu, sinceramente, não acredito. Eu acho que aquilo não era uma estratégia. Aquilo ali era a nova política de comunicação do governo promovendo isso ou do secretário. Foi claramente: “a TVE não nos interessa”. Houve deslocamento de prioridade, de política de comunicação. Vamos passar os recursos para a publicidade. A TVE vai viver com o que tem, porque TVE era exceção e aquele investimento todo em comunicação e jornalismo era uma exceção. Valeu a regra na política. Então, a pessoa que diz isso, certamente, não tem base sólida, alguém contou ou o secretário de comunicação disse isso, diretamente, para ela: “vou acabar com o Povo na TV”. Mas são impressões minhas, sendo que com detalhamento técnico. Eu conheci a realidade do país, visitei várias (emissoras). Enquanto fui diretora da TVE, eu visitei as outras estruturas, estive com os outros (diretores). As queixas eram as mesmas. Então, nesse país a primeira vez que está visando um laço sólido e, politicamente, se dizendo que a TV pública é importante é agora com uma grande negociação com o Franklin Martins. Existem todos os porquês disso aí. Ali já é uma questão política do governo federal, uma negociação do próprio Franklin de ir para o governo nessas condições. Nós tivemos um momento de exceção na TV Educativa em investimento. Eu quero que você me diga quando houve um outro investimento, a não ser quando ela foi montada.

Para Jane Mary, o processo de *impeachment* não teria sido influenciado pelo desgaste provocado pelo o programa Povo na TV que incomodava os deputados com as críticas e confrontos diretos com o povo. “O programa não, eu não acredito. Acho que foi uma política realmente. Albuíno se fragilizou e aí os deputados acharam uma ‘porta’” .

Nesse período, o programa tomou outro rumo e virou revista. Ela avalia que não houve interesse por parte de seu sucessor na direção da TVE de manter o Programa Povo na TV, porque ele era muito trabalhoso e gerava muito conflito político e pressão. Quando deixou o programa ela preferiu não saber mais nada sobre ele, porque esse projeto era muito importante para ela e foi muito doloroso se afastar dele.

> Entrou um novo diretor, a forma como ele vê, porque administrar àquele programa dava muito trabalho. Tinha que receber deputado, conversar com deputado, explicar que não pode mudar e porque não pode, que era jornalismo. Não sei por que mudou. Confesso que quando saí de lá, para mim foi como se tivessem arrancado um filho dos braços, eu nem olhei para trás. Eu nunca deixei nada em órgão público, retratinho de filho, nada disso. Eu acho que no dia que você tem que ir embora, não pode ter se apegado ao poder. No dia que tiver que ir embora é só pegar a bolsa e ir embora. Eu só tive o trabalho de pegar a minha bolsa e ir embora. Não tinha nada meu, era tudo da emissora. Saí, realmente, muito triste porque foi um filho acalentado ali, com muita dor, com muito sofrimento para chegar até aquilo ali. Daí, você sai porque um deputado pede a sua cabeça. Todo o planejamento vai por água abaixo.

Entretanto, Albuíno Azeredo admite que os seus aliados de alguma forma tentavam pedir o seu auxílio para não serem tão criticados, não serem alvos de críticas ou de enfrentamento das lideranças populares. Para o ex-governador, os aliados não gostavam da forma de reagir da sociedade, da população do povo. Muitas vezes achavam que o programa estava fazendo mal ao governo. “Eu tinha um pensamento diferente desses. Eu reagi dizendo que o programa ia continuar como continuou, embora ele não tivesse agradando a esses aliados, com formação mais ditatorial, não tinham convicção democrática”. Eles achavam que a melhor forma de ter uma boa imagem era tolher a população de fazer críticas.

Albuíno Azeredo admitiu que foi procurado por alguns aliados e recebeu pedidos para que ele interferisse no programa. A Assembléia Legislativa era muita criticada pelos jornalistas como também por populares e as lideranças.

> Eu tive várias oportunidades. Alguns cabos eleitorais desses aliados procuraram o governo. Até os próprios aliados se queixando, consertando essa forma democrática que governo usava, tentando intervir no programa, tentando neutralizar, tentando fazer com que se ouvisse não a voz dos críticos, mas a voz daqueles que estavam lá para fazer justiça ao governo. Eu nunca permiti que houvesse qualquer direcionamento a perguntas, a colocações. A gente acabou convencendo com essas contestações, sem mudar o nosso ponto de vista, o nosso comportamento.

6 Considerações finais sobre o Programa Povo na TV

Essa pesquisa histórica, com base em documentos e relatórios [fontes primárias], indícios, pistas (GINZBURG, 1998) e depoimentos orais (THOMPSON, 1998; ALBERTI, 2004), oportunizou o conhecimento de um momento ímpar na comunicação pública, em que os veículos de comunicação de governo [Rádio e TV Educativa] saíram do ostracismo e transformaram-se em centro da estratégia de comunicação pública, uma situação inédita na história do Espírito Santo. Esse fato histórico foi viabilizado a partir da ousadia de duas jornalistas e profissionais de *marketing* Elizabete Rodrigues e Jane Mary de Abreu, responsáveis pela eleição vitoriosa do governador Albuíno Azeredo.

Em depoimento oral, Elizabete Rodrigues contou como ousou mudar o paradigma da comunicação pública, investindo os recursos públicos em jornalismo na TVE e Rádio Espírito Santo. Promoveu eventos do governo com apoio da iniciativa privada, como as visitas do Papa João Paulo II e Mandela, bem como implantou uma Agência de Notícias para fornecer pautas públicas aos veículos convencionais, visando divulgar as realizações de governo com mídia espontânea, uma experiência inédita que serviu de modelo para outros estados.

Esse processo alterou a política de destinação de verba pública para publicidade nos veículos convencionais pelas agências de publicidade, mudando uma tradição e provocando pressão do mercado publicitário no governo do Estado, o que desencadeou suspensão de verbas para a comunicação cuja dotação chegou a ser zerada por intervenção e represália da Assembléia legislativa. Esse processo também provocou o desgaste da Superintendente de Comunicação, Elizabete Rodrigues, que devido às pressões pediu exoneração do governo, o que inviabilizou a continuidade dessa política de comunicação pública inovadora.

Com a nomeação de um novo superintendente, as oligarquias garantiram o retorno ao modelo tradicional de distribuição das verbas públicas com investimento em publicidade e veiculação nos veículos comerciais. Entretanto, essa experiência

inédita e inovadora de comunicação pública interativa e transparente, com investimento em jornalismo comunitário, não poderia ser esquecida pelas gerações futuras.

A implantação da política de comunicação pública inovadora por Elizabete Rodrigues contou com o apoio político do governador Albuíno Azeredo que enxergou nessa estratégia a possibilidade de aproximação com o povo excluído, que o elegeu, mas que esteve fora das políticas públicas ao longo do seu governo. Os professores estiveram em greve grande parte do governo Albuíno Azeredo em busca de melhorias salariais, da valorização profissional e de melhores condições de trabalho.

Albuíno Azeredo é um político carismático que se elegeu devido a sua origem humilde, primeiro governador negro, que venceu pela educação, mas que ignorou o investimento na educação, em políticas sociais de amparo aos excluídos e de apoio ao movimento negro.

O cientista político e professor da Ufes, João Gualberto, em análise de cenário político publicado na Revista Essa, em fevereiro de 2006, avalia que a candidatura de Albuíno Azeredo nasceu de relações construídas na base municipal, junto aos prefeitos do interior, que são lideranças tradicionais sem “expressão partidária”. Para ele, Albuíno foi eleito por uma “articulação interiorana e clássica” do que por um projeto político ou de desenvolvimento consistente. Mas para João Gualberto a fragmentação das elites estaduais, que permitiu essa articulação, não aconteceu por acaso, pois foi construída:

> Não podemos esquecer que o grupo político no qual Max fez parte no PMDB chegou ao governo com Gerson Camata e depois, com o próprio Max (Mauro), se desfez durante sua gestão. Albuíno, dentro da máquina administrativa estadual e filiado ao partido de Leonel Brizola, costurou lentamente seu projeto de ascensão à primeira cena política. Esse é um fato. Mas também não podemos esquecer de outro elemento importante no jogo do poder da época. A eleição se deu em 1990, um ano depois da de Fernando Collor. Estávamos no auge de um novo momento na política brasileira, que passou a ter televisão como ator-chave na definição eleitoral. E Albuíno foi o grande astro daquele processo. Podemos dizer que a eleição de Albuíno foi a primeira a ser ganha na televisão. A primeira na qual o veículo foi utilizado de forma intensa e dirigida aos setores populares, onde a figura carismática do ex-governador reinou. Com a estratégia de

> comunicação voltada aos setores D/E, habitantes das maiores cidades, houve um casamento perfeito com as bases municipalistas que produziram o primeiro movimento de campanha. A fórmula do sucesso havia sido encontrada. O candidato saiu vitorioso no pleito.

João Gualberto alerta que ganhar eleição é diferente de governar, pois Albuíno não teve o mesmo sucesso durante o governo. Albuíno Azeredo, pela sua formação e visão técnica, preferiu optar pelos projetos macros de desenvolvimento, ignorando a vontade do povo por pequenas obras e melhorias, o que ficou demonstrado na experiência de contato com as comunidades carentes pelo Programa Povo na TV.

Para manter o poder, permanecer no governo e evitar o *impeachment*, Albuíno Azeredo se aliou às oligarquias tradicionais, acusadas de práticas antiéticas na administração de recursos públicos, e rompeu com seu criador político, ex-governador Max Mauro, ferrenho combatente da corrupção e adversário político do grupo que se tornou aliado do governo.

João Gualberto explica que Albuíno, aliado aos “atores” tradicionais da política, montou uma base de sustentação parlamentar que permitiu o acesso ao primeiro plano da política na Assembléia Legislativa a um grupo que depois acabaria por dominar mesmo o Executivo durante as gestões que se seguiram. Ele pagou caro por essas alianças. “Ficou prisioneiro de um esquema de poder pouco interessado em questões ligadas ao nosso desenvolvimento. Na verdade, o foco desse grupo era muito mais no “varejo” da política, no dia-a-dia das relações fisiológicas”.

João Gualberto esclarece que a economia capixaba começava a passar por um forte processo de transformação. O governo Collor empreendeu uma abertura econômica para o exterior muito intensa:

> Apesar dos erros que aquele governo cometeu, uma coisa é clara: o Brasil passou a ser outro depois das medidas tomadas no início dos anos 1990. A situação capixaba, com os grandes projetos gerados nos anos 1960/1970, já era extremamente sensível a esses movimentos, eles (quem?) precisavam de direção. Resultado: a condição que deveria ser dada à nossa economia passou a demandar uma capacidade de leitura técnica que o governo não tinha. Mesmo que alguns secretários estaduais tivessem bons propósitos, faltava capacidade de formulação no aparelho estatal. Começávamos aí a perder as condições concretas de o governo estadual dar direção ao desenvolvimento, como havia acontecido claramente

> durante, por exemplo, os governos Christiano (Dias Lopes) e Arthur Carlos (Gerhardt).

Para João Gualberto, o governo Albuíno significou um ponto de inflexão. “No campo político, porque governou voltado para as elites tradicionais, sem base partidária e sem estrutura programática. Do ponto de vista econômico, não foi capaz de intervir no novo processo político que se alinhava”. João Gualberto acrescenta que a soma disso foi um governo sem força e sem capacidade gerencial. “Albuíno terminou seu governo sem prestígio popular, sem articulação local. Embora não admita [...] existem evidências de que ele apoiou a candidatura do Cabo Camata, a quem depois assessorou na prefeitura de Cariacica”.

Esses acordos não garantiram a formação de um grupo de apoio político consistente e apesar de todos seus esforços, Albuíno Azeredo não conseguiu mais se reeleger para qualquer cargo público e transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde passou a ocupar cargos públicos por indicação política, a partir de seus conhecimentos técnicos e empresariais.

Durante o seu Governo, a mídia foi usada como paliativa no atendimento das promessas de campanha. Essa aproximação se deu pelo Programa Povo na TV que teve amplo apoio do governador Albuíno Azeredo até o final de seu governo. Tivemos oportunidade de verificar, com base nos depoimentos e em estudos de Georges Balandier (1981) e Pierre Bourdieu (2005), que esse programa se configurou como um recurso apropriado para a dramatização, encenação e representação simbólica do poder.

Os depoimentos dos participantes diretos desse processo – tanto jornalistas como as responsáveis pela gestão pública da comunicação - confirmaram esse respaldo do governador que nunca interferiu no programas fazendo qualquer tipo de censura, apesar das inúmeras reclamações provenientes de seus aliados políticos. Ele se manteve coerente até mesmo quando foi ameaçado de *impeachment* pelos deputados que detinham a hegemonia política da Assembléia Legislativa. O único momento explícito de censura não teve sua colaboração e partiu diretamente da Assembléia Legislativa.

Pudemos confirmar pelos relatórios da produção dos programas e depoimentos, que pessoas residentes em bairros carentes da Região Metropolitana solicitavam a participação no Povo na TV com a esperança de resolverem os seus problemas comunitários básicos, tais como: falta de infra-estrutura básica, abastecimento precário de água, queda de luz, falta de pavimentação das ruas, iluminação pública deficiente, falta de segurança, escolas depredadas e falta de atendimento de saúde ou serviço médico irregular e ineficiente nos postos da rede pública instalados nos bairros.

Os moradores dos bairros carentes enxergaram no programa uma brecha, um 'jeitinho', uma estratégia para burlar o sistema que impedia pela burocracia que o povo chegasse até as autoridades para pedir melhorias e reclamar das condições de abandono de seus bairros como preconiza Michel de Certeau na obra "Invenção do Cotidiano." (1994).

No programa era travada uma disputa simbólica com uso da retórica pela autoridades e moradores de bairros carentes. Conforme Bourdieu (1996) na obra "Economia das trocas lingüísticas":

> A relação de força lingüística nunca é definida apenas em relação exclusiva entre as competências lingüísticas oponentes. E o peso dos diferentes agentes depende de seu capital simbólico, isto é, do reconhecimento, institucionalizado ou não, que recebem de um grupo: a imposição simbólica, esta espécie de eficácia mágica que a ordem ou a palavra de ordem, mas também o discurso ritual ou a simples injunção, até mesmo a ameaça ou insulto, pretendem exercer, só pode funcionar enquanto tal quando estiverem reunidas condições sociais inteiramente externas à lógica propriamente lingüística do discurso.

Para Bourdieu (Ibidem), o discurso para funcionar precisa ser reconhecido: "a eficácia simbólica da linguagem [...] fica ameaçada quando deixa de funcionar no conjunto de mecanismos capazes de assegurar a reprodução da linguagem de reconhecimento que funda sua autoridade". Para que funcione, o discurso depende da eficácia de todos os mecanismos capazes de assegurar a produção da língua dominante e do reconhecimento de sua legitimidade.

Para Bourdieu (Ibidem, p. 54), os discursos alcançam seu valor (e seu sentido) apenas através da relação com um mercado, caracterizado por uma lei especial de formação particular dos preços:

> o valor do discurso depende da relação de forças que se estabelece concretamente entre as competências lingüísticas de seus locutores, entendidas ao mesmo tempo como capacidade de produção, de apropriação e apreciação ou, em outros termos, como capacidade de que dispõem os diferentes agentes envolvidos na troca para impor os critérios de apreciação mais favoráveis a seus produtos relações de dominação que lhe conferem sua estrutura, que reside o princípio do lucro de distinção propiciado por todo e qualquer uso da língua legítima, tal ocorrendo mesmo quando um dos componentes (e dos mais relevantes) desse lucro parece como que fundado nas qualidades da pessoa.

O jornalista que atuou no Programa Povo na TV funcionou como um intelectual orgânico nas características preconizadas por Antônio Gramsci (RODRIGUES, 2005) ao despertar a consciência e transformar a realidade dos moradores de comunidades carentes e oportunizar pelo programa a apresentação de suas demandas por melhorias às autoridades ao vivo pela televisão.

O programa Povo na TV foi uma experiência de comunicação comunitária interativa inédita e inspirou inúmeros programas na imprensa capixaba porque oportunizou voz ao povo. Antecipou a implantação de mecanismos de transparência na relação do político com o povo pela mídia, característica da contemporaneidade preconizada por Habermas (GOMES, 1998) como espaço público do homem moderno, reduzindo os impedimentos impostos pela burocracia na relação com o poder público.

Elizabete Rodrigues entende que o Brasil mudou muito e que o nível de consciência da população aumentou. A mídia teve de se adaptar à nova realidade social. Ao invés da TVE ter perdido espaço funcionou como uma escola e inspiração dos veículos convencionais no Estado. Grande parte dos programas das emissoras, atualmente, baseia-se no que a TVE fez ao criar na emissora convencional programas inspirados na experiência interativa de jornalismo comunitário.

Esse tipo de experiência, implantada pelo Programa Povo na TV, inspirou a criação na televisão capixaba de programas como “Gazeta Comunidade” e “Bem Viver” e

nos jornais, as colunas “Qual a bronca?” “Prometeu e não cumpriu”, “Tribuna nos Bairros”, “Linha Direta” e outros. A escola foi a TVE. A mídia tem uma função pedagógica e uma função comunitária.

O grande erro da TVE é não conseguir se superar, pois deveria estar na vanguarda, se antecipando nas tendências, mas faltam apoio e interesse público para viabilização desse processo. Um dos papéis importantes na TV pública, na atualidade, é a promoção da inclusão digital. A TVE poderia ter caminhado nessa direção e estar de novo à frente de um processo, que fatalmente será o futuro da comunicação pública, que é fazer um “*link”* entre a comunicação de massa e a internet.

Endosso a previsão de Elizabete Rodrigues, em seu depoimento, que esse processo é inevitável, uma vez que essa aldeia global terá seus limites quadruplicados dentro dos próximos anos pela fusão do universo livre da internet com a convergência midiática. “Eu não imagino como vai ser feito, mas se eu estivesse no processo eu estaria fazendo vários experimentos nessa direção”.

Tudo através da internet, reunindo todos os canais e mídias. “Eu acredito que isso é o futuro. E, como a gente sempre usou a TVE para nossos experimentos sociológicos, eu estaria por aí, trabalhando nessa direção”. Sobre a inclusão social, acrescenta:

> O povo pode ficar excluído e pode ficar ao contrário. Eu sou visionária, não é? Ele pode pressionar, pode funcionar como mecanismo de pressão para que ele consiga cada vez mais e mais rapidamente o acesso aos *Call Centers*[107], ao computador da escola, ao computador do *shopping*, ao computador de rua. Enfim, isso pode funcionar ao contrário, ao invés dele estar excluído, ele procurar mais rapidamente a inclusão, através dos mecanismos de pressão que ele hoje tem (acesso) e sabe muito bem como usar.

Para Elizabete Rodrigues, até que haja a regulamentação da internet de fato, esse processo vai depender de projetos experimentais que nascerão nas universidades, nas pequenas faculdades, nas TVEs do mundo. Até essa regulamentação e a

[107] Centrais de marketing para atendimento pelo telefone ao cliente. (N.A.)

definição de quais os limites desse território livre, ele tem que ser custeado pelo poder público de alguma forma.

> Acho que a TVE, a Rádio ES, e qualquer outra dessas coisas públicas, que não dependem da audiência, teriam essa função hoje, de discutir essas coisas, de começar uns projetos aí, meio que experimentais, chegar nisso. Vai ter que chegar. Qual é o fórum para fazer isso, se não forem as universidades, as TVs públicas, as TV's internas, os canais não comerciais? Quem estaria fazendo isso? Então, eu estaria trabalhando por aí, mas acho que pode ser um delírio isso.

Concordo com Elizabete Rodrigues quando afirma que o Programa Povo na TV foi a parte visível e um dos pilares de um projeto de comunicação que previa a priorização do contato direto do gestor e a população com intermediação da mídia, mas sem a edição da mídia formal que estávamos acostumados. Foi a abertura, a quebra de um paradigma e o precursor de um processo de transparência que, atualmente, sofisticou-se com as publicações de balanços na internet, com leilão público e com pregão eletrônico.

Esse processo de transparência teve início com o Programa Povo na TV, com o microfone, a câmera na frente do governador e o cidadão livre do outro lado, sem edição, fazendo pergunta. Esse encontro na praça pública midiática é o cerne da transparência. As pessoas aprenderam que é possível fazer essa interlocução direta com o poder público, porque a nossa geração veio de uma época cheia de intermediário.

Tudo era intermediado pela estrutura do governo e pela burocracia. O povo descobriu os mecanismos e essa comunicação com o poder público se transformou numa tendência irreversível na direção da interatividade e transparência, com perspectiva de ampliação no futuro próximo com as novas ferramentas de acesso à comunicação pela convergência midiática.

7 Referências Bibliográficas

1 ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

2 ARENDT, Hanna. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 7-63.

3 BALANDIER, G., **O poder em cena.** Brasília: Editora UnB, 1981.

4 BARROS FILHO, C. **Ética na comunicação**. São Paulo: Moderna, 1995.

5 BARROS FILHO, C.(Org**.). A comunicação na polis**. Petrópolis: Vozes, 2002.

6 BARROS FILHO, C e Marino, Luís Mauro Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

7 BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

8 BILICH, Jeanne. **As múltiplas trincheiras de Amylton de Almeida: o cinema como mundo, a arte como universo**. Vitória: GSA Gráfica e Editora, 2005.

9 BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar. Vilas operárias na cidade de São Paulo.** São Paulo: Nobel, 1985.

10 BOBBIO, Norberto**. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos.** Org. Michelangelo Bovero, Trad. Daniela Beccaccio Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

11 BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

12 BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas. O que falar quer dizer.** São Paulo: Edusp, 1996.

13 BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 8 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.

14 BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

15 BOURDIN, Alain. **A questão local**. Trad. Orlando dos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

16 BURKE, Peter. **A fabricação do Rei**. A construção da imagem pública de Luis XIV. Trad. Maria Luíza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 13-81.

17 BURKE, Peter. **História e teoria social**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt et Reneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

18 CANCLINI, Néstor García. “Democracia e mass media” em simpósio Uma cultura para uma democracia na América Latina. Memorial América Latina. São Paulo, 1996:2-29.

19 CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas - Estratégias para entrar y salir de la modernidad**. México: Grijalbo,1990.

20 CARDOSO. C. F. S. & MALERBA, J. (Org). **Representações: contribuições a um debate transdisciplinar.** Campinas: Papirus, 2000.

21 CARDOSO C. F. & VAINFA, Ronaldo (org). **Domínios da história. Ensaio de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

22 CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

23 CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** São Paulo: Editora Brasileinse, 1986.(21ª ed.).

24 CHÂRTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIERKOUCHNER, Evelyne. **História das idéias políticas**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

25 ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

26 ELIAS, Norbert & SCOTSON, L.**Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

27 ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Formação do Estado e civilização. (Volume 2). Trad. Rui Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p.193-274.

28 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986. (2ª ed.).

29 FOULCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p VII-XXIII; p. 99-128.

30 FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: vozes, 2002, p. 117-192.

31 GRAMSCI. Antônio. **Os intelectuais orgânicos e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1979.

32 GINZBURG, C. **Relações de força.** São Paulo: Cia. Das Letras, 2002, p. 13-45.

33 GINZBURG, C. “Sinais – raízes de um paradigma indiciário”_____. In: **Mitos, emblemas e sinais – Morfologia e História.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, p. 143-171..

34 GINZBURG, C. **O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo. Companhia das Letras, 2002(3ª ed.).

35 GOMES, Wilson. “Esfera pública política e media: com Habermas contra Habermas”. In: RUBIN, A:A:C: e outros (org). **Produção e recepção dos sentidos mediáticos**. Petrópolis:Vozes, 1998:155-186.

36 GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.

37 GUALBERTO, João. O ponto de inflexão. **Essa – Espírito Santo Sociedade Aberta,** Vitória, ano 1, n. 1, p. 47, fevereiro de 2006.

38 HABERMAS, Jünger. **Mudança estrutural da esfera pública – Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

39 HARBERMAS, Jünger. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. Trad. George Sperber. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

40 HERSCOVICI, Alain. **Economia da cultura e da comunicação**. Elementos para análise sócio-econômica da cultura no “capitalismo avançado”. Vitória: Ed. Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995.

41 LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero. A moda e seu destino nas sociedades modernas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

42 LOPES, Dirceu Fernandes & Trivinho, Eugênio (org.). **Sociedade mediática. Significação, mediações e exclusão**. São Paulo: Ed. Universitária Leopoldianum, 2000.

43 BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio. Imprensa, poder e público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

44 MARTÍN-BARBERO, J. "América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social." In: SOUSA, M. Wilton de (org). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

45 MARTÍN-BARBERO, J. **De los medios a las mediaciones – comunicación, cultura y hegemonía**. México: Editorial Gustavo Gilli, 5ª edición 1998.

46 MARTÍN-BARBERO, J. **Os exercícios do ver – Hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: Ed.Senac, 2001.

47 MARTINUZZO, José Antônio (org). **Roda VT! A televisão capixaba em panorâmica**. Vitória: DIO, 2006.

48 MIÈGE, Bernard. **O pensamento comunicacional.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

49 MORAES, Denis de. **Planeta mídia. Tendências da comunicação na era global**. Campo Grande: Letra Livre, 1998.

50 NADER, Maria Beatriz. **Mudanças econômicas e relações conjugais**: novos paradigmas na relação mulher e casamento – Vitória (ES) 1970 -2000. 2003. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo.

51 RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

52 ORTIZ, Renato (Org). **Pierre Bourdieu. Sociologia**. São Paulo: Atica, 1983.

53 RODRIGUES, Adriano Duarte. “A constituição do espaço público moderno.” In: **Estratégias à comunicação**. Lisboa: Presença, 1990:31-43.

54 RODRIGUES, Márcia Barros F. (Org). **A atualidade do pensamento de Antônio Gramsci para a história política.** Vitória: PPGHis, 2005.

55 RODRIGUES, Márcia Barros F. (Org). **Exercícios de indiciarismo**. Coleção rumos da História. (Volume 6). Vitória: PPGHis/UFES, 2006.

56 SANTOS, BOAVENTURA de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós- modernidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

57 SENNET, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** Tradução Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

58 SILVA, Francisca Selidonha P. da. **As múltiplas vozes de um emissor. Programa da TVE “Povo na TV”. Receptor sujeito e espaço público de discussão dos problemas comunitários.** Estudos culturais latino-americanos – Estudo de caso. 2001. Monografia (Especialização em Estratégias de Comunicação Organizacional) – Programam de Pós-graduação da Faculdade Cândido Mendes, Vitória.

59 SILVA, Gilvan Ventura. “Representação social, identidade e estigmatização: algumas considerações”. In: FRANCO, Sebastião P.; SILVA, Gilvan V. e LARANJA, Anselmo L. **Exclusão social, violência e identidade**. Vitória: Ed. Flor & cultura, 2004, p. 13-28.

60 SILVA, T. T. (Org). **Identidade e diferença; a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

61 SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. **Crescimento urbano, modernização e fragmentação social.** Fórum Sociológico n 9/10, Lisboa, 2003.

62 SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro(Org). **Sociedade e Pobreza**. Coleção Rumos da História (Volume 6). Vitória: PPGHIS/UFES, 2006.

63 SOUSA, M. Wilton de. " Recepção e comunicação: a busca do sujeito." In: Sousa, M. Wilton de (org). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

64 THOMPSON, Paul. **A voz do passado – História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

65 WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** Lisboa: Presença, 1999.

APÊNDICE

Albuíno Azevedo

O que o Senhor lembra dessa fase do Programa Povo na TV?

Eu me lembro desse contato direito que o povo precisa ter com o governante. Ele sente o governo muito distante dele. Esse programa aproximou muito o governo do povo e o povo do governo. Além do governo ser informado por aqueles que estão ao redor do governo por informações que nem sempre se traduzem na veracidade dos fatos e de ouvir e ver as pessoas colocarem tudo aquilo que estão sentindo acerca do que está faltando, daquilo que está sendo malfeito. É a melhor forma de se governar sem ser enganado. É um programa que marcou. Era bom que todo governante sentisse, que estabelecesse canal direito. É a única forma de errar menos. Têm os seus acertos às vezes. Estará errando menos quanto mais ele dialogar com a sociedade.

Como surgiu a idéia desse programa? O Senhor se lembra?

A gente sentia que as informações que chegavam ao nosso conhecimento e quando a gente tinha oportunidade de ir pessoalmente aos locais, a gente percebia algo diferente entre as informações que assessoria trazia, se pintava um quadro bonito. Muitas vezes o quadro não era bonito. E a gente mesmo teve oportunidade de perceber essa diferença. Então, quando nos sugeriram uma forma de conexão direta com a população através desse programa, embora não tivéssemos ainda vivenciado, mas o fato de ser um programa que ia estabelecer esse canal, realmente nos motivou, nos empolgou e o resultado realmente foi algo que até nos surpreendeu, tamanha era a vontade da população de estar ali para desabafar, para cobrar e até para elogiar quando fosse realmente positivo o desempenho do governo naquela área especifica.

O Senhor avaliou esse programa de forma positiva ou negativa para a sua imagem, para o seu governo?

Muito positiva, porque muitos não gostam desse tipo de programa, porque não gostam de receber críticas. Nossos governantes têm que estar ali para ser cobrados, para receber críticas, para consertar, quando as coisas não estiverem caminhando bem. Então, eu vi esse programa como um instrumento de fortalecimento da gerência de governo. E, não o via como um programa de críticas, que estaria denegrindo a imagem do governo. Muitos pensam dessa forma. Eu penso diferente. Eu acho que o governante não deveria abrir mão de ter esse canal verdadeiro com a população.

O Senhor apoiou o programa então?

Apoiei e apoiaria. Acho que só gente que quer iludir, se enganar, governando com seus assessores, que gostam muitas vezes de estar bajulando o governo. Eles gostam de estar trazendo para o governo um quadro irreal, às vezes, até para se promoverem. Então, eu estava convencido de ser um instrumento altamente positivo. Estou. Pena que nem todos pensam como eu.

O Senhor de alguma forma interferiu no programa para pedir que não fosse tão crítico ou que não recebesse tantas críticas aos seus aliados?

Não, em absoluto. Eu sempre gostei dessa liberdade da comunicação, da liberdade de imprensa, liberdade para o povo. Eu tenho minhas convicções democráticas. Eu sou democrata por convicção. Eu jamais intervi em qualquer tipo de ação, que muitas vezes não soavam bem por alguns de nossos aliados, mas que para mim não poderíamos interferir nesse programa.

Os seus aliados de alguma forma tentavam pedir o seu auxílio para não serem tão criticados, não serem alvos de críticas ou de enfrentamento das lideranças populares?

Os aliados não gostavam da forma de reagir da sociedade, da população, do povo. Então, muitas vezes achavam que o programa estava fazendo mal ao governo. Eu tinha um pensamento diferente desse. Eu reagi dizendo que o programa ia continuar como continuou, embora ele não estivesse agradando a esses aliados, com formação mais ditatorial, não convicção democrática. Eles achavam que a melhor forma de ter uma boa imagem é tolhir a população de fazer críticas.

O Senhor de alguma forma foi procurado por algum aliado? Por exemplo, a assembléia era muita criticada, alguns prefeitos acabavam sendo criticados pelos jornalistas como também por populares, pelas lideranças. Chegou algum pedido por parte de aliado seu para que interferisse no programa?

Eu tive várias oportunidades. Alguns cabos eleitorais desses aliados procuraram o governo. Até os próprios aliados se queixando, consertando essa forma democrática que governo usava, tentando intervir no programa, tentando neutralizar, tentando fazer com que se ouvisse não a voz dos críticos, mas a voz daqueles que estavam lá para fazer justiça ao governo. Eu nunca permiti que houvesse qualquer direcionamento a perguntas, a colocações. A gente acabou convencendo com essas contestações, sem mudar o nosso ponto de vista, o nosso comportamento.

Esse caráter de liberdade – eu acredito que era um dos programas mais livres onde o povo tinha mais presença, mais liberdade de se manifestar, de encaminhar sua reivindicações. Isso pode ter de alguma forma motivado o fim do programa? Às dificuldades que o programa teve ao seu término?

O governante regra geral não gosta de ouvir críticas, só gosta de ouvir elogios. Eu tenho certeza que a pressão desses que não são democratas influiu muito para que não houvesse continuidade desse e de outros programas que traziam a verdade de todos os fatos vista da ótica do povo, da sociedade. Nós estamos assistindo essa negativa até hoje, daqueles que não querem – cego não é aquele que não enxerga mas o que não quer ver e não quer ouvir, que quer passar para alguns de seus colaboradores uma imagem fictícia da realidade.

O fato de ter sido um espaço de contestação pode ter sido um dos aspectos preponderantes para o fim do programa?

Eu não tenho dúvida. Não tenho dúvida porque me recordo, a começar pelos veículos de comunicação governantes, no caso específico a TVE e a rádio, houve pouco interesse na classe política de fortalecer esses veículos. Eu me lembro que a gente teve a felicidade de investir na rádio aumentando a sua potência, investir na televisão com equipamentos, com planos de carreiras, para fortalecer a equipe técnica e de repente esse trabalho não teve continuidade porque não havia muito interesse no fortalecimento desse aparato e no uso desse meio de comunicação para ouvir a sociedade.

Porque o Senhor resolveu implantar essa política de incremento da comunicação com a criação de todas as condições para o desenvolvimento da TVE e da rádio?

Porque o governo que tem uma ferramenta como essa não poderia deixá-la como ela vinha sendo usada, apodrecendo, envelhecendo, se deteriorando. Vimos que havia até um instrumento fora de uso, um canal de comunicação com a sociedade, excelentes profissionais que estavam até então desmotivados porque tinham as mínimas condições. A partir do momento que essas mínimas condições foram estabelecidas, voltou a funcionar bem. Não tivemos qualquer tipo de tutela política, ideológica e partidária. Cada um agia livremente de acordo com seu pensamento, porque estaríamos interferindo na liberdade de pensar, de fazer as colocações e, portanto, a nosso convicção democrática tornou esse processo salutar. Tenho certeza que marcou época nos veículos de comunicação do governo, além de, evidentemente, o nosso respeito aos outros veículos não governamentais onde tivemos oportunidade de ouvir críticos com total liberdade sem pactuamento ideológico, partidário, sem qualquer tipo de interferência.

Habermas falava que o espaço público na modernidade seria transferido para as mídias, que em função de terem interesses, de pertencerem à empresa, terem vínculos ideológicos, que essas mídias não seriam livres. O Senhor acredita que esse programa propiciou um espaço público?

Não tenho dúvida, porque tendo em vista a inexistência de qualquer interesse comercial, tendo em vista que se tratavam de instituições de interesse exclusivamente público cumpriu o seu papel. Evidentemente, está se tornando difícil, nos dias de hoje, nos veículos que têm a sua sobrevivência econômica e financeira na dependência do atendimento à sua clientela ter espaço com total liberdade do povo e se posicionar, se pronunciar. Não só com relação ao público, mas também com o setor privado. A partir do momento em que o Procon se estabeleceu e se fortaleceu no país inteiro, ele passou a ser, realmente, uma instituição que pode permitir à população exercer as suas críticas, as suas reclamações, suas cobranças. Automaticamente, atinge à indústria, ao comércio.

Ali (Programa) por ter sido um espaço aberto de viabilizar essa discussão pública, esse encaminhamento das reivindicações populares era um meio que o povo encontrou para superar a burocracia que todo o poder público se constitui. Ali não serviu de instrumento até de pressão do governo?

Não há dúvida que o governo, com essa ferramenta, sabendo utilizá-la não como forma de chantagem, não como forma de perseguição, não como forma até de se fortalecer politicamente, mas um instrumento que é público. O governo pode,

perfeitamente, ter uso racional e na cobrança de benefícios da sociedade, ter uma outra forma de cobrança compatível com uma instituição porque a sua identidade é pública.

O Senhor costumava assistir o programa?

Assistia, sim, o programa. Tinha um prazer muito grande, gostava. Eu me sentia bem, eu não me via ali como alguém que ao ser criticado estava disposto a desligar o aparelho ou, simplesmente, reagir. Não, pelo contrário. Algumas perguntas, às vezes, feitas de forma muito inadequada tiveram uma resposta diria até mais complacente. Embora, evidentemente, nem todos estivessem preparados para melhor fazer esse diálogo, mas a vida é essa mesma e a gente tem que entender. Essa é a verdade.

Essas perguntas eram por parte de quem? Dos populares ou dos jornalistas?

Essas perguntas eram de populares e de jornalistas. Eu não faço distinção, mas algumas perguntas eram provocativas. Em nenhum momento eu cedi à tentação de reagir a essas perguntas. Cabe ao governante ter o equilíbrio que o cargo obriga que tenha para poder responder melhor a essas indagações.

O Senhor aceitava bem as provocações?

Eu aceitava bem, no momento que eu perdia o meu equilíbrio, minha esportiva, por mais agressivo que fosse o questionamento, eu respondia com muita naturalidade.

Não sentia vontade de interferir já que o Senhor tinha esse poder?

Não, não, não. Tive momento é claro, que o ser humano no primeiro impacto vem aquela tentativa de reagir, mas sou muito prudente, muito equilibrado, muito ponderado. Então, falava mais forte essa dosagem de equilíbrio que eu tenho.

O Senhor se arrepende de ter criado esse programa?

Não me arrependo, não, pelo contrário. Eu acho uma pena que a sociedade não possa mais revê-lo da forma que ela via. Não me arrependo, pelo contrário.

Se o Senhor voltasse ao poder viabilizaria um projeto parecido?

Não há a menor dúvida. Pena que eu tenha fortalecido esse aparato já no final do governo. Eu demorei um pouco porque o sistema estava deteriorado. Não havia, evidentemente, por parte dos governos anteriores uma decisão nesse sentido. Então, a gente só conseguiu cumprir nosso trabalho quando já era na metade do governo. É uma pena que isso ficou para o final.

Foi um investimento alto já que foi o primeiro programa totalmente ao vivo com todo equipamento de microondas, com todo o aparato técnico, inclusive, foi precursor antes mesmo da TV Gazeta, que é afiliada da Rede Gazeta?

Olha, o custo eu considero insignificante, tendo em vista que o investimento principal não havia sido feito, porque já existia uma rádio, existia televisão, existe um corpo de profissionais. Apenas o complemento de recursos materiais e humanos tornou viável esse programa. Eu considero que esse investimento, a relação benefício – custo foi muito boa, muito mais benefício que custo.

E a resposta política? Fazendo uma avaliação (do programa) como estratégia de marketing, ele foi efetivo?

A presença do governo nos programas, em alguns momentos, pode significar que está ali levando sua mensagem não verdadeira. Nem toda sociedade acredita no que o governo está dizendo, que está falando. Quando a resposta está no próprio governo, o marketing não tem mostrado um bom resultado para o governo. Agora quando as repostas ou quando essas colocações são feitas pela própria sociedade ou ela fazendo elogios aos programas de governo ou a sociedade se mostrando satisfeita com algumas missões ou tarefas do governo, aí, sim, a mídia vai ao encontro desse interesse político de matérias. Agora quando o governante, ele mesmo, se torna o canal da comunicação, nem sempre é eficaz com os resultados políticos.

Foi por isso que o Senhor apoiou a criação desse programa?

Porque vimos nele o instrumento para o governo ouvir a realidade e se posicionar, mesmo que a sociedade pudesse não dar a credibilidade total quando ele, governo, estava se comunicando. Era um dever do governo, era uma prestação de contas. O governante tem que prestar contas à sociedade. Só o tempo é que vai deixar solidificado todo esse arsenal de realizações que o governo tenha feito.

O Senhor nunca pensou desse programa trazer benefícios políticos ou ajudar na sua imagem?

Não, não. Em nenhum momento eu, quando decidi exercer um cargo público sabia da minha missão. Eu encarei o governo muito mais como uma missão e não como uma passagem para um trampolim profissional e político. Haja visto que não me seduzi por ter mandato de qualquer forma. Eu queria realmente era cumprir essa missão. E aí o programa foi uma das âncoras que ajudou na concepção desse objetivo.

E o Senhor foi muitas vezes ao programa?

Fui. Sempre que podia a gente estava ali, porque nos sentíamos bem. Essa é a realidade, comunicar com a sociedade no governo, eu particularmente gosto dessa comunicação. Ouvir a população expressar seus sentimentos, seus pensamentos, foi muito bom.

E o quê se lembra desse período? Teve algum tipo de pressão? Como é que foi sua experiência no programa?

Não houve pressão, apenas alguns aliados que não gostavam das críticas recebidas, mas a gente estava ali com uma missão de governar. A gente recebeu-as com muita naturalidade. Então, eu só guardo boas recordações desses momentos.

Quando o Senhor esteve no programa. Como foi seu diálogo aberto à população?

Foi sempre um diálogo. Primeiramente, eu me sentia feliz por estar ali conversando com alguém, estar ali ouvindo alguém levando ali alguma mensagem, fazendo uma prestação de contas, sendo questionado e mostrando que o que eu podia fazer estava fazendo. Evidentemente, a sociedade quer mais do governo. Isso é natural. A demanda da sociedade é muito maior que a capacidade de realizar. Já conhecedor disso não tinha dúvida que nós saímos devendo à sociedade.

E o senhor se lembra de algum episódio, de alguma situação desse programa que marcou?

Olha, tivemos vários momentos. Àquela fase difícil de falta em algumas comunidades. Àquelas cobranças, as críticas. De repente, após a inauguração de água no bairro São João Batista, em Vila Velha, por exemplo, o chamado Canal Serrano ou Marajá. Eu me recordo as críticas que eram feitas. De repente a água chegou lá. Foram momentos bons. Muito marcante.

Tinham as críticas, mas também o reconhecimento?

Tinha o reconhecimento. A população agradece. Ela pede pouco e ela é grata, muito mais grata do que possa imaginar.

Entrevista Celeste Franceschi, jornalista e ex-produtora do Povo na TV

Boa tarde, Celeste. Eu quero que você se lembre um pouquinho o que foi atuar no povo da TV?

Eu fui convidada pela Jane Mary na época que ela era diretora da TVE para a coordenação de produção do Povo na TV. Eu tive uma experiência anterior na TV tribuna onde a gente fazia um programa chamado Cidade Aberta à Comunidade. Era um espaço onde a gente tinha muitas limitações técnicas, então tudo acontecia dentro do estúdio. E a proposta do Povo na TV era uma proposta muito diferenciada. Porque a proposta do Povo na TV era levar a televisão até a comunidade. Então isso era uma experiência diferente. Porque até então a gente levava a população para dentro da televisão, nós fizemos o inverso. E era uma espécie de desmistificação do que era a televisão, e a gente ia fazer justamente o contrário. Tirar a televisão de dentro das quatro paredes e levar para o meio da rua e essa proposta me fascinou muito. Então foi por isso que tentei ir pra lá, que comecei a trabalhar nesse projeto, porque era muito legal, porque antes de a gente ir para o bairro, nós íamos até a comunidade, conversávamos com a liderança, a população, levantávamos os problemas da comunidade, fazíamos uma produção prévia do programa. Então quando você chegava para levar o programa, a população já sabia quem ia lá e a gente já levava as autoridades para conversar com a população, a gente fazia aquele intercambio. Muitas vezes a pessoa queria uma coisa simples, tipo cortar uma arvore, mas ela não conseguia chegar até o secretario na Prefeitura, mas no programa ele tinha contato direto com o secretario e conseguia a garantia da execução desse problema. E assim era para tudo dentro da comunidade. Isso era muito interessante, muito legal, foi muito gratificante trabalhar nesse programa.

Acabou se tornando uma praça pública midiática, aonde o povo chegava até as autoridades...

Exatamente, diminuiu essa distância da população com o poder público constituído, porque a partir do momento em que as pessoas ficavam frente a frente, eram pessoas iguais, sem aquele status de secretário, prefeito. Então as pessoas ficavam bem mais próximas e isso era muito legal.

Por que o Governo na época resolveu criar um espaço como esse tão democrático onde a população chegasse até as autoridades e de certa forma, as pressionasse?

Olha, eu acho que a intenção do governador da época Albuíno Azevedo era mostrar que ele era uma pessoa popular, democrática, receptiva a população, que ouvia todo mundo, e até porque pela própria condição dele. O Albuíno era um cara de família humilde que conseguiu um destaque na sociedade, na época ainda muito discriminada pelo fato de ser negro. Então acho que toda essa classificação dele, do intelectual negro, que busca sempre valorizar as bases, as origens, acho que tudo isso fez com que ele próprio tentasse apresentar essa proposta de programa. E a primeira dama, a Valdinéia Azeredo, também era uma pessoa de origem muito humilde. E toda vez que via a gente dizia "vocês tem que ouvir o povo, vocês tem que ouvir o povo". Então a gente sentia mesmo a necessidade deles de estar bem com a base, com o povo, de ter um espaço de diálogo com o povo. Não que eu

achasse que ele fosse 100% democrata, porque não era bem assim, a banda tocava de acordo com os interesses dele, mas de certa forma, ele possibilitou um espaço maior na televisão para a população, que era uma coisa que ninguém tinha acesso antes.

Você acha que ele atingiu os objetivos políticos preconizados por ele e por sua equipe ao criar esse programa?

Eu acho que sim, porque ele ficou uma pessoa bem próxima do povo. Até hoje quando ele passa as pessoas na rua ficam "olha o Albuíno!", acho que aquela imagem dele de democrata, de homem do povo, do subúrbio, permanece. Para isso o programa foi positivo. Por que levou ele (sic) exatamente a atingir esse objetivo que ele tanto preconizava.

Mas acabou também sendo um espaço onde ele e os aliados recebiam muitas criticas?

Ah, sim, com certeza, é o tipo de coisa que você a partir do momento em que se propõe a abrir a sua guarda, você está propenso a receber tanto criticas quanto elogios e obviamente quando a população viu que eles tinham espaço para falar o que quisesse que eles tivessem liberdade, então eles começaram a falar a verdade, o que eles sentiam. Para muitos parecia critica, mas para outros era estar externando os próprios sentimentos deles. Isso foi positivo, e quem saiu ganhando nessa história foi o próprio Albuíno.

E o povo também ganhou muito, não?

Ah, com certeza, o povo também, porque muitas das reivindicações feitas, via programa, foram atendidas, eram muito mais imediatas e muito mais resolvíveis. Então, ele conseguia obter um ganho de tempo porque a gente sabe que no serviço público tudo é muito devagar. Então até a coisa ser viabilizada demora muito tempo e com o programa eles diminuíam esse espaço. O retorno era mais imediato.

Eles conseguiam melhorias paliativas?

Exatamente. Às vezes paliativas e às vezes definitivas. Entendeu? Algumas coisas tinham soluções imediatas. Não definitivas, mas na maioria das vezes as conquistas eram definitivas, do tipo abertura de uma rua, que era um sonho. Eles iam lá (no serviço público) e não abria e não abria. Então ia lá (no programa) e abria. Faltava ainda o calçamento, mas a abertura, que era um pedido. Esse era atendido de imediato e isso era positivo.

Em algum momento pelo fato de ter se tornado um espaço aberto onde o povo ia se manifestar, podia protestar quanto a falta de melhorias e enfrentar as autoridades, esse políticos ou o próprio governador em algum momento interferiu para encerramento do programa, para o fim do programa na sua avaliação?

Olha eu acho que como a coisa começou a ficar muito crítica. Passou a não ser tão interessante ter um espaço tão aberto. E, também houve um outro problema que foi

o fim do contrato da TVE com a Fundação Ceciliano Abel de Almeida, que era (responsável pela contratação) de 90% da equipe do programa, que era parte integrante desse contrato. O contrato encerrou e todo mundo foi demitido e eu tenho a impressão que a própria TV não teve “pernas” para tocar o programa e acabou tirando do ar um espaço, que era bem legal, bem bacana.

Na sua avaliação a não renovação desse contrato pode ter sido por motivação política em função do contexto, do programa e das próprias críticas ao programa?

Eu acho que sim, eu acho que sim, porque essa renovação aconteceu inclusive no início do governo do PT, que foi quando Vitor Buaiz assumiu o governo, Albuíno saiu, Vitor assumiu. E foi exatamente por questões éticas, partidárias. Eles achavam que era um absurdo ter um contrato para manter funcionários em um órgão público e que tinha que ter concurso. Por questões “éticas” acabou-se encerrando o contrato. Assim mais de 150 pessoas demitidas de uma vez só em função do encerramento desse contrato. E aí, sim, era um governo que vinha com proposta de popularizar os meios de comunicação do Estado e foi o governo que exatamente deu o primeiro passo para fechar esse espaço até então aberto.

Na sua avaliação esse período foi um dos mais criativos, mais produtivos da TV Educativa?

Ah com certeza. A época em que a TV Educativa funcionou com os contratados da Fundação Ceciliano Abel de Almeida nós tínhamos quase que 100% da programação local, quer dizer, você tinha profissionais voltados na área de jornalismo, na área de produção, na área artística, na área cultural. Tínhamos programa de música, programa de entretenimento, programa divulgando o Espírito Santo. Tinham profissionais lá dentro que “vestiam” a camisa de corpo e alma, de vender e mostrar o Estado como ele era. E depois disso acabou. Hoje são poucos os programas que continuam no ar voltados para o mercado local. É uma pena que esse espaço tenha se perdido.

Para o governo Albuíno houve uma intenção maior, uma política de comunicação de valorização dos veículos públicos?

Com certeza, com certeza. Se houve um governo aqui no Estado que valorizou exatamente a comunicação pública foi o governo Albuíno.

O governo Albuíno deu as condições para o funcionamento desse programa que foi pioneiro, que foi o primeiro totalmente ao vivo?

Com certeza, tanto que é um marco na história da televisão capixaba. A TV Educativa foi a primeira emissora de televisão do Estado a ter unidade de transmissão móvel ao vivo através do Povo na TV.

E como era a atuação do jornalista nesse programa?

Qual o papel do jornalista nesse contexto do programa Povo na TV?

Eu acho que no caso dos jornalistas, eles tiveram um papel fundamental nesse programa, porque a maioria da equipe que integrava a TV Educativa na época, antes da chegada dos jornalistas contratados pela Fundação (Ceciliano Abel de Almeida), eles eram produtores culturais, que não eram jornalistas propriamente ditos. Eles não tinham formação. Alguns eram radialistas e outros artistas mesmos, atores teatrais e tal. Então quando os jornalistas chegaram foi dado aquele direcionamento jornalísticos aos programas e, principalmente, o Povo na TV. Então o jornalista passou aquele mediador entre o povo e a autoridade. E foi legal, porque esse realmente é o papel dos jornalistas de intermediar, de ser o porta-voz da sociedade. E foi muito legal porque lá deu para se viver esse papel de porta-voz da sociedade de defensor de fracos e oprimidos como dizem. Foi legal.

Dentro da teoria, de acordo com o teórico Gramsci o intelectual orgânico transforma, ele interfere, ele muda a realidade, ele contribui para consciência. Nesse caso o jornalista atuou como um intelectual orgânico?

Ah, com certeza. Às vezes você chegava em uma comunidade e despertava, às vezes, até coisas que a própria comunidade desconhecia. Você chegava lá, por exemplo, para valorizar um trabalho de um artista local, um projeto social local da comunidade que às vezes a própria comunidade não valorizava tanto. E a partir do momento que o jornalista levantou e destacou aquilo como importante, a própria comunidade passou a encarar aquilo como importante. Eu acho que esse papel realmente foi cumprido.

Era um jornalista que opinava e que interferia?
Com certeza, que opinava e interferia.

Como foi a sua atuação particular?

Eu sempre gostei muito dessa coisa de estar com gente, de estar com o povo. E quando eu fui convidada para trabalhar em Vitória. Minha primeira experiência com profissional de Vitória foi para trabalhar na Rádio Tribuna AM onde eu era repórter em um veículo, um carrinho, uma xereta, a gente chamava de xereta. Era uma marajozinha branca que fazia transmissão ao vivo dos locais. Na época, quem fazia isso no Rio era a Rádio Globo com carrinho de transmissão ao vivo igual aos da CBN de hoje. Era chamado o amarelinho da Globo que ia em tudo quanto é canto em tudo quanto é lugar. Então, a gente inaugurou em Vitória com a Rádio Tribuna AM quando ela inaugurou. A gente estava sempre próxima do povo e dando voz ao povo. Então quando eu fui para a TV Tribuna de uma certa forma o povo ia até a gente. Não foi tão interessante. Quando eu fui para o Povo na TV a coisa se inverteu novamente. Então, eu tinha oportunidade de estar na comunidade, de estar com o povo, de estar conversando com as pessoas, lidando com gente. Eu acho que isso é muito legal, sempre gostei muito. Então, eu acho que foi muito gratificante trabalhar no Povo na TV. Ele me acrescentou muito enquanto profissional. Eu aprendi muito lá dentro. Até porque era uma experiência nova de edição de VT, de imagem, essas coisas todas. Então, eu fazia roteiro de programa, que embora eu tivesse trabalhado quase três anos no Cidade Aberta, que era um programa que não tinha roteiro, não tinha texto, não tinha nada, era tudo no improviso mesmo. Era na base do que der, deu.

Era uma linguagem de rádio na televisão?

Exatamente. E lá no povo na TV já era diferente porque era linguagem de televisão mesmo, era roteiro. A gente fazia roteiro e tudo. Eu me lembro que a gente tinha uma apresentadora que era muito enjoada, muito chata, que era a Cristina Abelha, que era a maior “cri-cri”. Ela criticava tudo, reclamava de tudo. Toda vez que a Magda Sperandio, que era a redatora do programa faltava eu ia fazer o roteiro. Ela dizia: “Nossa, esse roteiro hoje está ótimo!” E aí o pessoal falava: “Foi a Celeste que fez” e ela dizia: “Ah, é?”. Então, é porque eu tinha aquela linguagem de rádio, que me facilitava muito fazer o texto de TV. Conseguia que o texto ficasse bem solto, na linguagem bem descontraída. Isso sempre foi muito legal. Eu sempre gostei de fazer isso. E para mim foi muito bom como profissional porque eu aprendi a técnica de fazer roteiro de televisão dentro da TVE.

Você se lembra de algum episódio, de alguma situação que marcou durante o Programa Povo na TV?

Olha, eu me lembro de uma vez em que eu e o José Maria Batista, que era o coordenador do programa junto comigo. Nós resolvemos fazer um programa ao vivo em Jardim Camburi. Era um bairro que tinha muitas reivindicações. Na época não tinha a infra-estrutura que tem hoje e o único lugar em que o pessoal da técnica conseguiu espaço para colocar o programa ao vivo era em uma ruazinha do lado da feira livre, do lado do Centro Comercial de Jardim Camburi, onde tem a Igreja Católica. Então, tinha a feira livre ali e era exatamente o ponto onde tinha transmissão era do lado das bancas de peixe. Gente, foi muito engraçado! Porque a Cristina Abelha entre uma passagem e outra era de nariz tapado com lencinho. Aquilo ali foi motivo de gozação por muito tempo na TVE porque ela não conseguia ficar ali por causa do fedor do peixe, do cheiro do peixe. Realmente estava incomodando, mas realmente era o único local no bairro que tinha sinal para a unidade de transmissão ao vivo. Não tinha como colocar em outro local do bairro. Foi muito engraçado!

E o programa foi todo feito no bairro? Não teve uma parte de estúdio como era de praxe?

De jeito nenhum. Todo ao vivo. O Elias Mugrabi e Cristina Abelha sentadinhos numa bancadinha no meio da praça, do lado da banca de peixe.

As autoridades presentes, os líderes?

Todo mundo. O povo presente, autoridades presentes, os apresentadores presentes. Foi 100% ao vivo, da feira livre.

Foi a melhor experiência?

Ah, essa foi uma das mais engraçadas e inesquecíveis.

Você depois levou a sua experiência para a criação de um espaço hoje um dos veículos mais importantes do Estado, que é o Jornal A Tribuna. O espaço

comunitário para reivindicações a coluna “Qual a bronca?” Como foi essa experiência e como está a sua atuação profissional no momento nesse espaço?

Olha só, quando o “Povo na TV” acabou, eu voltei para o jornal A Tribuna. No caso, ao invés da TV Tribuna eu voltei para o Jornal. E lá eu fiquei um tempão e passei por várias editorias até que foi eu fui chamada pelo João Luiz Caser e pelo Luciano Rangel, que são o diretor de jornalismo e editor executivo da Rede. Disseram que A Tribuna estava com uma proposta de interagir um pouco mais com a comunidade e que eles tinham dois espaço que eles queriam aproximar mais o jornal da comunidade. Um era o Programa “Tribuna nos Bairros”, que era um “Povo na TV” no jornal. Faria a visita à comunidade para levantar os problemas da comunidade e o “Qual a bronca?” que seria um espaço onde a comunidade procuraria pelos serviços e a gente daria as respostas. E me perguntaram: “qual dos dois que você quer ficar?”, bom eu perguntei: “qual dos dois eu vou ter que trabalhar menos?”. Responderam: “o que você vai ter que trabalhar mais é o “Qual a bronca?”. O outro você vai chegar lá (na comunidade) e estará tudo pronto e só vai voltar e escrever. O que você prefere então?”. Eu prefiro ficar com o que vai me dar mais trabalho. Com certeza é o que será mais gratificante. É assim. Vai fazer nove anos agora em julho que eu aceitei o desafio de deixar a editoria de economia onde eu já estava há nove anos para aceitar o desafio de fazer a coluna “Qual a bronca?”, que é uma das colunas mais lidas do jornal. Tem exatamente esse papel de interagir com a comunidade, de ser o porta-voz da comunidade, de ouvir as comunidades, de ouvir a população de modo geral. Quem pensa que é só pobre que liga para a coluna está muito enganado, é médico, é engenheiro, é advogado, executivo, político, até político procura a gente para reclamar de alguma coisa. Então, é um espaço bem democrático mesmo e muito legal de se fazer.

As pessoas conseguem obter resultados, resolver seus problemas, através da coluna?

Com certeza, inclusive a gente tem informações de secretários que são chamados atenção por parte do chefe do executivo de prefeituras quando não atendem a uma determinação, a uma reivindicação do “Qual a bronca?”. Eu soube uma vez, inclusive, pelo secretário de Vila Velha que o Max Mauro quando abria a reunião de secretariado a primeira coisa que dizia era “olha, eu estou com um levantamento do “Qual a bronca?” e vocês não estão trabalhando direito. Então até para o próprio prefeito, a própria autoridade, serve para balizar se a secretaria está atendendo ou não aos interesses da comunidade.

Acabou se tornando uma referência?

Referência, exatamente. E para mim foi muito gratificante porque foi através da coluna que eu ganhei um prêmio, que é dos mais importantes para minha vida, que foi o Prêmio Dom João Batista Motta Albuquerque concedido pela Assembléia Legislativa, que é para pessoas que se dedicam à defesa dos direitos humanos. Eu achei isso muito legal.

Na sua avaliação o “Povo na TV” serviu de inspiração de espaços como o “Qual a bronca?”, “Tribuna nos Bairros” ou mesmo o Linha Direta de A Gazeta e Gazeta Comunidades?

Com certeza. Eu acho que o “Povo na TV”, assim como o “Cidade Aberta” também e o “Jornal do Povo” que tinha na TV Manchete foram os três programas que abriram os espaços, que foram experiências de vanguarda, que abriram espaços para que hoje os veículos de comunicação continuem garantindo espaço para a comunidade e isso é muito legal.

O diferencial no caso do “Povo na TV” foi a questão da interatividade e maior participação popular?

Exatamente porque até então as pessoas não sabiam onde buscar ajuda. A partir do “Povo na TV”, eles descobriram como era fácil interagir comas autoridades e começaram a usar esses espaços.

Você acredita que para algumas pessoas é mais fácil obter resposta na mídia que nas autoridades?

Eu acho que as pessoas estão mais conscientes de que elas precisam buscar seus direitos. E muitas delas só recorrem à mídia depois de que elas esgotam a capacidade que elas têm de buscar solução do problema dela junto ao órgão, ao setor, à empresa em que ela tem problema. A gente sente isso na demanda da coluna que quando a pessoa chega a ligar para gente é porque ela já ligou para a prefeitura, já ligou para Excelsa, para Cesan diversas vezes. As pessoas dizem assim: “eu já tenho telefonia, tenho esse protocolo, protocolo e protocolo. Já tenho esse, esse e esse”. Trezentos protocolos e ninguém resolve nada. Fica um jogo de empurra-empurra. Na hora que liga para a gente a resposta vem imediata.

Só para tirar uma dúvida final... na sua avaliação o governador(Albuíno) interferiu para o fim do programa “Povo na TV”?

Eu acho que sim, porque as cobranças começaram a ser muito diretas e como o fim (de governo) é uma época de política passou a não ser mais interessante. E com a entrada do novo governo pode ter avaliado que o espaço era um risco muito grande. Começar um governo já com críticas. Então, eu acho que foi isso que fez com que eles encerrassem o contrato com a Fundação.

Isso já no governo Vitor Buaiz?

Já no governo Vitor Buaiz, porque até no final do governo Albuíno o programa continuava no ar.

Então, Albuíno não interferiu?

O Albuíno não, quem interferiu foi Vitor Buaiz.

Você gostaria de fazer alguma consideração final em relação a sal atuação?

Eu acho que o que a gente pode dizer que tudo na vida da gente, toda experiência sempre é válida e sempre acrescenta alguma coisa. Então, como a gente nunca nasce sabendo. A gente vai aprendendo à medida em que a gente vai vivendo,

todas essas experiências pelas quais eu passei enquanto jornalista lá na Rádio Capixaba, depois na Rádio Tribuna, depois na TV Tribuna, na TV Educativa, no Jornal A Tribuna, na Rádio Tribuna AM que eu voltei posteriormente e até mesmo aqui na Câmara como assessora do vereador. Todas essas experiências vão se somando, vão fazendo com que a gente aprenda cada vez mais um pouquinho. Eu vou te dizer eu não me arrependo de nada do que fiz até hoje e se tivesse que começar de novo, eu faria tudo de novo.

A sua participação no programa teve uma importância fundamental na sua atuação profissional?

Com certeza eu aprendi muito, eu cresci muito, eu acho que eu amadureci muito fazendo o programa “Povo na TV,” porque eu tive contato muito próximo com quem estava no poder e um contato muito próximo com a base. Então, deu para eu fazer um comparativo muito legal e eu acho que se eu tivesse que optar hoje eu ficaria lá na base que é muito mais confortável.

Entrevista Cláudio Figueiredo (Cauby), jornalista apresentador do Povo na TV

O que você lembra do Programa Povo na TV?

O Programa utilizava uma equipe muito grande. Tinham as meninas da produção, da pauta. Primeiro definia quem fazia pauta, produção, quem cuidava da montagem do programa, da edição e do espelho. Então tinha tudo aquilo e que a já sabia de manhã cedo como seria o programa do dia. Já tinha o espelho, como falávamos, do que ia acontecer. Tinha um planejamento muito bom o programa. Tudo era pensado com certa antecedência.Quando a gente visitava os bairros, e o objetivo do programa era justamente levar voz do povo até às autoridades, de fazer essa ponte entre o povo e a autoridade, de forma online, ao vivo. Enquanto você estava assistindo, a coisa realmente estava acontecendo, o que era uma novidade na época 1991-1992. A TV Educativa foi a primeira emissora (do Estado) a ter uma unidade (ao vivo) de externa. Isso dava uma mobilidade muito grande ao programa. Eu me lembro que essa experiência de sair do estúdio já era por si só uma coisa sedutora para quem estava trabalhando, que estava fazendo. A gente no caso que estava apresentando, mas tinha toda uma equipe atrás que ia ao bairro um dia antes, procurava um sinal para fazer (transmissão) ao vivo, subia em pé de manga, em árvore, o “diabo a quatro”. Eles faziam de tudo, mas sempre conseguiam achar um sinal e transmitir ao vivo daquele bairro, um ponto daquele bairro que seria mostrado em foco no programa. E a gente, a nossa equipe de produção, realmente trabalhava direitinho. Eu me lembro que as pessoas iam à comunidade para fazer a produção in loco. A Celeste Franceschi toda espevitada sempre ia ao bairro para fazer a produção no ar. Isso melhorava muito a qualidade porque a gente ia fazer matéria sobre o bairro, não perdia tempo, já ia mostrando exatamente aquilo que a comunidade queria que fosse mostrado e enfocado, os itens. Então chamava muito bem o programa. Um dia antes tinha até peruinha que avisava que o programa ia estar lá, em alguns casos de Associações de Moradores que tinham esse serviço. Isso era divulgado até por peruinha... “Olha, amanhã o Povo na TV estará no bairro”. Igual a circo. A Associação convidava colocava uma peruinha avisando, mobilizando o povo. A Associação de Moradores era bem organizada. Envolvia Associação, movimento popular. Era com muito critério sobre o que ia ser falado e a gente dizia quem seriam as autoridades que estariam no estúdio para responder as perguntas. Eu lembro que a gente ficava numa praça, num ponto de acesso público e as pessoas - toda mundo muito curioso. A televisão tem um poder mágico. A pessoa vê uma câmera e aquilo já se torna um fato. Então as pessoas se reuniam em torno da nossa unidade lá e aí a produção local, porque tinha produção local, que acompanhava o repórter que ia já separando: você quer falar de que? De segurança? Pegava o nome da pessoa, qual a pergunta, porque dependendo da pergunta, a gente também não é tão livre, porque se fosse uma pergunta ridícula ou de baixo calão, alguma coisa que possa criar um.. (constrangimento), porque o programa era ao vivo. Pode deixar que vou perguntar sobre saúde e chegava lá (na frente da câmera) falava...”Seu Prefeito, seu f....”. Como você podia impedir o cara se o programa era ao vivo? Aconteceram algumas vezes... minimizar isso a gente já selecionava quem tinha o tempo. A previsão era de uma hora, uma hora e meia de programa. Começou tendo uma hora e depois ampliou para uma hora e meia porque a coisa foi dando certo, o programa foi evoluindo, chegou a ter uma hora e meia de duração o programa, uma fase lá, na última fase do programa. Aí a gente fazia reportagens, a gente fazia produção, a gente apresentava. Então para você que está

trabalhando com jornalismo era um aprendizado muito grande. Assim como hoje as empresas modernas trabalham assim. O repórter, ele mesmo cuida de editar a matéria que faz, que é o certo, porque quando você faz um texto você já faz pensando em determinada imagem. Enfim, aí eu acho que a gente conquistou naquela época o interesse da população, que era o único canal de televisão que fazia esses ao vivo longos de uma hora e meia e que mexia com a comunidade. E às vezes tinha um lado engraçado porque a gente também fazia matérias bem diferentes desse formato tradicional de Off/passagem e entrevista. Eram matérias.... Eu me lembro que a Magda Carvalho fazia matérias que a gente chorava, com poesia, com imagens de *slow* falando do sofrimento do povo, pegando no emocional mesmo. “Àquela pessoa calejada”... Sabe àquelas matérias especiais do Fantástico? “Calejada, a pessoa ainda sobe o morro carregando latinha de água”. A pessoa chorava. Geruza Conti com umas matérias mais ácidas. Ela chamava... ”Os responsáveis, ou melhor, os irresponsáveis”. A Geruza era bem “dedo na ferida”. E eu fazia o personagem Cláudio Figueiredo, o repórter sem medo. Menina, eu me lembro que ia a cada “sovaco de cobra”. Uma vez nós fomos num bairro chamado Bairro da Penha, ali dentro do quartel de Maruípe. Na noite anterior, a casa do presidente da Associação de lá foi metralhada com cinqüenta tiros na parede. Ai a gente com muito medo. Eu sempre usava esse slogan “Cláudio Figueiredo, o repórter sem medo”, e eu falava sem casa própria, sem dinheiro no banco, sem parente importante e vindo do interior, mas estamos aqui felizes apresentando o Povo na TV. Era um negócio engraçado, era diferente desse padrão de jornalismo sisudo, muito sério, a gente era despojado e falava a língua do povo. Acreditava. Opinativo, de forma a induzir quem estava assistindo a refletir e chegar a mesma conclusão que você, sem dúvida. Acho que era uma forma de induzir o povo a se organizar para reivindicar as suas coisas, não as suas grandes coisas. Eu me lembro que fomos num bairro na Serra que botamos a Cesan, a Escelsa, e conseguimos amarrar ao vivo o acordo para beneficiar a comunidade. A Escelsa marcou tal dia “nós vamos botar energia nesse bairro tal e nas ruas tais e tais e tais”. E a prefeitura disse “nós vamos calçar as ruas tais e tais e tais”. E cumpriam. A gente ia lá mostrar, conferir o tal ato, dava seqüência. Quando fazia a gente mostrava que fazia, elogiava e o cara ficava bem. Então isso estimulava o cara a fazer. E, quando não fazia, a gente voltava lá e botava o povo para descer a lenha”. E mostrava que ele prometeu e soltava o vídeo do dia tal. E mostrava que era falta de compromisso com o povo...”por que isso é vergonhoso!” e aí o “pau comia”. Daí por conta de coisas assim, como você mesmo disse, tratava-se de uma TV Estatal e o Estado era muito criticado dentro do programa. O povo criticava muito. Então, não tinha. Era uma coisa que eu diria que era o que havia de mais livre na imprensa capixaba era o que passava ali porque esse filtro não existia. Era tudo do jeito que era dentro do sentimento do povo era mostrado cru, com transparência. Não tinha que atrapalhar nada. O meu medo era só evitar obviamente de evitar as coisas de baixo calão, de xingamento, essa coisa de impacto pessoal, a gente tentava evitar, porque também não é o caminho. Quando era gravado a gente sempre depois que o cara desabafava, a gente falava “faz uma fala mais política, menos emocional, emotiva”. E o cara sempre fazia. Não era por aí também, que era uma forma de fazer as coisas. Eu me lembro o seguinte que o Governo era muito criticado no programa. O governador, a figura do governador foi atacada várias vezes no meio daquelas crises movimento de greve de tudo quanto é lado. Albuíno mudou de aliado. Max rompeu com Albuíno. Albuíno se bandeou para o lado de Valci Ferreira. Ele se aliou a todos aqueles figurões, que tinham imagem pública muito ruim.

Marcos Madureira, àquele grupo daquela época. O governo dele começou a afundar. Ele mapeou muito o governo dele porque ele fez acordo com muita gente. Não sei bem o que aconteceu, mas o governo Albuíno degringolou e TV Educativa mesmo sendo do governo não poderia não mostrar. Então o reflexo do que aconteceu no governo era exibido na televisão, era mostrado.
E havia censura do governador?

Não havia. Eu me lembro que me pediram a minha cabeça uma única vez e nem foi o Albuíno. Foi o presidente da Assembléia, Valci Ferreira. A assembléia não muito diferente de hoje era bastante vergonhosa. A gente tinha vergonha da nossa Assembléia como até hoje. Diminuiu um pouco, mas a gente tinha muita vergonha do que se fazia no Legislativo. Todas aquelas roubarias, àqueles escândalos de corrupção, fraude e o "diabo a quatro," paternalismo, fisiologismo. As matérias que eles aprovavam a gente criticava muito. Sempre pegava para o governo, porque estava aliado, segundo Max Mauro "uma corja de bandidos". A gente começou a mostrar alguns podres, algumas coisas ruins do governo e a única censura que foi feita não foi por parte do governo, mas foi do presidente da Assembléia que era o Valci que ligou, que acionou o governo e disse "a TV Educativa do Governo tem um programa assim e assim e que estão fazendo isso, isso e isso, eu não aceito e eu não quero, mesmo chantageando o governador. Então houve uma retratação pública da minha parte e do Guilherme, para a gente não ser demitido. Eu fiz isso com muita vergonha porque precisava trabalhar. Para a gente conseguir manter o emprego a gente precisou falar que nesse episódio a gente reconhece que 'pegamos pesado', quem tem que fazer o julgamento é o povo, não é a gente e admitindo que a gente foi parcial, mas a gente conduziu de forma a mostrar que era revoltante, que mesmo pedindo desculpas, a gente não deixou "barato" não. Eu e o Guilherme Klaws muito irônico e ele que tinha sido acionado junto comigo, porque nesse dia a Geruza estava de férias. Teve um programa desses que a gente mostrou umas coisas que aí foi tenso. Aquilo foi o auge. O povo que acompanhava o programa teve a alma lavada depois do que foi falado na televisão. Hoje em dia não se vê isso mais.

Foi precursor o programa nessa questão de jornalismo comunitário ao vivo, que pressionava o governo?

Eu acho que foi. Mobilizava as pessoas. Tinham umas vinte pessoas pelo menos o programa. Hoje em dia você vê para fazer um programa na TV Vitória, por exemplo, o Espaço Local, só uma pessoa, que era eu. Eu apresentava e na TV Educativa tinham vinte pessoas envolvidas, desde a idealização do projeto e não tinha como dar errado. Tinha audiência. Eu acho que foi o momento principal da TV Educativa nessa história toda. Já teve outros programas artísticos muito legais, mas na área de jornalismo, já que foi uma experiência nova, inovadora, mesmo porque na época o ao vivo era uma coisa muito interessante pela interatividade, era a coisa atual, porque ao contrário do jornal falado e escrito, tem uma hora para dar sua contrapartida e havia debate no estúdio. Eu me lembro que tinha o Eudier, secretário de Vila Velha que suava. Toda semana o Eudier estava no programa. A gente fazia assim cada dia num município. Fazia um rodízio. Tudo bem que eram bairros diferentes, nós visitamos 630 bairros eu acho em dois anos e pouco, três anos, não sei. Muitos bairros. Todo dia um bairro. Então, olha quantas horas ao vivo, 630 bairros da Grande Vitória, somando, acho que nós fomos praticamente em todos, durante todo o tempo do programa. No mesmo município os secretários eram os

mesmos.. Os bairros eram diferentes, mas os secretários eram os mesmos. Tinha o pobrezinho do Eudier Antônio da Silva, secretário de obras de Vila Velha, do governo de Jorge Anders, ele sofria. Ele gostava porque ele tinha aptidões orais, de oratória, falava, gesticulava. Então ele queria defender a prefeitura. A gente pegava pesado. A gente aprendeu a gostar dele porque ele nunca se recusava a ir ao programa, ao contrário de outros, que sabia que ia tomar uma “porrada”, então nem ia. Ele mandava o diretor de alguma coisa, mas o secretário mesmo não ia. Volta e meia também vinha um dos prefeitos. Ai a gente criava uma certa tolerância para não espantar o prefeito, senão ele nunca mais voltaria. Então a gente se esforçava para ter um debate com o nível bom com os prefeitos porque isso reforçava a possibilidade deles participarem novamente em outra oportunidade. Tinha tudo certinho. Não tinha nenhum comando, do tipo “olha, pega leve com o prefeito”. A gente sabia como fazer porque a gente sabe que é mais difícil a gente conseguir espaço na agenda do prefeito. Mas a gente fez coisas grandiosas no sentido de comunicação. A gente falava exatamente o que o povo entendia porque falava a mesma língua. Na comunicação o importante não é nem o que a gente fala, mas o que o outro entende. Ele sempre entendia porque era a linguagem popular, não tinha muito aquela coisa rebuscada. Falávamos gírias, falávamos o coloquial e a gente usava a imagem. Um dia estava fazendo uma passagem numa bairro falando das ruas com buracos que eram crateras e eu caminhando olhando para a câmera e caí num buraco ao vivo. Puff... estava lá um homem estendido no chão! Eu brincava, era um quadro de humor, mas com conteúdo sério. Geruza também era outra figuraça. Então, de vez em quando tinha alguma personalidade, brincava de como ele estava vestido, como era um cara estiloso. Tinha sempre alguma coisa que a gente mostrava. Eu virava a noite porque a minha banda de blues estava no auge e o que eu mais odiava no programa era acordar cedo porque tinha que estar lá de manhã. Eu virava a noite. Então, eu tinha que acordar cedo. Então eu deitava naquele furgão e roncava. O pessoal tem imagem disso. Eu não agüentava tinha que entrar no ar. Às vezes eu bebaço ainda bebia uma aguinha. Márcia Gáudio batia na minha cara, cuidava de mim, me dava um café. No ao vivo a gente tinha um companheirismo por trás muito grande. Eu tenho muito carinho de me lembrar dessas situações, mas a sua tese é verdade porque aquilo ali foi a maior experiência no jornalismo capixaba, de jornalismo interativo, de comunicação pública, de debate ideológico, às vezes, também tinha outros assuntos, o programa era tematizado e tinha vários assuntos, de comportamento, levávamos psicólogos, discutíamos coisas interessantes também de história, de religião. A gente fazia o ao vivo na praça e a gente levava um tema como encarnação. Uns eram contra e outros a favor. Não era só política. Tinha a questão social também. A gente ia nas feiras e mostrava os preços, onde era possível encontrar os produtos mais baratos, os supermercados. Tinha um serviço grande. Os médicos davam dicas de saúde. Cada dia da semana tinha um foco economia, dicas de saúde, comunidade. A gente estava sempre ao vivo de algum lugar e as notícias do dia certamente estavam em pauta. Se estavam na capa dos jornais a gente sempre procurava colocar no programa.

Você atuou no programa do início ao fim?

Não eu saí antes. Eu sempre tive dois empregos. Esse trabalho, essa vida da gente. A TVE sempre pagou muito pouquinho. Então, surgiram convites melhores eu pulei fora. Eu tentei uma licença sem vencimentos, mas o Thelmo Scarpini e a Luína Palácios pediram minha cabeça ao Tinoco, porque me chamaram de fantasma. O

Estado não me dava oportunidade de ter licença sem vencimentos porque eu não era estatutário. Eu era celetista. Você era contratado pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida. Rompeu também o contrato da Fundação. Eu tive que sair. Teve aquele processo e eu virei funcionário. Eu era celetista. Eu era efetivo, mas não era estatutário. Apesar de ser celetivo, que eu conquistei no processo, mas eu não tinha ainda o tempo. Tinha que ter três anos como efetivo para ter direito a sair de licença sem vencimentos. Não consegui. O meu compromisso com ele (Tinoco) era não ir lá, mas em troca do meu salário todo mês uma revista editada com toda a programação da TV bolamos esse produto para circular, porque eles queriam captar recursos para melhorar a estrutura da televisão, já tinha lei permitindo.

Antônio Gramsci fala que o intelectual orgânico ele modifica, desperta a consciência, leva à transformação. Você acha que jornalista que atuou nesse programa ele pode ser considerado um intelectual orgânico?

Pode na medida em que ele faz a pessoa refletir sobre os direitos que ela tem como cidadão. A questão de você conscientizar para a cidadania, que não é você eleger um político e ficar esperando que ele faça tudo por você, mas você ir à luta e cobrar, criticar mesmo, participar. Cidadania é participação. Então houve participação. A gente instigava isso, onde ia sempre estimulava a participação. As pessoas tímidas a gente fazia um trabalho e em questão de um minuto e a gente conseguia convencer a pessoa a falar em frente à câmera. Então, tinha muito isso também. Então eu dizia conversa comigo. Eu dava nem tempo dela pensar e já estava ao vivo. Então, o cara acabava deixando rolar. Então, o “time”, o pique era muito dinâmico, mas a gente sempre induzia a pessoa a despertar a consciência cidadã.

A tentar mudar a sua realidade.

Isso também se souber o que é a cidadania.

E você acha que essas pessoas que tinham dificuldade pela burocracia de chegar até as autoridades que esse programa oportunizou isso?

Claro, com certeza, porque de todas as áreas. A gente colocava o povo falando, se comunicando ao vivo do seu bairro conversando com qualquer autoridade, até o Governador. A gente fez uma censura mais forte para evitar ataques pessoais, mas houve. O governador ao vivo prestando contas. E havia uma censura no sentido de filtrar, auto-censura. Na hora de por as pessoas para fazerem perguntas desprovidas de tudo, desprovida de cabo eleitoral, daquela coisa sanguínea. Fazia pergunta como jornalista fazia para melhorar o nível do debate para evitar que saísse aquele “barraco” que o povo sempre gosta. Tem gente que gosta mais de tumultuar do que chegar num acordo só para ver o circo pegar fogo, que tem espírito de porco.

Por que você acha que o programa acabou?

Eu não sei porque acabou. Eu acho que foi justamente porque os governantes que vieram depois passaram a ver nesse programa justamente o perigo que ele representava para ele próprio governo. Talvez tenha acabado por isso ou que tenha se transformado em outra coisa completamente diferente. Também não sei. Esse programa com essa penetração popular, com essa transparência e essa

objetividade. Enfim, acho que pode ter sido isso. O medo de ser criticado em seu próprio veículo. Talvez tenha havido alguma influência política nisso.

O povo tinha um espaço para se expressar livremente?

O que eu acho um direito do povo, porque o povo é o patrão do serviço público. Acho que governador nenhum poderia ter esse direito porque o programa é do povo, não é do governo. Tinha que se consolidar dessa forma, mas infelizmente.
Hoje falta um espaço como esse?

Com certeza. Hoje não. Sempre vai faltar porque dificilmente você vê as emissoras comerciais agirem assim. Irem contra seus principais líderes. Acho que se você fizer isso no segundo mês você morre de fome. Um dos maiores anunciantes é o governo. O governo tira a verba e ele está “ferrado”. Então existe um novo convívio aí, mas acho difícil a emissora comercial ter essa liberdade que a gente teve lá naquela época. Acho que foi a época de maior liberdade no governo.

Albuíno criou um espaço que serviu de crítica?

Acho que foi a Jane Mary quem criou o espaço. Vamos dar o crédito. Ela que criou o programa como secretária de governo.

Ele endossou?

Ele era muito receptivo às idéias, antes de se contaminar. Certamente tinha para poder liberar isso.

Acabou se tornando um lugar onde as pessoas o criticavam e a seus aliados?

Acabou se tornando não. Sempre foi um espaço para crítica mesmo. O Povo na TV mostrava as agonias do povo, as angústias do povo, as necessidades do povo, já desde a concepção era para isso. Ele era pulsante, a crítica era o elemento chave do programa. A crítica e a resposta a crítica. Então, era por isso que funcionava.

O povo descobriu esse espaço?

Eu acho que sim porque foi a época de maior audiência da TV porque ela sempre teve aquela fama de ser a TV Deus, que todo mundo sabe que existe, mas ninguém vê. Ela sempre teve essa fama, mas acredito que aquela época foi quando teve maior audiência principalmente pelo público local da Grande Vitória. Não sei no Brasil se a TV Cultura em São Paulo se tem uma boa audiência, mas aqui era a TV Roquete Pinto, era Rio de Janeiro, era outra programação. Não seduzia tanto quanto a TV Cultura, que a programação era bem melhor. Tanto que mudou depois e melhorou a audiência, mas foi o programa de maior audiência da história da TV local.

Foi medido de alguma forma?

Acredito que não, mas para quem estava na rua. Eu andava e em muitos lugares eu era celebridade. Eles gritavam: “Cláudio Figueiredo, repórter sem medo”. As

pessoas gritavam: “a situação está medonha!”. Eu criava um jeito de levar aquela miséria toda. E quando a coisa estava muito feia mesmo, a câmera mostrava a cena e eu entrava de lado e falava: “aqui a situação está medonha!”. Eu não tinha medo do ridículo.

Exposição total.

É total. Até porque eu fui contratado várias vezes pelo mercado para fazer propaganda já por conta do recall mesmo.

Cristina Abelha

Cristina, você acabou sendo a imagem do Povo na TV, então me conta quando que você no Povo na TV e que esse e o que esse programa representou para você?

Eu fui convidada quando eu estava acabando de me formar para ancorar o programa que estava sendo gestado.
Fui contratada pela TVE e fui preparada para isso porque eu nunca tinha feito televisão. Eu estava saindo da faculdade. Nós, tínhamos uma grande estrutura voltada para esse programa que era tido como " menina dos olhos" daquela gestão. Era um programa que me lembro começou com duas horas, era ao vivo, era uma coisa muito audaciosa. Eu naquela época não tinha a dimensão política do significado daquilo, daquela ação, daquele programa. Nós tínhamos, o que eu posso. Te dizer o significado for uma coisa fantástica. A minha formação jornalística se fez em dois momentos. Eu comecei na TVE e no jornal A Gazeta ao mesmo tempo. Eu aprendi na TVE o sentido e a importância da prestação de serviço. O Jornalismo como prestador de serviço. Isso foi uma coisa que ficou muito arraigada em mim. Uma prestação de serviço com resultado. Nós tínhamos resultados. Quando você perguntou à Beth qual era a nosso audiência, nós éramos pouco mais que um traço, mas nós tínhamos um público. Nós criamos um público porque nós íamos lá. O nome era perfeito. Nós colocávamos o povo dentro da televisão. Ele era o grande ator. Então para minha formação isso foi coisa fantástica. Eu tive um mês de preparação. Nós fomos ao ar numa clara demonstração de prestígio. O primeiro entrevistado foi o governador (Albuíno Azebedo). Já mostrando a performance de ir ao vivo. Era extremamente audacioso porque como te disse éramos traço chamada TV Deus. Todo mundo sabe que existe mas ninguém nunca viu e nós abrimos para pergunta, para a interatividade. Umas das grandes coisas que eu acho era o programa audaciosíssimo eu acho . havia uma coisa meio, não é pretensiosa porque é pejorativa, mas havia quase uma ingenuidade daquela equipe toda no início de que nós teríamos o retorno. Havia uma certa ingenuidade, uma euforia ingênua ali. O que aconteceu por trás daquilo, o que você ouviu da Beth que existia toda uma política de comunicação o que fez aquilo ali dá certo, um desejo de fazer. Quando você perguntou se ela (Beth) tinha respaldo, qual aminha percepção? Tinha um respaldo muito forte porque aquelas pessoas que todas ali éramos contratados pela fundação Ceciliano Abel de Almeida, o que significou dizer, nós tínhamos salários melhores. Nós estávamos colocados ali para realmente fazer. Eles queriam uma equipe capaz, completamente. Utilizaram pessoas levadas para aquilo em especial. A equipe foi montada com esse objetivo. Não havia praticamente ninguém dos salários digamos assim baixos, que eram da TV. A TV foi praticamente refeita. Nós éramos 253 funcionários que foram feitos contratos da FCM lá dentro. É claro que desses 253 havia pessoas que foram levados para Secom, mas eu nunca me esqueci do dia em que nós fomos todos demitidos eram 253 pessoas da FCAA dentre toda a equipe do Povo na TV. E a equipe era enorme. Tinha diretor de imagem, diretor do programa. Tinha uma equipe de produção enorme. Tínhamos os repórteres e outra coisa o perfil das pessoas que foram levadas para lá. Quando a Beth falou que nós não sentíamos mesmo, não. Se havia pressão era em cima dela porque lá nada chegava. Ela foi realmente verdadeira colchão, porque lá não tinha. Eu participava da produção, da geração daquelas pautas e tudo mais. Nós decidíamos. Era tudo muito livre. Não é uma visão "Alice", ah não tinha censura e tinha. Não, não tínhamos. Você vê pessoas com o perfil de Cauby, Geruza Conti.

Imagina? Você diria “porras loucas”. Eram pessoas livres. Se aquele perfil foi escolhido é porque se desejava a maior criatividade e autonomia possíveis. Então, essa é a grande prova. E, outra coisa nós tínhamos tanto prestígio que havia uma determinação da Secom que a qualquer chamado da TV Educativa os secretários todos tinham que ir e eles iam porque não era pelos nossos belos olhos, Era politicagem.

Por determinação de quem?

Da Secom e do próprio governador. Eles não faltavam. Secretários de Estado iam lá “apanhar”. Eles “apanhavam” você sabe disso. Então, o que acontecia? Claro, a maioria das “surras” eram dos Secretários municipais, sim, porque havia uma produção quinze dias antes. A produção ia ao local, levantava os problemas. Eu me lembro. Nós escolhíamos os 3 maiores problemas porque nossa bancada cabiam 5 pessoas. Então, eram 3 secretários e 2 apresentadores. E não havia “refresco”. Agora você vai dizer, então, não era com os secretários de Estado? Mas, espera, aí...você está esquecendo “teia” política que o governador tem que formar coma base, a interdependência. Eu como apresentadora e uma pessoa que forçava a barra com todos eles, dava “porrada” no sentido elegante, mas “queimávamos” ali, “mas secretários”. Quando vinha para mim o Cauby abria o microfone e o povo “xingava” mesmo e aí vinha para mim. O que podia acontecer? O estúdio é um cenário mais frio. Ele poderia resvalar. “Secretário não foi isso que o Seu João perguntou, de lá? Eu vou voltar. E, aí Cauby?

Você não facilitava para o secretário?
Então, vamos lá secretário? O senhor prometeu, mas para quando? Nós queremos data. Eu me lembro que nossa perseguição lá era por data: quando? Vai fazer? Eu não pode fazer? Por que não? E aí eu procurava fechar muito lá era coisa mais rica. Eram 40/50 minutos de bairro e 1 hora 10 minutos de estúdio, entrevistas e aquelas coisa. Então, a gente não tinha censura. Nunca houve alguém que chegasse e falasse “lá de cima mandaram dizer. Alivia a barra”. Nada. Nunca houve. E, outra coisa, o que mostra mais isso é que nós tínhamos brigas internas. Por exemplo eu nunca me esqueço que eu não sei que era...era uma prefeita. Ou uma secretária lá de Viana, uma pessoa “briguenta” lá que ela ia faltar o programa porque ela tinha viajado. Ela mandou uma explicação para mim. E, na época acho que era a Celeste Francescri. Então, a Celeste preparou um editorial para eu dar uma “porrada” na tal secretária. Era uma secretária “cabelinho nas ventas”, eu me lembro. A Celeste determinou que àquela mulher ia levar uma “porrada”. Eu disse não vai porque eu tenho uma carta dela aqui e eu vou ler isso. Nós tivemos uma briga. E, aí o que ela fez? Ela deu para o Elias ler aquilo porque ele aceitava. Ele leu quando veio para mim eu disse: “pois é, mas eu tenho aqui uma carta da secretária na qual ela disso isso, isso, isso e isso”, mas foi àquela guerra. Então, nós tínhamos nossas brigas internas e tudo muito transparente. E não houve, pois eu fiquei três anos de 1991 a 1994. eu abri o programa, o tempo todo que ele existiu, por três anos. Nunca me foi pedido coisa alguma. Entrevista “fulaninho”. Então, o programa acabou que teve muito prestígio porque ele tinha um lastro político e isso vinha de cima. Não há nada que se sustente se não tem um lastro político forte. Esse foi o momento de muita força para a TV Educativa. Nós tínhamos lá se não me engano 14 horas de programação local e o carro- chefe era o Povo na TV.

Você diria que esse programa funcionou como uma praça pública midiátrica onde o diálogo era aberto? Por que Habermas preconiza que espaço público ideal ele teria ocorrido na Grécia, mas nos cafés franceses na transição da Idade Média para Moderna quando surge a burguesia que queria alcançar o poder. Ali ela alcançava o mesmo nível de aristocracia pelo diálogo, uma classe social ainda excluída que se igualava pelo argumento. Ali (no Povo da TV) o excluído conseguia alcançar as autoridades, transpor a burocracia e estabelecer esse diálogo?

Ele não só alcançava àquela autoridade veja bem ele se igualava porque ali eel falava do bairro. Houve até o momento em que nós discutíamos por que a autoridade no ar refrigerado no estúdio e a população fica lá no bairro? O programa só terminava meio – dia. E até nós levamos um período o programa nos próprios bairros. Eu me lembro que colocava uma mesinha de bar. Uma vez me levaram para Vila Rubim um fedor de peixe, o sol rachando, o pancake escorrendo, Zé Maria eloquecido e o cheiro de peixe. Ali foi ao contrário, muito além, o povo estava igual, chegou no mesmo nível. Muito interessante que no momento que nós fomos aos bairros e a distância era muito pequena de onde ficava o microondas, a unidade móvel, e onde ficavam as cadeirinhas que a sedução da câmera é tanta que a população não olhava para a gente, não. Ela olhava pela câmera mesmo, pelo telão que a gente colocava, uma televisão, olhando mesmo e eles não transpunha aquele espaço, mas eles tinham tanta noção que àquele espaço era deles que eles ali eram tão iguais àquela autoridade que estava ali que não havia, ninguém segurava a fala ao vivo. Então, acho que a gente ia muito além porque houve até essa ousadia de ir aos bairros com mosquitos, fedor de peixe, cocô de galinha. Eu me lembro, eu fui a Marcílio de Noranha, eu fui a todos os bairros dessa cidade. Era o povo no poder. É verdade. Então, o que acontecia ali. Nós tínhamos mais uma arma. Além nós fazermos aquele programa nós ficávamos um espaço de 1 mês/ 40 dias, que era o tempo que nós marcávamos e fazíamos a visita ao local. Tinha prometido reformar a escola, tinha prometido consertar uma rua, tinha prometido que o posto de saúde e a reabrir, estávamos nós lá cobrando. E, o que é mais interessante estavam lá os secretários. Eles iam e se não estivesse pronto ele estava lá às vezes, gaguejando, às vezes, dizendo porque que não estava pronto. Então nós tínhamos um sistema de cobrança. Era muito eficiente. E, não vou te dizer que nós conseguíamos tudo, tem “Alice” aqui, mas nó tivemos muitas conquistas. Mas, a maior delas não foi nenhuma obra concreta. A maior delas foi fazer com que a população ocupasse aquele espaço. Então, a maior delas foi formar cidadania. Foi feito ali. Eu aprendi essa paixão que eu tenho por ocupação dos espaços da mídia com serviço, ela vem disso. Eu nasci um pouco, foi a minha formação. Foi a minha grande formação.

O jornalista, e você mesmo que atirou com âncora, ele teve o papel de lectual orgânico preconizado por Gramisci, ele dava voz, ele transformava, ele dava voz, ele transformava?

Eu acho que está na gênesis do jornalista. Isso a Beth disse bem. O jornalista é esse. O papel dele é transformador. Não há como. Até porque mesmo quando ele não quer exercer o papel transformador o próprio veículo que ele trabalha transforma. Não há como você ter acesso a uma informação sem que isso processe algum tipo de transformação, sem que isso te faça refletir. É como você ir à escola e achar que aquilo ali não é tranformador. A mídia, o jornalismo, qualquer mídia, o papel dela, ela exerce esse papel. Não há como não ser. Não há como não fazer. Eu

tive um professor que dizia que o melhor do jornalismo vai para a lixeira das redações, que é censurado, mas veja como nós jornalistas, nós enquanto estamos na redações como nós somos chamados, que ferramenta que n´so somos. Qualquer coisa você vê o que o povo grita “vou chamar a imprensa”. Eu vou chamar A Gazeta. O que significa isso, não é? Nós somos uma ferramenta, sim ferramenta de transformação, por mais que você diga que a miséria, os grandes desastres são banalizados na imprensa. Mas nós somos um grande canal. E, que a transformação desembarca, em algum lugar, o veículo que traz, certamente, é a mídia. Você perguntou se eu acho que o Povo na TV era uma praça pública midíatrica? É arena. Ele foi uma grande arena porque ali se tratava um grande embate ali não havia rede de proteção. A autoridade era questionada o tempo todo. Era interessante. Aí é que eu volto a dizer da força política do programa. Havia uma decisão política que aquilo se daria daquela forma, de uma forma livre, talvez a mente enlouquecida de uma Beth Rodrigues que é uma apaixonada pelo jornalismo.

(Beth) Muitas vezes a gente ia para a praça mesmo. Você se lembra que o nosso lugar preferido era a Praça Costa Pereira?

Era uma grande cena porque havia um grande embate. Não era praça. Não. Era arena porque ali as pessoas exprimiam suas dores. Imagina, quando a gente estava em Marcílio de Noronha. Imagina, aquilo ali era um lamaçal enlouquecido, esgoto desaguava lá, a Dona Maria que falava, mas falava com a alma, falava comas dores dela. Aonde você tinha isso?

Era um momento histórico para eles?

Eles eram donos daquele espaço. Eles eram a própria televisão. Uma coisa que eles viam só da Regina Duarte, namoradinha do Brasil, se sentiram eles grandes atores . eu acho que era uma grande arena mesmo. Interessante que quem ali era jogado aos leões não era o povo, não era poder. O poder estava jogado aos leões ali. Houve uma inversão de papéis. Era o povo no poder mesmo. Se você tiver acesso, se é que existe algum arquivo, você vai ver que aos leões estavam os secretários, que fosse o prefeito e que fosse o governador. Eu nunca ouvi falar que Albuíno questionasse aquilo lá. Pelo contrário, nos bastidores a gente sabia que ele ria, que se divertia, que achava ótimo. Era isso que a gente ouvia falar, lá. Por isso a gente tinha tanta liberdade. Nós tínhamos liberdade, a palavra liberdade foi exercitada ali de forma ampla, do primeiro ao ultimo dia que fiquei. Acabou o programa porque fomos todos demitidos. O convênio era questionado na mídia todos os dias. O governo “apanhava” porque mantinha àquele convênio que já tinha expirado que expirou em 2 anos porque havia promessa de ficar dois anos e fazer concurso. No final ele durou 3 anos. Por um ano a Secom apanhava, claro que o próprio Albuíno.

Era uma forma de protesto contra a política de comunicação...

Então, eu acho que foi um grande momento. Era tratado na rua quando saia, as pessoas mais humildes. Um dia eu fui a prefeitura de Vitória para ver um alvará de alguma coisa, que nem sei o que era, mas fui fazer alguma coisa aí eu tinha acabado de sair. Nesse dia não estava com roupa de boutique, não. Estava com um blazer meu e fui direto. Eu me lembro que entrei na Prefeitura ai uma mulher ficou parada me olhando assim. Aí ela foi se aproximando, mas nem tão próximo assim,

não. Ela foi chegando e disse: Você é a Cristina Abelha. Falei: Sou. Ela disse: Eu ti vi agora com essa roupa. Ela, fez assim: Você existe. Juro. Ela botou um dedo. Entendeu? As pessoas pediam autógrafos. Pergunte a Ruth Reis que presenciou uma história dessas. Eu fui a alguma coisa lá Ufes. Aí tinha aqueles alunos de jornalismo. Eu me lembro que ela ficou uma fúria. Ela olhou assim...a namoradinha do filho dela estudava jornalismo. Você me dá um autógrafo? Eu falei: minha filha jornalista não dá autógrafo. Não faça isto comigo! A Ruth começou a debochar. Eu acabei dando autógrafo para menina. Então, eu acho que era mágico, mas ao mesmo tempo era real. Então, eu acho que, foi assim uma fantasia, uma coisa mágica, verdadeira, real.

O momento que te emocionou mais. O momento que ficou marcado na sua memória do programa?

Olha ali eram muitos momentos. Não dá para você falar em um moemnto. Eu realmente chorei uma vez, mas ao era um momento meu, uma coisa pessoal. Colocaram uma música que me lembrava muito o meu pai. E, aí eu fiquei muito emocionada, mas aí era uma emoção pessoal. A minha emoção profissional, ela era quase diária porque aquilo que eu te falei, era quase uma magia, uma coisa que estava, acontecendo de fato, mas do que emoção que me deixava, as vezes, muito arrepiada era de ver mulheres e homens da periferia. Eram mais as mulheres, quando elas se inflamavam e pegavam as crianças e falavam: olha aqui meu filho esta doente porque tem um esgoto na frente da minha casa, é lá que meu filho brinca. O Senhor já viu essa escola daqui? O Senhor colocaria o seu filho aqui nessa escola? E voltava para mim. Ele começava a responder outra coisa. Eu dizia: Secretário, gostaríamos que o Senhor respondesse. Essa é a pergunta da Dona Fulana. As pessoas tinham problemas muito reais, verdadeiros e que eram problemas de fato. Isso eu vivia os 40 a 50 minutos do bairro. Era quase um transe para mim. Era uma coisa maravilhosa.

Alguns dos entrevistados falavam de uma situação de que com o tempo o programa sofreu pressões, não do governador, mas de outros níveis, mais municipal, do legislativo, com o tempo foi havendo um sucateamento , começou a quebrar equipamentos e não se conseguia viabilizar o conserto. Você vê nesse tipo de atitude, nessas dificuldades que foram surgindo para pleno funcionamento do programa, uma tentativa d encerrar o programa, dificultar essa praça pública midiátrica?

Olha eu acho que o que aconteceu coma TV Educativa nesse período não era voltado para o programa. Eu falo isso porque depois eu voltei dirigindo a TV. Essa realidade não era para eliminar o programa, de forma alguma. Essa era uma realidade de todas as TV´s Educativas do país. Eu falo isso porque eu vivi os dois tempos. Eu era uma simples funcionária e depois eu fui diretora da TV. Eu viajei. Eu tive vários encontros, com os dirigentes da TV´s Educativas. Eu chamava assim: o “sucatão” está aqui porque eram todos assim. Era uma política de comunicação, como Beth falou, ela entrou no alto da arquitetura cerebral dela de jornalista. Ela se voltou para fazer um jornalismo e esqueceu publicidade que é uma coisa que não pode ser esquecida. Então, o que aconteceu: _ ela sofreu todo tipo de pressão, dos veículos, aquilo tudo que se faz necessário, aquela troca que existe. Você anuncia aqui, nós aliviamos ali. É uma coisa pactuada. É um pacto silencioso. Ela se

esqueceu disso ou ela não tinha verba para isso ou ela pouco se “lixava” para isso. E, priorizou o jornalismo, mas isso foi uma atitude no país isolada, porque eu conhecia a realidade das outras TV´s. E vou te dizer por que. Eu acho que dizer que o Povo na TV as câmeras a TV ficou sucateada por causa do Povo na TV é quase uma “síndrome de perseguição “. Não existiu pelo Povo na TV. Isso pode ter existido porque quem entrou, entrou com uma política para a publicidade. E aí não havia recurso para a TV Educativa. E eu vou te contar por que. Quando eu dirigia a TV Educativa houve um momento em que eu fui chamada à Brasília junto com todos os diretores do país. Aí nós tivemos uma reunião com o Roberto que tinha status de ministro, que dirigiu 8 anos a TV Cultura e depois fazia a revista da Radiobras, Roberto Muriaerte. Ele me chamou e ele expôs para a gente que o Fernando Henrique queria priorizar a educação a distância. Isso foi em 1996, quando eu fui diretora da TVE. Era uma pessoa graduada com DAS alto com Laerte. Ele falou assim: Olhar, o presidente quer um programa e var ter que ir ao ar no dia 2 de fevereiro e nós estamos mais ou menos assim: nós num vôo o plano de vôo sumiu, o piloto morreu e nós temos que pilotar esse avião. E aí cada TV foi falando do que teria como poderia ser e não sei o que. Aí chegou a minha vez. Eu olhei e falei assim: olha, sou Cristina Abelha diretora da TVE Espírito Santo e eu quero dizer que pelo que ouvi aqui eu sou uma das estruturas mais aptas a entrar no circuito e a dar início, a dar o ponta pé inicial nisso. Estou com a impressão inclusive que a TV Educativa ser uma das primeiras a levar esse programa ao ar, senão a primeira. Agora eu queria dizer a vocês que estou muito impressionado. Eu estou me sentindo, como seu eu tivesse na Universidade Federal do Espírito Santo no curso de Comunicação Social discutindo com meus colegas um trabalho universitário. Eu não imaginava ouvir o presidente Fernando Henrique que foi ao ar no jornal Nacional dizendo que o programa de educação a distância era prioridade zero no governo dele e estou vendo como ele, está sendo gestado aqui. Eu estou impressionada. Vocês vão por colocar algum recurso na TV para que isso se dê? Fez-se um silêncio sepulcral. Então nós temos aqui para sustentar o programa prioridade zero do presidente Fernando Henrique Cardoso, em educação (o salto para o futuro) com grande satisfação. Ai de carne osso o Roberto Laerte Volto. Então, estamos aqui decididos. É isso. Vamos ao ar no dia 2. Temos cronograma. Nós a partir do que foi apresentado vamos decidir no cronograma as TV´s que vão dar largada. E fomos nós a Tv Educativa foi a que deu largada, foi a primeira a sustentar a discussão naquele estúdio do Povo na TV, em função da estrutura, talvez montada na gestão da Beth, eu não me lembro. Alguém dizer que quebrar equipamento foi uma estratégia para acabar com o Povo na TV, eu, sinceramente, não acredito. Eu acho que aquilo não era uma estratégia. Aquilo ali era a nova política de comunicação do governo provendo isso, ou do secretário. Foi claramente a TVE não nos interessa. Houve deslocamento de prioridade, de política de comunicação. Vamos passar os recursos para a publicidade. A TVE vai viver com a que tem.

Por que TVE era exceção e àquele investimento todo em comunicação e jornalismo era, uma exceção? Valeu a regra na política.

Então, a pessoa que te disse isso certamente ela não tem abse sólida, alguém contou ou o secretário de comunicação disse isso diretamente para ela “vou acabar com o Povo na TV”. Mas de impressões essa também são as minhas sendo que com detalhamento técnico. Eu conheci a realidade do país visitei várias. Enquanto fui diretora da TVE eu visitei as outras estruturas, estive com os outros (diretores).

As queixas eram as mesmas. Então, nesse país a primeira vez que esta visando um laço sólido e politicamente se dizendo que a TV pública é importante é agora uma grande negociação com o Franklin Martins. Existem todos porquê disso aí. Ali já é uma questão política do governo federal uma negociação do próprio Franklin de ir para o governo nessas condições. Nós tivemos um momento de exceção na TV Educativa em investimento. Eu quero que você me diga quando houve um outro investimento, anão ser quando ela foi montada.

Naquele momento você considera que foi o auge da TVE na trajetória dela? É o seu testemunho?
E a valorização do profissional das condições técnicas?

Assim porque éramos todos contratados não com os salários da própria TV Educativa, que nem tinha direito a funcionários. Ali é que se deu início a um grande sistema de comunicação. Então, você podia contratar bons profissionais.

Dentro do que você vivenciou, como chegou para o você o processo de criação do Povo na TV? De quem foi a idéia? Por que já ouvi diversas versões? Quem foi o mentor? O pai da criação?

Não sei. Honestamente não sei. Eu fui chamada pela Jane Mary. Ela me perguntou se eu “toparia” ancorar o programa que estava sendo gestado chamado de Povo na TV. Eu me lembro que quando eu fui para lá fiquei um mês em treinamento. O que ouvi é que era (idéia) de Jane Mary.

Beth – Eu acho que foi dela da própria Jane (idéias do programa).

Eu ouvi da própria Jane – não gravei ainda – ela já antecipou a informação de que era um sonho dela, que ela queria, coloca-lo na TV Gazeta mas não tinha condições. Mas há uma outra versão de que era uma política do governo federal, das TV´s Educativas, que a TV Cultura quis implantar esse projeto em vários estados e aqui foi um dos poucos estados que manteve o programa. Parece que o Rio de Janeiro também manteve um bom tempo, mas que fazia parte de uma política. Eu soube que existiu esse programa pilotado pela Celeste Franceschi também chamado Povo na TV que ela apresentava no auditório de algum lugar. Disse que ela levava até vaca e bezerro.

Era ela e o Oleari, foi o Tribuna aberta. Foi o precursor.

Eu soube que Celeste Franceschi levava até bicho para lá.

Mas era tudo no estúdio. Nessa época existe recurso para interação porque não tinha microondas.

Agora o legal foi a coragem. Por que apesar das pessoas dizerem que a gente era “TV Deus”, de abrir para as pessoas. Eu dava um número de Telefone para as pessoas fazerem perguntas “chovia” perguntas. Era muito interessante.

Que eram respondidas ali ao vivo?

Quando a gente tinha problema técnico a gente fazia programa nas praças. Fazia muito programa. Até a gente ter estrutura mesmo para poder ir nos bairros, a gente fazia (o programa) direto da Costa Pereira. E as pessoas passavam, paravam. Eu teria sido orientada a não fazer determinadas perguntas, eu nunca fui orientada a isso.

Você ficava livre para questionar, e estabelecer o diálogo?

O caro não respondia e Secretário o Senhor não respondeu. Tinha uma cara da Cesan, que sempre ia lá porque faltava água em tudo quanto é canto. Ele apanhava tanto Aramiz Bussolar, presidente da Cesan. Ele apanhava direto da gente lá. Olha, esse é meu testemunho. Eu jamais me pediram para dizer isso ou dizer aquilo. Ceturb também, Helvécio Uliana ia sempre. Esse povo apanhava da gente. Não havia censura e nem autocensura da minha aparte, que acho que é a pior das censuras quando você já se boicota. Então, se houve alguma censura foi em outro nível e não foi transferido para você. Aí fica uma questão complicada porque a pessoa que ia apara o ar era eu. Então a primeira pessoa a ser disciplinada teria que ter sido eu.

Então esse programa na sua avaliação teve um papel histórico na televisão capixaba?

Acho que o povo ali se fez presente acho que foi um momento maravilhoso. E povo o povo também foi domado, censurado? Absolutamente. O Cauby com aquela irreverência. A própria irreverência do repórter que ia apara rua. Se bem que Cauby foi censurado, sim uma vez. E me parede que tiraram ele do ar porque ele fez uma crítica a alguém. Você já entrevistou o cauby? Então, Cauby, sim, teve uma censura. Ele desceu o “cacete” em alguém agora não estou me lembrando.

Eu não lembro o que era, mas era Paulo Lemos, deputado de Alegre.

O que faltou no seu testemunho em relação a sua atuação no Povo na TV? O que ele representou? O que ele inspirou em relação às novas mídias volatdas para a comunicação popular, comunicação comunitária?

Logo no final do Povo na TV a TV Gazeta colocou no ar A Gazeta Comunidades. Claro que no formato possível, aos sábados, tudo gravado.

Mais frio?

Era uma coisa fria, claro. Ao vivo é que é coisa quente tem como você ter algo gravado, editado e dizer que é uma coisa quente. Mas ele inventou um modelo que todos tentaram ou fizeram alguma coisa relativa a ouvir as camadas sociais mais baixas de alguma forma tiraram algum pedacinho desse modelo. Eu acho que foi isso com relação a importância disso na minha vida, no Povo na TV eu aprendi absolutamente tudo que eu sei de televisão. Então eu participava da produção de pauta, eu fui apresentadora, eu escrevia as minhas aberturas, eu escrevia quando a nossa maravilhosa Magda Sperandio, que raramente faltava, mas quando faltava nós éramos “pau para toda obra”. Então, eu fiz vários papéis em vários momentos. Foi uma escola, mas isso é a TVE. Isso não é o Povo na TV, é a TVE. Todos nós

dizemos que a grande escola da gente é a TVE. O que eu sei de televisão começou tudo ali. Um momento único, um moemento maravilhoso, de identificação maior.eles me chamavam de Patricinha porque eu vestia muita seda e muito linho, mas eu sentia muitas vezes o porta-voz. Então, era uma importância, que a perguntar da Dona Maria fosse respondida. Eu levava tudo tão a sério e aquilo tinha que ser respondido mesmo. Então, foi uma coisa de representar mesmo desejo da população.

A TVE você ainda enxerga como uma escola? Continua exercendo esse papel?

Eu não tenho como avaliar isso porque distante demais. Além de estar distante, eu não sou uma telespectadora assídua da TV Educativa. Até porque na minha atividade profissional não, há como, eu não tenho tempo para fazer uma avaliação. Então para mim seria muito difícil, seria até irresponsável.

Depoimento Elizabeth Rodrigues, superintendente do Governo Albuíno Azeredo.

Beth, conta para gente como foi sua atuação no Governo Albuíno Azeredo desde o início do governo no ponto de vista da comunicação.

O que aconteceu no Governo Albuíno foi a continuidade de um processo que já estava implementado na origem nos dois últimos anos do governo Max. A proposta de Max era popular. Ele tinha uma relação direta com a população. Max tem essa (característica). Gerencialmente, tem as vulnerabilidades. É acusado de ser centralizador, de ser muito lento, meio achando que tudo que ele não toca é desonesto. Essa é a imagem que se tem de Max. Uma coisa que não se pode negar a ele foi ter aberto um canal simples de comunicação direta com a população, o que naquela época – nós estamos falando de 88 e 89, era uma ruptura porque tínhamos um governo centralizado em que a população era paciente do processo político e que não tinha nenhum canal para intervenção direta no processo. Então, Max, eu me lembro muito bem que ele abriu o Salão do Povo. Ele dava audiências públicas a grupos, pessoas e tal, quer dizer, assistencialismo ou não, a verdade é que simbolicamente como período histórico a gente vê que começava ali um novo período, uma nova relação com a sociedade, que era a comunicação direta sem a intervenção do Poder Legislativo, quer dizer, o Poder Legislativo tinha seus vícios. Naquele momento mais do que hoje ainda. Então, o que Max fez: abriu um canal direto com a sociedade. Acho que dentro dessa linha, ele fortaleceu os meios de comunicação pública, no caso a rádio e TVE, nesses encontros semanais que ele tinha com a população. Nesse contexto foi criada a campanha do Albuíno. Então, a campanha do Albuíno “pegou”, conseguiu através de uma estratégia de marketing potencializar exatamente esse lado. Como havia sido quebrado o paradigma das relações entre o poder público e a população, foi criado o canal direto. Esse contexto se alinhava como o contexto ideal para se nascer uma liderança popular. Foi nesse contexto que Albuíno ganhou de José Ignácio. Nas pesquisas qualitativas, as pessoas chegavam a dizer: - “Eu sei que Zé Ignácio é melhor e mais preparado, mas eu gosto do neguinho”. Essa frase era recorrente nos nossos “povo-fala”(Sic). Então, era o nascimento de uma liderança popular: um “self-made man,” um homem negro que se fez sozinho, filho de uma professora que chegou ao poder pelos próprios méritos por ter sido o primeiro aluno. Então, por ter sido o primeiro aluno, ele conseguiu entrar numa faculdade de engenharia. Por ter sido o primeiro aluno de engenharia, ele conseguiu estágio na Vale e por ter sido um grande funcionário na Vale, ele chegou a diretor da Vale. E, por ter sido um grande diretor da Vale, ele montou a sua própria empresa de consultoria e por ter sido um grande consultor e um homem muito competente, a empresa de consultoria dele se espalhou pelo mundo. E, no momento em que ele chagava ao Governo do Estado, ele tinha quatro ou seis subsidiárias na França, no Peru, na Venezuela, na África, e não me lembro mais onde... E, era dono da maior empresa de consultoria da América Latina. Tudo isso, alinhavando o fato dele ter sido competente. Esse homem voltava agora ás suas origens e resolveu resgatar o povo com quem ele tinha uma identidade notória: negro e pobre. É interessante a gente notar.

Excluído que abriu caminho sozinho...

Beth - Excluído que abriu seu caminho sozinho. É, aí, Francisca, que reside a rejeição de Albuino. E, a maior rejeição de Albuíno que é muito difícil de ser trabalhada. Ele sempre ignorou isso. E, eu espero que ele não tenha que pagar um preço por ela. Por que qual é a causa do fracasso do Governo Albuíno e do rombo da imagem dele próprio?É que esse homem, esse “self-made man,” que se fez pela educação, ao chegar ao governo ignorou a educação e deixou os professores dois anos em greve. Então, ele traiu não foi a classe dos professores, ele traiu o povo que ele representava, porque ao chegar ao poder, ele ignorou que era na educação que ele tinha que fazer o maior investimento porque foi pela educação que ele conseguiu vencer.”Eu só venceria e meu filho também se ele tivesse me facilitado o processo educativo.”

O povo refletiu desejo de mudança ao optar por ele (Albuíno). O seu desejo de mudança ao querer Albuíno e Albuíno não foi fiel a esse povo e preferiu as oligarquias?

Beth – O povo acreditou que um homem do povo que se fez pela educação, certamente, teria sensibilidade de investir na educação, que é o caminho para, no imaginário popular, à redenção e à possibilidade de pular de classe. E, Albuíno traiu esse povo porque não investiu na educação. Investiu no desenvolvimento econômico, tem um grande trabalho na atração de investimento, mas ignorou que era pela via da educação que o povo esperava que ele resgatasse os excluídos, que ele aproximasse mais os segmentos e os extratos sociais que estavam colocados na cidade, quer dizer, ele era um negro que jamais, jamais, trabalhou com o movimento negro, nem pela população negra. Ele foi um excluído que não apresentou nenhum projeto social. Ele foi um homem que se fez pela educação e que deixou os professores e as professoras, e as escolas dois anos fechadas em contínuas greves e crises. Então, ele traiu a essência da origem dele. Ele traiu a origem dele, e mais que isso... “ele traiu a minha esperança, ele traiu a minha expectativa de que ele era a pessoa que ia me resgatar”. Então, isso é muito forte. E, socialmente, todas as pessoas que fizeram isso, claro que não estou o comparando a Hittler e nem a nenhum deles, mas se você pegar (os motivos) porque Hittler passou do mais amado ao mais odiado? Porque ele estava vendendo uma falácia. Ele vendeu a supremacia da raça e a raça não conseguiu.

Ele não cumpriu a promessa, ele não legitimou o pacto que foi feito na transferência do poder?

Beth – A palavra é essa mesma: ele quebrou o pacto. Ele rompeu o pacto com o segmento excluído da sociedade. E, depois, ignorou, exatamente, a políticas públicas dirigidas a esse segmento.

Hanna Arendt fala que o poder não se mantém pela violência, ele só se mantém pela legitimação. Ele não legitimou essa promessa inicial que foi feita em campanha?

Beth – Na verdade ele não legitimou, ele não agiu e, consequentemente, perdeu a legitimidade. Por isso, ele saiu (do governo), enfim, “vaiado”. E, jamais se reelegeu depois disso, nem a deputado federal.

Você foi a pessoa que elaborou, desde o início você esteve na campanha. Você criou e sustentou a imagem do Albuíno e o conduziu ao poder através da campanha eleitoral. Foi responsável pela estratégia de comunicação. Como é que a comunicação se insere nesse contexto e, especificamente, o papel da TVE e surgimento do Povo na TV?

Beth – No caso do Albuíno, as pessoas super dimensionaram muito o papel do marketing. O marketing teve o seu papel, mas o marketing sozinho não se seguraria. Na verdade, o contexto, o momento vivido pela sociedade naquele momento era fácil, era muito fértil para que uma liderança popular se estabelecesse, quer dizer, se houver um talento ou qualquer coisa parecida, não foi nas feituras das peças de marketing, não foi na elaboração, na criatividade, nada disso. Na verdade foi reconhecer que o que tinha que nascer naquele momento, o terreno estava aberto para o nascimento de uma liderança popular.

Era a conjuntura, o cenário em função da transposição de uma situação de ditadura por um desejo de democratização?

Beth – O país estava acordando para a força que ele enquanto população tinha. Então, esse despertar do país tanto é verdade que o slogan do Albuíno era “a força do povo” e o segundo era “Feito para vencer”, que era o segundo slogan dele. “A força do povo” e “Feito para vencer”, quer dizer, era a súmula, o resumo. A sociedade estava nesse momento acreditando na convicção mais profunda da sociedade: juntos somos fortes, juntos somos mais, juntos somos capazes de reconstruir esse país que foi violentado, vilipendiado, destruído, desde a colonização. Foi o despertar social para um novo tempo, um tempo que hoje está se configurando mais nitidamente. Naquele momento era tão tênue isso, mas foi o nascimento das grandes lideranças populares, foi naquele momento, não é?

No (governo) Max, na época do Max, ele criou esse espaço, esse canal, essa praça pública rompendo os trâmites burocráticos que dificultam o acesso da população, através do salão do povo. O Albuíno ao aceitar a criação de um programa como o Povo na TV, ele estava querendo criar esse canal na mídia?

Beth – Eu tenho que rever um pouco a sua pergunta por que a palavra para Max não é romper trâmites burocráticos. Max, ele alimentava todos os trâmites burocráticos possíveis como uma maneira de blindar contra a corrupção reinante, quanto à pressão do Poder Legislativo na época, que mais do que hoje, era composto de figuras altamente questionáveis do ponto de vista moral, ético e essas coisas. Então, Max se blindou do recrudescimento da burocracia.

Ao citar essa praça pública, esse salão do povo, onde o povo tinha oportunidade de ser ouvido diretamente por ele sem interlocutores, que seriam aqueles canais tradicionais de burocracia. Por exemplo, o povo que quer uma rua encaminha a demanda pela Secretaria de Transportes. Ali naquele salão do povo ele poderia demandar diretamente.

Beth – Max não tinha medo de povo. Max tinha pavor de ser vítima de um processo de corrupção de seus assessores. Na mesma medida em que não tinha medo nenhum do povo. Então, ele achava que essa interlocução direta, de certa forma, na

verdade, esse é o começo da transparência, quer dizer, ele não soube naquele momento dar uma forma muito eficiente, porque ele recebia 50 pessoas, 100 pessoas, o que significava isso? Quase nada. Na elaboração de um projeto de abrir o salão do povo, de abrir as contas, de conversar muito com a sociedade diretamente com argumentos, Max estava procurando legitimar o que ele considera até hoje. Tenho muita admiração por ele, que é fundamental no processo político, que é a transparência, a seriedade e a abertura, a eliminação dessas antigas caixas-pretas por onde circulava todo tipo de relação incestuosa do poder com o capital.

Seria o início da democratização plena, que a gente busca, que é o ideal?
Por aí, a democratização que a gente busca e que é o ideal. Max rompeu com os paradigmas do passado. Ele fez essa interlocução direta e nós, já no governo Albuíno, consolidamos e reproduzimos isso. O Max tinha um programa de rádio que era uma das coisas mais ousadas que já vi. Ele tinha um programa de rádio ao vivo em que ele questionava os secretários na sexta-feira, às 10h da manhã, na Rádio Espírito Santo. Os secretários tinham que ficar de plantão. Aí alguém falava assim: - "Dr. Max na minha rua a Cesan não chegou ainda com o projeto X ou Y". Ele falava: - "Liga com o diretor da Cesan. Fulano o bairro X não está inserido no projeto tal, tal e tal". O "cara" falava assim: - "Esse bairro nós estamos esperando licitação". E, Max, ao vivo, falava assim: - "Olha, meu amigo, eu estou aqui na linha com "fulano de tal" e a população não pode ficar esperando essa licitação". Ele administrava pelo rádio. Não era uma coisa populista. Parecia uma coisa pedagógica. As pessoas descobriam como se chegava.

Um canal direto e sem burocracia?

Beth – um canal direto e sem burocracia. E, principalmente assim: - "Então é assim que se administra? Existe uma Cesan e a Cesan é responsável por fazer o planejamento. Se não estiver no planejamento, nossa comunidade não vai entrar? Então, esse programa tinha essa função pedagógica das pessoas descobrirem como era o processo de tomada de decisão e de colocação dos recursos. Ele tinha um programa ao vivo em que ele conversava com todos os secretários, e ai daquele que não estivesse no ar, porque ele chamava pelo rádio os secretários.

Era uma praça pública midiática?

Era uma praça pública midiática. Eu não me lembro do nome do programa, mas eu tenho certeza absoluta que nós da assessoria ficávamos enlouquecidos porque tínhamos que colocar os secretários no ar e, além do mais, preparar um pouquinho o secretário. "Espera aí que vou ver o que está acontecendo..." Era uma hora de programa. Então, esse foi um programa ousado do ponto de vista midiático, novo, precursor e que até hoje não teve semelhante. Eu pessoalmente acho que seria um grande programa, por exemplo, eleitoral, se pudesse ser feito ao vivo, porque, ao invés de você ter os programas bonitinhos gravados, você tivesse a possibilidade de fazer programas eleitorais de rádio e TV ao vivo com canal aberto com a população, pelo menos em alguns momentos, você veria a "pegada" do administrador. Que administrador é esse que você está votando? Ele titubeou frente a minha pergunta, ele ficou vermelho, ele enrubesceu, ele foi sincero? Eu achava que era um grande avanço se a gente pudesse, ao invés de gravar e editar os programas eleitorais, se a gente tivesse a possibilidade pelo menos de tê-los ao vivo.

Mas precisa coragem?

Beth – mas precisa coragem, mas essa é uma palavra que hoje modernizada se chama atitude, mas ela é uma palavra-chave hoje. Precisa atitude e essa é a palavra-chave hoje. Acho que hoje tudo que estamos procurando no homem público é que ele tenha atitude, coisa que nós estamos falando de 20 anos atrás, que já aprecia nos nossos administradores. Atitude é uma palavra para Max e para Albuíno também.

O que você lembra do cenário e da criação do Povo na TV que é o objeto dessa pesquisa?
Beth – O Povo na TV foi a sofisticação desse começo, desse programa de rádio. Então, foram criadas as condições. O governo deu as condições para criar o Povo na TV. Eu estava me lembrando que a primeira sonora, o primeiro ao vivo com o equipamento de microondas foi da TVE, o que era um requinte. Nós tínhamos o equipamento, colocávamos o povo fazendo perguntas e o governador do cenário(estúdio) respondendo. Ele abriu o primeiro programa. Ele ia mensalmente ao programa e abria completamente, "peito aberto" para responder todas as perguntas e criou as condições para isso. Então, pela primeira vez sem edição, sem critério, sem pré-edição o povo fazia pergunta a seu próprio governador. E, o que eu estava colocando para você, o que foi também pelo ponto de vista da história da comunicação um momento muito importante, que a televisão até aquele momento, os órgãos públicos oficias – Diário Oficial, Rádio ES, TVE e outros mecanismos – eram porta-voz da instituição e o Povo na TV mostrou que o patrão é o povo e não o deputado, o governador. O patrão é o povo e esse rompimento de paradigma para mim, que no caso era gestora, me custou muito caro, porque os deputados estavam acostumados a ter uma televisão que eles faziam assim: - "Vamos reproduzir a festa da banana". Chegava lá reproduzia a festa da banana, entrevistava todas as lideranças que cada deputado queria que entrevistasse e tal. Àquela coisa meio de manipulação absurda.

Veiculação que interessava?

Beth – Não que não fosse feito isso. É claro que a TV fez muito isso, mas não só isso. Ela tinha o espaço também do outro segmento que estava do outro lado, que era a população.

O excluído impedido de chegar antes da criação desse espaço até às autoridades?

Beth - Isso. Então, o povo passou a fazer parte da grade e isso me custou muito porque os deputados não gostavam, não aceitavam.

E, pressionavam?

Beth – pressionavam, mas não era muita pressão. Pressão de todo tipo, de todo o tipo que possa imaginar. Eles de certa forma quase inviabilizaram meu trabalho, porque eu me lembro bem que o José Carlos Gratz. Não sei se foi o José Carlos Gratz, mas tenho quase certeza, ou o Valci (Ferreira). Bom, eu não me lembro qual

foi o deputado. Que deu zero de orçamento para a comunicação. Nós ficamos um ano sem um real.

Eles boicotaram para tentar controlar?

Beth – Eles boicotaram porque foram surpreendidos por uma nova linha editorial que era contrária, visceralmente, contrária aos interesses deles, que eram, visceralmente, contrários aos interesses do povo.

E, o alvo principal deles era o Povo na TV?

Beth – O alvo principal era o Povo na TV porque era a representação mais óbvia e mais aberta da linha editorial da TVE, da Rádio ES e dos nossos órgãos de comunicação que visavam sempre a uma comunicação mais transparente, mais aberta com uma linha direta com a população. Eles precisavam e estavam acostumados a um processo em que a triangulação que passava pela linha de poder de cada ou partido ou deputado ou finalmente área geográfica. Na verdade se você pegasse o mapa do Espírito Santo naquela época tinha assim: os donos do sul do Estado (Marataízes, Itapemirim e não sei o quê) os donos de Cachoeiro, do de Barra de São Francisco, Dores do Rio Preto, Nova Venécia. Cada deputado tinha um feudo. Na hora que fazia comunicação de massa, os feudos ficavam menores diante de um processo. Acima de cada feudo existe um Espírito Santo que precisa crescer em direção a aproximar os segmentos, a ser mais igual.

Que eles não conseguiram controlar em função de haver esse tipo de canal?

Beth – Acho que você falou a palavra-chave. Fugiu do controle deles o processo de comunicação. Hoje isso parece até assim: - “Grandes coisas!!!” Mas naquele momento nós pagamos um preço muito alto por isso. Eu saí no segundo ano do governo. Saí mal. Saí depois de....Fui demitida no segundo ano de governo. Eu pedi demissão, mas é porque tinham sido criadas as condições para eu ir embora. Já não tinha mais condições de trabalho. Eu saí junto com Max. Depois que o Max rompeu com o Albuíno, dois meses depois eu saí também do governo. Eu pedi demissão, mas na verdade foram criadas as condições para eu sair. O governo me saiu, mas do que eu queria sair. Mas, enfim, não me arrependo. Demos uma contribuição ao processo naquele momento por menor que tenha sido o passo, eu tenho certeza que foi um passo adiante.

Você acredita que esse programa (Povo na TV) quando Albuíno aceitou criar, desejou criar espaço, era ele tendo uma atitude populista porque existe porque existe um pensador francês George Balandier que fala que os monarcas como Luiz XV e outros usavam recursos de encenação, de dramatização para se aproximar do povo, ou seja, da corte que havia naquela época. Então você acha que Albuíno teve esse tipo de atitude de se fazer passar como um governante próximo das massas, preocupado com os excluídos ou ele tinha realmente esse ideal de querer criar esse espaço que você falou, que para Max isso era claro, era um desejo dele, ele tinha esse tipo de atitude. Como você avalia em relação ao Albuíno? Foi uma encenação já que você disse que no saldo final ele não honrou com essa classe que o elegeu, que tinha todas àquelas demandas e todos aqueles desejos de seguir o exemplo dele,d e romper e de se tornar um vencedor pela educação, quer dizer, ele ignorou a

sua origem. Então, como você avalia? Foi sincero ou foi um recurso de encenação, um recurso político e até populista?

Beth – O Balandier foca muito o ritual do poder. Esse sobrevive e sobreviverá. Existe um performance pública que é quase uma forma e que nenhuma liderança pode enfrentar muito. Gabeira talvez tenha tentado fazer uma coisa meio alternativa, mas de uma forma geral, o poder tem uma linguagem, tem uma carga dramática mínima necessária, tem um nível de exigência do seu comandado. O homem público não pode ser tão personal assim quanto a gente desejaria. O poder tem uma linguagem e um código muito forte. Então, Albuíno tinha que se submeter a esse processo, embora ele não fosse tipicamente um homem branco, mas ele tinha que se submeter a esse processo meio que ainda "ranço" do colonialismo. O poder tem uma linguagem. Não acho que ele tenha enfrentado isso, não. Eu sei o quanto ele gostava do povo. Eu me lembro demais quando ele estava muito nervoso, irritado, decepcionado. Qualquer uma dessas palavras, a coisa que mais o revigorava era ir a algum lugar. (Ela falava) – "Vai ao mercado, dá uma voltinha!. Aí ele abraçava as pessoas, voltava cheio de energia. Ele recarregava as energias junto das pessoas dele. Ele era absolutamente honesto nisso, quer dizer, ele gostava de conversar com o povo. Ele não abriu mão naquela agenda dele sofisticada do horário para conversar com o Povo na TV. Então, era honesto da parte dele aquilo, era o lado bom de dentro dele que naquele momento estava colocado ali e exposto. Era o lado perdedor porque não foi esse lado que gerenciou o Espírito Santo, mas era um lado latente bom que não teve força para enfrentar a pressão. Albuíno, na minha opinião, não teve (coragem). Ele se submeteu a cor. Acho que ele não teve a força que a competência dele deu a ele para ser vencedor no mercado, no mundo empresarial, não foi o suficiente para ele enfrentar as elites e oligarquias. Ele acabou se submetendo à lógica delas. Nesse caso foi por racismo. Ele num processo de racismo não conseguiu enfrentar as elites.

Ele não ousou tanto? Era racista consigo? Não achava que tinha força suficiente?

Beth – Vamos colocar assim: ele não conseguiu superar a pressão contra os negros e pobres desse país. Ele não conseguiu no campo da política, no campo da administração gerencialmente pública e num Estado altamente conservador, com uma cultura colonialista muito forte, ele não conseguiu força suficiente para enfrentar as elites. Então, ele se submeteu a elas e abriu mão das suas convicções, mas eu quero deixar claro o seguinte: eu tenho absoluta certeza que ele tinha essas convicções. Essa pureza de querer mudar é latente. Essa força só não conseguiu ser maior por causa da pressão externa.

O Albuíno não teve força para manter seus idéias, mas ele deu sustentação ao programa porque o programa ficou no ar de 1991 a 1994.

Beth - Vamos fazer um corte histórico. O governo Albuíno foi um governo progressista. Eu me lembro muito bem. Se alguém se der ao trabalho de estudar vai ver que a primeira pessoa que pensou e que fez essa coisa sobre o petróleo foi o Albuíno. Ele foi lá na Petrobras e trocou o estudo X por uma dívida, eu não me lembro bem qual. Foi a negociação, mas Albuíno olhava o mapa o mapa e falava assim: - "O Espírito Santo tem petróleo". Isso há vinte anos atrás. Um visionário. A

gente achava graça do Espírito Santo ter petróleo, mas, inclusive, ele deu o primeiro passo nessa direção e alguém um dia ainda vai fazer justiça a isso.

Antecipou ICMS que foi um dos grandes pilares do Paulo Hartung?

Beth – Eu não sei o que aconteceu, não. Eu não me lembro muito bem, o que está na gênesis, na origem desse processo, mas a verdade é que foi um governo que pensou o Espírito Santo para o futuro. Foi um governo que atraiu investimento. Foi um governo que jogou o Espírito Santo na mídia nacional. Ele percorreu esse país vendendo o Espírito Santo como um lugar, uma terra de oportunidades. A terra de oportunidades que hoje está configurada, ela veio lá de trás de Albuíno. Foi uma pessoa que investiu em infra-estrutura com o Banco Mundial. Fez muitas estradas naquela época. Então se você estudar, não é minha "praia", eu tenho certeza que as condições para essa terra de oportunidades foram criadas pelo Albuíno e que ele não teve força suficiente para dividir esse espaço visionário do futuro com as políticas públicas voltadas para o social. Então, o Povo na TV tem que ser visto nesse contexto. Um governo que tinha a alma humana, uma alma negra no sentido da mãe preta, de ser a voz do excluído e tinha performance branca, ou seja, branca no sentido do colonizador, do que trabalhava para as elites, do que cedia para o capital. Então, ele viveu essa dubiedade, essa contradição interna e que o Povo na TV representava muito bem. O Povo na TV é o lado que eu gosto do Albuíno, o lado da campanha do Albuíno. É o lado de Albuíno que era o homem do povo, mas na hora que ele chegava no palácio o povo ficava na TVE e no Palácio as elites o pressionavam e ao mesmo tempo acabavam dando um novo e outro direcionamento à estrutura de poder. É assim que eu vejo. Por isso que eu acho que o Povo na TV é muito importante porque é o lado visível do homem bom, humano e excluído que deu certo, que ele foi. A importância do Povo na TV porque esse é o lado visível de um Albuíno que não conseguiu superar as suas limitações e nem a pressão social de um Estado oligárquico marcado por oligarquias historicamente cristalizadas, que tiveram muita força no governo dele e que até hoje ainda continuam a mandar no Estado como uma grande capitania hereditária. A verdade é que o Espírito Santo ainda é uma capitania hereditária. Pode ser até que tenham se multiplicado os donos, mas não são tantos assim e nem sei se o país está muito diferente desse processo. A história do Espírito Santo é uma história – O joão Gualberto é melhor para lhe falar sobre isso. Uma coisa é certa: O Povo na TV representou uma ruptura desse paradigma. A comunicação oficial passou de mãos. Saiu das mãos do poder público para a mão do seu dono, que é o povo. O grande patrão da TVE e da Rádio ES. Foi um momento em que a Rádio ES explodiu em serviços e era uma grande prestadora de serviço da cidade. Eu não sei hoje como está, mas muito menos. De todas as formas, desde a coisa assistencialista de preciso de um caixão até o questionamento do porquê do Banco Mundial não estar asfaltando tal e tal estrada, quer dizer, a Rádio ES e a TVE saíram das mãos das oligarquias e foram para as mãos do seu patrão, que era o povo. O Povo na TV foi o momento alto desse processo.

Para manter esse tipo de serviço é necessário criar condições que são caras. Como foi esse processo de contratar pessoal e até investir maciçamente em comunicação, adquirir equipamentos caríssimos? Os equipamentos da TVE nesse período eram os mais modernos , os mais caros do Estado.

Beth – Foi puro desgaste. Para mim foi um enorme desgaste. Eu consegui com essa política de priorização dos órgãos (públicos) rádio e TV que a mídia ficasse contra mim, que as agências de publicidade todas ficassem esvaziadas dos recursos públicos, porque “dinheiro pouco, meu pirão primeiro”. Eu tinha pouco recurso, então eu canalizei para quê? VE, Rádio ES, para qualificação das pessoas, criação de cargos e salários, cenário, equipamento, treinamento e pronto acabava o dinheiro. Então, no mercado eu era inimiga pública número um de todas as agências, das emissoras porque não sobrava dinheiro para esse tipo de investimento em publicidade e propaganda. Inimiga número um dos deputados, que costumavam drenar através da Secretaria de Comunicação recursos para suas bases eleitorais nos jornais locais. As produções de festas, shows, palco, essas coisas todas. Tudo isso acabou durante dois anos. E, nós priorizamos a comunicação oficial; a TVE e o jornal. A verdade é que essa pressão foi insuportável. Eu hoje analiso que como gestora falhei também porque essas rupturas não podem ser tão radicais e dramáticas. Eu não tinha força política nenhuma. Não tenho filiação partidária. Não tenho nenhum grupo político. Não represento nenhum grupo políticos.

É uma profissional técnica e estratégica?

Beth – É. Eu não tinha força política para empreender o que pretendia. Eu hoje avalio que realmente eu tive um papel que eu avalio muito importante para minha consciência pessoal e profissional, mas minha “capinha de Batman” estava mal colocada. Não é na Secretaria de Comunicação. A gente deveria ter feito um plano um pouco mais flexível na direção das forças da sociedade porque afinal de contas o legislativo tem uma prática, o mercado também precisa disso. Então, eu avalio que não fui também muito...

Foi ousada e idealista ao acreditar e apoiar o veículo onde o povo tivesse acesso?

Beth - É, beirando a incompetência gerencial porque ousadia e idealismo historicamente até podem ser avaliados, mas dentro do momento foi mais para a incompetência.

Ao criar essa praça pública midiática, o povo ocupou esse espaço, o povo usufruiu conseguindo obras, conseguindo atendimento de suas demandas ou até como desabafo sendo ouvido por essas autoridades e tendo oportunidade de pressioná-las quando era necessário, não só em nível estadual, mas muito em nível municipal. Em função disso, de você ter seguindo essa política de comunicação priorizado os veículos de comunicação públicos geridos pelo Estado você abalou e o próprio Albuíno tendo o telhado de vidro de muita denúncia e muita mídia negativa nos veículos?

Beth – Não havia denúncia porque não era uma época que havia assim concorrência. Ficou meio parada a Secretaria. Entendeu? Então, não me lembro e não tenho nenhum processo nessa época. Nem era por nada. É porque não aconteciam as concorrências. O dinheiro não sobrava para essas coisas. Eu tinha um orçamento pequeno e ele era drenado basicamente para Rádio e TVE do Espírito Santo e para a Agência de Notícias, que fui eu quem criou também. Nós criamos na Secom (Secretaria de Comunicação) uma agência de Notícias que hoje é até um mecanismo reproduzido por várias instituições públicas, mas nós que

fomos pioneiros no país. Nós tínhamos uma agência que centralizava a informação e distribuía para mídia espontânea pelo Estado inteiro, inclusive com monitoramento. A gente só trabalhava com mídia espontânea. Não tinha nenhum recurso para os jornais do interior. Como a gente mandava (o material) pré-editado, o jornal do interior reproduzia literalmente todas as ações do governo e tal. Sempre com a mídia espontânea. Então, não deu margem a processo e essas coisas.

E, a mídia negativa nos jornais grandes?

Beth – É, nós acabamos caindo. Deu margem ao trabalho, inviabilizou o nosso trabalho. Inviabilizou grandemente o nosso trabalho. Depois de mim veio o Xerxes (Gusmão Netto), que fez uma inversão total disso. Começou a investir em festas, shows, palcos. O departamento de eventos da Secretaria (nossa) de Comunicação, que foi outra novidade que eu me sinto responsável, foi trabalhar só com parcerias. Quando o Papa veio ao Espírito Santo, eu fui uma das coordenadoras da vinda do Papa. Nós criamos uma comissão presidida por José Eugênio para captar recursos. Os recursos públicos investidos na vinda do Papa representavam menos de 12%. Por mais importante que fosse a vinda do Papa para o Espírito Santo naquele momento eram as empresas quem iam bancá-la. Eu não ia mexer no meu esquema editorial para fazer isso. Então, foi assim com Nelson Mandela. Os eventos que nós fizemos todos foram bancados. Não acontecia um evento se não tivesse um parceiro na iniciativa privada.

A iniciativa privada fazia algum tipo de pressão sobre o Governo em função de estar contribuindo, colaborando?

Beth – Tudo é um processo pedagógico, não é? Sobre mim não havia nenhuma pressão, com certeza. Agora sobre o governo, eu não posso responder. Não sei. A grande importância dessas coisas, Francisca, é que eu vejo e sem querer assim me valorizar demais. É o processo pedagógico. Depois que o povo aprendeu o seu tamanho, que ele tem direito à TVE, que ele tem direito a Rádio Es, que ele tem direito de enfrentar o governador e falar com ele, que ele tem o direito de cercar o governador na descida porque sabe que o governador está ao vivo. Então, “eu vou falar com ele agora porque ele está na porta da TVE”. Depois que o povo descobriu os eu espaço. Isso é igual a tirar a “pasta fora do tubo”, não entra mais. Então, de certa forma, nós tiramos a pasta fora do tubo. E, nós crescemos e o povo cresceu junto e aprendeu o seu espaço. E, historicamente, acho que a gente vai poder analisar isso. Sociologicamente ver que, como diz Cristina (Abelha): - “Nada foi o mesmo depois disso”. Agora, pressão, acho que sempre houve e haverá, mas não dá para constranger, não.

Em relação ao programa e à própria TVE, hoje a gente percebe que não existe nada parecido na TVE e que hoje ela não tem o mesmo espaço de antes na representação popular. Você diria que esse período em que ela recebeu mais investimentos foi um período de ouro para a TVE?

Beth – olha o Brasil mudou muito, não é? O nível de consciência da população aumentou. A mídia teve de se adaptar, quer dizer, ao invés da TVE ter perdido espaço, a TVE fez uma escola e grande parte dos programas das emissoras hoje tem base no que a TVE faz, quer dizer, mas a emissora (convencional) faz (Gazeta

Comunidade, Bem Viver, jornais, Qual a bronca? Prometeu e não cumpriu). A escola foi lá. A mídia, então, tem uma função pedagógica, uma função comunitária. Então, foi neutralizando, não é? A TVE, talvez o grande erro dela, se eu pudesse fazer uma coisa meio precipitada, foi não conseguir se superar. Ela devia estar mais à frente ainda hoje. E, eu, pessoalmente, acho que um dos papéis dela importante era promover a inclusão digital. Ela poderia ter caminhado nessa direção e esta de novo à frente de um processo, que fatalmente será o futuro da comunicação pública, que é hoje fazer um "link" entre a comunicação de massa e a internet. Eu não sei como isso vai ser feito, mas essa aldeia global vai ter seus limites quadruplicados dentro dos próximos anos pela fusão do universo livre da internet com a ....

Convergência midiática?

Beth – Eu não imagino como vai ser feito, mas se eu estivesse no processo eu estaria fazendo vários experimentos nessa direção.

Tudo através da internet, reunindo todos os canais e mídias?

Beth – Eu acredito que isso é o futuro. E, como a gente sempre usou a TVE para nossos experimentos sociológicos, eu estaria por aí, trabalhando nessa direção.

Mas a internet tem custo, depende de aparelhos. O povo ainda ficaria excluído, não é?

Beth – ele pode ficar excluído e pode ficar ao contrário. Eu sou visionária, não é? Ele pode pressionar, pode funcionar como mecanismo de pressão para que ele consiga cada vez mais e mais rapidamente o acesso aos "Call Centers", ao computador da escola, ao computador do shopping, ao computador de rua. Enfim, isso pode funcionar ao contrário, ao invés dele estar excluído, ele procurar mais rapidamente a inclusão, através dos mecanismos de pressão que ele hoje tem (acesso) e sabe muito bem como usar.

Hoje uma informação na internet pode desestabilizar uma versão dos fatos veiculada na Rede Globo. Como você avalia isso?

Beth – Mas até a regulamentação da internet vir vai depender de projetos experimentais que nascerão onde? Nas universidades, nas pequenas faculdades, nas TVE's do mundo. Até essa regulamentação, até discussão de quais os limites desse território livre, ele tem que ser bancado pelo poder público de alguma forma. Acho que a TVE a Rádio ES e qualquer outra dessas coisas públicas que não dependem da audiência teriam essa função hoje, de discutir essas coisas, de começar uns projetos aí, meio que experimentais, chegar nisso. Vai ter que chegar. Qual é o fórum para fazer isso se não forem as universidades, as TV's públicas, as TV's internas, os canais não comerciais? Quem estaria fazendo isso? Então, eu estaria trabalhando por aí, mas acho que pode ser um delírio isso.

Você tem mais alguma observação a incluir nesse trabalho sobre o papel do Povo na TV na gestão do Governo Albuíno Azeredo?

Beth – Povo na TV, eu tenho absoluta certeza disso, foi a parte visível, foi um dos pilares de um projeto de comunicação que previa a priorização do contato direto do gestor e a população sem intermediação da mídia, sem a edição da mídia formal que estávamos acostumados. Foi a abertura, foi a quebra de um paradigma, foi o início de um processo de transparência que hoje tem que está muito mais sofisticado com as publicações de balanços na internet, com leilão público, com pregão eletrônico. Mas começou com Povo na TV, o microfone, a câmera na frente do governador e o "cara" livre do outro lado, sem edição, fazendo pergunta. Aquilo é o cerne da transparência. As pessoas aprenderam "é possível fazer isso," porque a nossa geração veio de uma época cheia de intermediário. Tudo era intermediado pela estrutura do governo.

A burocracia do governo?

Beth – É a burocracia. E, aí, nesse processo burocrático, estavam a justiça, os legisladores, a polícia, o capital. Então, o poder e esses estratos mais significativos da população tinham uma intermediação, um colchão aí nesse meio. O Povo na TV rompeu essa lógica. A partir daí foram criados outros mecanismos, mais eficientes, mais sofisticados, mas o começo foi esse aí.

Historicamente, o povo é excluído das decisões, do acesso pela própria burocracia. Tem dificuldades. O Michel de Certeau fala que a pessoa comum, àquele excluído, ele encontra formas, meios de burlar, de reinventar o seu cotidiano. São brechas que ele vai descobrindo. O Povo na TV seria uma dessas brechas para reinventar a sua história, o seu cotidiano que o povo descobriu graças a criação desse espaço midiático?

Beth – Francisca, acho que a gente está super dimensionando muito o Povo na TV o Povo na TV. Eu tenho a impressão que quando você se refere a isso, você está falando que a liderança de jesus Cristo foi construída em cima desse processo. Na hora que a palavra-chave naquele momento era servir e aí Jesus Cristo quebra a lógica e como liderança aparece, que ele fala libertar. "Não, eu não quero o seu serviço, eu quero o seu amor. Pode vir comigo, não precisa trabalhar para mim, não. Eu quero que você me ame e respeite o próximo como a ti mesmo". Por isso que a palavra era Jesus libertava as multidões e cada vez mais as pessoas vão seguindo, quer dizer, ele quebrou essa lógica: - "Não é serviço que quero, para você ficar comigo, você não precisa trabalhar de graça para mim, você só precisa gostar de mim". Essa é uma lógica comercial que construiu a liderança de Jesus Cristo, que mais tarde construiu Mahatma Ghandi, que construiu Mandela. As grandes lideranças forma construídas em cima disso. Então, eu acho que a gente está super dimensionando o papel do povo na TV.

Mas pontualmente, naquele espaço, naquele pequeno intervalo histórico que foi o período que ele (programa) funcionou e que tinha todas as condições daquele morador insatisfeito chegar, não para transformar a sua realidade (politicamente), mas para conseguir uma obra que de qualquer forma melhorava a sua qualidade de vida. Seria assim um início.

Beth - Olha, eu não me lembro porque para mim o pedaço que me coube foi muito pouco na elaboração desse processo. Foi uma coisa mais da Jane (Mary de Abreu)

e da Cristina (Abelha) e da TVE. A parte que foi muito dura para mim e que eu me sinto responsável e que participei foi agüentar a pressão porque se eu socializasse a pressão que a gente vinha sentindo, a criatividade estava toda embutida.

Então, você segurava a “panela de pressão”?

Beth – Segurava a pressão para as pessoas não se sentirem violentadas, porque se você estivesse ali sabendo o tanto de pressão que estava sentindo, você acabava se auto-bloqueando. Então, a minha participação grande nisso foi estratégica, foi segurar a pressão e a determinação dos recursos e continuar alimentando ele. Eu não tive muito mais do que isso de participação nesse processo, não.

Com sustentação, essa questão de funcionar como filtro dessa pressão toda que vinha por parte dos aliados que acabavam sendo criticados ou pressionados pelo programa, ela tinha sustentação plena no Albuíno Azeredo. Ele te dava todo o respaldo para você segurar e filtrar esse tipo de pressão e não transferi-la para equipe do Povo na TV?

Beth – Eu tive respaldo, sim, e enquanto tive, fiquei lá. Mas o meu papel foi muito limitado nesse processo, quer dizer, eu não sou tão influente quanto você está colocando aí, não, e quero que você me ponha do meu tamanho. Eu tive uma participação nisso aí, claro, porque na verdade eu era quem assinava (como secretária de comunicação) e tal. O meu papel era mais dar corda para vocês fazerem o processo e eu segurar as pressões políticas e economicamente.

O Gramsci fala que o intelectual orgânico é àquele que dá as condições para transformar, de alguma forma mudar a realidade ou transformá-la. O jornalista do Povo na TV de alguma forma se aproximou desse intelectual orgânico preconizado por Gramsci na sua avaliação?

Beth – Na minha avaliação, ele é o próprio intelectual orgânico. Ele teve exatamente essa função, que não foi só jornalista do povo na TV. Está também na gênesis, na essência do jornalismo estar á frente desses grandes movimentos sociais. Mas com certeza vendo historicamente ele foi fundamental nesse processo. Ele foi o articulador desse processo, dessa ruptura, com certeza.

E, ali ele teve as condições, a sustentação para atuar como intelectual orgânico? Por que é preciso também que ele tenha esse respaldo?

Beth – Essa foi a pequena contribuição que eu dei, quer dizer, na medida do meu espaço de poder que era muito pequeno, mas essa contribuição realmente eu me arvoro da autoria dela.

Entrevista com Jane Mary de Abreu, diretora presidente da RTV do Espírito Santo durante o Governo Albuíno Azeredo.

Jane, o que você se lembra desse período da TV Educativa quando foi criado o Povo na TV?

Para mim, Francisca, isso representou o maior desafio pessoal porque eu passei dez anos na TV Gazeta e sempre tive um sonho de fazer um programa ao vivo. Essa questão de televisão, eu era muito motivada por isso, gostava muito da televisão, mas sentia falta de fazer ao vivo. Na Gazeta por ser televisão comercial a grade não permitia que a gente fizesse uma montagem dessa. Então eu passei dez anos sonhando com isso. Quando eu saí de lá recebi a proposta do Governador Max Mauro para dar um jeito na TVE, a primeira coisa que eu pensei foi isso “a gente vai poder viabilizar um programa ao vivo”. Assumi com ele esse compromisso de dar jeito na emissora, dar eficiência e ele me daria autonomia tanto na compra de equipamentos como na gerência de pessoal. Um dos maiores problemas da emissora era a gerência de pessoal. Quem tinha menos padrinho, tinha cinco. Então mexer em um funcionário significava comprar briga com a Assembléia legislativa. Esse era o maior problema. Ele me deu duas garantias de que eu faria o programa ao vivo e que ele me daria autonomia com o pessoal. E foi muito lindo porque nós acabamos emprestando para A Gazeta. A primeira transmissão ao vivo da Gazeta foi feita com equipamento da TVE. O Ubirajara Pinto, meu grande amigo, me pediu isso, se podia estrear o nosso equipamento naquele programa Você Decide da Rede Globo. A Gazeta tinha sido escolhida para ser sede do programa, mas ela não tinha o equipamento. Nós conseguimos emprestar o equipamento com o nosso operacional porque a equipe técnica era nossa e nós fizemos o maior sucesso ali, segundo avaliação dos técnicos da Globo, que elogiou muito o trabalho de Seu Paulo. Ele foi uma pessoa importantíssima naquele programa porque tudo era contra a gente. Houve muita dificuldade na transmissão. A gente tinha o equipamento de edição, mas depois faltava transmissão. É difícil para o político entender isso. Quando ele achou que tinha comprado tudo para as ilhas ainda faltava a transmissão, que é outra coisa completamente diferente. Mesmo sem a gente ter feito investimento muito alto, Seu Paulo com a equipe dele fez o que parecia impossível. Ele botou os equipamentos com links, fez uns links na rua e deu tudo certo. Ele foi uma pessoa muito importante naquele momento. A gente tinha a idéia e passou para a redação, que gostou da idéia e formatou o programa. Era uma equipe grande.Vieram com o programa formatado para mim. Agora só faltava viabilizar a parte técnica. O Seu Paulo com o Munhão e o resto do pessoal deram esse suporte. O programa nunca ficou fora do ar, tudo funcionando. Então para mim foi uma grande vitória pessoal e no Espírito Santo marcou época porque foi a primeira transmissão ao vivo feita em televisão.

Um programa todo ao vivo?

Sim todo ao vivo. Foi feito pela TV oficial do governo.

Agora isso foi possível porque você já criou todas as condições anteriormente durante o Governo Max Mauro....

Durante o Governo Max Mauro a gente equipou a emissora. Aliás, ela já tinha equipamento comprado, mas que estava encaixotado. Então nós realizamos a instalação e compramos o que estava faltando, que era o caminhão de externa. Então, quando estava tudo preparadinho, houve a mudança de governo. Aí o Albuíno teve que estrear. Agora ter permitido o Povo na TV acredito que só seria possível com ele também porque ele era um técnico fazendo estréia na política. Então ele não se armou. Ele não tinha as precauções que os políticos geralmente tem com o público, quer filtrar, pergunta... ele era muito aberto para ele. Então o Albuíno em nenhum momento... A gente comentou com ele que seria ao vivo, seria uma coisa de coragem realmente, que teria que dar respostas ali prontamente à população. E lógico que a população vai para rua e quer reclamar daquilo que está errado e do que está certo. Então a gente já sabia que ia ouvir mais queixas do que elogios. Isso não o assustou. Ele é de uma coragem fora do comum. A gente não vê isso em político. Em nenhum momento ele fez censura, em nenhum momento ele pediu para tirar ou botar pessoas. As pressões existiram sempre. A Assembléia fica ali pressionando, queria gente entrevistada, queria isso, queria aquilo. Em nenhum momento a gente sofreu pressão de nada. Ele foi muito lindo. Um trabalho diferente.

Essa proposta do programa em que o povo podia se expressar, podia cobrar providências do poder público tanto em nível estadual como em nível municipal. Ele estava alinhado com a política de comunicação do governador Albuíno Azeredo?

Ele era muito livre. O Albuíno nunca me falou nada que ele queria “assim ou assado”. Eu e Beth tínhamos inteira liberdade. Ela fez o que ela quis na Secom e eu fiz o que quis na RTV. Eram poderes independentes. Ela nunca me cerceou em nada, apesar de que a RTV é uma autarquia, que não está subordinada à Superintendência de Comunicação, mas mesmo assim ela poderia ter usado de alguma autoridade, mas nunca foi feito isso. Já tinha muita independência dele ou dela. A gente nunca sofreu interferência dele ou dela, nada. A gente vivia muito harmoniosamente. Acredito que por causa disso foi possível porque senão, se começasse um a olhar para o outro e achar que tem que dominar que tem que mandar. Os três éramos muito amigos. O Albuíno freqüentava as nossas casas como colega da gente. Isso aí, acho que esse afeto nesse convívio entre a gente foi muito importante, porque ninguém concorria com ninguém, não estava disputando nada com ninguém. Isso aí foi fundamental porque havia um afeto muito grande.

Voltando um pouquinho quando você chegou na TVE ainda no governo Max Mauro você enfrentou vários desafios para organizar a equipe, para reformar a TVE, em todos os sentido possíveis. Eu queria que você voltasse um pouquinho e falasse desse desafio e desse desafio que transformou a TVE no sentido de se profissionalizar.

Eu tenho comigo uma coisa que me parece engraçado o que me parece impossível é o que me fascina. Até hoje numa eleição os últimos candidatos são os que gosto de lidar com eles. Esses campeões de votos assim, eles não me chamam muita atenção não. É difícil trabalhar com quem já venceu, como o jogo já determinado. Quando Max me chamou existia um problema só que na hora você pensa, porque eu já tinha filhos, você pensa duas vezes, porque o maior problema da TVE era o tráfico de drogas instalado ali dentro. Ele tinha detectado isso na operação Marselha, que ele tinha realizado, lembra-se? Àquela confusão no Estado todinho,

drogas. Ali entrou que a TVE tinha um problema sério, que era a comercialização de drogas durante a noite mesmo. Isso aí no primeiro momento me levou um pouquinho a pensar. Eu dei a resposta a ele no outro dia. “Se você me der autonomia para retirar quem tiver que tirar, não tem problema para mim também não. E ele me deu. Pessoas até ligadas a assessores direto dele envolvidas com tráfico de drogas. Eu fiz a lista de todos eles. As demissões na TVE obedeceram primeiramente a esse critério de limpar, tirar o tráfico e segundo critério que atingiu os artistas, quer dizer, os artistas não tiveram nada a ver com essa droga. Os artistas foram contratados pela administração anterior para fazer novela. Orlando Bonfim tinha um plano, um planejamento para fazer telenovela. Quando eu entrei o orçamento do Estado não permitia nem pensar em novela. A única coisa que eu podia fazer para viabilizar a emissora era jornalismo, que era mais barato. Então os artistas forma demitidos por causa disso. Eles foram contratados para novela e não teria novela. Daí eu tive que os substituir por jornalistas. Na verdade eu não fechei o mercado, eu só troquei de categoria. Ao invés de artistas, coloquei jornalistas. Eu demiti 17 parece e contratei 22 jornalistas. Então eu até ampliei o mercado.houve até uma crítica de que eu estava fechando o mercado, mas não é verdade. Foram pressões três meses de pressão grande no governador. Depois de três meses, ele me chamou lá, ele tinha colecionado uma pasta de telegramas do país inteiro dos sindicatos todos, porque eles são muito corporativos. Eles juntaram todos. Fizeram o meu enterro. Um dia eu cheguei(na TVE) e tinha o meu enterro lá passando. Eu só assisti, olhei, porque eu tinha convicção de que eu estava fazendo um trabalho correto. Eu tinha uma meta, eu tinha um objetivo. Em nenhum momento eu coloquei alguém ali porque era meu afilhado, eu não estava protegendo ninguém. Ali eu fui muito profissional. Toda vez que eu exigia de alguém pode ter certeza de que a exigência comigo era o dobro. Eu me senti muito à vontade porque meus critérios foram profissionais ali. Era esperar passar. Durou três meses aquilo. Depois a emissora começou a apresentar resultado. Aí as pessoas foram percebendo porque eles foram sendo valorizadas. Só A Gazeta anteriormente tinha colocado uma locutora negra no ar, daí nós colocamos a Janete no esporte. Nós buscamos pessoas lá dentro que tinham talento. Ela tinha sido uma telefonista. Mandei muita gente para fora para fazer curso e treinamento. Eles foram vendo que a política era para favorecer o servidor. Eu sempre pensei comigo se a pessoa não estiver feliz ela não produz bem. Gente infeliz é muito triste na empresa. Tanto que desde que eu cheguei lá eu estabeleci uma política de valorização do funcionário, que me custou até o meu cargo. No final das contas eu incomodei tanto o governo pedindo. A gente tinha uma administração modelo, o que aconteceu com o resto das repartições é que queriam copiar a TVE. O Estado não conseguiu bancar isso. Então eu me tornei inconveniente para o governo, que era auxílio maternidade, auxílio.... era muito auxílio, plano de carreira. Já que não podia dar salário eu fui agregando vantagens ao salário para ver se as pessoas tinham mais ânimo para trabalhar. Eu acho que consegui isso e no final o sindicato já admitia em OFF que fiz uma boa administração. Então eu acho que o objetivo foi alcançado. Depois eu saí por questões políticas. Havia uma expectativa de impeachment do governador, a Assembléia se fortaleceu e nesse fortalecimento da Assembléia, eles pediram o meu cargo. O Marcos Madureira pediu o meu cargo para colocar o Nilo Martins.

Teria sido influenciado pelo desgaste que o programa (Povo na TV) pode ter provocado por que eles (deputados) o consideravam incômodo?

Não, não. O programa não. Eu não acredito. Acho que foi uma política realmente. Ele (Albuíno) se fragilizou e aí os deputados acharam uma “porta” .

O programa depois tomou outro rumo...virou revista...

Entrou um novo diretor, a forma como ele vê, porque administrar àquele programa dava muito trabalho. Tinha que receber deputado, conversar com deputado, explicar que não pode mudar e porque não pode, que era jornalismo. Não sei porque mudou. Confesso que quando saí de lá, para mim foi como se tivessem arrancado um filho dos braços, eu nem olhei para trás. Eu nunca deixei nada em órgão público, retratinho de filho, nada disso. Eu acho que no dia que você tem que ir embora não pode ter se apegado ao poder. No dia que tiver que ir embora é só pegar a bolsa e ir embora. Eu só tive o trabalho de pegar a minha bolsa e ir embora. Não tinha nada meu, era tudo da emissora. Saí realmente muito triste porque foi um filho acalentado ali, com muita dor, com muito sofrimento para chegar até aquilo ali. Daí você sai porque um deputado pede a sua cabeça. Todo o planejamento vai por água abaixo.

Era um projeto pessoal? No Povo na TV a concepção dele teve uma inspiração de fora?

Não, aquilo foi meu, projeto meu, sempre foi meu. Enquanto eu não fizesse alguma coisa ao vivo eu não ia sossegar eu acho. Eu passei dez anos na Gazeta sonhando com isso.

Mas por que incluir o povo nesse projeto?

Porque eu achei que era para ser numa TV pública. E por que não na Gazeta? Porque eu não tinha como dar esse canal para a população. Na TV pública achei que era obrigação dela se tornar um canal aberto à população. Eles não tinham como reclamar na Gazeta, não tinham espaço para fazer isso. Achei que era obrigação do Estado fazer isso, abrir esse canal para população. Um desejo meu que eu passei para a redação, que eles formataram muito bem com uma equipe grande. Quando eles voltaram com ele para mim, eu gostei inteiramente dele.

Com vários quadros...

Com vários quadros... Eu fiz poucas interferências na estrutura do programa. O Cauby foi dedo meu. Eu escolhi o Cauby pela irreverência dele. Eu achei que a gente queria fazer um jornalismo também de críticas mais de bem com a vida. Ele é uma pessoa irreverente e bem humorada. Eu gostei dele logo no início. Eu o achei engraçado. A forma como ele.

A Geruza é mais tensa, mais dura e com o bom humor o Cauby fazia um contraponto.

O contraponto dos dois. Isso foi muito legal. Ela ficava com parte mais árida e ele brincava com as pessoas, brincava com o governador. Agora dava trabalho. Acabava o programa, eu sabia que eu ia receber milhões de telefonemas de políticos reclamando, secretários reclamavam....A TVE como vitrine. Acredito também que eu só fiquei tanto tempo ali por causa da decisão do governador, que

me apoiou. Senão com uma semana de programa, ele já teria cortado todo mundo. Enquanto ele pode, ele segurou, depois quando veio a tentativa de impeachment, ele ficou refém daquelas forças (oligarquias). Na verdade não foi o Nilo (Martins), foi o grupo de Xerxes(Gusmão) que assumiu.Daí o Xerxes escolheu o Nilo Martins. Daí eu não sei o que aconteceu, não sei o que foi feito, nunca mais voltei na emissora., nunca mais procurei saber, porque eu tenho isso comigo quando eu fecho uma porta, eu fecho. Tem gente que fica sofrendo, vendo. Eu pedi para os meus amigos não me falarem mais, não quero mais saber da TVE.
Você assumiu uma emissora sucateada, fez uma transformação radical nas instalações físicas, criou toda uma estrutura com plano de carreira, com reconhecimento profissional ousou criar um programa que foi inovador. Você teve um retorno para saber mediar até que ponto esse programa foi bem sucedido em audiência, incomodou as outras emissoras? Qual a avaliação que você faz desse processo, dessa transformação?

Incomodar, não. Na época A Gazeta já era detentora de audiência, 90%, a Globo, todo mundo ligado na Gazeta, mas a gente era traço em qualquer pesquisa de audiência. A gente nunca apareceu em pesquisa. Depois disso, uma das minhas últimas medidas lá foi essa pesquisa de opinião pública com o Ibope. Entrei de carona numa pesquisa que o Governo fez e medi a audiência. Nós chegamos a oito pontos de audiência. Oito pontos eram muita coisa para alguém que era traço. E aparecia só esse programa.

Local era só esse no horário, que concorria com programação infantil, preenchia essa lacuna das pessoas que queriam alguma coisa nesse estilo...

Com certeza. Depois dele veio uma porção de programas Cidade Aberta da Tribuna.

A Gazeta Comunidade, os jornais com espaços voltados a demandas comunitárias como Qual a Bronca?. Linha Direta....

Acho que a gente abriu um caminho voltado para esse segmento. As pessoas começaram a ver que aquilo dava resultado, dava audiência. Esses oito pontos para mim aram minha vida.

Foi uma vitória?

Tanto que eu falo que sai e não olhei para trás, mas sem mágoa nenhuma. Sabe quando você dá tudo da sua vida numa coisa, dei a minha alma ali. Não tinha compensação financeira nenhuma porque uma parte do quadro de pessoal dela era contratada da Fundação Ceciliano(Abel de Almeida). Só para você ter idéia a minha secretária ganhava mais do que eu. O meu salário era menor do que o da minha secretária. Toda a diretoria ganhava muito mais do que eu. Então, não era dinheiro ali que era importante para mim porque eu ganhava muito mal. Foi o pior salário que eu já recebi na vida foi esse no Estado como cargo comissionado, mas em compensação eu tive desafios maravilhosos..

Então foi uma grande realização pessoal. Se você tivesse oportunidade de voltar no tempo, você faria, tomaria as mesmas providências?

Eu faria. Correr risco. Esses demitidos muitos não me entenderam. Durante algum tempo eu andei com policial federal para cima e para baixo. Ninguém percebia isso, mas ele me esperava.

Houve ameaça de morte?

Sim, houve ameaça de morte. Ele(policial) me acompanhava quando eu chegava e quando eu saía até o carro. Isso durou dois, três meses. Até que àquela coisa assentasse e a emissora começasse a dar os primeiros resultados. Depois, não, depois foi o reconhecimento. Estava muito claro o trabalho, a nossa intenção. Aí foi mais fácil. Tudo isso valeu a pena. Eu faria tudo de novo.

E essa operação para retirar esses traficantes, esse comércio de drogas na TVE. Isso passou despercebido do grande público e até mesmo do corpo funcional da TVE?

Foi uma coisa que eu fiz. A gente tinha contato com o governador e com as pessoas de confiança dele na Polícia Federal. Tinha um delegado que dava informação de como atacar esse problema. Eu era nova inteiramente nisso. Eu nunca tinha lidado com isso. Como fazer o negócio. E, quando eu tirei o cabeça da organização, ele reagiu muito. Ele foi na minha sala e abriu a porta com o pé. Ele disse: - “Eu não estou demitido, eu asseguro que não”. Ele gritou e saiu batendo porta também. Você fica meio tensa com isso. Eu tenho uma coisa comigo, uma fé muito grande. Eu acredito que quando você está bem intencionado, quando você está com propósito visando o coletivo, você tem a proteção do universo. Isso eu sempre tive comigo. Minha fé é um negócio. A maior riqueza que eu tenho é a minha fé. Eu nunca tive medo deles, não. Sabe, eu enfrentei todos eles porque não foi nenhuma brincadeira. Eu não estava brincando. Eu estava pensando no coletivo. Não tem jeito para sofrer com alguma coisa. E, dessa feita eu fui levando e rezando muito. Eles atacavam e eu rezava. E foi assim até que aquilo tudo acabou. Nunca mais vi àquelas pessoas. Alguns foram remanejados. Não podiam ser demitidos. A emissora começou a se envolver com o projeto. Uma coisa boa que foi dando certo. Ninguém soube porque eu achei que não deveria envolver as outras pessoas porque eu sempre tive a noção de que a pessoa quando ela se droga, quando ela muda de caminho, é quando mais necessita de ajuda, mas o Estado não tem programa para ajudá-los. Então, você não pode deixar que ele contamine o resto. Era o que estava acontecendo. Aí você tem que tirar. Agora se fosse me dado permissão para recuperá-los, acho que eu teria feito com o maior prazer. Só que não tem nada no Estado que permita pagar. O convênio médico nosso na época não permitia pagar nada, nenhum tratamento para viciado em droga e nem nada.

E, não era só o vício, era o comércio que era muito mais grave?

É. Era uma coisa muito triste aquilo ali e eu não podia resolver na minha alçada. Então eu pedi ajuda da Polícia Federal para me auxiliar nisso aí porque eu não sabia nem por onde começar.

Não foi á toa que você conduziu todo esse processo mantendo o sigilo, sem contaminar a cultura da TVE e até sem permitir que isso afetasse a produção ou até a criação do seu projeto de comunicação mais voltado para as demandas públicas...

Eu tenho isso. Eu traço uma meta e só olho para frente. Eu não olho o que está acontecendo em volta. Se você se deparar com as miudezas, você não consegue realizar o seu projeto. Então, eu sempre tive isso comigo. Eu traço um projeto. Eu vou chegar ali e acabou. Eu não presto atenção no que está em volta. Então os jornais estavam falando mal de mim, eu quase não lia jornal. Eu parei de ler jornal. Todo dia tinha materinha contra. Então, eu parei de ler. Quando parar me avisa, então eu volto a ler, porque para que eu vou me contaminar com àquela informação. É apenas a opinião de alguém. Era uma opinião só e acabou. Eu acho que cada um – na minha época de jornalista – é livre para pensar o que quiser. Acho que cada um pensa o que quiser. Se eu me achar ofendida, eu vou me defender na Justiça. Até então, não, era só opinião deles porque achavam que eu queria acabar com os artistas, não gostava de artista. Vê se pode? Acho que o mundo sem os artistas seria horrível. São os artistas que dão felicidade ao mundo, que dão alegria ao mundo. Alguém poderia imaginar que alguém não goste de artistas? Isso era só o que eles fizeram para se defender. É lógico que eles estavam lá todos aconchegados, sem fazer nada. São pessoas competentes encostadas numa emissora. Acho que eu fiz um favor a elas porque todas elas estão muito bem colocadas. Elas estavam paradas, sendo tratadas como lixo, depósito de lixo. Todo mundo encostado na TVE. Eu não acho justo isso com o ser humano isso. É uma coisa muito linda demais.

A TVE teve problema com funcionários fantasmas?

Tinha, tinha vários, vários. Tinha gente dentro das emissoras de jornal, das redações de jornal, que era empregado da emissora e muito bem pago sem ir lá. Foi um outro problema. Quando você faz uma lista, você tem que ter muito senso de Justiça para você ficar bem com você mesma, para você dormir.

Como seria essa relação. Uma pessoa que trabalha num veículo de comunicação comercial, que também tem um cargo público e que não vai, não freqüenta e que recebe por isso. Não seria uma situação antiética?

Esse caso me revoltava particularmente porque essa jornalista é uma jornalista famosa em Vitória. E, eu lia os artigos dela, é uma pessoa competente e ela condenava os fantasmas. E ela era uma fantasma. Isso sempre me chamou muito a atenção.

Contraditória....

É muito contraditória. Eu chamei-a lá. Conversei com ela. “Isso é hipocrisia, pior ainda, porque você condena algo que você faz. Então, eu vou ter que demitir você ou você pede demissão. Como eu não podia demiti-la porque ela fazia parte do quadro efetivo da emissora, eu falei: - “Se você não pedir demissão, eu torno isso público”. A minha única arma era essa, era tornar público, já que ela não tinha o bom senso cabia a mim tomar a decisão. Mesmo assim ela tentou um remanejamento para o Detran. Ela tentou usar de influência política para fazer um remanejamento para o Detran. Eu insisti com o governador que não seria possível, porque eu teria que mentir também, porque o fantasma mais escondido que tinha ali era ela. Então ela acabou cedendo e pedindo demissão. Daí foi moralizada essa parte também.

O governador da época era o Max Mauro? Ele aceitava essas mudanças que você fez, que você fez no sentido de corrigir distorções, de fazer essa limpeza, essa profissionalização na TVE?

Foi a primeira coisa que fiz com ele. Quando ele me chamou para trabalhar eu disse: - “Olha, eu aceito, gosto do desafio. É muito difícil, o que senhor está me propondo é algo quase impossível e por isso mesmo me atrai muito. Agora eu preciso fazer um pacto com você, um acordo com você. Eu te dou a eficiência e você me dá a autonomia plena, porque sei que dentro vai ter muito interesse político, vai contrariar muito interesse político. Eu vou te comunicar o que eu vou fazer, agora não vou aceitar nenhum ingerência política ali, porque comunicação e ingerência política vira um angu de caroço”.

E você teve a sua autoridade respeitada...

Ali o meu critério é técnico. Eu nunca vou colocar ninguém por questões políticas, porque eu gostei, porque achei mais interessante, não.

Esse tipo de respaldo você também encontrou no governador Albuíno Azeredo?

Encontrei. Os dois me respeitam muito profissionalmente. Eu não tive nenhum apadrinhamento político e nem sou filiada a partido político algum. Eu entrei no Governo sozinha com o meu trabalho e a minha competência, o que segurou lá foi só isso e mais nada. Eu não tenho nenhum partido me defendeu lá. Nenhum partido pediu a minha entrada, nada. Não tenho. Graças a Deus. Não tenho ligação partidária alguma. Eu tenho eficiência porque eu precisava dessa imagem que construí ao longo de dez anos na Gazeta. E ele me deu. Max Mauro foi impecável nisso aí. Eu sei que ele sofreu milhões de pressões. Teve uma vez um episódio muito interessante. O irmão do governador saiu com o motorista da rádio e ele ficou ausente do trabalho um tempo para atender o irmão do governador e quando eu me dei conta eram nove dias que ele estava sem trabalhar. Quando me colocaram o problema, que tinha que demitir o rapaz, que ele tinha saído. Então tem que demitir o irmão do governador também, que realmente interferiu e causou o problema, porque a pessoa humilde se o irmão do governador pede para fazer alguma coisa. Claro que ele sumiu e o irmão do governador também. Nessa época ele trabalhava no DER. Ele sumiu o irmão dele. Max dava o exemplo. Hoje a gente não tem uma relação boa, não, mas trabalhar para ele foi muito prazeroso, porque a palavra dele era a palavra dele. E aquilo ele ia até o final. A gente ia privatizar a Rádio Espírito Santo, só que na virada do Governo não deu mais tempo para fazer, mas a rádio precisava ser privatizada. A gente já tinha todo o planejamento para dar mais eficiência a ela. Não deu.

Não teve sustentação no governo Albuíno?

Não teve. Um opina. Ele acabou não fazendo isso, mas ele fez uma coisa boa para a rádio também. Ele (Max) tinha um compromisso com a palavra. Eu uma coisa muito boa você trabalhar com quem combina uma coisa e vai até o final. Então deu muito certo por causa desse compromisso dele. A confiança dele em mim era

realmente irrestrita. Eu achei isso muito válido. E com o Albuíno também.. Eu o que achei necessário no telejornalismo técnico. E por isso deu certo. A comunicação não pode sofrer essa interferência política. De lá para cá eu não sei o que aconteceu.

Os objetivos eram atender os anseios populares?

É porque é um canal de TV pública. Então você tem que abrir para as comunidades participarem.

Foi a primeira vez que o povo realmente teve acesso ao microfone e acesso às autoridades.

Era literalmente. O teve vez e voz o povo ali. Teve uma mobilização muito grande das comunidades. Quando os partidos começaram a usar aquilo ali para fazer política, o PT na época. Eles começaram a formar um grupinho para ir ali fazer perguntas direcionadas pelas lideranças políticas. Quando a gente percebeu isso, a gente começou a ir de surpresa aos bairros. Então isso também foi diluído. A gente acabou logo com esse problema porque a gente percebeu logo que o PT estava infiltrado ali para tentar atrapalhar o programa.

Mas era um programa que estava sujeito a qualquer tipo de situação, por mais que se fizesse um planejamento prévio porque era uma praça pública midiática. Ali ficava um microfone aberto e a pessoa tinha oportunidade de falar o que quisesse. Às vezes havia verdadeiros confrontos dos líderes dos bairros com as autoridades com prefeitos, secretários. Como era esse processo?

Então, naquela época a militância do PT era muito entusiasmada. Ela ia para rua, ela lotava a praça. Planejadamente, ela fazia isso, ela colocava cem pessoas na praça. Então ficava a coisa entre eles mesmos e as pessoas ficavam de fora. Então ficava um processo político. Isso aí a gente acabou. Tinha que ser a comunidade, todo mundo, não só a liderança do PT. Então, a gente passou a ir de surpresa para evitar que a coisa ficasse um palanque do PT. Não era essa a nossa intenção. Era realmente dar a acesso a quem não tinha canal de comunicação. Era uma voz mesmo daqueles que não tinha voz nem vez. Esse foi o motivo do programa.

E você acha que essas comunidades que queriam uma rua, melhorar um pouco a qualidade de vida, ter água encanada que às vezes não chegava com muita freqüência, uma luz elétrica. Elas tiveram resultado?

Tiveram. Esses homens de governo quando eles assumem a tendência de todo ser humano é pensar no macro. Todo mundo quer fazer um grande projeto. Só que a população quer pequenas soluções para pequenos problemas. Então uma ruazinha que tem um buraco isso é muito grande para àquela comunidade. O técnico pensa no gasoduto, na ponte e não sei mais o que. Ele está no macro. Só que a vida da gente é feita no micro. Então tem essa diferença aí. Então até as pessoas entenderem que discutir o problema de buraco de rua que discutir problema de buraco de rua é tão importante quanto discutir essa coisa macro, porque as pessoas precisam de soluções para os problemas delas.

Então o programa preencheu essa lacuna que a burocracia impedia.

Sim, preencheu. Ele só estava pensando nas coisas macros, não nas coisas pequenas.

Essas lideranças quando chegavam na TVE já tinham percorrido, tentado chegar aos secretário, tentado chegar ao governador e aí nunca conseguiam. Às vezes chegavam com cartas, com vários comprovantes que não conseguiam acesso para uma reunião, para ser ouvido. Esse programa acabou facilitando esse encontro.

É nós abrimos as portas de todos os gabinetes na companhia do governador, que ele também queria, com o respaldo dele.

O programa monitorava o espaço dele, monitorava o secretariado dele. Então ele viu naquilo ali um grande auxiliar para ele. Teve sabedoria para ver nas críticas um trabalho auxiliar ao dele porque ele não pode estar em todos os lugares. O programa fazia isso para ele. Colocava o verdadeiro retrato da cidade, como é que estava a população.
Trouxe politicamente resultado para ele porque ele acabou recebendo muita crítica. Acabava sendo um espaço para “apanhar”, receber críticas, para os aliados serem cobrados, confrontados.

Eu não acho, não. Eu acho que a popularidade do Albuíno enquanto ele estava mantendo essa política de comunicação estava sempre muito alta, justamente por isso, pela transparência, pela coragem dele. Tudo que foi colocado ali teve resposta. As pessoas querem respostas para os problemas. O que desgasta o político é o tal do “empurrar com a barriga” ou esconder. E ele não se escondeu. O jornalismo dá credibilidade. O jornalismo é uma coisa muito interessante. Se é feito com responsabilidade, se são atendidas as reivindicações como ele atendia, isso rendeu muita popularidade a ele. Foi muito bom para o Albuíno.

Esse programa trabalhava com a proposta de campanha porque o Albuíno era um candidato diferente de tudo que o Espírito Santo tinha vivido até então. Ele estava vindo num processo de retorno democrático depois de um longo período de ditadura. Era um candidato que veio de uma origem muito humilde que conseguiu pela educação se tornar um homem de negócio, um técnico, um homem bem sucedido e negro. Como é que a proposta desse programa voltado para atender as classes mais excluídas, desprivilegiada que encontrou ali um espaço de diálogo, de romper a burocracia. Como é que isso se alinhava com a proposta de campanha e com a imagem que foi construída e que era o próprio Albuíno Azeredo, irreverente e de ousadia?

O Albuíno tinha os pés no presente e os olhinhos no futuro. Eu sempre achei isso. É uma pessoa que pensa muito grande por isso que ele cresceu tanto. O menino pobre que quebrava pedra. O pensamento dele era sempre macro. Na campanha foi mostrado um Albuíno humano preocupado com os pequenos problemas da sociedade. No início quando ele chegou, que ele só pensava no macro, houve um contra-senso aí. Era para ser uma coisa altamente popular, mas ele porque tem uma inteligência privilegiada. É uma cara que pensa muito grande. Albuíno pensava já naquela época que esse aeroporto era defasado. Essa questão do petróleo que todo mundo fala hoje que foi Paulo Hartung foi muito estudo. Ele que fez todos os

estudos com a Petrobras, quem pensou o Estado que está acontecendo hoje foi feito lá atrás. As pessoas achavam que ele era louco. Petróleo, gasoduto no serrado, o corredor de exportação. As pessoas o achavam um visionário. Ele falava no petróleo que ia acontecer daqui a alguns anos. Isso tudo que está acontecendo agora ele já falava sobre isso com intimidade fora do comum. Eu sou encantada com a cabeça dele. Ele tem uma mente incrível. Só que o Estado às vezes precisa de coisas pequenas. Ele teve logo no início do governo um embate com os negros. Por que? Os negros queriam ocupar uma secretaria especial lá do movimento. Ele sempre foi contra isso. Ele sempre achou que tinha que promover pelo talento. Ele nunca se sentiu discriminado por ser negro. Ele hoje seria contra as cotas, por exemplo. Com certeza. Eu nem sei qual é a opinião dele, mas com certeza seria contra.

O movimento negro achou até que ele fosse racista?

O movimento negro achou que ele era racista e fizeram um movimento contra ele. Eu também acho balela esse papo de a mulher é discriminada, negro é discriminado. Quem é competente não é discriminado nunca. Gente que se esforça não é discriminado nunca. Agora tem gente que resmunga o tempo todo. Aí vê a discriminação. Agora se você não enxerga ela e quem é competente não tem tempo para ver. Você pode ver àqueles negros que reclamavam do Albuíno casado com loura. Um negócio complicado, uma contradição. Várias vezes eles vinham reclamar com as louras do lado. Olha que coisa engraçada. Por que isso? Por que o negro mesmo não dá oportunidade para sua raçame mar do er contra. o. ua ac 0as ve

logo botou umas idéias não bem aceitadas. Então ele já sofreu muito. Então, depois que ele virou o candidato do governador, evidentemente isso aplaca um pouquinho. Eu achei que foi a inexperiência política dele que não basta ser inteligente, nem sempre é o melhor que vence, é o mais esperto. Então, eu acho que ele não teve esperteza política. Então no final acaba refém de algumas forças. Acho que ele teve alguns problemas pessoais que também atrapalharam um pouquinho a trajetória dele e não tinha a esperteza do político, a manha do político, era um técnico tentando dar certo na política, como todo técnico acaba se dando mal. Ele não tem chance nenhuma de ganhar, mas vai acreditar na fantasia. Por aí, o que acontece? As torcidas começam a falar. Quando você está em crise, você só quer ouvir elogios. Daí os puxa-sacos começam: você vai, você vai....A pessoa vai e perde a noção. Max tinha uma experiência muito grande. Se os dois ficassem juntos teria sido um salto de qualidade nesse Estado fantástico porque um tinha a experiência política e o outro tinha a habilidade, era o visionário. O que o Max não tinha, ele tinha. Max tinha autoridade, austeridade. O governo dele foi de crise. Ele governou em crise, mas se saiu muito bem. Sem receber recursos externos. Nada. Ele entregou o Estado saneado. Ele fez um grande governo. Divulgou mal, mas fez um grande governo. Max nunca investiu em publicidade. Se tivesse investido, ele teria saído com quase 100% de aprovação, quer dizer, um governo que fez realmente a diferença. Albuíno junto com ele teria dado um salto grande na política. Existem pessoas que acham aquilo diversão e trabalham para dividir as pessoas. Eu acho que é arte do entendimento. É difícil essa coisa do entendimento quando não existe afeto. O afeto faz as pessoas serem mais leais.

A Beth colocou o Estado como dividido em feudos com várias forças e essas forças pressionando. Todas querendo continuar mantendo o poder e essa interferência contaminou o governo Albuíno.

A inveja coletiva é o pior mal que pode existir. O empresário queria ter a visibilidade do político. Ele tem o dinheiro, mas não tem a visibilidade. O político quer o dinheiro que o empresário tem. Um tem inveja do outro. Eles cainham um com inveja do outro. Quando a pessoa vai para frente. O Lair Ribeiro fala muito bem. Estão todos enfileirados. Ai daquele que for para frente porque a inveja é coletiva. Ela tem um poder violento. Então você reinar no meio daquilo ali é muito difícil. O político com muita experiência consegue. Agora o técnico não consegue. Ele tem os acordos errados. Fez tecnicamente. Albuíno não formou o grupo dele porque tem o grupo do Max. Hoje tem o grupo do Paulo Hartung. Não tem o grupo do Albuíno. Ele não foi capaz de formar o grupo dele. Ele só pensou como técnico. Ele achou que não precisaria de um grupo e necessita. O que fez o Paulo Hartung se manter? É o grupo dele. Se não ninguém faz nada não. Até hoje existe o grupo do Max. Ainda tem. São duas forças poderosas, mas o grupo de Max está lá ainda que dá sustentação a ele. O grupo do Albuíno não existe. Ele contratou os melhores técnicos. Ele fez o que é tecnicamente correto.

Mas isso na política não é reconhecido.

Não é reconhecido, não tem valor algum. Na política é o feudo, o interesse. É difícil dar certo na política. O Albuíno era sem rancor, convivia com as diferenças muito bem. Ele não tinha aquela coisa de que falou mal dele, depois tem que retaliar, não. É a opinião deles. Acabou. Só que isso no sistema político nosso vira feudo. É

contra ele lá dentro mesmo. Isso vai minando. Ele ficou isolado. Problemas pessoais, eu acho, interferiram muito no governo dele, mas ele tinha tudo para ser grande se não tivessem o separado de Max. Eu acredito que era a torcida, todos os desejos, todas as pessoas juntinhas harmonizadas, que os infelizes começam a se movimentar. Eles querem ver o atrito, as pessoas amam ver o conflito. Se as pessoas estiverem muito firme no afeto essas relações não se seguram. Só o afeto é que segura uma relação. Quando não tem isso, não tem nem tempo de construir isso na política. Tudo muito rápido, rápidos nas alianças. O candidato de Max mesmo não era Albuíno, pouca gente sabe. Então já começou errado. Era José Ignácio. Ai José Ignácio não quis. Quando Albuíno viu que estava um vácuo ali, ele buscou a força, ele buscou o apoio dos prefeitos e os prefeitos impuseram o nome dele. Então, ele já foi de goela abaixo do Max. Eles já começaram mal. Os prefeitos pressionaram Max para botar o Albuíno. Como o Max não tinha saída, ele o colocou, mas não era o candidato dele, que acabou sendo um candidato de imposição. O José Ignácio avaliou mal e não queria ser o candidato oficial porque o Governo Max era um Governo que não tinha propaganda. Então as pessoas não sabiam o que estava acontecendo naquele Governo. Depois eles ficaram sabendo que era um Governo sério. Então o José Ignácio saiu só e o Albuíno entrou nesse vácuo aí, entrou com força. Já havia um atrito entre eles, mas já tinha um mal-estar entre eles. Ai começam os puxa-sacos aí não agüentam quando sabem que existe um fiozinho de discórdia. É mais difícil querer conciliar. Mulher é mais fácil, volta atrás mais fácil. Os homens sofrem mais com rancor. Então fica cada um resmungando. Ele não tinha experiência para lidar com a Assembléia e acabou ficando na mão da Assembléia, o que aconteceu foi isso. O engraçado é que na política o passado não serve de lição. É o ego. O maior inimigo da política e de todo o ser humano é o ego. O ego quer comparar, o ego quer ter razão, quer ser maior que todo mundo. O único inimigo é o ego. Na avaliação de Jane a história de Max e Albuíno se repete agora com o rompimento ente Sérgio Vidigal e Audifax na Serra visando a sucessão política municipal.

ANEXOS[108]

[108] Nos anexos constam fotos do programa, além de entrevistas e relatórios retirados da monografia de especialização da autora sobre o mesmo tema. Ver Bibliografia. (SILVA, 2001)